

UFPR **Universidade
Federal do Paraná**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**OS DETERMINANTES DO TURISMO INTERNACIONAL E AS
RESTRICÇÕES À INSERÇÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO:**

**Uma análise comparativa entre as regiões da
América do Sul, África e Sul da Ásia**

MARCIO JOSÉ VARGAS DA CRUZ

**CURITIBA - PARANÁ
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OS DETERMINANTES DO TURISMO INTERNACIONAL E AS
RESTRICÇÕES À INSERÇÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO:

Uma análise comparativa entre as regiões da
América do Sul, África e Sul da Ásia

MARCIO JOSÉ VARGAS DA CRUZ

Dissertação apresentada como exigência parcial para conclusão do Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim.

CURITIBA - PARANÁ
2004

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos de dedicação, de distância, com momentos bons e outros difíceis. Agradeço a Deus por ter me proporcionado todas as condições necessárias para vivenciar e concluir esta importante fase de minha vida.

À Liana, pelo companheirismo, pelo apoio, por ser quem me escutou e ajudou a superar os períodos de dificuldade, pela revisão do texto e pela inspiração.

Aos meus pais, Sandra e Aníbal, eles são os grandes responsáveis por todas as coisas boas da minha vida.

Às minhas irmãs Luciana e Flávia, pelo apoio e amizade.

Ao professor Cássio Rolim, pelas aulas, pela orientação sempre objetiva e amizade construída ao longo deste tempo. Sua participação foi de grande valia para o resultado obtido.

Ao professor Ramón Garcia Fernandez, pela sabedoria, pela referência como pessoa e profissional, pelo companheirismo e, sobretudo, pela oportunidade.

Ao professor Fábio Scatolin, por proporcionar uma visão sobre desenvolvimento econômico e oportunidade que me concedeu, em aplicar o conhecimento ao longo do curso em prol da sociedade.

Aos professores Marcelo Curado, Gabriel Porcile, Armando Sampaio, Maurício Serra, José Oreiro, Igor e Lopes, pelas aulas, debates, apoio na vida acadêmica e companheirismo.

Aos colegas da turma, em especial ao Hélio e Isnardo, pela convivência ao longo deste tempo.

Aos colegas Mário Augusto, Alex, Gustavo, Eduíges, Guilherme Jonas e Fábio pelas contribuições ao longo deste trabalho.

Aos Srs. José Maria Abujamra e Alberto Asseis, pelo apoio na chegada à Curitiba.

Ao professor Guilherme Vampré, pelas considerações e contribuições nas discussões econométricas.

Ao professor José Gândara, pela contribuição dada durante o seminário.

Ao professor José Roberto, pelas considerações e contribuições prévias.

À Leila Holsbach e Marcelo Grossi da Embratur, à Gilce, da Paraná Turismo, ao professor Yair Eilat e à Naomi Halewood, do Banco Mundial pela disponibilização de dados. À Ivone, por sempre ser prestativa às nossas necessidades.

Aos colegas da Secretaria do Planejamento, Maria Inês, Ary, Kátia e Arnaldo, por terem me apoiado na fase final.

À CAPES, por ter me oferecido condições financeiras para a realização do curso.

Por fim, a todos aqueles que acreditam que cabe a nós, brasileiros, compreendermos os nossos desafios e contribuir para a superação dos mesmos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. O IMPACTO ECONÔMICO ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA	07
1.1 Abordagem conceitual.....	10
1.2 As especificidades da demanda por turismo	12
1.3 O turismo e a demanda agregada	20
1.3.1 As viagens internacionais na estrutura do Balanço de Pagamentos	22
1.4 A turismo e o mercado de trabalho	29
2. OS DETERMINANTES DO FLUXO DE TURISMO INTERNACIONAL	37
2.1 Os Fatores de Emissão	41
2.1.1 A variável renda.....	43
2.1.2 Distribuição de renda	46
2.1.3 Tamanho do país	48
2.1.4 O tamanho da população	49
2.1.5 Outras variáveis fatores de emissão	50
2.2 Os fatores de Atração	52
2.2.1 O Desenvolvimento Humano como fator de atratividade	52
2.2.2 Determinantes institucionais e proximidade cultural.....	54
2.2.3 Condições de oferta e tecnologia turística	55
2.2.3.1 Atrativos Turísticos Naturais e Construídos	60
2.2.3.2 Diversificação da Oferta Turística	61
2.2.3.3 Acessibilidade	62
2.2.3.4 Construção do Índice de Tecnologia Turística	63
2.2.4 Relações comerciais e atratividade por negócios	66
2.2.5 Eventos especiais	67
2.3 Os fatores de Resistência.....	69
2.3.1 A localização geográfica relacionada à renda externa	69
2.3.1.1 Os custos de transporte em função da localização geográfica.....	71
2.3.2 O impacto da taxa de câmbio nas Viagens Internacionais	73
2.3.2 Segurança	77
3. A ABORDAGEM ECONOMÉTRICA PARA EXPLICAÇÃO DOS DETERMINANTES DO FLUXO	81
3.1 Especificação do modelo de emissão	83
3.2 Especificação do modelo de atração	91

4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS REGIÕES DA AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA E SUL DA ÁSIA FRENTE AS RESTRIÇÕES À INSERÇÃO NO FLUXO DE TURISMO INTERNACIONAL.....	98
4.1 América do Sul.....	101
4.1.1 Os Fatores de Atração da América do Sul.....	106
4.1.1.1 Desenvolvimento econômico e humano.....	107
4.1.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística.....	108
4.1.1.3 Proximidade cultural.....	114
4.1.2 Fatores de resistência.....	116
4.1.2.1 Segurança.....	116
4.1.2.2 Preço do destino.....	117
4.1.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países da América do Sul.....	120
4.2 África.....	122
4.2.1 Os Fatores de Atração da África.....	128
4.2.1.1 Desenvolvimento econômico e humano.....	130
4.2.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística.....	132
4.2.1.3 Proximidade cultural.....	138
4.2.2 Fatores de resistência.....	139
4.2.2.1 Segurança.....	139
4.2.2.2 Preço do destino.....	142
4.2.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países da África.....	145
4.3 Sul da Ásia.....	147
4.3.1 Os Fatores de Atração do Sul da Ásia.....	150
4.3.1.1 Desenvolvimento econômico e humano.....	150
4.3.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística.....	151
4.3.1.3 Proximidade cultural.....	154
4.3.2 Fatores de resistência.....	155
4.3.2.1 Segurança.....	155
4.3.2.2 Preço do destino.....	156
4.3.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países do Sul da Ásia.....	158
VI. CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXO I.....	170
ANEXO II.....	175
ANEXO III.....	181

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - DESLOCAMENTO DE TURISTAS INTERNACIONAIS EM TODO O MUNDO: EVOLUÇÃO E PREVISÃO	07
TABELA 02 - INGRESSOS MUNDIAIS POR EXPORTAÇÕES - 1980 A 2001 (MIL US\$)	25
TABELA 03 - INGRESSOS MUNDIAIS POR EXPORTAÇÕES, 1999 (BILHÕES US\$)	25
TABELA 04 - SALDO FINANCEIRO DA ATIVIDADE TURÍSTICA INTERNACIONAL DOS 10 PAÍSES COM MAIOR FLUXO NOMINAL (US\$ BILHÕES)	27
TABELA 05 - SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	28
TABELA 06 - TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO DO EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS: PROPORÇÕES COM RESPEITO AO EMPREGO TOTAL EM 1920, 1950, 1970 E 1980	30
TABELA 07 - IMPACTO ESTIMADO DO TURISMO NO MERCADO DE TRABALHO	35
TABELA 08 - EMISSÃO DE TURISTAS PER CAPITA E DESIGUALDADE DE RENDA E CONSUMO	48
TABELA 09 - RELAÇÃO ENTRE FLUXO RECEPTOR DE TURISTAS INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	53
TABELA 10 - COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE TECNOLOGIA TURÍSTICA (ITT)	65
TABELA 11 - CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS POR REGIÃO DE ORIGEM E DESTINO, 1998 (%)	70
TABELA 12 - DADOS PARA ANÁLISE DE CUSTO OPORTUNIDADE EXPLÍCITO	72
TABELA 13 - DADOS PARA ANÁLISE DE CUSTO DE HOSPEDAGEM.....	72
TABELA 14 - CUSTO TOTAL DAS CESTAS.....	73
TABELA 15 - ÍNDICE DE CRIMINALIDADE NOS 10 PAÍSES COM PRINCIPAIS FLUXOS FINANCEIROS RELACIONADOS À ATIVIDADE TURÍSTICA	79

TABELA 16 - ÍNDICE DE CRIMINALIDADE DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	79
TABELA 17 - CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS POR (SUB) REGIÃO	99
TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO SUL-AMERICANA E DOS PRINCIPAIS EMISSORES NO FLUXO TURÍSTICO RECEPTIVO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	103
TABELA 19 - DADOS PARA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE EMISSÃO DE TURISTAS INTERNACIONAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	104
TABELA 20 - ATRAÇÃO DE TURISTAS INTERNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL	107
TABELA 21 - ÍNDICES E CLASSIFICAÇÕES DE RENDA E IDH DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	108
TABELA 22 - FLORESTAS, SAVANAS E DSERTOS/SEMI-ÁRIDOS.....	110
TABELA 23 - QUANTIDADE DE PATRIMÔNIOS PÚBLICOS DA HUMANIDADE ESTABELECIDOS PELA UNESCO.....	111
TABELA 24 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR PAÍS .	112
TABELA 25 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR KM2 NO PAÍS	113
TABELA 26 - QUANTIDADE DE AEROPORTOS A CADA 1.000 KM2	114
TABELA 27 - RELAÇÃO DE LÍNGUAS OFICIAIS E TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL.....	115
TABELA 28 - ANÁLISE DE RISCO DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	116
TABELA 29 - ÍNDICE DE CRIMINALIDADE DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	117
TABELA 30 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EFETIVA (1995 = 100)	118
TABELA 31 - DESPESAS E RECEITAS COM TURISMO INTERNACIONAL* (US\$ MILHÕES).....	120

TABELA 32 - RECEITA BRUTA POR TURISMO RECEPTIVO, POR TRIMESTRE, SEGUNDO A NACIONALIDADE DOS VISITANTES (2000)	121
TABELA 33 - PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO E DOS PRINCIPAIS EMISSORES NO FLUXO TURÍSTICO RECEPTIVO DOS PAÍSES DA ÁFRICA	124
TABELA 34 - DADOS PARA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE EMISSÃO DE TURISTAS INTERNACIONAIS DOS PAÍSES DA ÁFRICA	126
TABELA 35 - QUANTIDADE DE TURISTAS QUE CHEGARAM AOS PAÍSES DA ÁFRICA	129
TABELA 36 - ÍNDICES E CLASSIFICAÇÕES DE RENDA E IDH DOS PAÍSES DA ÁFRICA	131
TABELA 37 - FLORESTAS, PASTOS/SAVANAS E DESERTOS/SEMI-ÁRIDOS - ÁFRICA	133
TABELA 38 - PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE NOS PAÍSES DA ÁFRICA	134
TABELA 39 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR PAÍS DA ÁFRICA	136
TABELA 40 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR KM ² NO PAÍS.....	137
TABELA 41 - QUANTIDADE DE AEROPORTOS POR PAÍS.....	138
TABELA 42 - QUANTIDADE DE AEROPORTOS A CADA 1.000 KM ²	138
TABELA 43 - RELAÇÃO DE LÍNGUAS OFICIAIS E TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁFRICA	139
TABELA 44 - ANÁLISE DE RISCO DOS PAÍSES DA ÁFRICA	140
TABELA 45 - ÍNDICE DE CRIMINALIDADE DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	141
TABELA 46 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EFETIVA (1995 = 100)	142
TABELA 47 - DESPESAS E RECEITAS COM TURISMO INTERNACIONAL* (US\$ MILHÕES).....	145

TABELA 48 - PARTICIPAÇÃO DA ÁSIA E DOS PRINCIPAIS EMISSORES NO FLUXO TURÍSTICO RECEPTIVO DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA.....	147
TABELA 49 - DADOS PARA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE EMISSÃO DE TURISTAS INTERNACIONAIS DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA.....	148
TABELA 50 - QUANTIDADE DE TURISTAS QUE CHEGARAM AOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA.....	150
TABELA 51 - ÍNDICES E CLASSIFICAÇÕES DE RENDA E IDH DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA	151
TABELA 52 - FLORESTAS, SAVANAS E DESERTOS/SEMI-ÁRIDOS - SUL DA ÁSIA	152
TABELA 53 - PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE ESTABELECIDO NOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA	152
TABELA 54 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR PAÍS	153
TABELA 55 - NÚMERO DE QUARTOS EM HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES POR KM2 NO PAÍS.....	154
TABELA 56 - QUANTIDADE DE AEROPORTOS POR PAÍS.....	154
TABELA 57 - RELAÇÃO DE LÍNGUAS OFICIAIS E TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA	155
TABELA 58 - ANÁLISE DE RISCO DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA	155
TABELA 59 - ÍNDICE DE CRIMINALIDADE NOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA.....	156
TABELA 60 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EFETIVA (1995 = 100)	156
TABELA 61 - DESPESAS E RECEITAS COM TURISMO INTERNACIONAL* (US\$ MILHÕES).....	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DO PIB REAL, TURISTAS E RECEITA DE TURISMO NO MUNDO (1950-2001)	08
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR SETOR EM DÓLARES CORRENTES E PIB REAL MUNDIAL	26
GRÁFICO 3 - RELAÇÃO DE AVERSÃO AO RISCO	78
GRÁFICO 4 - EMISSÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL (1980-2000)	119
GRÁFICO 5 - RECEPÇÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL (1990-2000)	119
GRÁFICO 6 - EMISSÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁFRICA (1980-2000)	143
GRÁFICO 7A - RECEPÇÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁFRICA - A - (1990-2000)	144
GRÁFICO 7B - RECEPÇÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁFRICA - B - (1990-2000)	144
GRÁFICO 8 - EMISSÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA (1980-2000)	157
GRÁFICO 9 - RECEPÇÃO DE TURISTAS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO DOS PAÍSES DO SUL DA ÁSIA (1990-2000)	158

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPA 1 - SAÍDAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS POR PAÍSES – VALORES ABSOLUTOS (1998) .42	
MAPA 2 - O MUNDO ATRAVÉS DA CLASSIFICAÇÃO DE RENDA DADA PELO BANCO MUNDIAL ..44	
MAPA 3 - MAPA DO MUNDO SEPARANDO AS REGIÕES A SEREM ANALISADAS102	
MAPA 4 - ÁREA COM MAIOR POTENCIAL DE EMISSÃO DA AMÉRICA DO SUL.....106	
MAPA 5 - ÁREA COM MAIOR POTENCIAL DE EMISSÃO DE TURISTAS DA ÁFRICA.....128	
MAPA 6 - ÁREA COM MAIOR POTENCIAL DE EMISSÃO DE TURISTAS DO SUL DA ÁSIA149	
FIGURA 1 - PROCESSO DE ESCOLHA DO DESTINO.....13	
FIGURA 2 - RELAÇÃO ENTRE CONJUNTO CENTRAL DE ESCOLHAS.....14	
FIGURA 3 -EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS18	
FIGURA 4 - CESTA DE PRODUTO COMPOSTO CONSUMIDO PELO TURISTA ESTRANGEIRO19	
FIGURA 5 - ANÁLISE DE CONSTRUÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA58	
FIGURA 6 - ÍNDICE DE TECNOLOGIA TURÍSTICA.....59	
FIGURA 7 - GRAU DE ATRATIVIDADE DO EVENTO X.....69	

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CIRCULAÇÃO DOS GASTOS EM TURISMO E DEMANDA POR PROFISSIONAIS.....	31
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES SELECIONADAS EM GRUPO	33
QUADRO 3 – RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E RENDA	45
QUADRO 4 – RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	47
QUADRO 5 – RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E TAMANHO DO PAÍS.....	49
QUADRO 6 – RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E POPULAÇÃO	50
QUADRO 7 – RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E POPULAÇÃO DEPENDENTE.....	51
QUADRO 8 - RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO DE TURISTAS E POPULAÇÃO ACIMA DE 65 ANOS	52
QUADRO 9 – RELAÇÃO ENTRE RECEPÇÃO DE TURISTAS E IDH	54
QUADRO 10 – RELAÇÃO ENTRE RECEPÇÃO DE TURISTAS E NÚMERO DE AEROPORTOS	63
QUADRO 11 – VARIÁVEIS UTILIZADAS COMO <i>PROXYS</i> NA CONSTRUÇÃO DO ITT	64
QUADRO 12 – RELAÇÃO ENTRE RECEPÇÃO DE TURISTAS E ITT	66
QUADRO 13 – RELAÇÃO ENTRE RECEPÇÃO DE TURISTAS E COMÉRCIO INTERNACIONAL	67
QUADRO 14 – DEFINIÇÃO DO ESPAÇO PARA DETERMINAR A ATRATIVIDADE DO EVENTO X	68
QUADRO 15 – IMPACTO DA VARIAÇÃO CAMBIAL NOS CUSTOS DE VIAGENS INTERNACIONAIS ..	74
QUADRO 16 – VARIÁVEIS CONSIDERADAS NO FLUXO DE VIAGENS INTERNACIONAIS.....	80
QUADRO 17 – ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS, <i>PROXYS</i> E DENOTAÇÕES UTILIZADAS NOS MODELOS DE EMISSÃO	86

QUADRO 18 – RESULTADOS DO MODELO DE EMISSÃO	88
QUADRO 19 – RESULTADOS DO MODELO DE GASTOS COM TURISMO INTERNACIONAL	90
QUADRO 20 – ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS, <i>PROXYS</i> E DENOTAÇÕES UTILIZADAS NOS MODELOS DE ATRAÇÃO	93
QUADRO 21 – RESULTADOS DO MODELO DE ATRAÇÃO.....	94
QUADRO 22 – RESULTADOS DO MODELO DE RECEITA COM TURISMO INTERNACIONAL	96

OS DETERMINANTES DO TURISMO INTERNACIONAL E AS RESTRIÇÕES À INSERÇÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO:

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REGIÕES DA AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA E SUL DA ÁSIA

Autor: MARCIO JOSÉ VARGAS DA CRUZ

Orientador: CÁSSIO FREDERICO CAMARGO ROLIM

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar os determinantes do fluxo de turismo internacional, buscando diagnosticar as principais restrições à expansão deste setor nos países em desenvolvimento, utilizando-se de uma análise comparativa para as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia. Para isto, procurou-se especificar os determinantes do fluxo de turismo internacional, testando as variáveis através do instrumental econométrico, visando constatar sua validade empírica. Na análise foi utilizado o modelo de dados em painel por se demonstrar mais adequado ao objetivo de identificar os fatores relevantes de forma generalizada. Procurou-se, também, discutir o desempenho dos países da América do Sul, África e Sul da Ásia no fluxo de turismo internacional, com base nos determinantes especificados, buscando identificar a validade destes determinantes gerais no caso destes países e comparando-os de forma a identificar as especificidades e homogeneidade entre estas regiões, constituídas por países em desenvolvimento. O estudo aponta para o fato de que a renda é um determinante fundamental para explicar a emissão de turistas, o que se traduz numa constatação esperada. Além da análise dos quadros com gráficos que apresentam os graus de dispersão, através dos resultados econométricos há indícios de uma elasticidade-renda elevada, com relação aos gastos, o que caracteriza a atividade composta de bens e serviços superiores. Referindo-se à atração, destaca-se o papel da variável risco relacionado à segurança e do desenvolvimento do país, identificado através do Índice de Desenvolvimento Humano. Através. A análise comparativa entre as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, demonstrou que o desempenho Destes países apresenta consistência com os determinantes gerais, em função das condições dos mesmos. Ou seja, os países que apresentavam condições mais favoráveis de emissão, de acordo com os determinantes gerais

identificados nos capítulos 2 e 3, foram de fato os que mais emitiram turistas, ao longo das duas últimas décadas. Por outro lado, os principais receptores de turistas foram aqueles que demonstravam características favoráveis à recepção de turistas, de acordo com os determinantes gerais. Contudo, deve-se considerar o fato de que, assim como no mercado de bens, o surgimento de novos produtos diferenciados pode gerar um deslocamento da demanda para o mesmo. No caso da atividade turística, a busca por novos destinos, poderá favorecer o incremento dos países em desenvolvimento no fluxo internacional. Entretanto, não se deve desconsiderar as barreiras a serem enfrentadas, pois, caso contrário, isto poderá ser revertido em expectativas superestimadas quanto ao potencial turístico de um país.

THE DETERMINANTS OF INTERNACIONAL TOURISM AND THE RESTRICTIONS TO THE INCLUSION OF DEVELOPING COUNTRIES:

A COMPARATIVE ANALYSIS OF SOUTH AMERICA, AFRICA AND SOUTHERN ASIA

ABSTRACT

This research aims at identifying the determinants of the international tourism flow and diagnosing the main restrictions on its expansion in developing countries. The researchers made a comparative analysis of South America, Africa and Southern Asia specifying the determinants of international tourism flow by applying an econometric tool in order to establish an empirical evidence. The analysis was based on panel models due to its adequacy for identifying prominent factors in a generalized form. Furthermore, this paper discusses the performance of South American, African and South Asian countries in international tourism, with regard to their determinants. We sought to identify the empirical coherence of these general determinants and to compare the specificities and homogeneity of these regions comprising developing countries. This study concluded that income is a fundamental determinant to explain the emission of tourists and there are signs of a significant elasticity, which is empirically coherent. Regarding tourism attractiveness, we found out that the relevant roles of a country security risks and development level could be estimated by the Human Development Index - HDI. The comparative analysis of South America, Africa and Southern Asia revealed that the performance of their countries was consistent with the general determinants due to their conditions, for example, their distance from the richer countries. Furthermore, it should be understood that new differentiated tourism products can generate a displacement of the demand for the even. Regarding the tourist activity, it will be able to favor the developing countries in the international flow. However, they should not ignore the barriers they will face otherwise it could result in an overestimated expectation regarding country the tourism potential of a country.

INTRODUÇÃO

As viagens mantêm um papel importante nas relações sociais, ao longo da história da humanidade. Porém, foi após a Segunda Guerra Mundial que a atividade turística obteve maior projeção econômica, alcançando representatividade no contexto global e inserção no comércio internacional. Dentre os principais fatores que possibilitaram o crescimento da atividade turística neste período, destacam-se o crescimento significativo da renda, o avanço na legislação trabalhista e as inovações relacionadas aos meios de locomoção, principalmente o transporte aéreo.

A atividade turística internacional é caracterizada pela locomoção de pessoas entre países, proveniente de um fenômeno social extremamente relacionado ao fator econômico. Pois, tem como base o consumo de bens e serviços ofertados em determinados espaços físicos que não correspondem ao país no qual o turista fixa moradia. De acordo com dados preliminares da Organização Mundial de Turismo (OMT), durante o ano de 2002, o fluxo internacional de turistas, através do qual é possível obter receita ou gerar despesas cambiais, foi de aproximadamente 702,6 milhões de pessoas, gerando uma receita média de US\$ 675 por turista, equivalente a um total de aproximadamente US\$ 475 bilhões de ingressos com esta atividade. (OMT, 2003 a,b)

A atividade turística apresenta, entre outras peculiaridades importantes, a necessidade de locomoção do consumidor até o local em que os bens e serviços turísticos estão sendo ofertados, o que a difere das principais pautas de comércio internacional, as quais ocorrem através da locomoção dos bens e não dos consumidores. Isto se dá pelo fato de que os serviços são caracterizados pela ocorrência da produção e consumo ao mesmo tempo e espaço, estando a prestação dos serviços turísticos em função da locomoção do consumidor.

Entretanto, apesar da relevância na economia mundial e do importante efeito multiplicador econômico quanto à geração de emprego, renda, receita tributária e cambial, o crescimento da atividade turística foi bastante desproporcional nas diversas regiões do mundo. É possível constatar uma clara concentração do fluxo de turismo internacional nos países desenvolvidos, ou em regiões próximas a estes países.

Se os fatores econômicos, relacionados à renda e disponibilidade de tempo proporcionado através da legislação trabalhista favorecem a emissão de turistas por parte dos países desenvolvidos, existem outros fatores que também atuam na atração de turistas por estes países. Dentre eles, a própria proximidade geográfica dos demais países desenvolvidos, os quais apresentam uma maior capacidade de demanda; índices elevados de desenvolvimento

humano, condições favoráveis quanto à capacidade de oferta, relacionadas à atratividade turística (principalmente relacionada aos atrativos turísticos construídos), acessibilidade (através de tecnologias relacionadas aos meios de locomoção, reduzindo o tempo e o custo das viagens, bem como a um melhor acesso às informações do destino), diversificação da oferta (relacionada à maior quantidade de opções de composição de cestas de bens e serviços em um determinado destino), articulação do setor e maior segurança no destino.

Estes fatores tendem a restringir uma maior participação dos países em desenvolvimento no fluxo de turismo internacional, fazendo com que os benefícios econômicos gerados por esta atividade concentrem-se nas economias avançadas, as quais de forma geral apresentam-se localizadas na América do Norte e Europa Ocidental, com algumas exceções, tais quais na Ásia e Oceania.

Além de liderarem o mercado emissor de turistas internacionais, o que seria explicado por sua condição de renda mais elevada, os países desenvolvidos também mantiveram-se à frente do fluxo receptivo, o que não seria necessariamente explicado pelos mesmos motivos, ainda que estes possam estar correlacionados. Esta demanda estaria em função da renda de outros países e de outros fatores que ao longo do processo de crescimento da atividade turística tem possibilitado um acesso restrito a maior parte dos países não desenvolvidos.

Se somadas, as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, representam aproximadamente 1/3 do território mundial, e conjuntamente receberam menos do que 7% dos turistas internacionais e aproximadamente 10% da receita turística no ano 2000, conforme OMT (2003a).

Portanto, assim como em outros setores do comércio internacional, os países em desenvolvimento têm alcançado pouca inserção no fluxo de viagens internacionais, salvo algumas exceções. Embora a década de 1990 tenha demonstrado maiores taxas de crescimento desta atividade a nível internacional nos países pobres e em desenvolvimento, em termos proporcionais esta participação ainda é pouco representativa. Existem aspectos relacionados à dinâmica deste setor que necessitam ser mais bem compreendido. Ainda que apresentem vantagens comparativas quanto aos atrativos naturais, faltam aos países em desenvolvimento outras condições necessárias para transformar estas vantagens em benefício ao bem-estar social da comunidade local através dos efeitos econômicos gerados pela atividade turística.

Esta dissertação tem como objetivo geral identificar os determinantes do fluxo de turismo internacional, buscando diagnosticar as principais restrições à expansão

deste setor nos países em desenvolvimento, utilizando-se de uma análise comparativa para as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia.

De maneira específica objetiva-se: i)- Demonstrar as relações econômicas relacionadas à atividade turística, quanto à geração de renda e emprego e a relevância deste setor no atual cenário econômico; ii)- Especificar os determinantes do fluxo de turismo internacional, testando as variáveis através do instrumental econométrico, para constatar sua validade empírica; iii)- Discutir o desempenho dos países da América do Sul, África e Sul da Ásia no fluxo de turismo internacional, com base nos determinantes especificados, buscando identificar a validade destes determinantes gerais no caso destes países e comparando-os de forma a identificar as especificidades e homogeneidade entre estas regiões.

Parte-se da hipótese de que a quantidade de turistas internacionais que um país recebe está em função da renda externa, da distância geográfica do mercado consumidor potencial dado pela capacidade de emissão de turistas dos demais países, do grau de desenvolvimento humano, das condições de oferta e tecnologia turística (formadas pela atratividade, diversificação e acessibilidade), da proximidade cultural frente aos centros emissores, das relações comerciais e atratividade de negócios com os demais países, da complementaridade dos destinos, da articulação do setor, do preço e da segurança.

Apesar de manterem diversas características que lhes dotam de grande potencial relacionado aos atrativos naturais, os países da América do Sul, África e Sul da Ásia apresentam limitações em grande parte nos fatores acima citados, restringindo uma maior participação destes no mercado turístico internacional.

Dado que a atividade turística gera impactos relevantes via demanda agregada, geração de postos de trabalho e receitas internacionais torna-se fundamental a execução de políticas que visem amenizar as restrições destes países à obtenção de resultados mais expressivos advindos da atividade turística internacional, considerando os principais determinantes deste processo.

Para alcançar as respostas às questões a que esta dissertação se propôs a responder, entendeu-se que seria necessário apresentá-la em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata de uma discussão sobre o impacto econômico através da atividade turística. Primeiramente, são apresentados alguns dados introdutórios para que o leitor tenha conhecimento da evolução do mercado turístico internacional. Em seguida, são tratadas as questões conceituais relacionadas a turismo, tendo como base as definições da Organização Mundial do Turismo (OMT). A partir destes conceitos, são discutidas as especificidades da

demanda por turismo, através de uma abordagem microeconômica, a qual oferece uma base aos micro-fundamentos utilizados na análise dos determinantes, apresentada no capítulo 2 e são identificados através de dois sistemas, as principais diferenças entre o comércio internacional de bens e o de turismo. Uma vez que os objetivos estão relacionados ao fluxo de turismo internacional é fundamental definir este fenômeno, identificando o que se entende por turismo, em quais situações o indivíduo é considerado um turista e porque alguns fatores não considerados no comércio internacional de bens são relevantes no de serviços, especificamente no caso das atividades turística.

Ainda no primeiro capítulo é apresentado como se dá o impacto econômico da atividade turística internacional de forma agregada, especificando e demonstrando a participação da conta Viagens Internacionais na composição do Balanço de Pagamentos. Neste caso, é apresentada a equação da demanda agregada para uma economia aberta através do modelo Mundell-Fleming, desagregando as contas que compõem as Transações Correntes. Isto se faz no intuito de demonstrar como, através das Viagens Internacionais são obtidas as receitas cambiais, às quais são contabilizadas numa conta específica correspondente à Balança de Serviços e de que forma se dá o impacto destas divisas no produto da economia, comparando seu desempenho com o de outros setores ao longo das últimas décadas.

O primeiro capítulo é finalizado com uma discussão sobre turismo e mercado de trabalho. São levantadas algumas referências que demonstram como o setor de serviços aumentou de forma significativa sua participação na composição ocupacional, ao longo o último século. Neste caso, a atividade turística basicamente constituída pelo setor de serviços, sendo intensiva em mão-de-obra e alcançando significativa projeção internacional nas últimas décadas. São utilizadas as obras de ARBACHE (2001), BAPTISTA (1990), GERSHUNY & MILES (1988), LEIPER (1999) LICKORISH & JENKINS (2000), PETIT (1987), RABAHY (2003), VANHOVE (1980), junto aos dados do World Travel and Tourism Council (WTTC) como referencial. Esta abordagem demonstra a importância do desenvolvimento do turismo internacional em países não desenvolvidos.

Este primeiro capítulo introduz o leitor sobre o atual cenário do turismo internacional e fundamenta a relevância da inserção de países em desenvolvimento que apresentem potencialidade neste setor. Além de favorecer a obtenção de melhores saldos em Transações Correntes, trata-se de uma atividade intensiva em mão-de-obra, indo ao encontro de dois problemas encontrados em diversas economias em desenvolvimento: o desemprego e as restrições externas.

Feito o levantamento sobre a relevância desta atividade, cabe discutir o que determina o fluxo do turismo internacional. Este é o papel do capítulo 2, o de identificar quais seriam os principais fatores que explicariam a quantidade de turistas estrangeiros recebidas por um determinado país e a receita cambial gerada por este fluxo. Entretanto, para se aprofundar nesta discussão, é necessário identificar também quais os fatores que explicariam a capacidade de emissão de turistas internacionais de um país, principalmente pelo fato de que o custo de transporte tende a ter um peso significativo nos gastos envolvidos por esta atividade. Neste caso, a proximidade geográfica a países com maior capacidade de emissão, torna-se um componente relevante para a compreensão deste fluxo.

O referencial teórico para esta discussão teve como base alguns levantamentos sobre trabalhos empíricos relacionados ao tema apresentados por WITT & WITT (1995) e CROUCH (1996). Alguns estudos empíricos recentes relevantes a esta discussão, representados por DIVISEKERA (2003), EILAT & EINAV (2003) e a obra de FRECHTLING (1996) que traz uma abordagem teórica sobre o processo de previsão no turismo e a utilização de análises de regressão, de maneira mais específica nos capítulos 3 e 7. Embora seja uma análise do ponto de vista macroeconômico, estes fatores são identificados através de especificidades da demanda por turismo que tendem a ser relevantes no processo de decisão do consumidor.

Estes dois últimos autores foram os mais relevantes na constituição deste capítulo. FRECHTLING (1996) apresenta uma divisão entre os fatores de atração, emissão e resistência no turismo, a qual foi base da metodologia utilizada para a identificação das variáveis relevantes e especificação do modelo econométrico tratado no capítulo 3. Cada um destes fatores foi discutido de maneira específica, retratando sua relação com a emissão e atração de turistas internacionais, sendo demonstrados o grau de dispersão através de quadros, com gráficos em valores absolutos e em logaritmos, nos casos em que houve dados disponíveis.

Os fatores analisados e as variáveis utilizadas como *proxy* tiveram como referência as obras citadas acima, agregadas complementações do autor, as quais são identificadas no início do capítulo 3, através de um quadro que demonstra quais das variáveis foram abordadas pelos autores citados. O capítulo 3 apresenta a utilização do instrumental econométrico, através do modelo de dados em painel, buscando verificar de forma empírica a significância dos fatores abordados como principais determinantes do turismo internacional no capítulo 2.

Neste caso, optou-se pela utilização do modelo de dados em painel por se demonstrar mais adequado ao objetivo de identificar os fatores relevantes de forma generalizada. O modelo permitiu a utilização dos dados relacionados à aproximadamente 110 países, com séries de tempo referentes a 20 observações para o fluxo emissivo (1980 a 1999) e 12 observações para o fluxo receptivo (1990 a 2001), obtendo coeficientes comuns para as variáveis explicativas. Ao leitor não familiarizado, foi elaborado um compêndio, o qual segue em anexo, abordando uma discussão introdutória sobre algumas especificidades da análise em painel, possibilitando uma compreensão básica a respeito deste método.

Portanto, os capítulos 2 e 3 buscam identificar os principais determinantes do fluxo de turismo internacional de modo generalizado, utilizando-se da maior quantidade de informações possíveis, relacionadas ao máximo de países. Por fim, uma vez identificados os principais determinantes, resta saber por que os países em desenvolvimento que compõem as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, apresentam uma baixa inserção no fluxo de turismo internacional.

Para tratar esta questão, o capítulo 4 consiste numa análise comparativa entre estas regiões, identificando as especificidades de cada país, buscando explicar o desempenho agregado e específico das regiões. O método utilizado foi a análise de cada região específica, demonstrando os dados relativos a cada país que a compõem, com base na estrutura do capítulo 2 e nas variáveis identificadas como representativas dos principais determinantes. As regiões foram tratadas separadamente seguindo a ordem respectiva de América do Sul, África e Sul da Ásia. Ao final, são apresentadas algumas considerações sobre pontos convergentes e divergentes entre estas regiões e a adaptação dos fatores determinantes para explicar as restrições a uma maior inserção das mesmas no fluxo de turismo internacional.

CAPÍTULO 1 - O IMPACTO ECONÔMICO ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O período pós segunda guerra mundial é caracterizado por um cenário econômico, político, tecnológico e cultural que favoreceu o crescimento da atividade turística. Ainda que o deslocamento de pessoas entre distintas regiões geográficas se mantivesse presente ao longo da história da humanidade, a partir deste momento foram propiciadas as condições para que se tornasse um fenômeno de massa. Em decorrência, foram desencadeadas uma série de atividades econômicas, sendo a maior parte delas relacionadas à prestação de serviços.

Ao longo do tempo, os resultados econômicos advindos da atividade turística se tornaram relevantes, seja através da geração de renda, tributos, investimentos e principalmente postos de trabalho. A tabela 1 apresenta a evolução do número de turistas a partir de 1950, demonstrando através de dados referentes ao ano especificado, o desempenho significativo no crescimento deste fluxo.

Tabela 1 – Deslocamento de turistas internacionais em todo o mundo

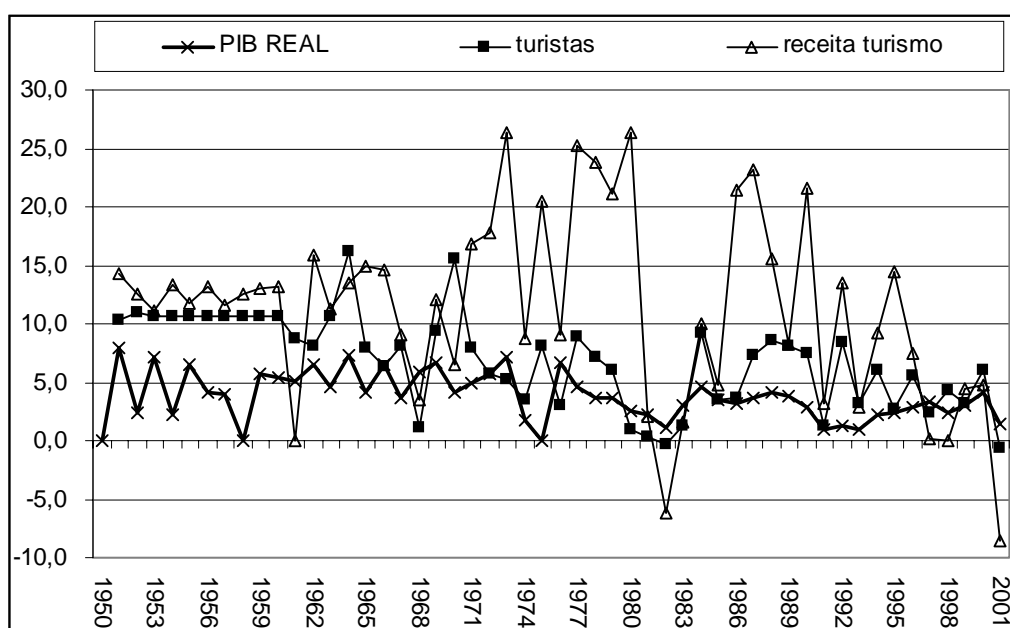
Anos	Chegada de Turistas ⁽¹⁾ (Milhões)	Receitas US\$ ⁽²⁾ (Bilhões)	Anos	Chegada de Turistas (Milhões)	Receitas US\$ (Bilhões)	Anos	Chegada de Turistas (Milhões)	Receitas US\$ (Bilhões)
1950	25,2	2,1	1970	165,8	17,9	1990	458,2	268,9
1951*	27,8	2,4	1971	178,9	20,9	1991	464,0	277,6
1952*	30,9	2,7	1972	189,1	24,6	1992	503,4	315,1
1953*	34,1	3,0	1973	198,9	31,1	1993	519,0	324,1
1954*	37,8	3,4	1974	205,7	33,8	1994	550,5	354,0
1955*	41,8	3,8	1975	222,3	40,7	1995	565,5	405,1
1956*	46,3	4,3	1976	228,9	44,4	1996	596,5	435,6
1957*	51,2	4,8	1977	249,3	55,6	1997	610,8	436,0
1958*	56,6	5,4	1978	267,1	68,8	1998	636,7	436,0
1959*	62,7	6,1	1979	283,1	83,3	1999	656,9	455,5
1960	69,3	6,9	1980	286,0	105,3	2000	696,8	477,0
1961	75,3	6,9	1981	287,1	107,5	2001	692,6	436,1
1962	81,4	8,0	1982	286,1	100,9	2002 ⁽³⁾	703,0	474,0
1963	90,0	8,9	1983	289,6	102,5	2003**	735,2	496,9
1964	104,6	10,1	1984	316,4	112,7	2004**	768,9	521,0
1965	112,9	11,6	1985	327,2	118,1	2005**	804,2	546,2
1966	120,0	13,3	1986	338,9	143,5	2006**	841,1	572,6
1967	129,8	14,5	1987	363,8	176,8	2007**	879,7	600,3
1968	131,2	15,0	1988	394,8	204,3	2008**	920,0	629,3
1969	143,5	16,8	1989	426,5	221,3	2009**	962,2	659,8

Fonte: (1) Anuário de Estadísticas de Turismo, v.1, 49 ed., OMT (Anos 1950-1994) e Anuário da Embratur, 2001 (1994-2000); (2) Anuário Estatístico da Embratur, 2001, (*) Valores inferidos para chegadas e receitas do turismo. *apud* RABAHY (2003, p.3) & (3) *O ano 2002 foi atualizado com base em OMT (2003a), ** Elaborada pelo autor com base na previsão da OMT para 2010, em OMT (2003a)*

O crescimento significativo da atividade turística, também ocorreu no âmbito da ampliação de sua relevância na pauta de comércio internacional. De acordo com dados apresentados por RABAHY (2003), numa relação entre receita turística e exportações mundiais, este setor passa de uma participação de 3,6% em 1950 para uma média de 8% na década de 1990¹.

O fato é que neste período as taxas de crescimento relacionadas ao turismo internacional, tanto ao volume de turistas quanto à receita cambial advinda desta atividade, foram bastante relevantes. O gráfico 1 demonstra que o crescimento da atividade turística foi maior do que o PIB real ao longo deste período, com exceção dos anos 1982 e 2001, ambos de recessão econômica onde a variação do número de turistas foi menor do que o PIB. Concomitantemente, além destes anos, junta-se 1958, 1996 e 1997 quando a variação da receita advinda deste setor foi inferior à do PIB real.

Gráfico 1 – Variação do PIB Real, Turistas e Receita de Turismo no Mundo (1950-2001)



Fonte: OMC (2003) & OMT *apud* RABAHY (2003)

O rápido crescimento da atividade turística lhe garantiu uma posição relevante tanto no comércio internacional, quanto no PIB de diversos países, através do fluxo

¹ Porém, neste caso está se considerando apenas as exportações de bens, desvinculada dos serviços comerciais, pauta na qual consta a atividade turística no atual modelo de Balanço de Pagamentos, proposto pelo Fundo Monetário Internacional. (FMI, 2003a).

de turistas estrangeiros e domésticos. Conforme EILAT & EINA V (2003) com base em dados da OMT, trata-se de uma indústria intensiva em mão-de-obra, empregando mais de 100 milhões de pessoas, somente com turismo internacional. A expectativa é de que em 2010, as viagens internacionais gerem uma receita superior a um trilhão de dólares. Além disso, há também o turismo interno, que mantém um papel fundamental na geração de renda e postos de trabalho, tornando ainda mais expressivo os resultados desta atividade.

O World Travel & Tourism Council (WTTC) utilizando-se da metodologia da Conta Satélite de Turismo (CST), projetou que em 2003 as atividades relacionadas a viagens e turismo tiveram impacto direto na geração de 67,5 milhões de emprego – representando 2,6% do total de emprego – e US\$ 1,280 trilhões no PIB mundial – representando 3,7% do total. Contudo, direta e indiretamente, estima-se que o setor seja responsável por 194,562 milhões de emprego – 7,6% dos postos de trabalho no mundo, US\$ 3,526 trilhões – equivalente a 10,2% do PIB mundial, US\$ 1,006 trilhões em exportação de serviços e mercadorias e US\$ 686 bilhões em investimento de capital, mantendo uma expectativa de crescimento bastante promissora para os próximos dez anos. (WTTC, 2003)

Entretanto, ainda que esteja implícita na evolução desta atividade, a mensuração do impacto econômico resulta em tarefa complexa. De acordo com FLETCHER (1989), isto se dá porque a atividade não ocorre dentro de um modelo conhecido de forma comum do setor industrial. Um dos problemas ao se mensurar o impacto econômico desta atividade, advém muitas vezes do fato de se considerar apenas as receitas diretas do setor e os empregos gerados na linha de frente (hotéis, restaurantes, agências, etc.), sem considerar seus efeitos multiplicadores.

FLETCHER (1989) defende a matriz insumo-produto como a mais indicada para se analisar o impacto econômico da atividade turística. Apesar de existirem algumas desvantagens, assim como num cálculo de multiplicador *ad hoc* ou então da análise custo benefício, a análise insumo-produto oferece aos executores de política uma melhor dimensão dos efeitos de cadeia proporcionado pela atividade turística. Neste caso, a maior desvantagem desta análise, refere-se ao custo e o tempo necessário para implementá-la. O autor discorre sobre o caso da República da Coreia, que teria iniciado a construção de modelos insumo-produto em bases regulares já na década de 1960. Este país teria concluído que o turismo não só alcançaria efeitos importantes para a economia, mas também uma performance tão boa quanto outros setores industriais em termos de eficiência na atração de investimentos e receita cambial.

“As tourism is multi-faceted and has a very diverse impact on all the industries in the Republic of Korea, the use of the input-output model which emphasize analysis of diverse inter-industry relationships appears to be the appropriate analytical tool.” (Song and Ahn 1983:163) apud FLETCHER (1989: 517)

As dificuldades acerca da análise do impacto econômico são apresentadas por ARCHER (1996), principalmente no que se refere à falta de dados apropriados para a análise. No caso dos estudos turísticos, seria ideal ter acesso ao dispêndio por turista em cada setor da economia, preferencialmente separado por categorias (país de residência, tipo de acomodação utilizada, etc.). Contudo, raramente são publicados dados neste sentido, fazendo com que os pesquisadores tenham que buscar métodos alternativos de adaptação de dados de acordo com a necessidade de seus modelos.

Apesar da dificuldade em se mensurar o impacto econômico da atividade turística, é possível identificar quais os principais agregados econômicos afetados por ela. Dentre eles, destacam-se o impacto na renda, consumo, emprego, tributos e investimentos, com um significativo efeito em cadeia.

Para se aprofundar nesta análise, é importante recorrer a alguns conceitos bases, tendo como origem a Conta Satélite de Turismo (*Tourism Satellit Account – TSA*) a qual foi aprovada em 2000 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, como um novo padrão de medida internacional para as contas relacionadas à atividade turística utilizado pela OMT. Estas definições apresentadas a seguir são fundamentais para a discussão sobre os impactos econômicos advindos da atividade turística, uma vez que delimita o que é turismo, em suas diferentes formas.

1.1 Abordagem conceitual

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano por motivos de lazer, negócios e outros, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada. O uso deste conceito amplo, permite identificar tanto turismo entre países quanto turismo dentro do próprio país, referindo-se a todas as atividades dos visitantes, incluindo turistas (visitantes que pernoitam) e visitantes do dia (excursionistas que não pernoitam). OMT (2003f)

Dentro deste conceito, a OMT considera as seguintes formas de se praticar o

turismo:

- a)- Turismo doméstico: é o turismo de visitantes residentes, no território econômico do país de referência;
- b)- Turismo receptivo: é o turismo de visitantes não residentes, no território econômico do país de referência;
- c)- Turismo emissivo: é o turismo dos visitantes residentes, fora do território econômico do país de referência;
- d)- Turismo interno: é o turismo dos visitantes, tanto residentes como não residentes, no território econômico do país de referência;
- e)- Turismo nacional: é o turismo de visitantes residentes, dentro e fora do território econômico do país de referência

Portanto, estes são os canais de interação da atividade turística sob o enfoque econômico e territorial, tanto no contexto doméstico quanto internacional. Para isso, também é importante reconhecer a subdivisão entre visitantes internacionais e internos, podendo, em ambos os casos, serem considerados turistas ou excursionista.

Estes conceitos servirão de base para se demonstrar as relações econômicas promovidas pela atividade turística. Em primeiro lugar é importante ressaltar o fato de que o turista ou visitante, nacional ou internacional, ao se locomover a uma outra localidade estará levando consigo suas necessidades diárias básicas de habitação, locomoção e alimentação. Além disso, necessidades outras que podem ou não estar presentes no cotidiano deste consumidor: lazer, diversão, conhecimento, diversidade cultural, etc., as quais serão transformadas em demandas no local visitado.

O turismo é fundamentalmente uma atividade de serviços e por definição, estas atividades se caracterizam pelo fato da produção e consumo ocorrerem concomitantemente, tornando-se uma atividade não transportável.

Uma vez que o conceito de visitante doméstico ou internacional, exclui aqueles que tem como principal propósito da visita o exercício de uma atividade remunerada provinda do país ou lugar visitado, este estará transferindo demanda a esta localidade, sem que haja a transferência da oferta de sua mão-de-obra. Isto é, a renda necessária para que o visitante demande bens e serviços advém de uma localidade distinta àquela visitada, sendo portanto uma renda externa à esta região.

1.2 As especificidades da demanda por turismo

A atividade turística possui algumas especificidades importantes, às quais podem ser analisadas no âmbito microeconômico. De forma geral, o processo de escolha do indivíduo por um destino turístico internacional, inicia-se antes do contato com os serviços e produtos a serem consumidos, sendo caracterizado por dois estágios.

De acordo com ANDRADE (2003), a não consideração das especificidades do turismo e a adoção de modelos de demanda turística utilizando uma teoria microeconômica geral, têm levado a resultados empíricos não satisfatórios, conforme pode ser visto nos trabalhos realizados por ATHYAMAN (1997) e LIM (1998).

Dois fatores significantes neste processo são as restrições orçamentárias e de tempo. Conforme MORLEY (1992), as restrições referentes ao tempo, são dadas pela equação (1):

$$t + t' \leq T \quad (1)$$

Onde:

t: tempo de descolamento (trânsito)

t': tempo gasto no destino

T: tempo potencial a ser gasto em turismo

Neste caso, numa primeira abordagem, é assumido que a utilidade é derivada somente do tempo t. RUGG (1973) também ressalta a importância do tempo disponível e da renda. Retornando ao modelo de MORLEY (1992), a renda pode ser gasta em quantidades q a preços p, ou em turismo. Contudo, gastos em turismo requerem o pagamento do transporte necessário ao deslocamento, f, gasto na viagem, mais o preço, c₀, por unidade de tempo gasta com turismo (excluindo o tempo de trânsito). Portanto, a restrição orçamentária é apresentada pela equação (2):

$$p' \cdot q + c_0 + f \leq Y \quad (2)$$

Onde:

p: vetor do preço de outros bens;

c₀: preço por unidade de tempo gasto com turismo

t[^]: tempo gasto no trânsito

f: gasto com transporte

Estas especificidades têm um peso importante para explicar o processo de escolha do turismo por um destino, uma vez que o gasto com transporte tende a estar

diretamente relacionado à distância² e escala do fluxo, principalmente no caso do transporte aéreo.

Com base na teoria da análise custo/benefício apresentada em FRANK (1997), no caso do turismo internacional tem-se que o indivíduo irá analisar o custo³ em fazer uma viagem para fora do país que fixa residência, em detrimento do benefício advindo da mesma. Esta viagem ocorrerá caso o benefício seja maior ou no mínimo igual ao custo/oportunidade de realizá-la e o indivíduo tenha renda e tempo disponível para este consumo.

Portanto, pode-se dizer que a demanda por turismo internacional é representada pela seguinte função:

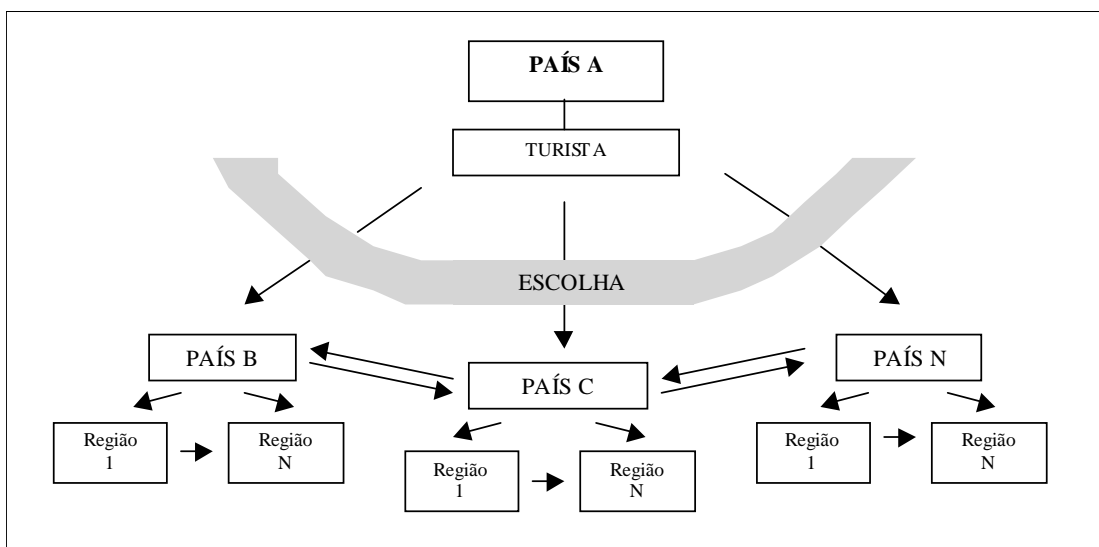
$$DTI = f(y, T, p', q, c_0, f, \alpha) \quad (3)$$

Onde:

DTI: demanda por turismo internacional; y: renda do indivíduo; t: tempo disponível para viagem, α : outras variáveis consideradas na análise custo/benefício.

Portanto, dado que f e t' tendem a ser maior, quanto mais distante o destino a ser visitado, isto tende a encarecer a opção por destinos distantes, fazendo com que as restrições de tempo e renda favoreçam a procura pela opção mais próxima, o que explicaria uma característica regional a esta atividade. Aprofundando-se na análise da escolha do indivíduo por um destino, a figura 1 demonstra o processo de dois estágios ao qual o turista é levado a agir.

Figura 1 – Processo de escolha do destino



Fonte: elaborado pelo autor

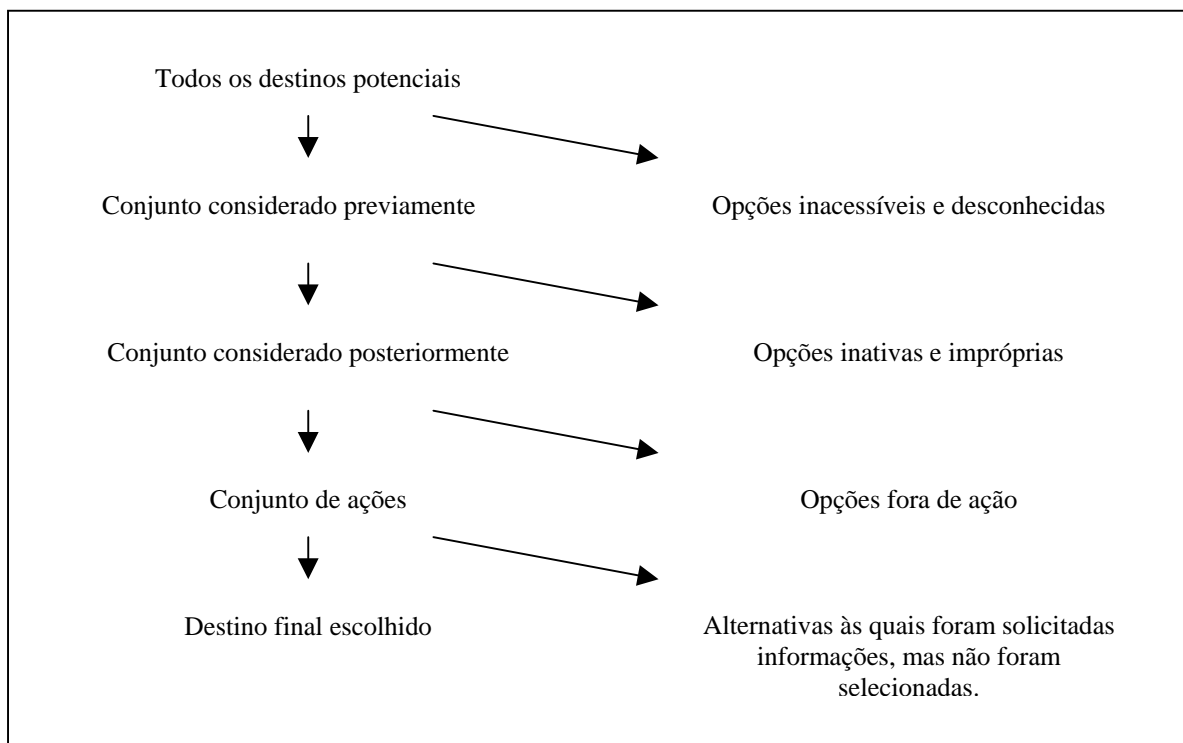
² No capítulo 2 (pgs. 66 a 69) esta questão é tratada de forma empírica, buscando demonstrar a escolha de um turista norte americano por um destino caracterizado com lazer em litoral.

³ neste caso o custo a ser considerado, refere-se ao custo/oportunidade. (ver FRANK, 1997)

De acordo com a figura 1, num primeiro momento o turista internacional escolhe por um determinado país, seguido da escolha por regiões (localidades) dentro deste país. Muitas das vezes, o processo ocorre de forma direta, ou seja, uma vez que o produto turístico é oferecido em uma cidade, o turista pode escolher diretamente a região a ser visitada, estando implícito o país, no qual esta se localiza. Uma vez decidido o destino, os produtos e serviços a serem consumidos serão compostos por uma cesta, restrita àquela localidade.

CROMPTON & ANKOMAH (1993) apresentam o processo de decisão sob outro enfoque, no qual o turista age através de cinco estágios, os quais estão apresentados através da figura 2.

Figura 2 – Relação entre o conjunto central de escolhas



Fonte: CROMPTON & ANKOMAH (1993)

Contudo, este processo de escolha apresenta algumas peculiaridades importantes. Primeiramente, há uma assimetria de informações sobre o destino a ser visitado. Isto, porque o turista do país A, somente terá contato com o produto e serviço dos países B, C ou N, a partir do momento que ele está neste local. Neste sentido, a percepção com relação às condições de oferta do destino torna-se fundamental, de modo a compor os benefícios esperados pelo turista, através da viagem a ser realizada.

Muitas das vezes, esta assimetria de informações leva ao indivíduo escolher por lugares já conhecidos ou então, bem referenciados por fontes ou pessoa de sua confiança, explicando desta forma a importância da proximidade cultural, do comportamento daqueles com os quais o turista tem contato e sobretudo, das agências e operadoras de viagens. Assim como em outros setores da economia, as informações nesta atividade detêm custos elevados e são imperfeitas. Isto se torna uma limitação para que o turista possa maximizar sua utilidade, agindo de acordo com o princípio da racionalidade econômica. Por isso, a percepção frente aos fatores considerados na análise custo/benefício são fundamentais.

Neste caso, o desenvolvimento de um país pode servir como referência de boas condições de oferta asseguradas pelo destino, o mesmo ocorrendo com relação à segurança e à proximidade cultural. Além destes, há outros fatores específicos à atividade turística relacionados ao grau de atratividade, diversificação da oferta, acessibilidade ao destino e eventos especiais, os quais serão considerados como benefícios, na análise realizada pelo indivíduo.

De acordo com ANDRADE (2003), existem diversos autores que através do pressuposto da teoria econômica neoclássica, a qual considera o objeto de consumo como uma cesta de atributos, analisam o produto turístico, sobre estas características.

“Os primeiros estudos teóricos nesse sentido remontam à década de 1960 com o trabalho de Lancaster (1966)... Utilizando-se do referencial teórico dos autores citados (Lancaster, 1966 e Rosen, 1974), pode-se formular um referencial de análise econômica da demanda por turismo a partir dos seguintes pressupostos:

- 1. O turista age de maneira racional e procura maximizar a utilidade de sua viagem;*
- 2. As restrições de consumo do turista são impostas pela sua restrição orçamentária e pelo tempo disponível para a realização de sua viagem e;*
- 3. O turista maximiza a utilidade de sua compra em função do conjunto de características contidas no produto turístico.” ANDRADE (2003, p. 6)*

Frente a estes pressupostos, vale considerar em relação ao primeiro aspecto que a busca do turista em obter o máximo de satisfação do processo de compra, envolvendo produtos turísticos, terá como barreira a falta de informações perfeitas, fazendo com que, neste sentido sua racionalidade seja limitada. Esta limitação também se aplica para o terceiro pressuposto, uma vez que não há um domínio total das informações sobre o conjunto de características contidas no produto turístico.

Estas restrições são apontadas por SIMON (1980), o qual afirma que a racionalidade é fundamental. Porém, de maneira limitada, restringindo-se à própria limitação do indivíduo em absorver informações e conhecimentos que influenciam o processo decisório nas decisões individuais como consumidor.

Esta breve consideração quanto à racionalidade limitada, é importante para compreender uma restrição maior por parte dos países em desenvolvimento, quanto à inserção nos principais mercados emissores, uma vez que a percepção das condições de oferta tendem a ser generalizadas, na falta de informações.

De acordo com ANDRADE (2003), o referencial de análise econômica da demanda por turismo, pode ser representado através de um modelo de comportamento do turista, que incorpora os três pressupostos citados acima, construído por BULL (1998), definido como:

$$\text{Max } U_i = U_i(Z), \text{ sujeito a}$$

$$Z = g(x)$$

$$V = tX$$

$$Y \geq p x$$

$$X, Z \geq 0$$

Onde:

Z: vetor de características do produto turístico

x: vetor de quantidade de elementos do produto turístico

p: vetor coluna dos preços unitários destes elementos

t: vetor coluna do tempo necessário para cada elemento x

Y: renda disponível

V: tempo livre disponível para o turismo

Com relação à formalização, é possível aceitar as condições propostas pelo modelo acima, ciente de suas limitações, às quais estão dadas no momento em que se determina a quantidade de elementos do produto turístico, consideradas pelo turista.

Através desta discussão é possível estabelecer algumas diferenças significativas entre o comércio internacional de mercadorias e o de produtos turísticos, o que fortalece a relevância em se analisar as especificidades e o impacto desta atividade. Primeiramente, ao transferir suas necessidades para o local visitado, o turista não estará consumindo um tipo de produto específico, mas sim, uma cesta de bens e serviços que caracteriza-se como um produto composto.

Neste caso, quanto menor o coeficiente de importação dos bens e serviços

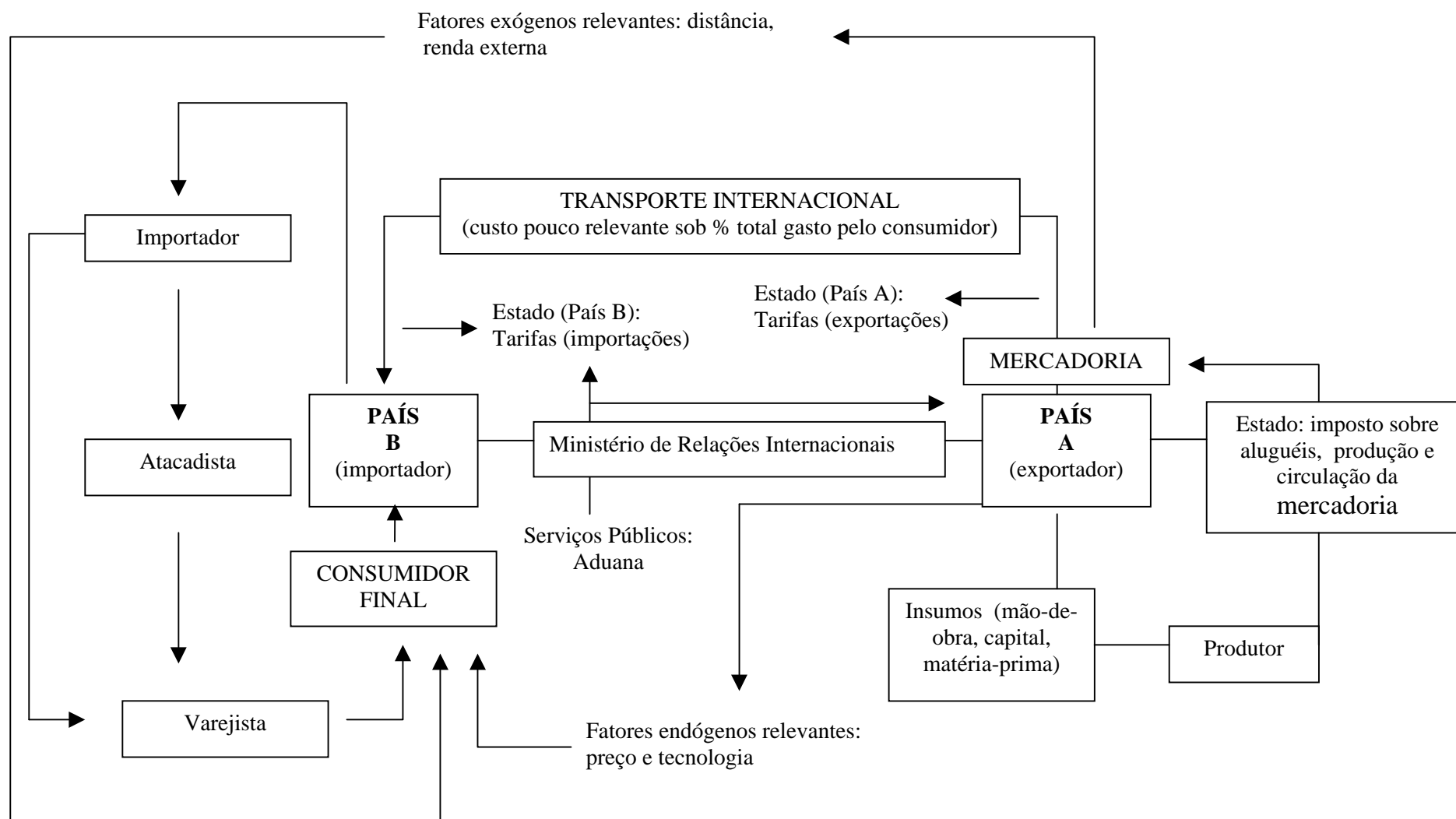
que compõe o produto turístico, maior será o impacto econômico através da renda e emprego no país receptor do turista estrangeiro, conforme apresentará a equação (12). Apesar desta regra também ser válida para outras atividades econômicas, por se tratar de uma atividade intensiva em capital humano, dada a complexidade da cadeia de serviços que a compõe, o alcance do efeito multiplicador relacionado à geração de empregos pode diferenciá-la de outras atividades tradicionais.

As figuras 3 e 4 apresentam esquemas que demonstram algumas das diferenças significativas entre o comércio internacional de bens e o de serviços propiciado pelo turismo internacional. No último caso, por se tratar de um produto composto por diversos serviços, nos quais a participação dos salários tende a ser bastante relevante, há uma tendência a uma maior participação de rendas e salários no total dos gastos.

Se por um lado, existem impactos econômicos promovidos por esta atividade que desperta o interesse público e privado neste setor, devido ao diferencial frente ao comércio de bens, existem algumas características que o tornam mais complexo frente aos demais setores. Em primeiro lugar, o fato de ser realizado através da locomoção do consumidor e não do produto, faz com que a demanda por produtos turísticos considere algumas variáveis não relevantes no comércio de bens. Junto a isso, o custo de transporte tende a ser mais relevante na participação total dos gastos, conferindo assim um peso maior ao distanciamento geográfico.

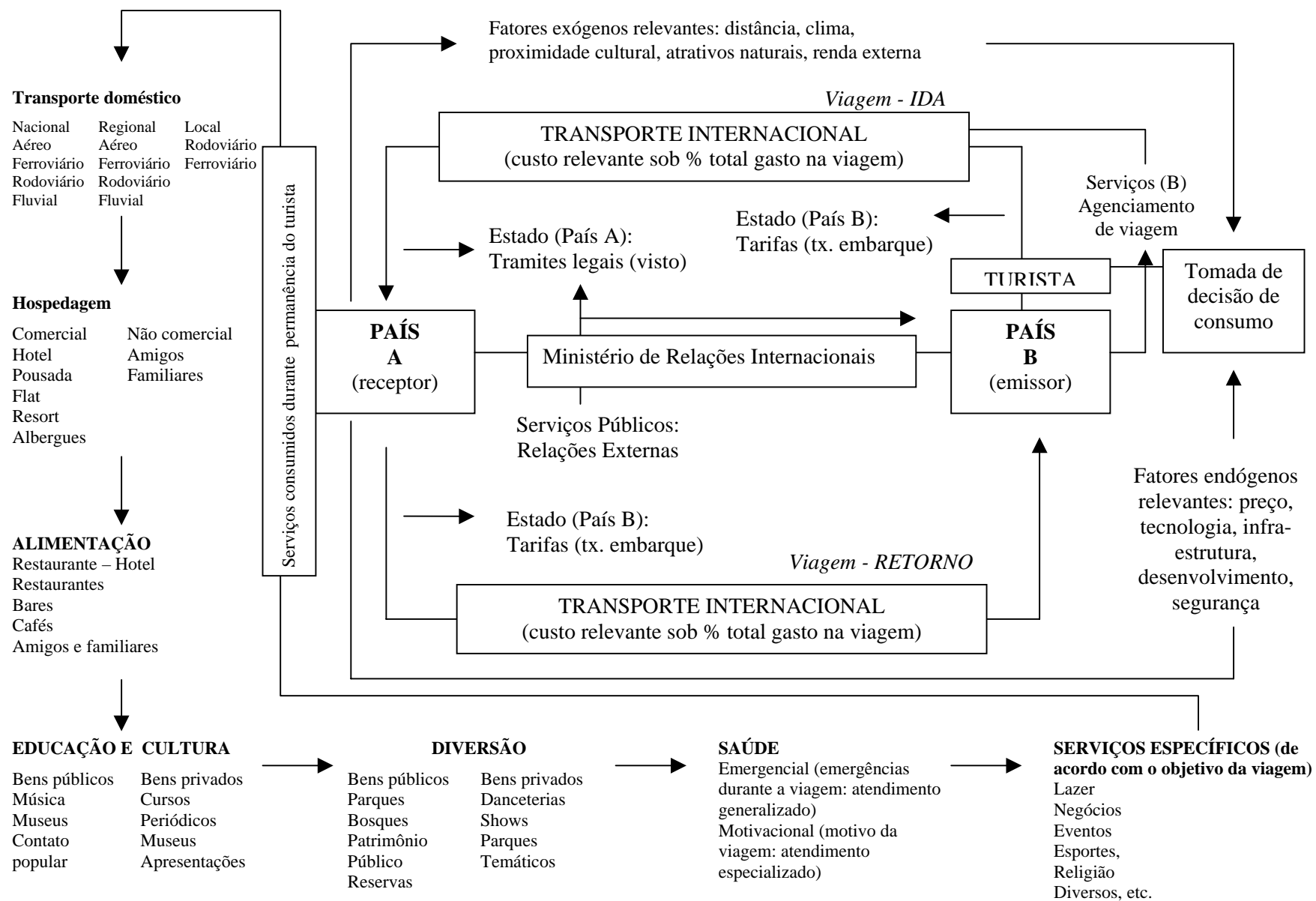
Identificar as especificidades da atividade turística, através do arcabouço microeconômico é de grande valia para a discussão sobre os determinantes do turismo internacional, pois, ainda que seja realizada uma análise macroeconômica, está terá como base micro fundamentos. Através das definições acima e nos modelos funcionais apresentados pelas figuras 3 e 4, é possível analisar com maior clareza as especificidades da demanda por turismo, para no item a seguir compreender como se dá o impacto econômico do turismo internacional na geração de renda e emprego, de forma agregada.

Figura 3 – Exportação de mercadorias



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 4 – Cesta de produto composto consumido pelo turista estrangeiro



Fonte: elaborado pelo autor

1.3 O turismo e a demanda agregada

Analisando a atividade turística, via demanda agregada, é possível utilizar o modelo Mundell-Fleming para observar como ocorre o impacto econômico através das viagens internacionais. Com base na análise para uma economia aberta apresentada por RIVERA-BATIZ & RIVERA-BATIZ (1994), tem-se que:

$$Y_N = A_N + (X_N - M_N) \quad (4)$$

$$TC_N = X_N - M_N \quad (5)$$

$$Y_N = A_N + TC_N \quad (4.a)$$

A equação acima demonstra que o produto agregado é igual a absorção interna somada aos resultados líquidos em transações correntes, tal que: Y: despesa total em bens domésticos; A: absorção (gastos domésticos); X: exportações; M: importações; TC: transações correntes; N: denota que as variáveis são medidas em termos nominais⁴.

Portanto, o impacto econômico da atividade turística pode se dar através da absorção, no caso do fluxo de turismo doméstico ou via transações correntes, no caso do fluxo de viagens internacionais. Inicialmente, para se compreender o efeito multiplicador da atividade é necessário desagregar as variáveis que compõe a absorção doméstica e posteriormente as transações correntes. Uma vez que se trata de relações tradicionalmente conhecidas na teoria econômica e este trabalho está focado no mercado internacional, será dada ênfase à demonstração das transações correntes.

Para demonstrar a relação entre o fluxo de viagens internacionais e a demanda agregada, é preciso trabalhar com uma economia aberta. Através do modelo Mundell-Fleming, retornando à equação (4) e (5), tem-se que:

$$TC_N = PX - e.P*M \quad (6)$$

$$\frac{TC_N}{P} = \frac{PX - e.P*M}{P} \quad (6.a)$$

$$q = \frac{eP^*}{P} \quad (7)$$

$$TC = X - q M \quad (6.b)$$

Neste caso, tem-se que: P: preços domésticos, X: quantidade de bens exportados; e: taxa de câmbio nominal; P*: preços externos; M: quantidade de bens importados. Dividindo ambos os lados da equação (6) por P, tem-se os determinantes das

⁴ A denotação em termos nominais tem um papel relevante principalmente com relação às transações externas, devido a questão dos preços relativos em função da taxa de câmbio. Posteriormente, ao serem desagregadas, estas serão tratadas em termos reais.

transações correntes em termos reais na equação (6.b), onde: q : taxa de câmbio real. Porém, a equação (6.a) não demonstra quais os determinantes da importação e exportação, os quais estão presentes nas equações (8) e (9). (RIVIERA-BATIZ, 1994)

$$X = X(q, Y^*) \quad (8)$$

$$M = M(q, Y) \quad (9)$$

As equações demonstram que a exportação está em função do câmbio real (q) e da renda externa real (Y^*), mantendo uma relação direta com ambas as variáveis, enquanto a importação está em função do câmbio real (q) e da renda doméstica real (Y), mantendo uma relação inversa com a primeira e direta com a segunda. Neste caso, dado que as viagens internacionais compõem as transações correntes, conforme será apresentado adiante, as receitas promovidas por esta conta, também estarão em função de Y^* e q , bem como as despesas, em função de Y e q .

Introduzindo as equações (8) e (9) na equação (5.b), tem-se:

$$TC = X(q, Y^*) - q M(q, Y) \quad (10)$$

$$TC = TC(q, Y^*, Y) \quad (10.a)$$

$$TC = X(Y^*) - M(Y) + [X(q) - M(q)] \quad (10.b)$$

$$TC = TC(Y^*) - mY + \phi q \quad (10.c)$$

Neste caso, a equação (10.c) demonstra que o saldo líquido em transações correntes está em função da renda externa, da propensão marginal a importar (mY) numa relação negativa e da elasticidade com relação à taxa de câmbio real (ϕq)⁵, a qual refletirá como as transações serão afetadas pela taxa de câmbio real.

Inserindo a equação (10.c) na equação (4.a) chega-se à curva IS para uma economia aberta, a qual faz parte do modelo Mundell-Fleming:

$$Y = C_0 + a(Y - t) + I_0 - b(r) + \bar{G} + TC \quad (11)$$

$$Y = \bar{A} + aY - at - b(i) + TC(Y^*) - mY + \phi q \quad (11.a)$$

$$Y(1 - a + m) = \bar{A} - at - b(r) + TC(Y^*) + \phi q \quad (11.b)$$

$$Y = \frac{\bar{A} - at - b(r) + TC(Y^*) + \phi q}{(1 - a + m)} \quad (11.c)$$

$$\text{Simplificando: } \alpha = \frac{1}{(1 - a + m)} = \frac{1}{(s + m)}, \text{ tem-se:} \quad (12)$$

$$Y = \alpha [\bar{A} - at - b(r) + TC(Y^*) + \phi q] \quad (11.d)$$

⁵ A discussão a respeito do impacto da taxa de câmbio nas transações correntes, em específico nas viagens internacionais será retomada posteriormente através da condição de Marshall-Lerner

Portanto, a equação (10.d) apresenta a curva IS para uma economia aberta sem fluxo de capital, onde α é o multiplicador keynesiano para uma economia aberta. Neste caso, a relação econômica através da atividade turística, se dá tanto através da absorção, representada pelo consumo, investimento e gastos do governo, autônomos, quando numa economia fechada, como através das TC, a qual determinada pela equação (10.c). Com relação às viagens internacionais, quanto maior a propensão marginal a importar, menor será o multiplicador keynesiano, ou seja, menor será o impacto econômico positivo gerado pelo fluxo de turismo doméstico e pela receita gerada pela vinda de turistas estrangeiros.

Por outro lado, o aumento da receita turística internacional, através de $TC(Y^*)$, está em função da renda externa⁶, mantendo uma relação direta, ou seja, quanto maior a renda externa maior tende a ser a receita externa proveniente do comércio internacional de bens e serviços. Por fim, o impacto da atividade turística na demanda agregada, também está em função da elasticidade preço, relacionada à taxa de câmbio nas viagens internacionais. Isto é, se $\phi > 1$, então uma desvalorização da taxa de câmbio terá um efeito positivo no saldo das viagens internacionais e conseqüentemente na demanda agregada. Trata-se de um referencial importante, para melhor compreender como ocorre o impacto econômico através das viagens internacionais. Porém, cabe aqui aprofundar-se quanto à inserção do turismo internacional no balanço de pagamentos (BP). Ou seja, a demonstração da estrutura do BP, desagregando-a ao nível das viagens internacionais pode possibilitar uma melhor compreensão de como se estabelece a entrada de divisas turísticas numa economia aberta.

1.3.1 As Viagens Internacionais na estrutura do Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos demonstra o resultado de uma economia frente suas relações comerciais com os demais países, quanto ao comércio de bens e serviços (incluindo viagens internacionais) e fluxo de capital, característica esta prevalente em economias abertas, apresentado através da equação (13):

$$BP = TC(q, Y) + K(r - r^*) \quad (13)$$

Portanto, o balanço de pagamentos é igual à soma das transações correntes (em função da taxa de câmbio e da renda) e conta capital (em função do

⁶ Existem outros determinantes do fluxo real do turismo internacional, conseqüentemente da receita advinda desta atividade, como questões geográfica, infra-estrutura, tecnologia, câmbio, etc., que serão tratados posteriormente.

diferencial da taxa de juros reais), onde: BP: balanço de pagamentos; TC: transações correntes; q: taxa de câmbio; Y: renda; K: conta capital⁷; r: taxa de juros reais doméstica; r*: taxa de juros reais internacional, sendo sua condição de equilíbrio dada por BP = 0.

$$BP = TC(q, Y) + K(r - r^*) = 0 \quad (14)$$

Partindo da equação (13), tem-se que as Transações Correntes referem-se em grande parte às trocas reais entre as economias, às quais detém maior importância na participação do Produto Nacional, quanto maior for a abertura comercial do país, a qual pode ser mensurada como um coeficiente do produto comercializado internacionalmente como proporção ao PIB.

$$TC = BC + S + R + U \quad (15)$$

$$BC = X - M \quad (16)$$

As equações (15) e (16) tem que, TC: Transações Corrente; BC: Balanço Comercial, X: exportações de bens, M importações de bens, S: Serviços líquidos, R: Rendas líquidas; U: Transferências Unilaterais. (FMI, 2003a)

Conforme apresentado na equação (16) a Balança Comercial⁸ é a diferença entre as exportações e importações de bens. Porém, para definir a maneira como as viagens internacionais estão constituídas na estrutura do BP, é necessário desagregar as contas que fazem parte das transações correntes, apresentada na equação (17), constituindo-se da seguinte forma:

$$S = S1 + S2 + S3 + S4 + S5 + S6 + S7 + S8 + S9 + S10 + S11 \quad (17)$$

A equação (17) apresenta a conta Serviços (S) a qual relaciona os serviços relativos a transportes (S1), viagens internacionais (S2), serviços de comunicações (S3), serviços de construção (S4), serviços de seguros (S5), serviços financeiros (S6), serviços de computação e informações (S7), serviços de royalties e licenças (S8), outros serviços de negócios - empresariais, profissionais e técnicos (S9), serviços pessoais, culturais e de recreação (S10) e serviços governamentais (S11). (FMI, 2003b)

⁷ Dado que este trabalho tem como foco discutir o fluxo real e nominal determinados através da conta Viagens Internacionais, não convém aqui maiores detalhes a respeito da Conta Capital. Para maiores informações sobre os desdobramentos desta conta, ver FMI (2003b) e FMI(2003c)

⁸ O atual sistema de códigos do Balanço de Pagamentos publicado pelo FMI datado de 30 de dezembro de 1999, apresenta a estrutura da Balança Comercial e Conta Serviços num somatório conjunto, denominado Balança de Bens e Serviços, ficando a conta Renda e Transferências de maneira isolada, conforme estrutura da tabela 1. Porém, há países que ainda apresentam sua estrutura de Balanço de Pagamentos de maneira diferenciada, caso do Brasil, onde o conta Serviços e Rendas estão apresentadas de maneira conjunta. Por isso, optou-se aqui por apresentar a estrutura do BP estando a conta Serviços desagregada das demais nas Transações Correntes – *vide equação (3)*. (FMI, 2003b)

As outras contas pertencentes às transações correntes são: Rendas (R) e Transferências Unilaterais (U). A conta Rendas é composta por salários e ordenados e renda de investimentos líquidos. Já as transferências unilaterais correspondem às transferências na forma de bens e moeda, para consumo corrente, as quais podem se dar através de governos, agências ou famílias. Excluem-se as transferências relativas a patrimônio de migrantes internacionais, alocadas na conta capital. Embora ambas estas contas tenham fundamental importância no balanço de pagamentos, não serão tratadas, por fugir do foco deste trabalho.

Voltando-se à conta Viagens Internacionais (S2), já inserida na equação (17), é possível desagregá-la ainda mais, para obter-se uma melhor compreensão de quais os principais fluxos que dão origem a ela. Portanto, esta é composta da seguinte estrutura: (FMI, 2003b)

$$S2 = V1 + V2 + V3 + V4 + V5 \quad (18)$$

$$V4 = Va + Vb \quad (19)$$

$$V5 = Vc + Vd + Ve \quad (20)$$

As equações (18), (19) e (20) tem que, S2: Viagens Internacionais, V1: gastos líquidos em turismo, V2: gastos líquidos com viagens no mesmo dia, V3: gastos líquidos com serviços de hotel e restaurante, V4: gastos líquidos com viagens a negócios, V5: gastos líquidos com viagens pessoais que não à lazer, Va: gastos líquidos por trabalhadores sazonais e de fronteiras, Vb: outros (relacionados à V4), Vc: gastos líquidos por motivos de saúde, Vd: gastos líquidos por fins educacionais, culturais ou educativos e Ve: outros (relacionados à V5). (FMI, 2003c)

Portanto, através destas contas são contabilizados os fluxos de renda advindos de Viagens Internacionais numa economia aberta. Neste caso, é importante ressaltar que o conceito tradicional de economia aberta, refere-se apenas à comercialização de bens, tornando-se necessário uma maior amplitude deste conceito quando alocado às viagens internacionais, pois não se trata do grau de abertura desta economia para o fluxo de mercadorias, mas sim, para o fluxo de pessoas no território de determinado país. Este comentário se faz importante, porque há casos como de Cuba, onde o grau de abertura deste país para o fluxo de mercadorias no comércio internacional é bastante restrito, porém, recebe um fluxo de turistas internacionais significativos à sua economia.

Com relação aos resultados empíricos, a tabela 2 apresenta a evolução do comércio de bens e serviços, do turismo internacional e sua participação neste fluxo. É possível observar o aumento da participação das receitas advindas do turismo internacional nas exportações ao longo das duas últimas décadas, conseqüentemente expandindo a

relevância desta conta no balanço de pagamentos de diversos países.

Tabela 2 - Ingressos mundiais por exportações - 1980 a 2001 (mil US\$)

	comércio bens + serviços (A) = (B) + (C)	Comércio de bens (B)	Comércio de serviços (C)	Ingressos por turismo internacional - (D)	Participação (%) D / A	Participação (%) D / B	Participação (%) D / C
1980	2.398.300,00	2.034.000,00	364.300,00	105.300,00	4,39	5,18	28,90
1981	2.385.000,00	2.010.000,00	375.000,00	107.500,00	4,51	5,35	28,67
1982	2.246.800,00	1.882.000,00	364.800,00	100.900,00	4,49	5,36	27,66
1983	2.200.300,00	1.846.000,00	354.300,00	102.500,00	4,66	5,55	28,93
1984	2.321.100,00	1.955.000,00	366.100,00	112.700,00	4,86	5,76	30,78
1985	2.335.800,00	1.954.000,00	381.800,00	118.100,00	5,06	6,04	30,93
1986	2.584.900,00	2.138.000,00	446.900,00	143.500,00	5,55	6,71	32,11
1987	3.045.600,00	2.516.000,00	529.600,00	176.800,00	5,81	7,03	33,38
1988	3.470.000,00	2.869.000,00	601.000,00	204.300,00	5,89	7,12	33,99
1989	3.755.600,00	3.098.000,00	657.600,00	221.300,00	5,89	7,14	33,65
1990	4.231.200,00	3.448.000,00	783.200,00	268.900,00	6,36	7,80	34,33
1991	4.341.100,00	3.515.000,00	826.100,00	277.600,00	6,39	7,90	33,60
1992	4.690.400,00	3.766.000,00	924.400,00	315.100,00	6,72	8,37	34,09
1993	4.719.300,00	3.777.000,00	942.300,00	324.100,00	6,87	8,58	34,39
1994	5.364.200,00	4.325.000,00	1.039.200,00	354.000,00	6,60	8,18	34,06
1995	6.350.600,00	5.160.000,00	1.190.600,00	405.100,00	6,38	7,85	34,02
1996	6.666.500,00	5.390.000,00	1.276.500,00	435.600,00	6,53	8,08	34,12
1997	6.903.900,00	5.576.000,00	1.327.900,00	436.000,00	6,32	7,82	32,83
1998	6.833.700,00	5.492.000,00	1.341.700,00	436.000,00	6,38	7,94	32,50
1999	7.090.200,00	5.703.000,00	1.387.200,00	455.520,00	6,42	7,99	32,84
2000	7.906.400,00	6.431.000,00	1.475.400,00	477.000,00	6,03	7,42	32,33
2001	7.640.400,00	6.176.000,00	1.464.400,00	463.600,00	6,07	7,51	31,66

Fonte: OMC (2003); OMT (2003d)

Neste caso, não estão computados as receitas relacionadas ao transporte de pessoas, promovida pela atividade turística, a qual consta na equação (17) como S1, o que amplia a relevância do turismo no comércio internacional. Ainda assim, de acordo com a OMT (2001), em 1999 o ingresso por turismo internacional esteve entre as três principais atividades econômicas no comércio exterior, superando em termos de receitas setores já tradicionais, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3 - Ingressos mundiais por exportações, 1999 (bilhões US\$)

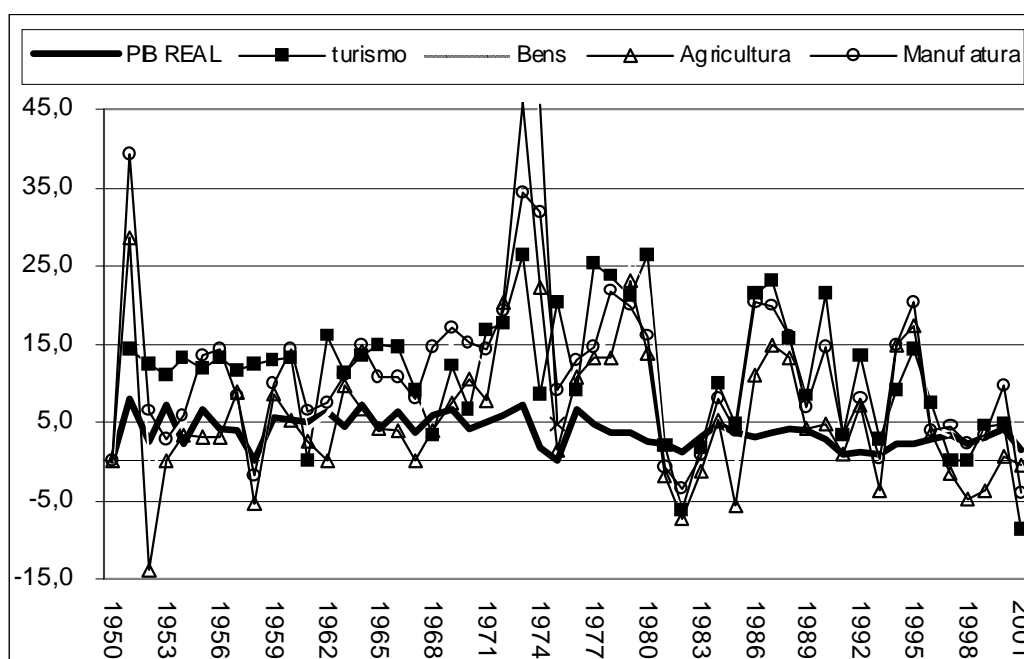
Exportação de bens e serviços – As dez principais atividades	US\$	%
1 Produtos da indústria automobilística	549	7,74
2 Produtos químicos	526	7,42
3 Ingressos por turismo internacional	455	6,42
4 Produtos alimentícios	437	6,16
5 Combustíveis	401	5,66
6 Equipamento e máquinas	394	5,56
7 Têxtil	334	4,71
8 Equipamento para telecomunicações	289	4,08
9 Produtos indústria extrativa (excluídos combustíveis)	155	2,19
10 Ferro e aço	126	1,78
Participação (%) das dez principais atividades por ingressos com exportação	4.321	60,94
Total mundial de exportações de bens e serviços	7.090	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em OMT (2001) e OMC (2003)

A tabela 3 apresenta a participação das atividades no comércio exterior, em função da renda gerada através de suas exportações. É possível constatar como o turismo tem um lugar de destaque no resultado econômico advindo das relações exteriores, sendo importante considerar que o próprio fortalecimento do comércio internacional como um todo favorece o turismo, principalmente nos segmentos referentes à negócios, eventos e educação. Além disso, o *superavit* nas outras contas, que não Viagens Internacionais, tende a possibilitar uma situação mais favorável para que o residente do país superavitário possa realizar viagens para fora de seu país a fins de lazer, saúde, cultura, dentre outros motivos.

Porém, um fato interessante de ser constatado é que a variação da receita turística por meio do comércio internacional, apresentou menos instabilidade entre as décadas de 1950 e 60 e maiores taxas de crescimento entre 80 e 90, se comparada ao comportamento observado na agricultura e manufatura, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Variação das exportações por setor em dólares correntes e PIB Real Mundial



Fonte: OMC (2003) & RABAHY (2003)

Contudo, é possível constatar que o crescimento desta atividade ocorreu de forma concentrada nos países desenvolvidos. De acordo com OMT (2003c) e (2003d), nove dos dez países que mais arrecadaram receitas e oito dos dez países que apresentaram os maiores gastos com turismo internacional, entre 2000 e 2001, são países classificados como de alta renda pelo BANCO MUNDIAL (2001) e pertencentes à Organização para Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um fato importante para este fenômeno, é que de forma geral o turismo internacional é composto por bens e serviços superiores ou “de luxo”, fazendo com que apresentem uma alta elasticidade renda, o que é importante para a compreensão deste fenômeno concentrador.

A tabela 4 apresenta o saldo financeiro relacionado às viagens internacionais de dez países que constam tanto entre os quinze que mais arrecadam, quanto entre os quinze que mais gastam. É possível observar que apenas quatro destes países apresentam um saldo deficitário, sendo o saldo líquido deste grupo de dez países deficitário em US\$ 1,9 bilhões, ficando prejudicada a análise dos anos 1990 e 95 por conta da falta de dados referentes às despesas de Hong Kong.

Tabela 4 – Saldo financeiro da atividade turística internacional dos 10 países com maior fluxo nominal (US\$ bilhões)

País	Receita			Despesa			Saldo		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
1 EUA	43.007	63.395	85.153	37.349	44.916	65.044	5.658	18.479	20.109
2 Alemanha	14.288	18.135	17.812	33.771	54.007	47.607	-19.483	-35.872	-29.795
3 Reino Unido	13.762	18.554	19.544	17.560	24.268	36.560	-3.798	-5.714	-17.016
4 França	20.184	27.527	29.900	12.423	16.328	17.166	7.761	11.199	12.734
5 Itália	16.458	28.729	27.439	10.304	14.827	15.453	6.154	13.902	11.986
6 China	2.218	8.733	16.231	470	3.688	13.100	1.748	5.045	3.131
7 Hong Kong (China)	5.032	9.604	7.886	-	-	12.500	-	-	-4.614
8 Canadá	6.339	7.882	10.768	10.931	10.267	12.412	-4.592	-2.385	-1.644
9 Áustria	13.417	14.586	11.440	7.748	11.663	9.255	5.669	2.923	2.185
10 Suíça	7.411	9.365	7.303	5.873	7.346	6.307	1.538	2.019	996
TOTAL	142.116	206.510	233.476	136.429	187.310	235.404	5.687	19.200	-1.928
MUNDO	263.357	406.216	475.700	263.357	406.216	475.772	-	-	-
Participação (%)	53,96	50,84	49,08	51,80	46,11	49,80			

Fonte: OMT (2003)

É possível observar, através da tabela 4 que a participação destes países no total dos gastos e ingressos relacionados ao turismo internacional é muito significativa, estando por volta de 50%. Ainda que, de acordo com OMT (2002a), ao longo da década de 1990 houve uma convergência entre os países não desenvolvidos e desenvolvidos, com os primeiros apresentando maiores taxas de crescimento desta atividade, a participação destes países ainda é bastante incipiente. Se somadas, as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, representam aproximadamente 1/3 do território mundial, e conjuntamente receberam menos do que 7% dos turistas internacionais e aproximadamente 10% da receita no ano 2000, conforme OMT (2003a).

O fato é que além de liderarem o mercado emissor de turistas internacionais, o que seria explicado por sua condição de renda mais elevada, os países desenvolvidos

também mantiveram-se à frente do turismo receptivo, o que não é necessariamente explicado pela renda interna. Pois, esta demanda estaria em função da renda de outros países e de outros fatores que ao longo do processo de crescimento da atividade turística tem possibilitado um acesso restrito aos países não desenvolvidos.

Esta concentração da atividade turística, impõe limitações relevantes ao efeito redistribuição citado por LICKORISH & JENKINS (2000). De acordo com estes autores:

“O efeito redistribuição do turismo internacional se refere ao fato de que a maioria dos turistas internacionais é proveniente dos países desenvolvidos, com altas rendas, e gasta uma parte da renda arbitrária passeando em países com rendas mais baixas. Neste sentido, uma parte do poder de gasto excedente dos países mais ricos é redistribuído por meio do turismo a outros países, muitos dos quais incluídos entre os países em desenvolvimento. Os países relativamente ricos da Europa Ocidental e da América do Norte são geradores de grandes números de turistas. Países com altos excedentes no balanço de pagamentos, como Japão, estimulam os residentes a viajarem para o exterior como forma de reduzir e redistribuir o excesso.” (LICKORISCH, & JENKINS, 2000: 88)

Porém, ainda que Alemanha, Reino Unido, Canadá e Japão sejam destaques entre os países que apresentam uma situação deficitária em viagens internacionais, tratam-se de exceções dentre os países desenvolvidos. Além disso, o superávit obtido pelos EUA, França, Itália e Espanha tende a superar grande parte deste déficit, apresentando de modo geral um conta equilibrada entre estes países.

Tabela 5 – Saldo em Transações Corrente de alguns países em desenvolvimento - Milhões (US\$)

PAÍS	Bens e serviços (BC) + (S)				Renda Líquida				Transações Corrente (T)		Turismo Internacional (Receita Líquida)	
	Exportações (X)		Importações (M)		(RL)		(U)		1990	1998	1990	1998
	1990	1998	1990	1998	1990	1998	1990	1998	1990	1998	1990	1998
Argentina	14.800	31.125	6.846	38.573	-4.400	-7.335	998	509	4.552	-14.274	-374	-1.105
Brasil	35.17	58.767	28.184	74.415	-11.608	-19.617	799	1.436	-3.823	-33.829	-115	-2.053
Chile	10.221	18.953	9.166	21.583	-1.737	-1.972	198	463	-485	-4.139	114	156
México	48.805	129.523	51.915	138.441	-8.316	-13.056	3.975	6.014	-7.451	-15.960	5.461	6.176
Uruguai	2.158	4.225	1.659	4.507	-321	-185	8	67	186	-400	151	430
Venezuela	18.806	19.021	9.451	19.87	-774	-1.559	-302	-154	8.279	-2.562	-527	-1.490
África do Sul	27.119	34.526	21.017	32.687	-4.096	-3.029	60	-746	2.065	-1.936	-125	896
China*	57.374	207.584	46.706	165.894	1.055	-16.644	274	4.279	11.997	29.325	1.748	3.397
Cingapura	67.489	128.706	64.953	113.698	1.006	3.783	-421	-1.177	3.122	17.614	3.044	695
Coréia	73.295	156.701	76.36	114.446	-87	-5.049	1.149	3.352	-2.003	40.558	393	4.225
Índia	23.028	47.419	31.485	59.138	-1.757	-3.546	2.069	10.28	-8.145	-4.984	1.120	1.235

Fonte: BANCO MUNDIAL 2001. Tabela 15, pg. 312 e 313 e OMT(2003c,d)

A tabela 5 apresenta a performance do balanço de pagamentos de alguns países em desenvolvimento nos anos de 1990 e 1998, referindo-se às transações correntes e especificando o saldo líquido da conta viagens internacionais. Com relação às transações correntes, observar-se que com exceção dos países asiáticos, todos tiveram déficit, no ano de 1998. Quanto às viagens internacionais, identifica-se um desempenho heterogêneo destes países, entretanto, em 1998 a maioria apresentou contas superavitárias, com exceção de Argentina, Brasil e Venezuela. Porém, em alguns casos, os saldos positivos ocorreu por conta da baixa capacidade de emissão de turistas por parte dos países, os quais, com exceção de China e México não apresentaram uma inserção significativa no turismo internacional receptivo, em termos absolutos. Em termos relativo ao tamanho da população, tem-se uma maior representatividade de Uruguai e Chile.

Uma vez apresentado como se dá o impacto através da renda, demonstrando alguns dados que possibilitam uma descrição do atual cenário turístico internacional, cabe aqui uma discussão sobre a relação desta atividade junto ao mercado de trabalho. Isto porque, parte significativa das economias industrializadas tem demonstrado ao longo do último século uma tendência ao crescimento do setor de serviços na composição ocupacional. Dado que o turismo é fundamentalmente caracterizado como um setor de serviços, intensivo em mão-de-obra, esta atividade passa a ser de grande interesse às economias frente ao problema com elevados índices de desemprego. O subcapítulo seguinte discute as dificuldades de mensuração da relevância desta atividade no mercado de trabalho e situa o leitor ao atual cenário com base em dados recentes.

1.4 O turismo e o mercado de trabalho

Se existem dificuldades para mensurar o impacto no produto da economia promovido pela atividade turística, ao se tratar de mercado de trabalho não é diferente. É fato que o efeito multiplicador no emprego é bastante relevante, tal qual no produto, porém, esta quantificação fica prejudicada pela dificuldade em se obter os dados .

De acordo com ARBACHE (2001) apesar de sua relevância, pouco se sabe sobre o funcionamento e as características do mercado de trabalho nesse setor e suas especificidades. LICKORISH & JENKINS (2000: 98) reafirmam esta dificuldade, visto que mesmo em economias desenvolvidas como o Reino Unido, o número real de trabalhos promovidos pela atividade turística representa um valor estimado.

Todavia, sabe-se que diretamente os empregos proporcionados pelo turismo

estão concentrados no setor de serviços, embora indiretamente haja externalidades à indústria e agricultura. Este já é de imediato um ponto fundamental para compreender a importância da atividade turística no mercado de trabalho, dado a relevância no comércio internacional e no produto, ao se concentrar na atividade de serviços que tem como característica ser intensiva em capital humano. Considerando o setor de serviços como um todo, é possível constatar a ascendência dele na participação da composição ocupacional empiricamente em diversos países, conforme apresenta a tabela 6.

Tabela 6 – Tendências de longo prazo do emprego no setor de serviços: proporções com respeito ao emprego total em 1920, 1950, 1970 e 1980

	Estados Unidos				França				Reino Unido			
	1920	1950	1970	1980	1920	1950	1970	1980	1920	1950	1970	1980
Serviços distributivos (transportes, comércio, comunicações)	18,7	22,4	22,1	21,2	14,4	14,4	15,5	20	19,3	19,2	17,9	22,4
Serviços produtivos (incluindo seguros)	2,8	4,8	9,3	9,2	1,6	2,7	5,5	7,4	2,6	3,2	5,6	8,2
Serviços sociais (saúde, educação, administração pública)	8,7	12,4	21,5	37,7	5,3	9,4	14,8	29,8	8,9	12,1	19,4	23,3
Serviços pessoais	8,2	12,1	8,6		5,6	7,4	7,9		12,9	11,3	9	8,8
Total de Serviços	38,4	51,7	61,5	68,1	26,9	33,9	43,7	57,2	43,7	45,8	51,9	62,7

Fonte: PETIT (1987)

Sendo o setor de serviços caracterizado por diversas atividades que tendem a apresentar uma elevada elasticidade renda, classificados como superiores, é de se esperar que haja uma relação direta entre o crescimento da economia como um todo e a relevância desta atividade. Tal tema foi motivo de estudo já na década de 1930 por FISHER e CLARK, os quais desenvolveram o modelo de três setores, que deu origem a atual classificação de setores econômicos. (GERSHUNY & MILES, 1988)

“La división actual de las actividades económicas en primarias, secundarias y terciarias se debe a Fisher (1935, 1939), para quien el sector primario estaba formado por la agricultura, la minería, la selvicultura y la pesca; el secundario por la industria; y todas las demás actividades podían agrupar-se en el sector terciario. Al hacer esta división, Fisher destacaba la relación de desarrollo de una economía. La renta nacional per cápita aumentaba gradualmente conforme la economía pasaba de la fase en la que predominaban actividades como la agricultura a la fase en la que predominaba la industria y, por último, a la fase en la que los servicios constituían la mayor parte de la actividad económica. Clark (1940) reunió datos para apoyar los argumentos de Fisher.” (PETIT, 1987: 33)

O modelo de três setores reflete uma contínua diminuição da proporção da

atividade econômica correspondente ao setor primário, um crescimento inicial seguido de uma contração do setor secundário e um crescimento contínuo do setor terciário. Certamente tendendo a uma estabilidade, além do que não é empiricamente comprovado em todos os países como um processo de desenvolvimento natural, mas apresenta uma tendência de como o setor de serviços e o turismo de maneira específica, torna-se mais relevante na geração de postos de trabalho ao longo do tempo.

Ainda que haja uma discussão quanto a validade deste modelo, é possível constatar empiricamente, através dos exemplos citados na tabela 6 que há uma tendência à concentração da população empregada no setor de serviços em diversos países representativos. Sendo assim, o comércio internacional de serviços, caso do turismo, estaria estimulando a demanda externa por uma atividade com significativa participação de mão-de-obra, tornando-se relevante compreender quais as atividades diretas, como se avalia o impacto e qual a atual representatividade do turismo na composição ocupacional. Para se ter uma idéia da ampla circulação dos gastos de turistas numa economia, causador do efeito renda ou emprego, o quadro 1 apresenta algumas das principais atividades relacionadas ao turismo.

Quadro 1 – Circulação dos gastos em turismo e demanda por profissionais

O turista gasta em	A indústria de viagens gasta em	Profissionais demandados no processo	
1 – Hospedagem	- Salários, ordenados e gratificações	- Nível superior	Agentes de viagem
2 – Refeições	- Imposto de consumo	Administradores	Cozinheiros
3 – Bebidas	- Comissões	Advogados	Motoristas
4 – Transporte	- Música e diversão	Arquitetos	Corretores
5 – Visitas turísticas	- Despesas administrativas	Contabilistas	Web-pages
6 – Diversão	- Serviços jurídicos	Economistas	Recepcionista
7 – Lembranças	- Alimentos e bebidas	Engenheiros	Promotor de eventos
8 – Fotografia	- Materiais e acessórios	Médicos e dentistas	Tradutor
9 – Cuidados pessoais	- Reparções e manutenção	Professores	Desenhista gráfico
10 – Vestuário	- Propaganda e publicidade	Publicitário	Servidor público
11 - Diversos	- Serviços públicos	Sistemas de rede	Nível básico
	- Transporte	Turismólogo	Frentistas
	- Prêmios de seguro	Técnicos ambientais	Segurança
	- Prédios e equipamentos	- Nível técnico	Camareira
	- Mobiliários e instalações	Pilotos	Lavadeira
	- Impostos	Eletricistas	Agricultores
	- Empréstimos e aluguéis	Mecânicos	Pescadores
	- Parques	Cozinheiros	Vendedores ambulantes
	- Segurança	Pasteleiros	Comerciários
		Agentes de transporte	Garçons
		Guias de turismo	Porteiros e Mensageiros

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tourism Management, *apud* BAPTISTA (1990: 427)

O quadro 1 vislumbra uma visão geral de alguns profissionais demandados a prestarem serviços diretamente à atividade turística. Esta diversidade torna o nível de qualificação da mão-de-obra demandada pelo setor, bastante heterogênea. Isto se torna

relevante, uma vez que parte destas atividades são serviços que permitem baixa produtividade marginal devido ao pequeno investimento em capital fixo, absorvendo assim, parte da mão-de-obra que seria negligenciada por outros setores e gerando um efeito multiplicador na geração de empregos de forma significativa.

Porém, justamente esta vantagem traz à atividade a característica de absorção de muitos postos de baixa qualidade, incluindo o elevado grau de informalidade em algumas funções e a sazonalidade que apresenta-se como um problema de difícil controle. Contudo, somente através das viagens internacionais é possível tornar exportáveis alguns serviços com baixa produtividade marginal e produção em pequena escala, que não ligados à indústria. Através da figura 1 (apresentada anteriormente) é possível estabelecer quão ampla são as atividades que compõe o produto turístico, porém, são várias as barreiras a se mensurar este impacto.

De acordo com RABAHY (2003) a avaliação do impacto do turismo na geração de emprego a partir da análise da matriz insumo-produto é bastante adequada. Porém existem as mesmas dificuldades referentes à análise do produto, ou seja, a complexidade e a dificuldade da obtenção de dados. O autor faz um breve relato sobre o multiplicador de emprego, fundamentadas na Teoria da Base Econômica, a qual também apresenta restrições. Tal metodologia parte do pressuposto de classificação do emprego total na região/país em básico e não-básico, sendo considerados básicos os empregos gerados pelas atividades relativamente exportadoras e os não-básicos aqueles devido às atividade preponderantemente dedicadas a atender às necessidades internas. Ao definir-se as atividades relativamente exportadoras, geradoras dos empregos básicos, o multiplicador do emprego (β), seria obtido por:

$$E = \left(\frac{1}{1-\partial} \right) E_B \quad (21)$$

$$\frac{1}{1-\partial} = \beta \quad (22)$$

Tal que,

E: emprego total; E_B : emprego básico; ∂ : parcela do emprego total devida ao emprego não-básico (*apud* RABAHY, 2003, p.69)

Esta análise do multiplicador pela base econômica, também é apresentada por VANHOVE (1980). Neste caso, o autor define K como multiplicador de emprego

regional e demonstra que através do método de regressão linear, numa análise de séries temporais ou cross-section o multiplicador estimado será representado por β , através de:

$$E = \alpha + \beta.E_B \quad (23)$$

Porém, um problema através deste tipo de análise, reconhecido pelos autores aqui citados, refere-se à dificuldade em se definir quais são os empregos básicos em questão. Com relação a este ponto, VANHOVE (1980) sugere que seja considerado como básico, aqueles setores que estejam ligados diretamente com a atividade turística. Neste caso, cabe como exemplo a classificação de ARBACHE (2001), a qual apesar de não ter como objetivo analisar o efeito multiplicador do emprego deste setor, descreve um grupo de atividades relacionadas diretamente ao turismo, demonstradas no quadro2.

Quadro 2 – Classificação das atividades selecionadas em grupo

Grupo*	Descrição da atividade
Turismo 1	Agências e empresas de turismo
Turismo 2	Hotelaria e outros serviços de hospedagem
Turismo 3	Serviços de diversão
Turismo 4	Comércio de lembranças e locação de veículos

Fonte: ARBACHE (2001, p. 22)

* o grupo 1 que representava o somatório dos demais grupos foi eliminado

Outra abordagem apresentada por VANHOVE (1980, p.168) refere-se ao modelo de geração de emprego regional de Hendersen & Cousins. Neste caso, o multiplicador é composto por três efeitos básicos, os quais são apresentados pela equação (24)

$$K_e = \alpha + \beta + \gamma \quad (24)$$

Onde: K_e : multiplicador de emprego regional; α : emprego direto gerado por US\$ 1,00 gasto em turismo; β : emprego indireto gerado por US\$ 1,00 gasto em turismo; γ : emprego induzido gerado por US\$ 1,00 gasto em turismo.

A equação pode ser expressa como:

(α): Geração de empregos diretos:

$$\alpha = \sum_{j=1}^J \sum_{I=1}^I K_{ji} Ed_i \quad (25)$$

Onde: Ed_i : aumento do emprego na região por US\$ 1,00 gastos em i th tipos de negócios exclusivos gerados diretamente por atividades que recebem receitas turísticas;

(β): Geração de empregos indiretos:

$$\beta = \sum_{j=1}^J \sum_{I=1}^I K_{ji} (E_i - Ed_i) \quad (26)$$

Onde: E_i : aumento no emprego na região por US\$ 1,00 gastos em i th tipos de negócios gerados dentro da atividade turística e em todos os outros tipos de atividade que participam em subseqüentes fluxos de transação.

(γ) : Geração de emprego induzida:

$$\gamma = (a + b + c) \sum_{i=1}^I X_i E_i \quad (27)$$

Onde: a: Geração de Renda Regional (GRR) direta por US\$ 1 gasto em turismo; b: GRR indireto por US\$ 1,00 gasto em turismo; c: GRR induzido por US\$ 1 gasto em turismo.

Estes três estágios devem ser somados ao multiplicador de empregos regionais. O modelo de geração de emprego regional direto pode ser expresso da seguinte forma:

$$Jr = \sum_{j=1}^J \sum_{i=1}^I N_j Q_j K_{ji} E_i + \left[\sum_{j=1}^J \sum_{i=1}^I N_j Q_j K_{ji} E_i \left(\frac{1}{1 - L \sum_{i=1}^I X_i Z_i Y_i} \right) \right] \sum_{i=1}^I X_i E_i \quad (28)$$

Onde: Jr : geração total de empregos na região através do turismo; L: propensão média a consumir com a renda disponível; Y_i : aumento do fator renda na região por \$ 1,00 gerado através de negócios ligados diretamente à atividade turística; X_i , a proporção do total de gastos por residentes em i th tipos de negócios; N_j : número de dias de permanência de j th tipos de turistas na região, Q_j : Total da despesa diária por j th tipos de turistas.

A demonstração de algumas metodologias utilizadas para mensurar o impacto da atividade turística na geração de postos de trabalho são relevantes para obter um maior embasamento teórico sobre os prognósticos e dados divulgados relacionados à esta atividade. O fato é que estas, assim como outras metodologias esbarram-se na dificuldade em mensurar o impacto desta atividade de forma agregada, seja devido a conceitos ainda não muito consolidados ou mesmo, por falta de dados específicos ao setor. A representatividade conjuntural do setor na composição ocupacional é apresentada em WTTC (2003), conforme tabela 7, utilizando-se a metodologia da CST da mesma forma que o fazem para constatar o impacto na renda.

Porém, LEIPER (1999: 605) chama a atenção para a possibilidade de superestimação do impacto da atividade turística no mercado de trabalho. Parte da crítica cabe ao próprio WTTC que declara em seus relatórios e notas de imprensa o turismo como “*The*

World's Largest Industry and Generator of Jobs". De acordo com o autor, as campanhas iniciais para promover a atividade de forma global diziam em 1991 que o turismo daria origem a 118 milhões de empregos diretos, mais 295 milhões de emprego indiretos e induzidos (WTTC, 1992, p.1, *apud* LEIPER, 1999: 605), porém tratavam-se de dados superestimados.

"The error has been caused by WTTC and other tourism boosters confusing two superficially similar but factually different concepts: (a) equivalent full-time jobs across macro-economies and (b) real jobs in functioning industries. The confusion is dense because the research from which the boosters take their statistics measures tourists expenditure but never focuses on industries, which is where jobs exist. It is made denser because the theoretical assumptions behind that empirical research ignore the concept of partial industrialization, a concept with particular relevance for understanding the impacts of tourism" (LEIPER, 1999: 605)

A observação levantada por LEIPER (1999) é relevante pelo fato de que, com base nestas informações diversas decisões são tomadas, em nível de investimentos privados e públicos, demanda por cursos de formação profissional específica à área, dentre outras às quais geram resultados contrastantes com as reais perspectivas de mercado. Além disso, LEIPER (1999, p. 611) acusa que o próprio TSA, aprovado pela OMT e que recentemente vem sendo utilizado pelo WTTC, apesar de avançar quanto ao detalhamento estatístico sobre o impacto econômico do turismo, ainda permanece com problemas quanto a estimação do número de empregos, dado que permanecem alguns dos mesmos erros estatísticos criticados anteriormente.

Tabela 7 – Impacto estimado do turismo no mercado de trabalho

	1998	1999	2000	2001	2002*	2003*
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto)						
Emprego (' 000)	69.334,80	70.370,90	71.091,50	69.212,00	67.363,80	67.441,10
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto e indireto)						
Emprego (' 000)	187.640,00	191.461,00	194.825,00	191.764,00	191.770,00	194.562,00
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto)						
Emprego (%)	2,87	2,88	2,87	2,76	2,66	2,63
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto e indireto)						
Emprego (%)	7,76	7,83	7,86	7,65	7,57	7,58
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto) – taxa de crescimento real						
Emprego (%)	5,38	1,49	1,02	(2,64)	(2,67)	0,11
Indústria de Viagens e Turismo - (impacto direto e indireto) – taxa de crescimento real						
Emprego (%)	4,57	2,04	1,76	(1,57)	-	1,46

Fonte: WTTC (2003)

* dados projetados

Visto o impacto econômico quanto à geração de renda e emprego proporcionado pelo turismo internacional e suas dificuldades de mensuração, é possível obter uma análise estimada destes valores, sem contudo deixar de manter uma posição crítica referente aos mesmos. De qualquer forma, independente de análises superestimadas, as quais tendem a ser menos frequentes conforme o avanço e melhorias implementadas na obtenção dos dados, a relevância econômica da atividade turística é um fato amplamente reconhecido. Ainda que haja uma forte evidência de concentração do fluxo de viagens em países desenvolvidos, trata-se de uma atividade significativa na geração de renda e emprego proporcionalmente, em diversos países em desenvolvimento.

Embora a participação da maioria destes países no fluxo de turistas internacionais seja pouco representativa, os benefícios econômicos são relevantes. Basta considerar que se um turista visitar a um dos países considerados como de renda baixa pelo BANCO MUNDIAL (2001) e gastar um montante acima de US\$ 750 terá deixado pelo menos o equivalente ao PIB/per capita deste país, sendo que em alguns casos este valor pode representar o dobro ou até mesmo o triplo deste indicador. Enquanto que, num país de renda elevada, este mesmo montante gasto por um turista estrangeiro irá representar uma quantia inferior à 10% de seu respectivo PIB/per capita.

Contudo, visto que o impacto desta atividade pode vir a ser ainda mais positivo para os países em desenvolvimento, cabe o aprofundamento da discussão de quais os determinantes do turismo internacional, possibilitando com isso um diagnóstico mais aprimorado sobre o que restringe uma maior participação dos países em desenvolvimento no fluxo de viagens internacionais. O capítulo subsequente abre uma discussão teórica, buscando a validação empírica sobre os determinantes de emissão e atração de turistas internacionais. A princípio, são utilizados como base os trabalhos empíricos que discutiram este tema. Posteriormente, são identificados os fatores de emissão, atração e de resistência, demonstrando a relação direta ou inversa entre cada variável e o fluxo a que se refere. Em seguida, com base neste levantamento, são especificados alguns modelos econométricos visando identificar empiricamente estes determinantes, através da metodologia de dados em painel.

CAPÍTULO 2 - OS DETERMINANTES DO FLUXO DE TURISMO INTERNACIONAL

Se ao analisar a comercialização internacional de bens os preços relativos e a renda do país importador são os principais determinantes, há uma diferença significativa quanto ao comércio de turismo internacional. O deslocamento do consumidor e não do produto, faz com que algumas variáveis não consideradas no comércio de bens tornem-se relevantes à comercialização de serviços turísticos. Dentre elas a segurança, o clima, a infraestrutura, os atrativos naturais, a proximidade cultural, enfim, fatores que não são considerados ou são menos relevantes para o consumidor de bens e mercadorias importadas em seu local de residência, mas que se tornam extremamente importantes numa viagem internacional. Estas características conferem algumas especificidades pela demanda por turismo, conforme discutido no capítulo 1.

Além disso, por se tratar de um produto composto, um destino turístico internacional tende a se diferenciar ao menos por alguns dos fatores que o compõe. Seja pelo clima, arquitetura, cultura, alimentação, paisagem, localização, enfim, sempre há um diferencial entre eles, ainda que sejam considerados como produtos substitutos próximos. Ademais, nesta atividade, quanto maior a distância, maior tende a ser a participação dos custos de transporte no total dos gastos com viagens, bem como o tempo gasto no traslado⁹. Ainda que esta regra também seja válida para o caso das mercadorias, a diferença é que o custo com transporte de pessoas e o tempo gasto por elas tende a ser mais relevante que o de bens, tornando esta variável mais representativa no primeiro caso. Dado que o tempo disponível para viagem tende a ser uma restrição relevante, isto reforça a relevância desta variável.

Ao longo das últimas décadas, alguns estudos tem buscado compreender melhor os determinantes da atividade turística no intuito de melhorar o poder de previsão desta atividade, WITT & WITT (1995) apresentam um levantamento relevante¹⁰, considerando 40 publicações sobre as análises empíricas da demanda turística internacional

⁹ Há exceções quanto ao custo de transporte e distância, principalmente no transporte aéreo. As rotas que apresentam um maior fluxo, e são portas de entradas para os turistas internacionais, podem ter um menor custo e um menor tempo de viagem do que outras mais próximas da origem do passageiro, principalmente em vôos comerciais. Contudo, os *charters* apresentam-se como uma alternativa para este tipo de problema. Ao final deste capítulo segue um exemplo empírico relacionado a esta questão, entre Rio de Janeiro e Fortaleza, frente a um turista norte-americano.

¹⁰ A tabela completa referente à compilação de 40 estudos empíricos relacionados à previsão de demanda turística está disponível em WITT & WITT (1995, p. 450-452)

entre 1966 e 1992, sendo a maior parte constituída por modelos econométricos, espaciais e de séries de tempo.

Dentre as variáveis explicadas utilizadas pelos autores citados por WITT & WITT (1995, p, 450) estão: gastos com turismo, gasto per capita em lazer, turistas a negócios, receitas turísticas, visitantes per capita, turistas por noite, todas se referindo a países. As variáveis explicativas mais utilizadas foram: renda, custo da viagem e custo do destino. Além destas, também foram utilizadas a população, taxa de câmbio, custo de destino substituto, custo de viagem substituto, gastos em marketing e outras variáveis *dummy*. Os modelos tiveram denotações lineares e log-lineares e dentre alguns resultados consensuais estão as relações diretas com a renda e indiretas com os custos de viagem e do destino, como era de se esperar. Além disso, os coeficientes relacionados à renda apresentaram-se maiores do que os relacionados ao preço na grande maioria dos resultados apresentados, em log-linear, demonstrando que a elasticidade renda tende a ser maior do que a elasticidade preço nas atividades relacionadas ao turismo.

Numa análise subsequente, CROUCH (1996:119) discute alguns determinantes do fluxo turístico citando além da renda e preço, outras variáveis explicativas do fluxo de viagens internacionais abordadas até então, convergindo com parte significativa dos modelos analisados por WITT & WITT (1995). De acordo com CROUCH (1996), alguns estudos tem modelado o preço como sendo uma composição da taxa de inflação relativa, taxa de câmbio e do custo de transporte. Outras variáveis explicativas incluem o nível de comércio internacional (representando o tamanho do comércio entre os países), gastos com a promoção do destino, clima, distância da viagem, migração (demonstrando o efeito da proximidade cultural), população (mensurando o efeito da propensão a viajar), fatores de oferta (representando o impacto da infra e super-estrutura turística) e variáveis *dummy* para modelar os efeitos de eventos especiais.

Avançando na compreensão dos determinantes do fluxo de turismo internacional frente a um estudo mais específico, há alguns fatores divididos em três categorias, apresentados por FRECHTLING (1996) os quais oferecem uma estrutura de análise interessante. São eles: fatores de emissão, fatores de atração e fatores de resistência. Numa analogia frente ao papel da geografia no desenvolvimento, discutido por KRUGMAN (1998), estes fatores poderiam funcionar como forças centrípetas e centrífugas¹¹. No primeiro

¹¹ KRUGMAN (1998) trata através dos princípios teóricos da nova geografia econômica, as forças centrípetas e centrífugas como forças que tendem a promover a concentração geográfica e aquelas que levam ao oposto. Neste caso, os efeitos de cadeia proporcionados pelo tamanho do mercado, a concentração de mão-de-obra

caso, os fatores de emissão de turistas com base em sua origem funcionariam como forças centrífugas, induzindo cidadãos de determinados países a saírem de seus centros e consumirem uma maior parcela de viagens internacionais. Porém, os fatores de resistência manteriam um papel de forças centrípetas, induzindo à concentração do fluxo na forma de turismo doméstico.

Já os fatores de atração, funcionam como forças centrípetas, a qual determinaria a parcela de turistas internacionais recebida por um determinado país, atraindo-os a um determinado centro. Porém, desta vez cabe aos fatores de resistência o papel de força centrífuga, repelindo o fluxo de turismo internacional a um determinado local.

De acordo com FRECHTLING (1996, p.135) os fatores de emissão, poderiam ser explicados por:

- a)- Tamanho da população
- b)- Renda per capita e tendência da renda
- c)- Distribuição de renda
- d)- Distribuição educacional
- e)- Distribuição etária
- f)- Tempo destinado ao lazer
- g)- Estrutura familiar
- h)- Momento

Por outro lado, os fatores de atração seriam dados por:

- a)- Amigos e parentes
- b)- Clima
- c)- Relações comerciais
- d)- Relações sócio-culturais
- e)- Programas de marketing e promoção do destino
- f)- Canais de distribuição
- g)- Atratividade do destino
- h)- Eventos especiais
- i)- Destinos complementares
- j)- Hábitos

especializada e as externalidades de informações proporcionadas pela proximidade das indústrias, levariam à concentração da atividade econômica. Por outro lado, a imobilidade de alguns fatores de produção, o aumento da renda de aluguel da terra e a deseconomia de escala gerada pelo congestionamento funcionam como forças centrífugas que atuam inversamente à concentração da atividade econômica.

Fatores de resistência

a)- Preços

- i. preço do produto
- ii. preço dos substituto
- iii. preço dos complementares
- iv. preço de necessidades
- v. taxa de câmbio
- vi. taxa e encargos

b)- Ações de competidores

c)- Capacidade de oferta

d)- Distância

e)- Tempo de viagem

f)- Controle de entrada à moedas estrangeiras

g)- Formalidades de fronteira

h)- Guerras, terrorismo, crime (insegurança)

i)- Possibilidade de desastres naturais

j)- Barreiras físicas à entrada

Há, portanto, duas variáveis fundamentais a serem explicadas para a identificação dos determinantes do fluxo de turismo internacional. Primeiramente, as relacionadas aos fatores de emissão, ou seja, quantidade de turistas emitidos pelo país (QTI_o). Posteriormente, as relacionadas aos fatores de atração, quantidade de turistas estrangeiros que chegam ao país (QTI_d), até porque ao se explicar o que torna um país um centro emissor, tem-se na proximidade geográfica com este país uma condição importante para consolidar-se num centro receptor.

DIVISEKERA (2003) também apresenta um modelo de demanda para o turismo internacional buscando explicar seu comportamento em quatro países desenvolvidos (Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Japão). Parte-se de uma fórmula funcional proposta por Deaton e Muellbauer, conhecida como “Almost Ideal Demand System”, trabalhando a questão da elasticidade da demanda por bens e serviços turísticos nos países mencionados, com base na teoria da escolha do consumidor. Ao discutir os determinantes econômicos da demanda por turismo internacional dos países citados, o autor argumenta que a abordagem simples de equação de demanda seria deficiente por diversas razões implícitas à atividade turística. Dentre elas, o fato de que o custo com transporte tende a responder por uma proporção importante do gasto associado ao consumo, além de que os serviços e

produtos turísticos são consumidos no ponto de oferta. Porém, o estudo se concentra apenas nos países especificados, diagnosticando quais os destinos complementares e substitutos entre estes países.

EILAT & EINAV (2003) também apresentam um diagnóstico relevante sobre os determinantes do turismo internacional, utilizando-se de uma análise de dados de painéis, na qual são considerados a origem, o destino e o fluxo entre países pares, buscando detectar algumas diferenças entre aqueles de renda elevada e os demais. O estudo conclui que os países desenvolvidos tem uma elasticidade preço próximo da unitária, enquanto o turismo internacional nos países em desenvolvimento tende a ser menos sensível às flutuações dos preços. A percepção de risco, com relação ao destino, também é apresentada como sendo importante na tomada de decisão, para ambos, desenvolvidos e em desenvolvimento. Outras variáveis, tal como fronteira e língua em comum também são constatadas como na determinação do fluxo turístico.

Há um significativo avanço sobre o diagnóstico dos determinantes da atividade turística no estudo apresentado por ELIAT & EINAV (2003). Porém, como eles próprios reconhecem, trata-se de um primeiro passo nesta direção. Com base na análise elaborada por eles, apoiada na estrutura analítica apresentada por FRECHTLING (1996), é possível avançar na compreensão destes determinantes, buscando um diagnóstico mais preciso sobre quais as restrições enfrentadas pelos países em desenvolvimento. Isso pode servir de apoio para a formulação de políticas públicas que visem aumentar a participação destes países no fluxo de turismo internacional.

Porém, primeiramente é importante responder de onde surge o turista internacional, para em seguida, explicar para onde ele irá e por que? Isto, basicamente se refere a identificar os fatores de emissão, tratado por FRECHTLING (1996), demonstrando quais os determinantes, possibilitando identificar os países ou regiões que satisfazem as condições necessárias para se tornar um centro emissor de turistas internacionais. Posteriormente, com base nos fatores de atração e resistência, é possível explicar o êxito da atividade turística em alguns países e as dificuldades encontradas por outros na busca de uma maior inserção no fluxo internacional.

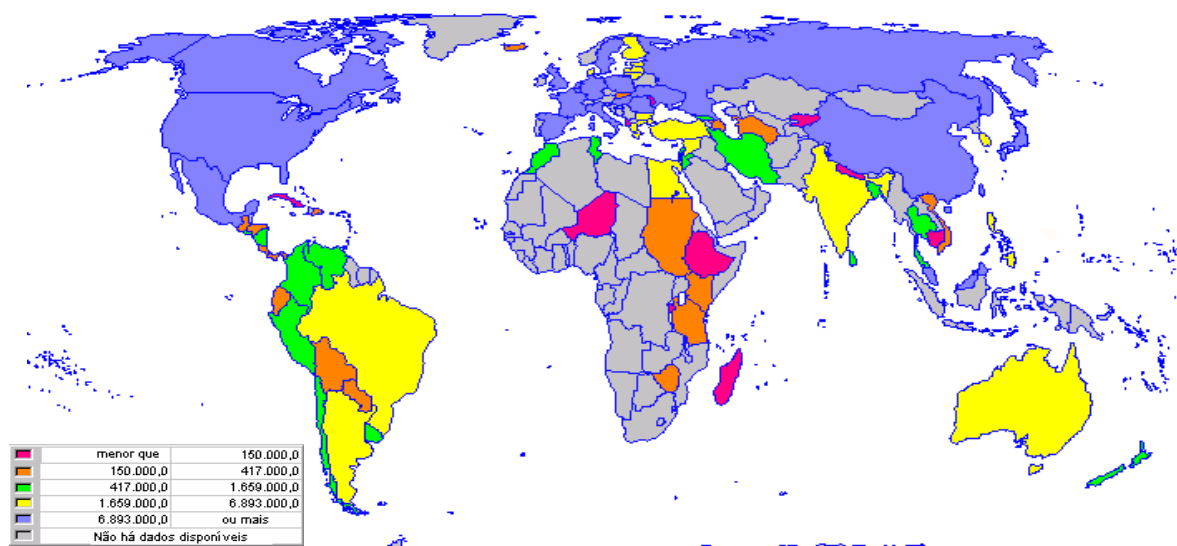
2.1 Os Fatores de Emissão

Algumas das variáveis apresentadas por FRECHTLING (1996) fazem sentido apenas quando considerados valores absolutos. Se o objeto de estudo é o fluxo

turístico sob o ponto de vista do impacto econômico relativo ao tamanho da economia ou da população no país em questão, estas variáveis de forma absoluta perdem seu poder explicativo. Neste caso, análises relativas do tipo per capita ou demográfica, resultam em informações mais completas para efeito de comparação. Por exemplo, apesar da China estar entre os cinco países que mais recebem turistas internacionais nos últimos anos, o impacto econômico desta atividade naquele país é relativamente muito menor do que em Cyprus, que recebe menos que 10% do total da China (com base em dados da OMT, 2000), mas que equivale a 3,2 vezes sua população, enquanto a China recebe apenas 0,2% de turistas per capita.

A efeito de análise comparativa, a abordagem relativa torna-se interessante para o caso do turismo receptivo como um todo. No caso da análise dos fatores de emissão, a análise per capita é interessante para demonstrar quais países apresentam as condições mais favoráveis ao consumo de viagens internacionais, bem como representar a significância do volume de saídas de ingressos através da atividade turística para o país individualmente. Porém, a análise relativa para o turismo emissor, perde em poder de explicação desta variável quanto ao turismo receptivo. Isto porque, a proximidade geográfica ou cultural de um centro emissor maior em termos absolutos, tende a gerar resultados mais significativos à atração de turistas internacionais, seja em termos absoluto ou relativo ao país de destino.

Mapa 1 – Saídas de turistas internacionais por países – valores absolutos (1998)



Fonte: World Development Indicators (2001)

Por isso, as variáveis explicadas serão relativas à população do país de origem, no caso de QTI_o e do país de destino, quando QTI_d . Isto, porque ao identificar a

quantidade de turistas per capita que visita um determinado país, tem-se uma comparação do aumento da demanda por serviços de hospedagem, locomoção, alimentação, etc. por um determinado período, com base na população local, seja do país de origem ou de destino. Contudo, no caso dos fatores de emissão, também serão considerados os valores absolutos, buscando demonstrar as causas da concentração do fluxo de turismo internacional.

Com relação aos dados em forma absoluta, é possível observar através do mapa 1, como a emissão de turistas internacionais está centrada no hemisfério norte, não havendo praticamente países que apresentem uma emissão de turistas superior a 6,8 milhões, que esteja localizado abaixo da linha do Equador.

Com base nesta análise espacial, é possível identificar que os países do hemisfério Norte são os principais emissores de turistas. Porém, o que estes países satisfazem para ocupar esta posição? FRECHTLING (1996) apresenta as principais variáveis, a serem consideradas, dentre as quais destaca-se a renda per capita, apontada por EILAT & EINAV (2003) como a principal determinante da emissão de turistas internacionais. Existiriam outras variáveis, disponíveis para averiguação empírica que possam aumentar o poder de explicação da renda, através de um modelo econométrico?

É importante considerar na especificação de um modelo, a dificuldade ao acesso às variáveis explicativas. Isto é, ainda que intuitiva ou teoricamente uma determinada variável aponte para uma capacidade explicativa relevante é necessário que haja a disponibilidade de dados referentes a ela, ou ao menos, *proxys* razoáveis que permitam representar seu poder de explicação. Apesar desta consideração ser óbvia àqueles familiarizados com a economia aplicada, é sempre importante ressaltá-la em trabalhos empíricos cujo a obtenção de dados é muitas vezes dificultada pela própria inexistência deles. Os subcapítulos em diante, irão discutir a utilização das variáveis que determinam a emissão de turistas internacionais que serão utilizadas no modelo.

2.1.1 A variável renda

A variável renda é a principal determinante para explicar os gastos com viagens internacionais. Pois, um aumento da renda real possibilita ao consumidor um maior poder de compra, que irá resultar no aumento da demanda por bens normais e superiores. As viagens internacionais são compostas de bens e serviços que podem ser classificados como inferiores, normais ou superiores, conceitos que são aplicados ao tipo de viagem ou à localidade, estando em função da situação de cada consumidor em específico. Porém, de

modo geral os gastos com viagens internacionais, enquadram-se como gastos com bens superiores.

Contudo, espera-se que as viagens à lazer e conseqüentemente os destinos a que se referem, apresentem uma maior elasticidade renda, do que outros segmentos deste setor como negócios, saúde, etc. De acordo com CROUCH (1996, p,121) diversas análises tem obtido resultados que apresentam a demanda por turismo internacional como sendo altamente elástica à renda.

No caso das viagens a lazer, principal segmento da atividade turística caracterizado como um bem de luxo, apenas indivíduos que obtenham uma renda capaz de suprir suas necessidades básicas tornam-se demandantes deste mercado, o que garante aos países de renda elevada o posto de principais centros emissores de turistas.

Através do mapa 2, é possível observar a existência de uma correlação entre renda e população com a emissão de turistas, com base no mapa da figura 3. Neste caso, países com renda mais elevadas são os mesmos que apresentam o maior fluxo de emissão de turistas. As exceções ficam por conta de Rússia, China e México, os quais possuem um grande contingente populacional, resultando numa maior inserção em termos absoluto.

Mapa 2 – O mundo através da Classificação de Renda dada pelo Banco Mundial

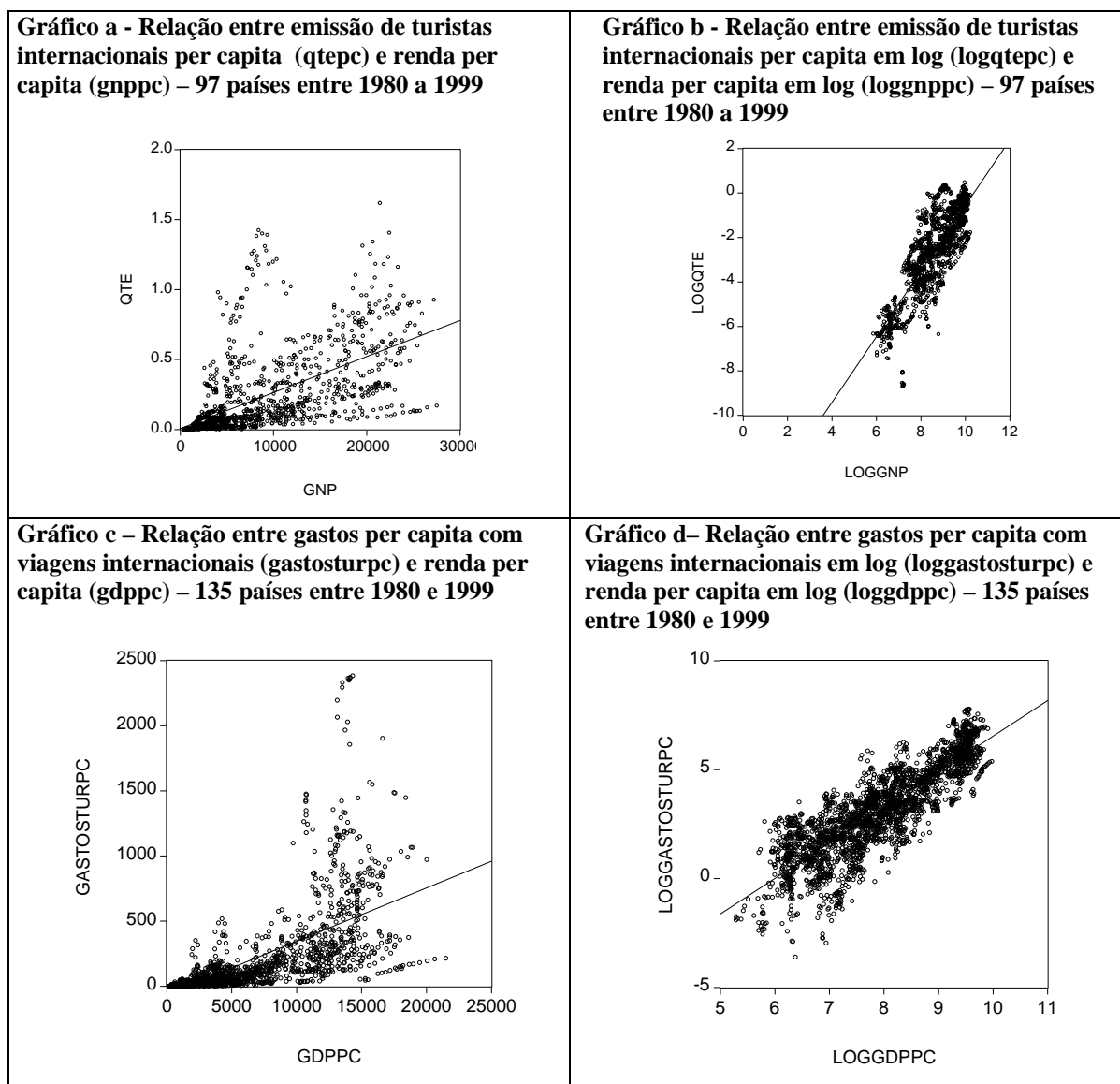


Fonte: BANCO MUNDIAL (2001)

O mapa 2 demonstra uma análise espacial quanto à classificação dos países através da renda feita pelo Banco Mundial. Este mapa apresenta uma informação relevante

para diagnosticar os principais centros emissores de turistas, pois, dado que a renda (Y) é um determinante da demanda por viagens internacionais, os países classificados como de renda alta são os que tendem a oferecer condições mais favoráveis para que sua população consuma viagens internacionais.

Quadro 3 – Relação entre emissão de turistas e renda



Fonte: World Development Indicators (2001)

Para demonstrar a relação direta entre a emissão de turistas e a renda, o quadro 3 apresenta uma junção das duas variáveis representadas nos eixos y e x, respectivamente, nos diversos gráficos. Os dados se referem a 79 países, entre o período de

1980 e 1999, organizados sob a forma empilhamento¹², sendo os dois primeiros gráficos em termos absoluto e os demais, per capita. É possível observar que há uma dispersão significativa dos dados absolutos, o que através de uma análise de regressão tende a gerar problemas de heterocedasticidade. Porém, por meio da transformação da amostra em log-linear a relação direta apresenta-se mais clara, colaborada pela linha de tendência.

2.1.2 Distribuição de renda

A distribuição de renda tem um papel importante junto às demais variáveis para explicar a emissão de turistas por um país. Isto, porque caso uma localidade apresente uma renda per capita elevada, sem que haja concentração desta, então há uma tendência maior ao consumo de viagens internacionais por uma maior quantidade de pessoas.

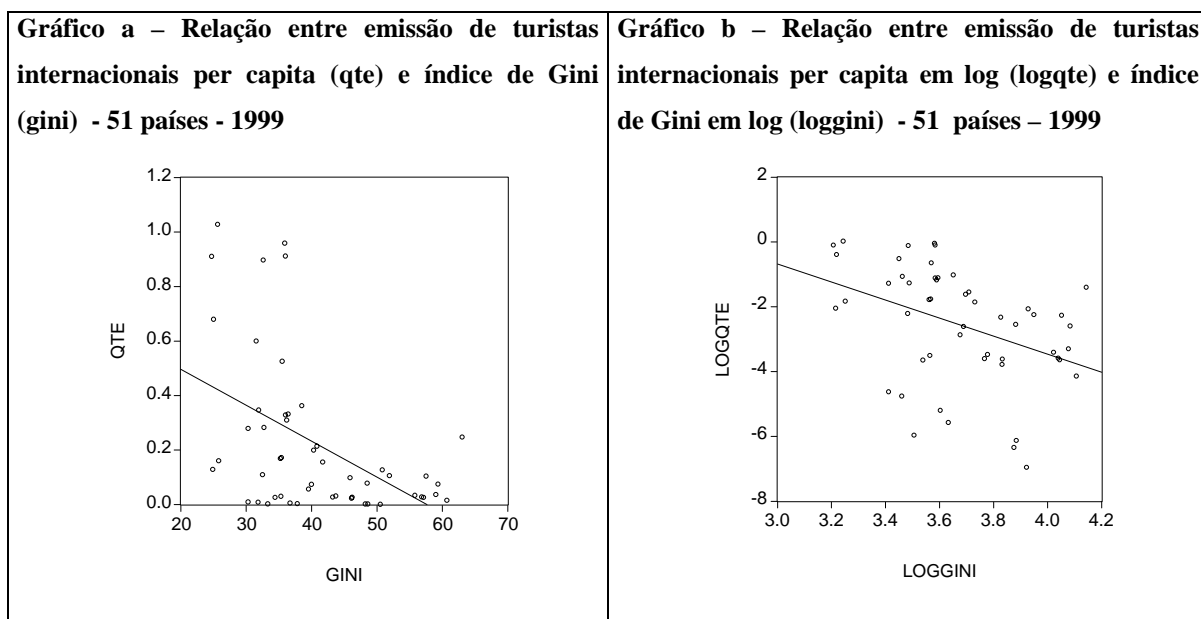
Um país que apresente uma renda excessivamente concentrada, oferecerá acesso ao consumo de bens superiores, tal como viagens internacionais à uma parcela pequena da população. Caso se trate de um país com grande população, esta pequena parcela pode ser superior à de um país com pequeno contingente populacional, o que pode também acontecer com relação aos gastos. Porém, em termos relativo a inserção da população de países com renda concentrada tende a ser pouco representativa.

Os quadro 4 demonstra a relação inversa entre a concentração de renda, representada através do índice de Gini¹³ e a emissão de turistas.

¹² A organização dos dados sob a forma de empilhamento (*stacked form*) é uma das opções de estruturas de *pooling*, ou seja, junção entre dados de corte (*cross section*) e séries de tempo. Uma observação num conjunto de *pooling* pode ser analisada sobre três dimensões: a variável, o período e a unidade *cross section*, o sistema de empilhamento é uma das formas que possibilita a organização destas variáveis em duas dimensões. Maiores informações a respeito desta metodologia, ver ANEXO 1 (iv).

¹³ O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma hipotética linha de igualdade absoluta, expressa como um percentual da área máxima abaixo da linha. Um valor de 0 representa uma igualdade perfeita, um valor de 100 representa uma desigualdade perfeita, ou seja, uma renda totalmente concentrada. Por sua vez, a curva de Lorenz compreende o percentual cumulativo da renda total recebido contra o número cumulativo de recebedores, começando com indivíduos ou famílias mais pobres. (ONU, 2003)

Quadro 4 – Relação entre emissão de turistas e distribuição de renda



Fonte: World Development Indicators (2001) & ONU(2003)

Além do índice de Gini, outros indicadores relacionados a renda ou consumo podem ser considerados para analisar a desigualdade. A tabela 8 demonstra alguns outros índices de desigualdade, com base no consumo para os 20 países com maior propensão à emissão de turistas internacionais. Neste caso, representada pela quantidade de turistas emitidos per capita.

Observa-se com base na tabela 8 que dentre os vinte países com maior emissão de turistas relativamente à sua população, apenas Cingapura e Malásia apresentam um Índice de Gini acima de 0,4 e uma concentração de renda sobre os 10% mais ricos da população acima de 30%. Ainda assim, mesmo nestes países, a renda é bem distribuída se comparados ao Brasil, uma das piores referências quanto à distribuição de renda. De acordo com o relatório de desenvolvimento humano da ONU (HDR, 2003), o Índice de Gini do Brasil é 0,6, sendo que os 10% mais ricos absorvem 48% da renda e os 10% mais pobres detém apenas 0,7% da renda.

Portanto, de modo geral, observa-se uma relação direta entre a distribuição da renda e a emissão de turistas, proporcionalmente à população, havendo poucas exceções dentre os principais emissores apresentados na tabela 8.

Tabela 8 – Emissão de turistas per capita e desigualdade de renda e consumo

Países	<i>qte</i>	10% mais pobres*	20% mais pobres*	20% mais ricos*	10% mais ricos*	Índice de Gini
República Checa	3,89	4,3	10,3	35,9	22,4	0,25
Suíça	1,69	2,6	6,9	40,3	25,2	0,33
Polónia	1,42	3,2	7,8	39,7	24,7	0,31
Estônia	1,23	3,0	7,0	45,1	29,8	0,37
Singapura	1,23	1,9	5,0	49,0	32,8	0,42
Suécia	1,19	3,4	9,1	34,5	20,1	0,25
Malásia	1,15	1,7	4,4	54,3	38,4	0,49
Hungria	1,06	4,1	10,0	34,4	20,5	0,24
Finlândia	1,03	4,1	10,1	35,0	20,9	0,25
Irlanda	0,96	2,5	6,7	42,9	27,4	0,35
Lituânia	0,94	3,2	7,9	40,0	24,9	0,36
Latvia	0,93	2,9	7,6	40,3	25,9	0,32
Iceland	0,93	-	-	-	-	-
Reino Unido	0,91	2,1	6,1	43,2	27,5	0,36
Dinamarca	0,91	2,6	8,3	35,8	21,3	0,24
Holanda	0,90	2,8	7,3	40,1	25,1	0,32
Alemanha	0,89	2,0	5,7	44,7	28,0	0,38
Cyprus	0,62	-	-	-	-	-
Canadá	0,60	2,7	7,3	39,3	23,9	0,31
Israel	0,53	2,4	6,9	44,3	28,2	0,35

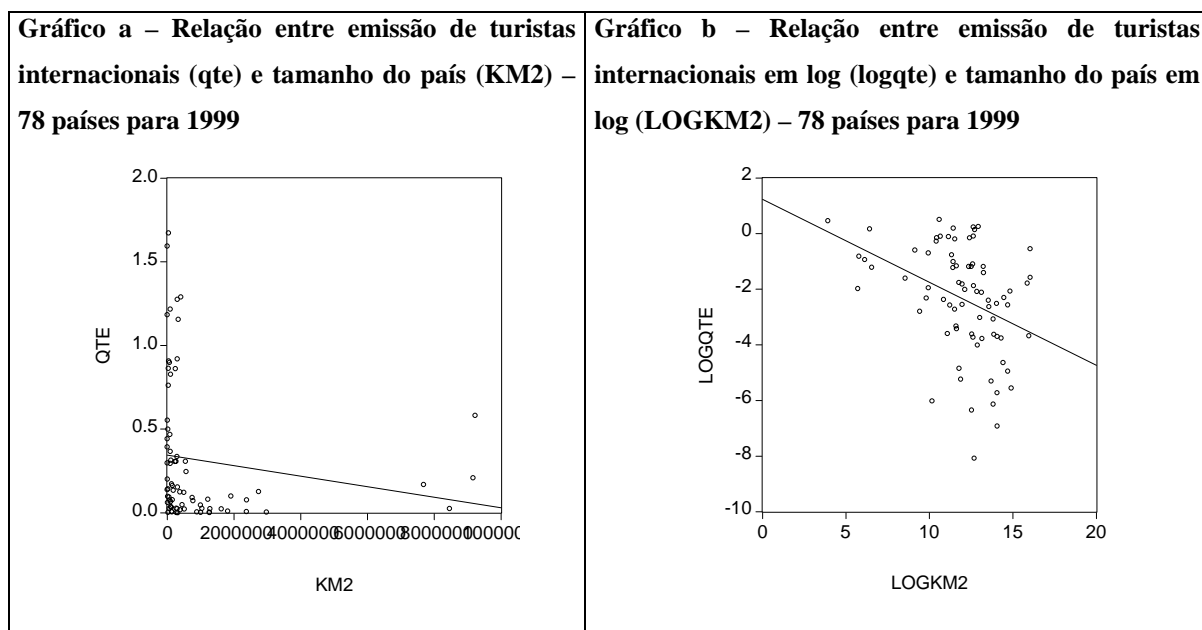
Fonte: World Development Indicators (2001) & ONU (2003)

* participação percentual no consumo

2.1.3 – Tamanho do país

O fato de um país possuir uma maior extensão refletirá numa maior quantidade de opções para que sua população viaje por destinos internos. Porém, isto pouco diz a respeito destes destinos, bem como quanto à atratividade dos mesmos seja a lazer, negócios, ou por qualquer outro motivo que justifique uma viagem. Por isso, a relação inversa entre a emissão de turistas internacionais e o tamanho do país, pode valer menos para o caso dos países grandes, mas certamente é válida para os países pequenos.

Ou seja, quanto menor o país, menores serão as opções de viagem à população local e conseqüentemente maior será a tendência ao consumo com viagens internacionais. Através do quadro 5, é possível observar esta relação inversa entre o tamanho do país e a emissão de turistas internacionais. Contudo, ainda que se mantenha uma relação inversa, a dispersão demonstra-se muito significativa principalmente com relação aos países maiores, inclusive em log. De qualquer modo, os dados de forma absoluta demonstram que os países com maior índice de emissão de turistas per capita, são os de menor extensão territorial.

Quadro 5 – Relação entre emissão de turistas e tamanho do país

Fonte: World Development Indicators (2001)

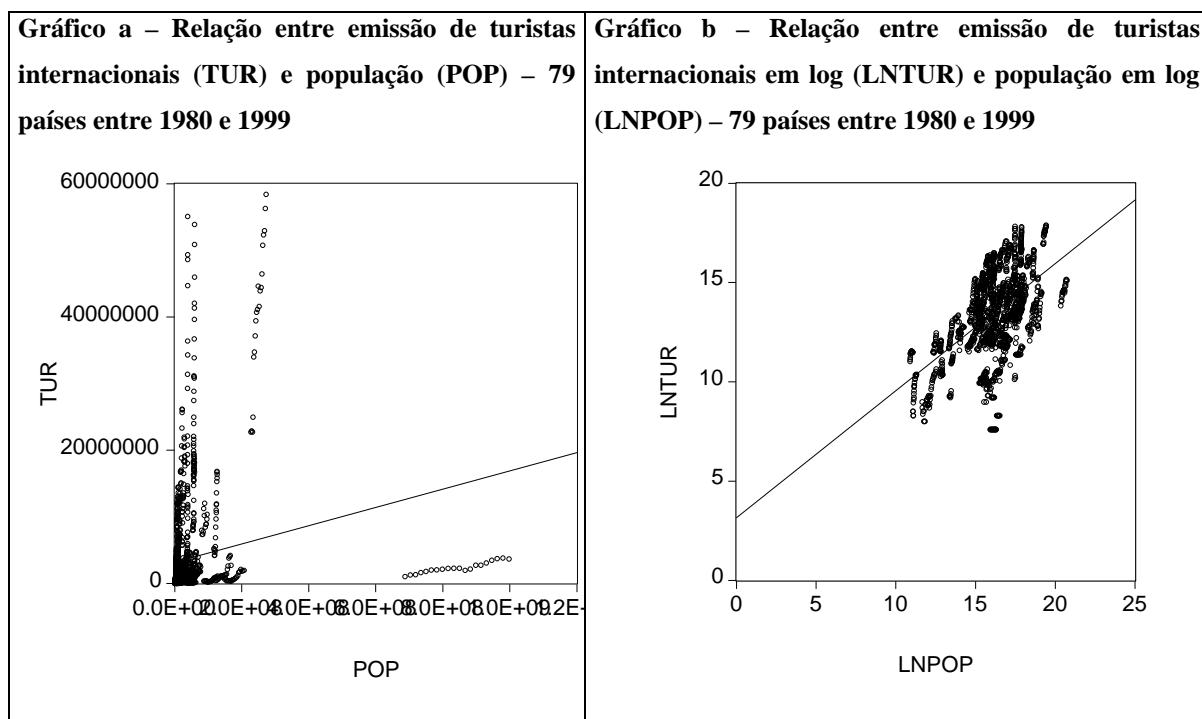
2.1.4 O tamanho da população

Um país com uma enorme população tende a gerar uma maior quantidade de viagens internacionais do que outro com uma população menor, nas mesmas condições. Por isso, quando a emissão de turistas é analisada em termos absoluto, o tamanho da população torna-se relevante positivamente. Porém, numa análise per capita, o tamanho da população tende a ter um resultado inverso, uma vez que está se analisando o percentual da população que realiza uma viagem internacional.

O fato é que esta variável deve ser considerada, sobretudo porque junto com a renda, pode explicar em muito o fluxo receptivo. Isto é, fazer fronteira com um país populoso com renda elevada é uma condição que favorece em muito para que um determinado país se torne um centro receptivo de turistas internacionais.

O quadro 6 auxilia a demonstração desta relação positiva entre o tamanho da população e a quantidade de turistas que o país emite. Assim como no quadro 3, trata-se de uma amostra constando 79 países, montadas sob o processo de empilhamento.

Quadro 6 – Relação entre emissão de turistas e população

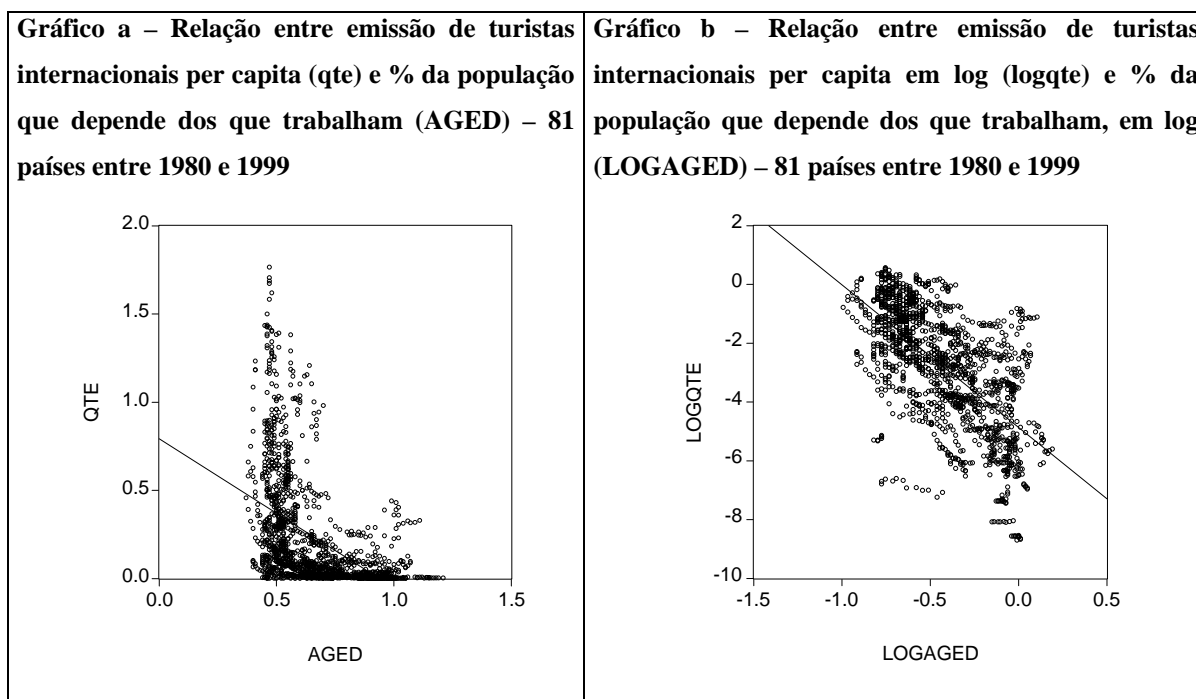


Fonte: World Development Indicators (2001)

2.1.5 Outras variáveis fatores de emissão

Outros fatores, tais como distribuição educacional, distribuição da idade, tempo de lazer e estrutura familiar, citados por FRECHTLING (1996), apesar de relevantes na emissão de turistas, encontram muito provavelmente problemas de multicolinearidade com as demais variáveis apresentadas até então. Aliás, os dois últimos fatores encontram sobretudo uma significativa dificuldade para obtenção de dados que tornem possível uma análise empírica a nível internacional. FRECHTLING (1996) sugere que no caso da variável tempo destinado a lazer, se considere os dias do ano menos os dias trabalhados, ou então o número de dias de férias pagos. O fato é que com a atual inserção da informalidade na composição ocupacional, a confiabilidade destas *proxys* podem ser questionadas. Da mesma forma, a estrutura familiar encontra problemas idênticos para a mensuração a nível internacional.

Quadro 7 – Relação entre emissão de turistas e população dependente

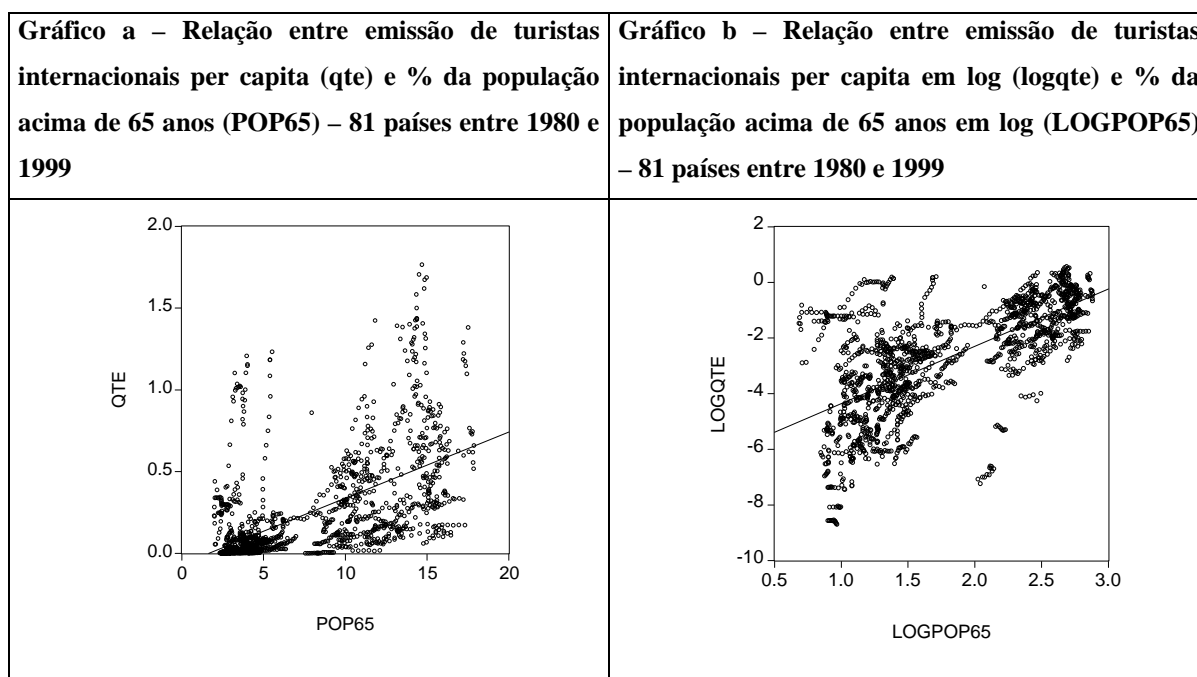


Fonte: World Development Indicators (2001)

Com relação à distribuição da idade, pode-se partir da suposição de que países com maior percentual da população em idade ativa tendem a apresentar melhores condições para emissão de turistas. Porém, não se deve desconsiderar a relevância do público acima de 65 anos, o qual geralmente tende a apresentar condições mais propícias às viagens. Por isso, duas *proxys* interessantes podem ser utilizadas com respeito a estas variáveis. A primeira, refere-se à razão dos dependentes em função da população em idade de trabalho. Neste caso, espera-se que quanto maior esta razão, menor será a emissão de turistas per capita, conforme apresentam o quadro 7.

Por outro lado, é possível observar uma relação direta entre a emissão de turistas internacionais per capita e o percentual da população acima de 65 anos no país. Ou seja, há uma tendência à países com maior população em idade a usufruir dos benefícios de aposentadoria terem um maior consumo de viagens internacionais. Porém, além de apresentar um problema relacionado à variância, mesmo em log, há também uma provável multicolinearidade entre esta variável e a população dependente.

Quadro 8 – Relação entre emissão de turistas internacionais e população acima de 65 anos



Fonte: World Development Indicators (2001)

Uma vez discutidos os fatores que atuam para que haja uma maior emissão de turistas internacionais por parte de um determinado país, resta apresentar quais os fatores que apresentam resistência à esta emissão. Uma vez que estes fatores podem coincidir com os de resistência à atração, tal como os preços relativos, estes serão abordados ao final. A seguir serão discutidos os fatores que atuam de forma a atrair os turistas.

2.2 Os fatores de atração

São muitos os fatores que podem determinar a viagem de um turista a determinado destino. Porém, é possível compilar através de algumas variáveis alguns dos principais determinantes do fluxo de turismo receptivo.

2.2.1 O Desenvolvimento Humano como fator de atratividade

O relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas, PNUD (1990), define desenvolvimento humano como sendo um processo de ampliação de escolhas. O objetivo básico do desenvolvimento deve ser o de criar condições favoráveis para o bem estar das pessoas, condições estas relacionadas a saúde, educação e renda, ou seja,

qualidade de vida. Conforme o documento, se estas escolhas não forem possíveis, muitas outras oportunidades permanecerão inacessíveis.

O fato é que se as pessoas consideram isto importante no país em que fixam residência, existe uma grande probabilidade de que considerem questões relacionadas ao desenvolvimento humano, direta ou indiretamente, ao escolherem por um destino turístico. Isto porque, se a viagem for por motivo de saúde, existe uma forte tendência de que estes países ofereçam opções mais atraentes de atendimento, bem como, salvo condições excepcionais o risco com problemas relacionados à saúde não serão um empecilho a visitar estes países. Com relação à educação, idem. Além disso, países nos quais as necessidades básicas de desenvolvimento humano estão satisfeitas, tendem a apresentar uma melhor estrutura turística, estimulada pelo turismo interno.

Tabela 9 – Relação entre fluxo receptor de turistas internacionais e desenvolvimento econômico

Rank turismo	País	Chegada de turistas Internacionais (milhões)		Classificação das Economias por Renda	Rank (IDH)	IDH		PIB/per capita (PPP US\$)
		2000	2001			2000	2000	
1	França	75,6	76,5	Alta / OCDE	12	0,928	24,223	
2	Espanha	47,9	49,5	Alta / OCDE	21	0,913	19,472	
3	EUA	50,9	45,5	Alta / OCDE	6	0,939	34,142	
4	Itália	41,2	39,1	Alta / OCDE	20	0,913	23,626	
5	China	31,2	33,2	Média / Baixa	96	0,726	3,976	
6	Reino Unido	25,2	22,8	Alta / OCDE	13	0,928	23,509	
7	Rússia	21,2	-	Média / Baixa	60	0,781	8,377	
8	México	20,6	19,8	Média / Alta	54	0,796	9,023	
9	Canadá	19,7	19,7	Alta / OCDE	3	0,94	27,874	
10	Áustria	18	18,2	Alta / OCDE	15	0,926	26,765	
11	Alemanha	19	17,9	Alta / OCDE	17	0,925	25,103	
12	Hungria	15,6	15,3	Média / Alta	35	0,835	12,416	
13	Polônia	17,4	15	Média / Alta	37	0,833	9,051	
14	Hong Kong (China)	13,1	13,7	Alta / ã OCDE	23	0,888	25,153	
15	Grécia	13,1	-	Alta / OCDE	24	0,885	16,501	

Fonte: elaborada pelo autor com base em OMT (2003b), ONU (2002) e BANCO MUNDIAL (2001)

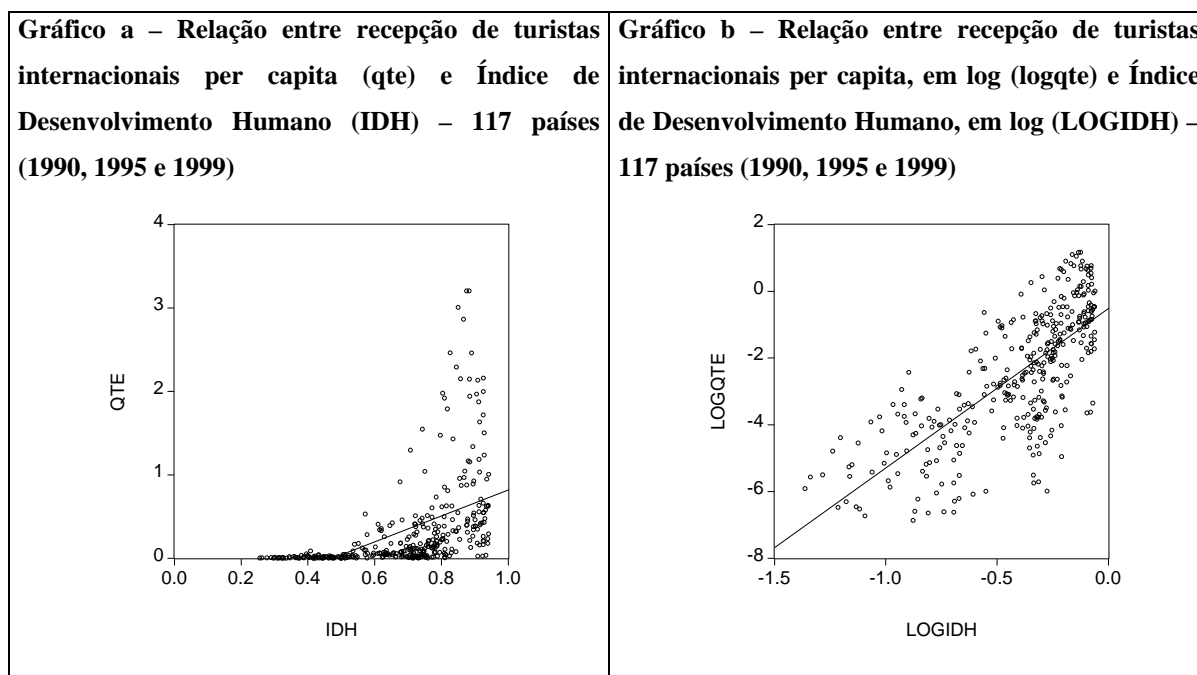
A tabela 9 apresenta a relação entre o fluxo receptor de turistas internacionais e desenvolvimento humano. A primeira coluna identifica os 15 primeiros na classificação dos países que mais recebem turistas estrangeiros no mundo. É interessante notar que treze destes países apresentam Índice de Desenvolvimento Humano¹⁴ (IDH) superior a 0,83. Apenas três países possuem IDH abaixo de 0,8, sendo China, Rússia e México. Alguns

¹⁴ O IDH foi apresentado pela ONU no relatório do PNUD (1990) como um índice importante para se mensurar o grau de desenvolvimento humano, conforme o conceito de desenvolvimento instituído neste mesmo relatório.

fatores homogêneos entre eles é que tratam-se de países de grande extensão territorial, estão próximos aos principais países emissores de turistas internacionais e são centros econômicos importantes em suas regiões, fatores estes que os diferem da grande maioria dos demais países com IDH's próximos ao deles.

Com base nesta correlação, não se quer dizer que o visitante irá considerar o IDH como uma informação relevante ao decidir por um destino turístico, mas sim que isto estará implícito em suas escolhas. O que acontece na maioria das vezes, é que um país com IDH elevado estará implicitamente oferecendo um conjunto de fatores que estarão agindo na atração do indivíduo. Por outro lado, países que apresentem um IDH muito baixo, tendem a oferecer um cenário com menor atratividade, com relação às condições de saneamento, saúde, educação, etc.

Quadro 9 – Relação entre recepção de turistas internacionais e IDH



Fonte: World Development Indicators (2003), ONU (2002)

2.2.2 Determinantes institucionais e proximidade cultural

De acordo com NORTH (1990), as instituições são as regras formais e informais vigentes numa sociedade. Algumas questões institucionais também são fundamentais na tomada de decisão dos indivíduos ao escolherem por um destino turístico. Em primeiro lugar, a percepção de que os seus direitos como consumidor serão garantidos.

Isto porque, se o indivíduo tiver informações de que o direito a consumir os bens e serviços que ele adquiriu, ou então seus direitos individuais correm algum tipo de risco pelo fato de ser estrangeiro, esta regra estará atuando de forma negativa na decisão dele.

Além destas regras formais, outras questões institucionais, como a língua oficial, entre outras proximidades culturais tendem a ter efeito sobre as viagens internacionais. PORTUGAL (2002), ao analisar as conseqüências da Área de Livre Comércio das Américas para o Brasil, constata através de análise econométrica que a língua em comum tem um impacto importante no comércio internacional, o que dadas as características da atividade turística, espera-se que esta variável também seja significativa. EILAT & EINAV (2003) confirmam esta hipótese ao testaram a importância da língua comum para as viagens internacionais, obtendo um resultado positivo.

Além destas questões, há um outro fator importante relacionado aos hábitos de consumo, de importância reconhecida por NEALE (1987), caracterizados como leis transmitidas dentro de uma sociedade e adquiridas pelo indivíduo através de imitação relativamente pouco esforçada e até inconsciente. Questões como por exemplo, o hábito de passar as férias em família num determinado destino, ou então um destino que se transforma em moda, a partir de uma temporada.

2.2.3 Condições de oferta e tecnologia turística

O destino turístico por si só determina uma diferenciação na composição das cestas de bens e serviços consumidas por um turista, uma vez que bens públicos tais como clima, atrativos naturais, arquitetura, língua, localização geográfica e nome da localidade, oferecem algum grau de monopólio sobre o conjunto destas variáveis ao destino.

Porém, trata-se de um conjunto de fatores que caracterizam um determinado local tendo como externalidade a atratividade turística, sem que necessariamente estejam voltados à ela. Ou seja, um município ou uma determinada região pode deter um conjunto de fatores que resulte em atrair turistas, sem que haja investimentos voltados especificamente a este objetivo.

Neste caso, propõe-se que os investimentos voltados à atividade turística podem ser considerados sob duas funções: atratividade e complementaridade. No primeiro caso, tratam-se de investimento que tenham como objetivo final atrair o turista a uma determinada localidade, seja como fator de atração principal ou secundário, complementando a atração principal. São os casos de parques, *resort's*, museus, centros de compra, centros de

entretenimento, monumentos, etc.

Por outro lado, um investimento turístico pode ter como objetivo ampliar ou melhorar as condições de oferta de bens e serviços demandados por turistas que são atraídos por outros fatores, referindo-se basicamente à infra-estrutura. Neste caso, este tipo de investimento tem uma função de complementar a estrutura turística do destino, sem que necessariamente funcione como um atrativo individual, porém, contribuindo para a atratividade do destino de forma agregada. Exemplo destes investimentos podem ser: aeroportos, pavimentação de estradas, condução elétrica, portos, rodoviárias, hotéis, restaurantes, etc.

Cabe ressaltar que investimentos de infra-estrutura podem funcionar como atrativos secundários, ainda que permaneçam cumprindo seu papel em facilitar a acessibilidade ao consumo turístico. Por exemplo, uma rodoviária que tenha uma arquitetura diferenciada, uma estrada que se torna o atrativo devido às suas particularidades, bem como hotéis e restaurantes que podem se tornar uma referência em seu segmento e, deste modo, o principal atrativo.

Através de investimentos voltados ao mercado turístico é possível tornar uma localidade atrativa ao turismo internacional, ainda que o conjunto de bens públicos que compõem o monopólio das especificidades do local sejam pouco atrativos. Exemplos bastante tradicionais são os casos das cidades de Orlando e Las Vegas, ambas com inserções significativas no turismo internacional, tendo como principais atrativos, serviços gerados através de investimentos focados à atração de turistas.

Estes investimentos focados estão distribuídos ao longo da cadeia produtiva estabelecida pela atividade turística. Deste modo, ou serão objeto de consumo dos turistas, no caso dos produtos e serviços turísticos ou então serão parte do processo de consumo, de forma a possibilitar o acesso até o atrativo final.

Uma vez que estes fatores colaboram para a atratividade do local, oferecê-los de forma inovadora, pode resultar em menores custos e/ou maior poder de atratividade. O maior poder de atratividade se dá pelo aprimoramento da diferenciação do produto, neste caso, tratando-se de uma inovação em termos internacionais, pode haver impactos desta ordem. Este, por exemplo, é o caso dos parques temáticos, tendo a Walt Disney World como referência de um produto inovador com capacidade de atração internacional, complementada por todo um complexo deste segmento na cidade de Orlando. A difusão destas inovações a outras localidades tendem a tornar estes outros investimentos como de atratividade local ou

regional. Este, é o caso de parques temáticos no Brasil e em diversos países da América Latina

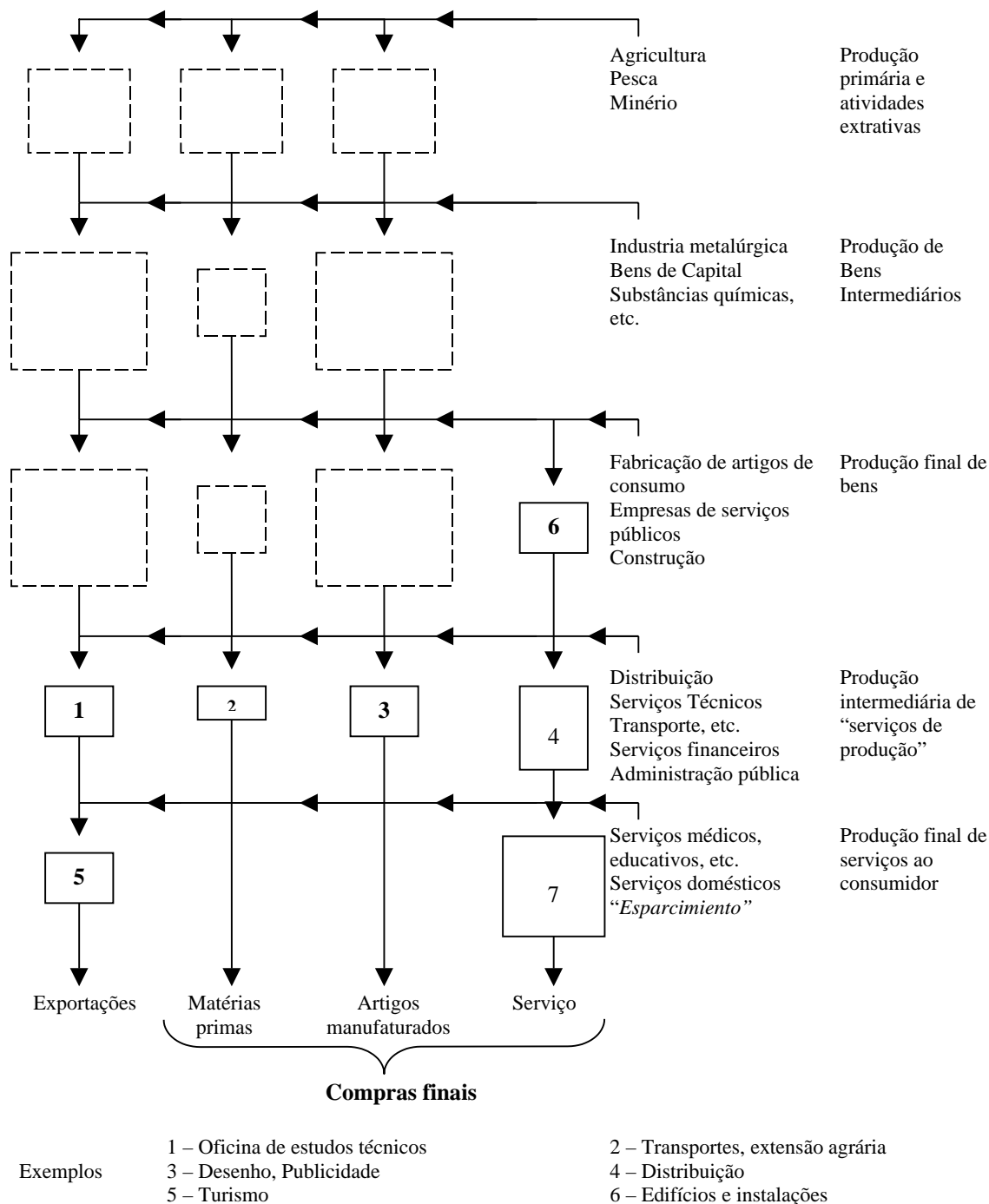
Já a possibilidade da queda no custo, surge da capacidade em ofertar o mesmo bem ou serviço utilizando-se menos fatores de produção, o que de certa forma pode resultar em preços mais baixos, aumentando a quantidade demandada, *ceteris paribus*. Esta discussão não pretende aprofundar-se quanto à maneira como ocorre estas inovações, para isso recomenda-se a literatura de cunho neo-schumpeteriano¹⁵ sobre o processo de inovação. O principal objetivo desta é demonstrar que através de inovações em infra-estrutura ou fatores de atratividade é possível interferir na demanda turística de um destino, seja via redução dos custos ou aumento dos benefícios percebidos pelo consumidor.

Além disso, a cesta de bens e serviços que compõe os gastos com viagens internacionais no destino, tende a ser bastante flexível. Isto é, as opções de consumo de hospedagem, alimentação, transporte e diversão, na maioria das vezes, possibilita ao destino turístico ofertar opções de consumo a preços diferenciados atingindo desta forma uma maior variedade de segmentos do mercado.

Por outro lado, a própria diversificação das opções torna-se um fator de atração à localidade uma vez que além de caracterizar o local, serve como estrutura complementar de consumo. Neste sentido, dado que a atividade turística está concentrada em serviços finais, há uma relação em cadeia com outros setores a qual absorve as inovações ou investimentos destes, podendo se apresentar em forma de atrativos da localidade.

¹⁵ Após Schumpeter, os neo-schumpeterianos deram continuidade à discussão do papel das inovações na dinâmica do sistema capitalista, buscando o aprimoramento e atualização das interpretações schumpeterianas. Uma abordagem importante trazida pelos neo-schumpeterianos trata-se do reconhecimento de que o processo inovativo não é algo aleatório, mas sim, um processo que leva em consideração o conhecimento acumulado de períodos anteriores, onde a tecnologia avança sobrepondo àquela já existente. Neste contexto, as inovações estão vinculadas a um processo permanente de decisão das firmas, caracterizando-se como algo não espontâneo ou ocasional. (CÁRIO & PEREIRA, 2002)

Figura 5 – Análise de construção da cadeia produtiva



Fonte: GERSHUNY & MILES (1988, p.52)

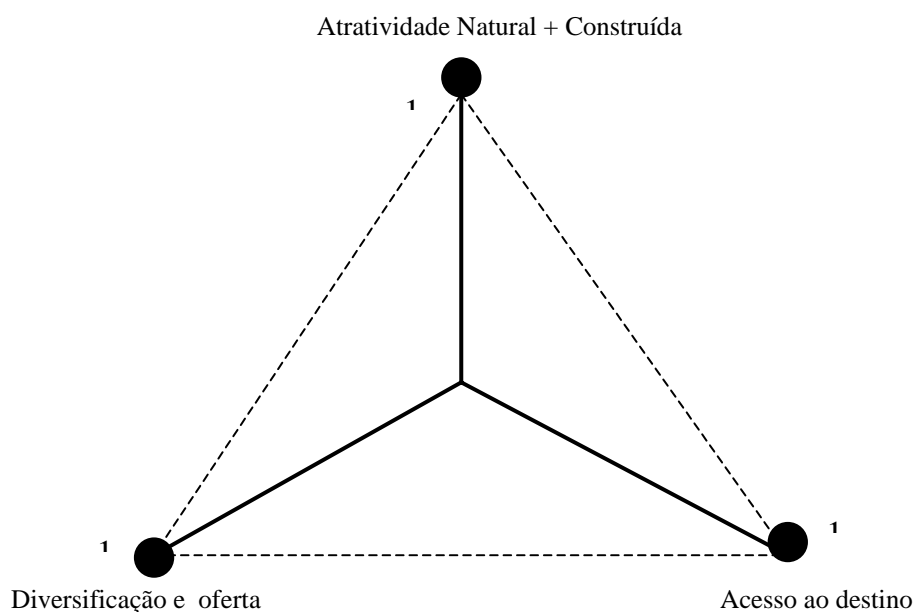
A figura 5 demonstra que uma vez localizada no extremo da cadeia produtiva, por ser constituída basicamente pelo consumo de bens e serviços finais há um entrelace com diversos outros setores, os quais podem favorecer o desempenho do turismo, aumentando a atratividade do local, a diversificação da cesta de consumo possível ou a acessibilidade ao destino.

Portanto, a tecnologia turística pode ser analisada sob estas três dimensões:

- a)- Grau de atratividade natural e construída
- b)- Diversificação da oferta turística
- c)- Acessibilidade ao destino

Ou seja, deter tecnologia turística refere-se à capacidade do país em maximizar o uso do potencial turístico, dadas as restrições de atração do destino. Neste caso, a figura 6 demonstra um esquema de mensuração da tecnologia turística através de um índice com base neste conceito. (*ver apêndice*)

Figura 6 – Tecnologia Turística



Fonte: elaborado pelo autor

Através desta análise, torna-se necessário um equilíbrio dos investimentos, de modo a contemplar estes três pontos essenciais, uma vez que maximizar a capacidade do país em criar condições de atração ao destino turístico está em função deste equilíbrio¹⁶. Cabe portanto, uma discussão mais aprofundada com relação a cada um destes fatores.

¹⁶ O apêndice 1 apresenta a demonstração formalizada de porque, dado uma restrição dos fatores, a maneira de maximizar a utilização do potencial turístico de um determinado destino é através do equilíbrio entre atratividade, diversidade e acessibilidade. Neste caso, a junção destes três vetores, formam um triângulo. Esta área representa a capacidade de um país em utilizar da forma mais eficiente possível estes três fatores, representando neste caso a capacidade de oferta de um determinado destino.

2.2.3.1 Atrativos Turísticos Naturais e Construídos (ATNC¹⁷)

Os atrativos turísticos naturais somados àqueles construídos com esta finalidade respondem por uma parte importante da atratividade de um turista para uma determinada localidade. Neste caso, a formação dos ATNC é representada pela equação (29).

$$ATNC = ATN + ATC \quad (29)$$

$$ATNC = ATN + ATC_0 + ATC (I) \quad (29.a)$$

Onde:

ATN: Atrativos Turísticos Naturais; ATC: Atrativos Turísticos Construídos; ATC₀: Atrativos Turísticos Construídos Inicial; I: Investimento.

É importante ressaltar, em se tratando de país, que a visita ocorrerá numa localidade específica e na maioria das vezes o consumidor estará avaliando apenas as informações referentes ao local ou locais visitados. Porém, dado que este estudo trata-se de uma análise agregada, a discussão a respeito dos ATNC's, referem-se ao país como um todo, assim como todos os demais determinantes apontados até então.

Os ATN's geralmente são caracterizados como bens públicos puros, tal como:

- a)- Clima;
- b)- Costa Litorânea;
- c)- Riqueza relacionada à Fauna e Flora;
- d)- Belezas Naturais, etc.

Já os ATC's de um país tendem a ser mais diversificados quanto suas características, sendo identificados como bens públicos ou privado, por exemplo:

- a)- Monumentos e edificações
- b)- Parques temáticos e de diversão;
- c)- Hotéis e resort's;
- d)- Museus;
- e)- Centros de compra e lazer,
- f)- Parques ecológicos;
- g)- Centros gastronômicos
- h)- Centros de convenções

Cabe ressaltar que investimentos na promoção de um destino turístico

¹⁷ neste caso, tratam-se de atrativos de ordem física ou tangíveis

internacional, tem um papel importante ao agregar valor nos atrativos acima citados, bem como favorecer o acesso ao produto. Ou seja, a propaganda atua diretamente na valorização dos ATNC's, agregando valor à localidade, que tem o monopólio de sua identificação, podendo-se fazer uma analogia às marcas, para o caso das firmas.

Uma característica importante dos ATNC's refere-se à sua dificuldade em ser mensurado, mas trata-se de um componente fundamental entre os fatores de atração, podendo sobrepor os fatores de resistência. O fato é que, os ATNC's podem explicar o que faz um visitante decidir por um destino que apresente todas as outras condições desfavoráveis à viagem, como por exemplo, um turista norte americano fazer uma viagem ao Pólo Sul. Neste caso, todos os demais determinantes apresentariam provavelmente um custo maior do que uma viagem para a maioria, se não todos os outros destinos disponíveis, resultando num elevado custo/oportunidade. Porém, o grau de atratividade deste local, gerado pelos atrativos naturais, àquele turista norte americano, gera em sua percepção um benefício maior do que o custo/oportunidade deste consumo. Entretanto, se este indivíduo for indiferente entre viajar ao Pólo Sul ou ao Alaska, provavelmente optará pela segunda opção, pois dado que o grau de atratividade é o mesmo, os demais determinantes favorecerão a escolha pelo Alaska.

Retornando a equação (1.3), tem-se que tanto os ATN's quanto uma parte dos ATC's, partem de um valor inicial, permanecendo constantes ao longo do tempo. Neste sentido, a metodologia de dados de painéis permite captar uma parte destas variáveis não observadas no modelo, através dos efeitos fixos. EILAT & EINAV (2003), consideram isto de fundamental importância, para justificar a utilização de dados em painéis na análise da demanda turística.

2.2.3.2 Diversificação da oferta

A diversificação da oferta, neste caso, refere-se às opções de composição de cestas de bens e serviços em um determinado destino. Trata-se da capacidade do destino em oferecer todos os bens e serviços necessários ao turista, da forma mais diversa possível. Pode-se resumir estes em basicamente seis tipos:

a)- Hospedagem: hotéis de diferentes padrões (1 a 5 estrelas), resort's, pousadas, albergues, apart-hotéis, pensões, moradias de aluguel para temporadas, etc.

b)- Gastronomia: culinárias representativa do país, internacional, etc.

c)- Lazer e entretenimento : opções de lazer e entretenimento ofertadas com a frequência necessária;

d)- Locomoção no destino: opções de locomoção no destino, tal como táxis, transporte coletivo, metrô, aluguel de meios de transporte

e)- Opções de compra: diversidade em opções para compras de bens não duráveis

f)- Diversidade de atrativos principais e complementares: neste caso não considerando a intensidade do atrativo, mas sim, a quantidade e diferenciação dos mesmos.

A dificuldade de mensuração destas variáveis a nível internacional, torna-se um tanto quanto difícil. Certamente em nível local seja possível trabalhar de forma mais eficiente, a partir de uma metodologia que determine o peso destas variáveis.

Contudo, é possível utilizar como *proxy* um índice, construído a partir da quantidade de quartos ou apartamentos oferecidas por hotéis e estabelecimentos similares no país e do número de leitos. Neste caso, parte-se do pressuposto de que há uma correlação entre a quantidade ofertada e a diversificação desta oferta. Ainda que seja um pressuposto forte, este é favorecido pela disponibilidade dos dados através de relatórios estatísticos da OMT.

Uma análise mais aprofundada, exigiria a inserção de informações referentes aos demais tipos de ofertas turísticas, a partir de uma metodologia capaz de incluí-las conjuntamente na estrutura de um índice. Porém, em nível internacional, isto exigiria bastante tempo e provavelmente seria um tanto quanto custoso a obtenção de dados representativos destas variáveis, se possível.

2.2.3.3 Acessibilidade

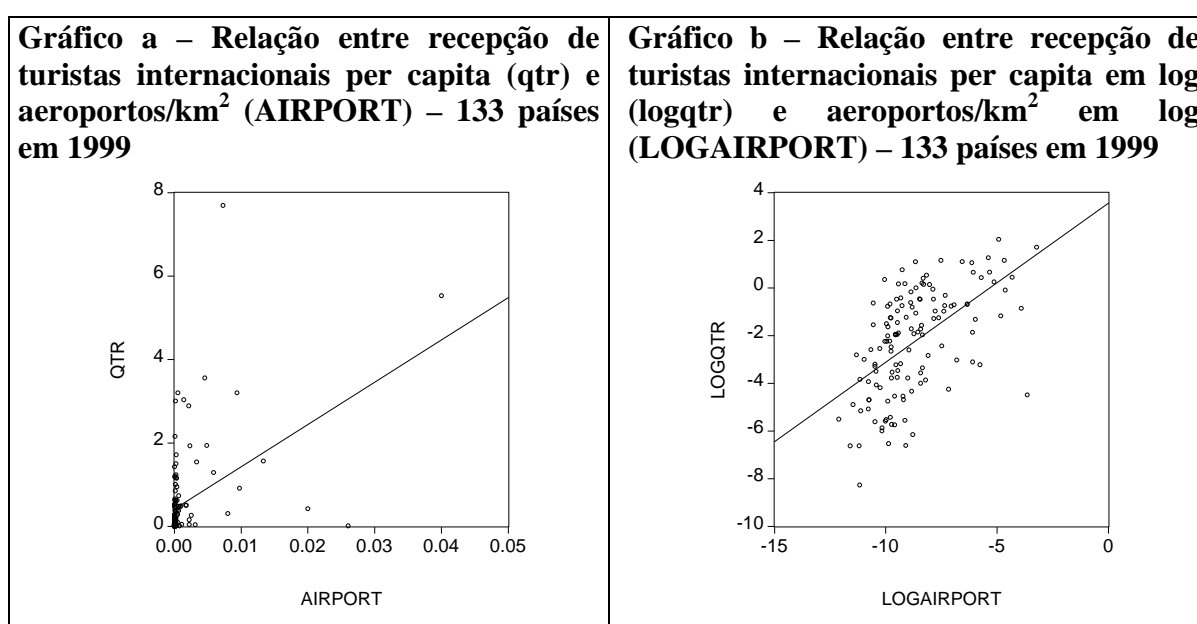
O acesso ao destino turístico é fundamental no processo de decisão de um turista. Primeiramente, o acesso às informações referentes ao local e a intensidade do contato com estas informações. Neste sentido, os canais de distribuição, levantados por FRECHTLING (1996), bem como a promoção do destino podem ser considerados como facilitadores ao acesso. Uma maneira de mensurar este tipo de acesso, poderia ser o percentual de agências de viagens do país de origem, que vende o destino, neste caso tratando-se de países pares. Ou então, a quantidade de agências que vendam o destino, fora do país, ponderada pela tamanho da população, possibilitando uma análise relativa. Contudo, a princípio, não há a disponibilidade destas informações.

Por outro lado, um fator de extrema relevância, trata-se do acesso físico do turista ao destino, tratando-se, basicamente de três tipos de acesso:

- a)- Aéreo: vôos comerciais, fretamento, etc.
- b)- Terrestre: ônibus, carro, trem
- c)- Fluvial: embarcações diretas, cruzeiros marítimos, etc.

Neste caso, a razão entre o número de aeroportos do país e extensão territorial, apresenta-se como uma *proxy* interessante, uma vez que demonstra a capacidade do país quanto à acessibilidade por meio de um transporte que exige elevado grau de tecnologia.

Quadro 10 – Relação entre recepção de turistas e número de aeroportos



Fonte: World Development Indicators (2003) & Hotelstravel (2003)

O quadro 10 demonstra a existência desta relação direta entre a quantidade de turistas recebidos por um país e o número de aeroportos, em log. Neste caso, está se considerando a quantidade de aeroportos relativos à extensão territorial do país.

2.3.3.4 Construção do índice de tecnologia turística

Com base na discussão apresentada acima, tentou-se elaborar um índice de tecnologia turística para alguns países, com os quais foi possível obter dados a serem utilizados como *proxys*. Por estar tratando de países, de forma agregada, encontrar variáveis que representem a discussão de maneira representativa não é uma tarefa fácil. Contudo, com

base nas variáveis apresentadas como representativas nos sub-itens anteriores é possível uma primeira tentativa no sentido de demonstrar empiricamente a validade desta discussão.

Trata-se de experiência neste sentido, a qual tem como objetivo estimular o debate sobre construção deste que pode vir a ser um instrumento importante para o diagnóstico de oferta turística do destino. Ao aprimorar este índice seria possível transformá-lo numa referência para a alocação dos recursos em uma economia de modo a maximizar a exploração do potencial turístico. Ou seja, uma vez provado que esta discussão teórica tem validade empírica, a mesma seria um bom instrumento para explicar porque um país pode ter sub-utilização de atrativos turísticos e qual a principal deficiência do destino turístico.

Neste caso, o índice de tecnologia turística (ITT) foi construído com base na metodologia apresentada no quadro 11:

Quadro 11 – Variáveis utilizadas como *proxy* na construção do ITT

a)- Atratividade Turística		
Composição	Proxy	Fonte
i. Atrativos Turísticos Construídos	Formação Bruta de Capital Fixo	WDI (2001)
ii Atrativos Turísticos Naturais	Florestas Naturais (Km ²)	World Resource Institute (2002)
Iii Atrativos – Índice qualitativo	Patrimônio Histórico da Humanidade	UNESCO (2003)
b)- Diversificação da Oferta		
i Diversificação – absoluta	Quantidade de apartamentos disponíveis como meio de hospedagem	OMT (2003)
Ii Diversificação - relativa	Quantidade de apartamentos disponíveis como meio de hospedagem / Extensão territorial (Km ²)	OMT (2003) / WDI (2001)
c)- Acessibilidade		
i Acessibilidade – absoluta	Quantidade de aeroportos disponíveis	Hotelstravel (2003)
ii Acessibilidade - relativa	Quantidade de aeroportos disponíveis / Extensão territorial (Km ²)	Hotelstravel (2003) / WDI (2003)

Os atrativos turísticos construídos e naturais foram representados pela média aritmética da soma da construção dos índices para as três *proxys* acima. A Formação Bruta de Capital Fixo utilizou amostras de 1998 (período mais recente com maior quantidade de amostras) e os demais dados, referem-se aos mais recentes possíveis. Foi construído um índice base 100 para cada uma das *proxys*, tendo como valor máximo o maior obtido por todos os países como dados disponibilizados.

Partindo-se do pressuposto de que estes atrativos apresentam benefícios marginais decrescentes, foi aplicada a raiz quadrada para os valores obtidos, antes da transformação em base 100. No caso das Florestas Naturais, o índice foi construído com base

num índice composto, considerando o valor absoluto (Km²) e o valor relativo (Florestas Naturais -Km² / Extensão Territorial - Km²). Neste caso, partindo do pressuposto de que o valor relativo deve ter um peso maior, para representar as condições de atratividade natural do país, foi atribuído um peso de 2/3 para o valor relativo e 1/3 para o valor absoluto. Esta mesma técnica foi utilizada para a construção do índice de diversificação e de acessibilidade.

Tabela 10 – Composição do Índice de Tecnologia Turística (ITT)

country name	ATR	DIV	ACES	ITT	country name	ATR	DIV	ACES	ITT
1 Japan	64.75	100.00	10.93	3583.67	34 Nepal	22.18	14.01	9.74	287.08
2 Austria	48.24	81.36	5.24	1993.45	35 Tunisia	13.20	33.89	4.50	285.48
3 Germany	41.07	76.93	10.64	1911.82	36 Honduras	21.84	13.94	9.73	282.69
4 Italy	35.48	85.71	9.76	1829.04	37 Guatemala	22.65	15.53	6.31	256.71
5 France	38.01	54.05	11.92	1364.52	38 Estonia	27.99	13.43	4.74	247.86
6 Netherlands	34.24	60.67	10.34	1324.18	39 Chile	23.84	12.65	6.28	229.89
7 Greece	30.01	66.76	10.44	1305.00	40 Ukraine	15.86	18.99	6.16	223.29
8 Spain	34.71	54.81	6.91	1091.36	41 Latvia	25.02	14.32	3.56	215.71
9 Portugal	35.82	43.37	8.57	966.74	42 India	18.80	10.52	8.56	194.24
10 Denmark	37.56	38.88	10.05	965.01	43 South Africa	15.59	11.91	8.18	177.80
11 Israel	25.13	48.14	11.39	885.41	44 Uruguay	17.24	13.23	5.21	167.46
12 Ireland	30.39	36.48	8.84	736.10	45 Ghana	24.32	10.17	2.98	151.63
13 Croatia	23.97	50.57	6.03	719.65	46 Senegal	19.66	9.41	5.25	146.18
14 Norway	45.24	21.60	9.25	690.63	47 Cameroon	22.14	7.67	5.15	140.03
15 Sweden	43.25	23.71	8.09	678.43	48 Armenia	14.77	14.07	3.93	139.12
16 Australia	39.31	13.83	16.63	618.19	49 El Salvador	12.60	16.91	3.15	132.52
17 Finland	46.98	20.24	6.94	613.87	50 Kenya	17.41	8.07	6.18	129.02
18 Thailand	24.31	37.41	6.43	565.76	51 Jordan	11.53	15.81	4.04	126.72
19 Mexico	25.82	28.88	8.11	515.02	52 Malaysia	30.37	0.00	9.15	120.39
20 Brazil	37.63	15.08	10.70	489.83	53 Paraguay	27.57	5.46	3.02	108.48
21 Costa Rica	25.22	21.23	11.04	453.81	54 Azerbaijan	15.42	11.25	2.58	104.90
22 Colombia	34.38	12.89	11.76	432.59	55 Pakistan	8.79	11.10	7.16	103.95
23 Hungary	23.81	32.43	3.56	421.19	56 Madagascar	14.94	4.91	7.98	100.45
24 Romania	22.35	29.75	5.64	415.10	57 Nigeria	12.74	10.16	4.10	96.73
25 Belize	26.49	16.51	11.74	407.88	58 Uganda	16.36	6.39	4.80	92.59
26 China	20.76	26.88	7.85	403.66	59 Slovenia	35.48	0.00	5.53	84.92
27 Lebanon	15.14	37.83	6.02	386.03	60 Haiti	7.20	10.15	6.87	83.30
28 Sri Lanka	29.19	20.21	5.72	377.90	61 Belarus	24.94	2.99	3.36	72.90
29 Philippines	18.92	20.62	9.95	339.38	62 Peru	27.51	0.00	5.28	62.84
30 Turkey	20.73	23.94	5.69	324.83	63 Ethiopia	7.46	4.43	6.97	50.15
31 Poland	24.79	20.45	4.91	315.72	64 Malawi	14.90	0.00	5.31	34.26
32 Argentina	23.69	16.51	7.63	302.20	65 Mali	11.96	2.21	3.20	31.08

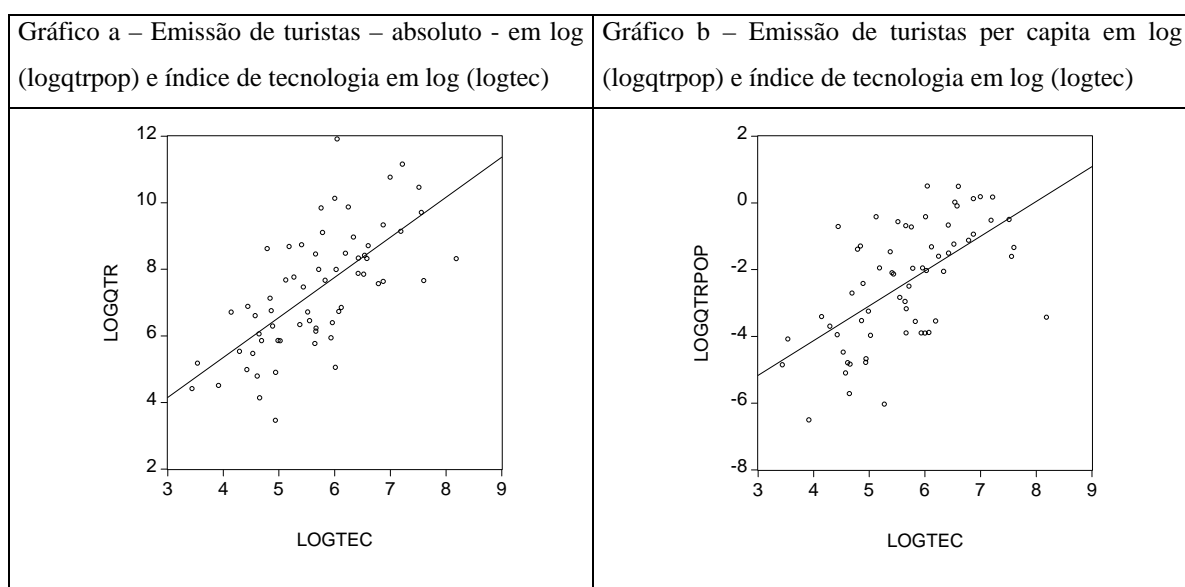
Por fim, calculou-se a área total, através dos índices, representando o ITT, com base na formalização apresentada no apêndice¹⁸. A tabela 10 apresenta os resultados

¹⁸ O Apêndice ao final da dissertação apresenta o processo de cálculo da área e demonstra como se dá a maximização do ITT, através do equilíbrio entre os índices, dada uma restrição de recursos.

obtidos para os 65 países que participaram da amostra, por terem disponíveis todos os dados necessários.

Com base nos resultados alcançados é possível observar através do quadro 12 que há uma relação direta entre o ITT e a quantidade de turistas recebida pelo país, tanto em termos absoluto quanto em termos relativo. Portanto, esta primeira tentativa para elaboração deste índice, demonstra-se válida empiricamente, ainda que se reconheça a possibilidade de um aprimoramento das *proxys* utilizadas para regiões desagregadas, ou seja, localidades específicas dentro de um país.

Quadro 12 –Recepção de turistas e índice de tecnologia

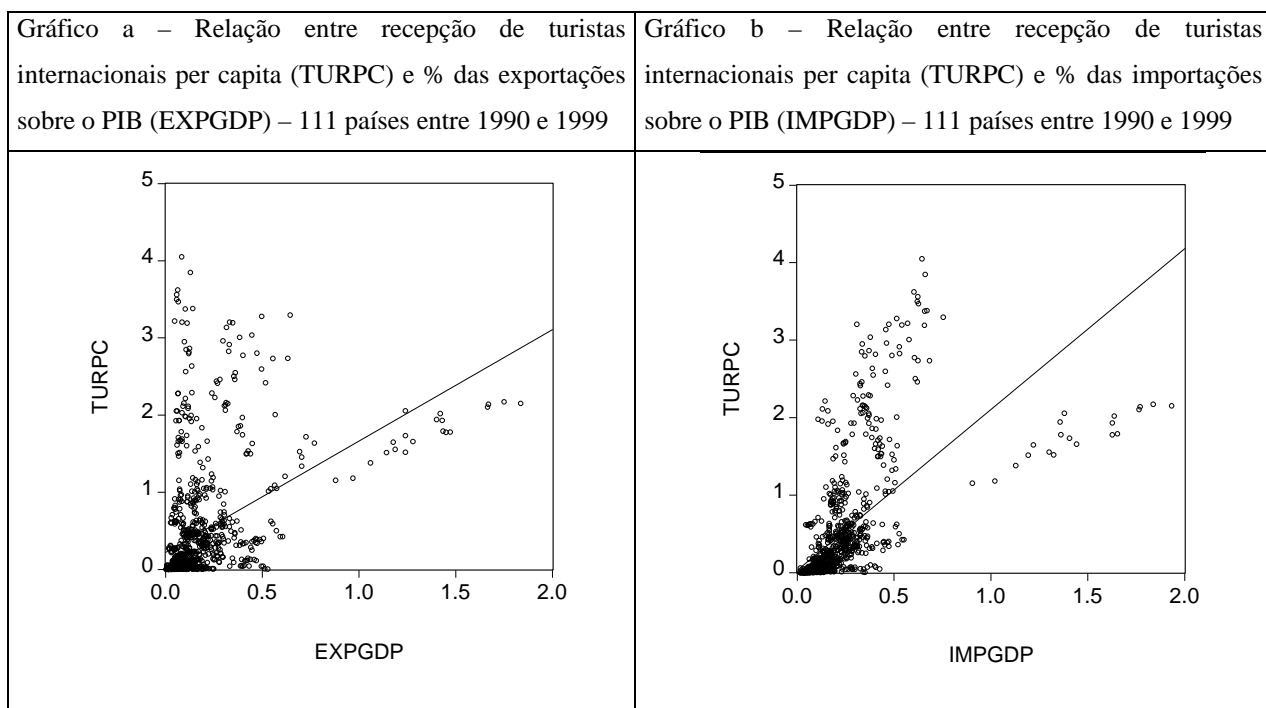


Fonte: WDI (2001), OMT (2003), ITT (Tabela 10)

2.2.4 Relações comerciais e atratividade por negócios

De acordo com FRECHTLING (1996, p.136), países que apresentam uma maior inserção no comércio internacional e principalmente aqueles onde estão instalados matrizes de grandes corporações, tendem a receber uma maior quantidade de turistas atraídos pela realização de negócios. Este determinante também por CROUCH (1996, p.119), que cita o tamanho da relação comercial entre países a ser considerado.

Quadro 13 – Relação entre recepção de turistas e comércio internacional



Fonte: World Development Indicators (2003) & OMC (2003)

No caso de análises individualizadas que não tratem de países pares, a *proxy* utilizada pode ser a razão do comércio internacional de bens com relação ao PIB do país. Contudo, os gráficos apresentados pelo quadro 13, através da utilização de graus de dispersão, não demonstram uma relação direta de forma muito clara.

2.2.5 Eventos especiais

Os eventos de cunho internacional num determinado país, podem ser representativos nos resultados relacionados ao fluxo receptivo de turistas no período de realização do mesmo. LOEB (1982) considera o acontecimento de olimpíadas e exposições internacionais em países próximos incluindo variáveis *dummy* em seu modelo, para explicar os gastos dos americanos com viagens internacionais. Neste caso, estas variáveis teriam servido de atrativo aos países onde estes eventos ocorreram.

FRECHTLING (1996, p.137) também cita a importância destes eventos na atração de turistas internacionais, considerando feiras, festivais, convenções, eventos esportivos de grande porte e concertos. Neste caso, um fato importante a se considerar, é que um evento de mesmo porte pode ser classificado de caráter intra-regional ou internacional, dependendo do contexto de regionalização.

Para ficar mais claro esta afirmação, imagine um festival de música denominado EVENTO X, com bandas internacionalmente famosas que apresente uma capacidade de atração, definida pelo quadro a seguir:

Quadro 14 – Definição do espaço para determinar a atratividade do EVENTO X

Composição	Origem do participante	Definição do espaço regional com relação ao local do evento
50%	Local	aqueles que vivem a um raio de distância de até 30 km
30%	Micro região	aqueles que vivem há um raio de distância entre 30 e 500 km
15%	Macro região	aqueles que vivem há um raio de distância entre 500 e 1.000 km
5%	Outras regiões	aqueles que vivem há um raio de distância superior a 1.000 km

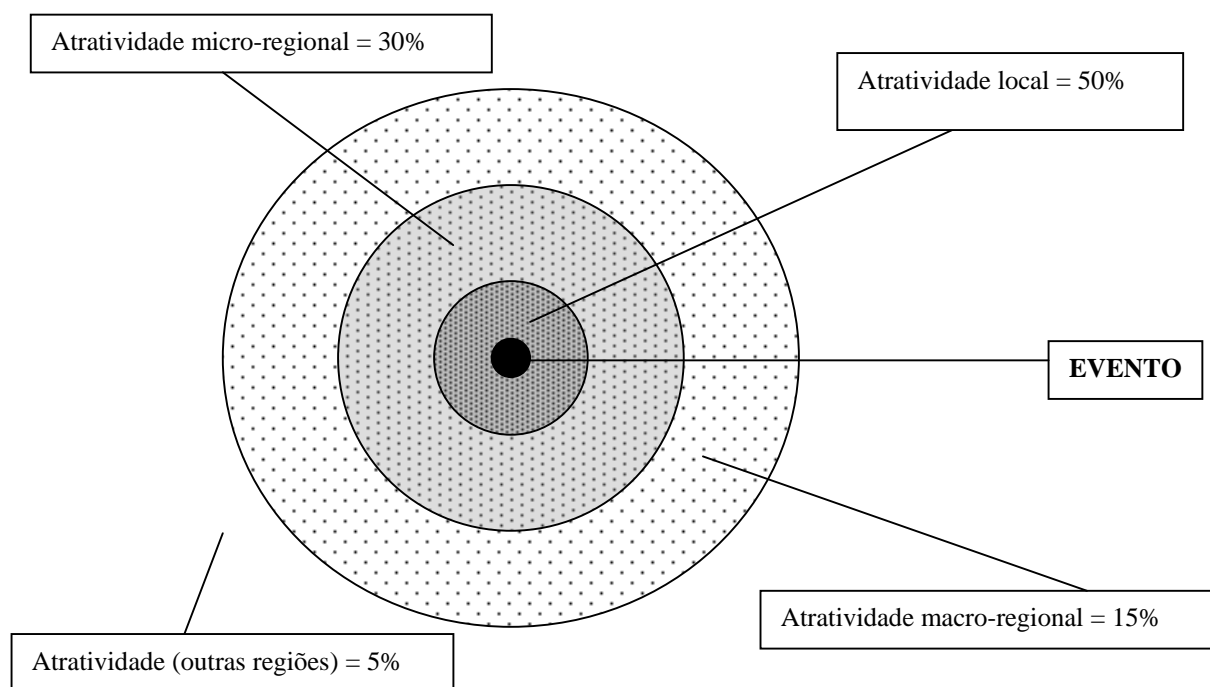
Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, com base nestas definições de espaço que constam no quadro 1, seguindo com este exemplo é possível definir um evento como de atratividade local, micro-regional, macro-regional ou global, de acordo com a capacidade de atração do evento. Neste caso, também por definição deste exemplo a capacidade de atração é definida a partir da participação acima de 10% da população de uma determinada origem. Isto é, um evento torna-se de cunho macro-regional caso mais do que 10% de seus participantes sejam provenientes da macro-região definida pelo quadro 14.

Com base neste exemplo fictício e com as definições determinadas acima é possível prever que um evento deste porte, se realizado na cidade de São Paulo, ainda que seja considerado de atratividade macro-regional, não terá uma capacidade de atração internacional, uma vez que o percentual de participantes advindos de outros países será no máximo 5%.

Por outro lado, se este mesmo evento ocorresse na Suíça, seria de cunho internacional, uma vez que a fronteira com França, Alemanha, Áustria e Itália, pertenceriam basicamente à micro região, independentemente do local onde fosse realizado o evento no país. Esta mesma característica aconteceria com diversos países da Europa e outros de pequena extensão territorial.

Figura 7 – Grau de atratividade do EVENTO X



Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, eventos com capacidade de atração idêntica, podem ou não serem considerados internacionais, dependendo do país que ocorre. De qualquer forma, existem eventos consolidados internacionalmente, tais como olimpíadas, campeonatos mundiais, encontros religiosos, congressos internacionais sobre diversos temas, dentre outros os quais independentemente da localização, possuem uma capacidade de atração internacional indiscutível.

2.3 Os Fatores de Resistência

2.3.1 A localização geográfica relacionada à renda externa

Os principais centros emissores de turistas internacionais são, não por mera coincidência, os países de renda mais elevada. Dado que o custo de locomoção é relevante, o consumidor estará analisando o custo de se deslocar a determinado destino somado à perda da oportunidade de não se deslocar a outro qualquer, em contraposição ao benefício esperado que o destino analisado poderá lhe proporcionar.

Por isso, a proximidade geográfica a países com renda elevada é um

determinante importante para explicar o fluxo de turismo internacional, pois quanto maior a distância, maior será o custo/oportunidade da viagem e conseqüentemente maior terá de ser o benefício esperado pelo consumidor. Dado que se trata de uma atividade composta geralmente por bens e serviços superiores, os países de renda elevada apresentam condições mais favoráveis para que seus residentes consumam viagens internacionais.

Tabela 11 – Chegadas de turistas internacionais por região de origem e destino, 1998
(%)

Destino	Origem →								
	Mundo	África	Américas	Ásia Oriental / Pacífico	Europa	Oriente Médio	Ásia Meridional	Outros Países	
Mundo	100	2,6	19,5	14,5	58,1	1,6	0,9	2,9	
África	100	43	4,1	2,3	36,4	4,2	0,4	9,7	
África do Norte	100	10,1	2	0,6	54,6	11,2	0,1	21,5	
África Ocidental	100	41,8	5,9	4,4	39,7	1,3	1,1	5,6	
África Central	100	28,3	5,6	1,3	28,1	0,2		36,5	
África Oriental	100	51,1	6,8	3,6	35,9	0,3	0,9	1,4	
África Austral	100	75,4	3,7	2,7	15,6	0,2	0,3	2,1	
Américas	100	0,3	72,6	7,2	17,3	0,2	0,3	2,1	
América do Norte	100	0,4	72,9	9,7	16,2	0,3	0,4	0,1	
Caribe	100	0,1	63,3	0,4	23,8	0	0	12,3	
América Central	100	0	85,2	1,8	12,1		0	0,8	
	100	0,3	77,2	1,6	17,5	0,1	0	3,2	
Ásia Oriental / Pacífico	100	0,5	7,6	76,2	12	0,4	1,5	1,7	
Ásia do Nordeste	100	0,3	7,5	80,4	8,6	0,1	0,9	2,1	
Ásia do Sudeste	100	0,8	6,8	71,6	16	0,9	2,9	1,1	
Oceania	100	1,1	11,6	67,3	18	0,4	0,6	1,1	
Europa	100	0,8	7,4	3,8	84,1	0,5	0,4	3	
Europa do Norte	100	1,3	15	5,6	73,5	0,9	0,6	3,1	
Europa Ocidental	100	1,2	8,1	4,7	82,2	0,3	0,3	3,3	
Europa Central/Oriental	100	0,1	2	1,9	93,4	0,2	0,3	2	
Europa Meridional	100	0,8	7,8	3,6	83,8	0,3	0,1	3,7	
Europa Mediterrânea	100	1,1	7	2,1	83,9	2,9	2,6	0,4	
Oriente Médio	100	9	5,2	7,3	26,6	43,1	7,9	0,9	
Ásia Meridional	100	2,5	9,6	12,4	47,8	3,9	23,8	0,1	

Fonte: OMT (2001, p. 36)

Como demonstração de que a proximidade geográfica é relevante no fluxo turístico, basta constatar através da tabela 11 que nas três regiões com maior fluxo turístico do mundo, o movimento regional foi responsável por mais de 70% do total de turistas internacionais, com destaque para a Europa, onde o fluxo regional respondeu por

aproximadamente 85% do total.

2.3.1.1 O custo de transporte em função da localização geográfica

Partindo-se de um modelo bastante simplificado, apenas com o intuito de exemplificar esta análise, a relação entre o custo de transporte e a localização geográfica pode ser representada na decisão de um turista ao escolher uma localidade para as férias junto à sua família, em alguma cidade litorânea.

Utilizando um turista norte-americano como exemplo (país que apresenta o maior gasto com turismo internacional), da cidade de Nova Iorque, neste modelo não há dificuldades quanto ao deslocamento deste indivíduo relacionado ao visto de entrada no país, portanto, ele poderia decidir por qualquer localidade do mundo. Outra dificuldade imposta pelo mundo real, trata-se da existência de custos de informações, o que restringe sua capacidade em agir racionalmente. Porém, este exemplo parte da hipótese de que as informações necessárias estão disponíveis na internet ou em agências de turismo a um custo próximo de zero, sendo este custo apenas representado pelo dispêndio de tempo para ter acesso a estas informações. Portanto há um custo oportunidade, o qual faz com que este agente decida por se informar apenas por cinco destinos distintos, sendo:

- a)- As praias de Miami, situadas nos EUA - cesta A
- b)- As praias de San Juan, situadas em Porto Rico - cesta B
- c)- As praias de Cancún, situadas no México - cesta C
- d)- As praias de Fortaleza, situadas no nordeste do Brasil - cesta D
- e)- As praias do Rio de Janeiro, situadas no sudeste do Brasil - cesta E

Imaginando que este turista possui uma restrição de US\$ 6.000 e apenas 10 dias de férias, o que inviabilizaria que fossem escolhidas duas localidades, toda a renda destinada a esta viagem seria gasta apenas em uma destas localidades. Neste caso, a primeira observação a ser feita, trata-se do custo explícito da viagem a cada um destes lugares, levando-se em consideração o custo e o tempo do deslocamento. Isto é, o agente turista analisado neste exemplo se depara com as informações contidas na tabela 12, referentes a custo e tempo de deslocamento. É importante lembrar que mesmo sendo Fortaleza mais próxima geograficamente do que o Rio de Janeiro, as distâncias consideradas são as percorridas durante o voo. Dado que não há voo direto de Nova Iorque com destino a Fortaleza, seria necessário que o turista fosse até São Paulo, para então fazer a escala ao destino final. O mesmo ocorre com Cancún, onde apesar da proximidade, comparado ao

Brasil, o turista teria de fazer conexão em Miami.

Tabela 12 – Dados para análise de custo oportunidade explícito

CESTAS	Origem	Destino	Tempo / Viagem (horas)	Custo do voo* (US\$)	Distância
A	Nova Iorque	Miami	4h38m	280,50	1841 km
B	Nova Iorque	San Juan	3h48	400,18	2564 km
C	Nova Iorque	Cancún	9h05m	601,44	2691 km
D	Nova Iorque	Fortaleza	16h30m	766,40	9961 km
E	Nova Iorque	Rio de Janeiro	11h20	678,40	8788 km

Fonte: Construída pelo autor com base em STARALLIANCE (2003) e VARIG(2003)

* Estes valores foram obtidos através de uma única empresa, por questões de referência, porém, existe a possibilidade de fretamento através de operadores de turismo reduzindo assim o tempo e o custo do voo

Portanto, seguindo esta análise de custo/oportunidade, considerando apenas o critério custo de transporte/tempo de viagem, as cidades de Miami e San Juan apresentariam os menores custos, enquanto as cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro teriam os custos mais elevados. Ou seja, partindo-se do princípio de que os indivíduos preferem custos mais baixos e tempos de viagens mais curtos, os benefícios de visitarem as praias mais distantes teriam de ser maiores do que as praias próximas.

Porém, além do custo de transporte, outro custo importante nesta análise são os custos de hospedagem e alimentação, os quais são relevantes, ainda que de difícil comparação, dado o diferencial do produto. Partindo-se do princípio de que este indivíduo terá preferência por um hotel de padrão internacional, para facilitar a análise comparativa, a tabela 13 apresenta os custos relacionados à hospedagem. Neste caso, todos estes hotéis são de redes internacionais, apresentando um padrão próximo.

Tabela 13 – Dados para análise de custo de hospedagem

CESTAS	Destino	Hotel	Preço (US\$)*
A	Miami	Fontainebleau Hilton Resort	129,00
B	San Juan	Caribe Hilton	179,00
C	Cancún	Hilton Cancun Beach	96,30
D	Fortaleza	Ceasar Park**	95,00
E	Rio de Janeiro	Sheraton**	156,00

Fonte: Construída pelo autor com base em HILTON(2003) e HOTELSBRASIL(2003)

* diária em apto, duplo

** não foram utilizados uma única rede de hotéis pelo fato de não estar disponível em todas as cidades

Ainda que seja difícil tal comparação, o exercício mostra que mesmo os países em desenvolvimento tendo um custo mais baixo de mão-de-obra, os custos em hotéis de padrão internacional apresentam proximidade em alguns casos. Por fim, fazendo a análise

dos preços finais das respectivas cestas, levando-se em consideração que a família deste indivíduo é composta de três pessoas, ele, a esposa e um filho menor de 12 anos, o qual não paga hospedagem e possui um desconto de 50% nas passagens aéreas têm-se:

Tabela 14 – Custo total das cestas

CESTAS	Destino	Custo vôo (US\$)	Hospedagem (US\$)	TOTAL (US\$)
A	Miami	701,25	1.290,00	1.991,25
B	San Juan	1.000,45	1.790,00	2.433,38
C	Cancún	1.503,38	963,00	2.790,45
D	Fortaleza	1.916,00	950,00	2.866,00
E	Rio de Janeiro	1.696,00	1.560,00	3.256,00

Fonte: construída pelo autor, com base nas tabelas 12 e 13

Portanto, em termos de custos explícitos têm-se que:

$$A < B < C < D < E$$

Por outro lado, com relação à distância, têm-se que:

$$A < B < C < D < E$$

Já, com relação ao tempo de viagem, com base na tabela 3, têm-se que

$$B < A < C < D < E$$

Ou seja, levando-se em consideração o critério custo/oportunidade explícito¹⁹, as cestas A e B apresentam o menor custo oportunidade, estando a cesta C num ponto intermediário e as cestas D e E sendo as mais caras neste contexto. Neste caso, através da relação custo/benefício as opções D e E teriam que proporcionar um benefício esperado superior às demais opções, para que o indivíduo escolhesse por alguma destas cestas.

Tal exemplo, reforça um fato evidente de que a questão geográfica possui um papel fundamental na atividade turística, assim como nas demais atividades relacionadas ao comércio internacional. Neste caso, há o agravante de que os custos de transportes são proporcionalmente muito relevantes no processo de escolha.

2.3.2 O impacto da taxa de câmbio nas Viagens Internacionais – a variável preço

Respeitando a característica do fluxo de pessoas e não de mercadorias, as Viagens Internacionais também induzem ao consumo de bens e mercadorias por estes visitantes nos países visitados. Assim, como nas relações comerciais, a questão do câmbio real tem um peso importante nos resultados das viagens internacionais, pois está relacionada

¹⁹ Considerando apenas os custos com transporte e hospedagem, os quais são bastante representativos.

com os preços relativos destas viagens. Porém, dado que o custo de transporte tem um peso proporcionalmente relevante ao custo total da viagem, tendo uma relação direta com a distância percorrida, e basicamente sendo o preço dado no mercado internacional, o impacto da taxa de câmbio é mais complexo do que na relação comercial, pelo fato de que nas viagens internacionais há dois custos relevantes: a)- Custo da viagem e b)- Custo do destino.

Uma vez que os preços do custo da viagem estão dados no mercado internacional, *ceteris paribus*, a desvalorização do câmbio real por parte de um determinado país irá alterar os preços relativos ao custo do destino. Porém, não terá impactos expressivos no custo de viagem ao país para os estrangeiros, enquanto, terá impacto para todos os custos de viagem de residentes ao exterior, conforme mostra o quadro 15. Além disso, há o problema de se mensurar a proporção do custo do destino que está vinculada à variação cambial, no caso por exemplo de haver uma participação significativa de produtos importados na composição do destino turístico,

Quadro 15 – Impacto da variação cambial nos custos de viagens Internacionais (*ceteris paribus*)

Impactos da desvalorização do câmbio real		
	Residentes ao exterior	Estrangeiros ao País
Custo da Viagem	umenta	não afeta significativamente
Custo do Destino	umenta	diminui
Impactos da valorização do Câmbio Real		
	Residentes ao exterior	Estrangeiros ao País
Custo da Viagem	diminui	não afeta significativamente
Custo do Destino	diminui	umenta

Fonte: elaborada pelo autor

Para analisar o efeito da variação cambial no saldo da conta Viagens Internacionais, é necessário analisar se é ou não respeitada a *condição de Marshall-Lerner*²⁰. Em primeiro lugar, é importante salientar que assim como na Balança Comercial, o efeito da taxa de câmbio sobre a conta Viagens Internacionais é ambíguo, ou seja, pode ser positivo,

²⁰ a condição de Marshall-Lerner diz que o efeito direto de uma depreciação na moeda sobre o saldo comercial de bens e serviços será positivo somente quando a soma das elasticidades preços da demanda por exportação e importação for maior que 1. (RIVIERA-BATIZ, 1994)

negativo ou não afetar, observando que esta conta, assim como todas as pertencentes às Transações Correntes, é afetada pela taxa de câmbio real (q), e não pela taxa de câmbio nominal (e), pois são afetadas por variações nos preços relativos e não nominais. Retornando à equação (8), apresentada no capítulo 1, tem-se:

$$q = e P^*/P \quad (8)$$

Para que a taxa de câmbio influencie nos preços relativos, é necessário que haja uma variação da taxa de câmbio nominal, sem variações nos preços, ou qualquer outro arranjo que tenda a este resultado. Seguindo esta análise, uma depreciação da moeda doméstica aumenta o preço relativo das importações em termos das exportações, o que tende a aumentar as exportações (M^*) e reduzir as importações (M). Neste caso, inibindo os brasileiros de viajarem ao exterior e incentivando os estrangeiros a virem ao Brasil. Por outro lado, uma apreciação da moeda doméstica diminui o preço relativo das importações (M). Desta forma, incentivando os brasileiros a viajarem ao exterior. (RIVIERA-BATIZ, 1994)

As respostas da demanda das exportações domésticas e importações para uma depreciação de moeda local é mensurada pela chamada elasticidade-preço da demanda por exportações e importações. A elasticidade preço da demanda por exportações domésticas, η^* , mede a variação percentual nas exportações em função da variação nos preços relativos dos bens estrangeiros em termos dos bens domésticos, o que é representado pela equação a seguir:

$$\eta^* = \frac{\Delta X / X}{\Delta q / q} = \frac{\Delta X}{\Delta q} \cdot \frac{1}{X} \quad (30)$$

Portanto, quanto mais alto η^* , mais sensíveis as serão as exportações em relação às variações em q . Por outro lado, a elasticidade da demanda por importações domésticas, η , mede a variação das importações em função das variações nos preços dos bens estrangeiros com relação aos bens domésticos, sendo representado na seguinte equação.

$$\eta = - \frac{\Delta M / M}{\Delta q / q} = - \frac{\Delta M}{\Delta q} \cdot \frac{1}{M} \quad (31)$$

É importante observar que, devido a $\Delta M / \Delta q < 0$ - ou seja, um aumento no preço relativo dos bens estrangeiros reduz as importações - a elasticidade η é positiva. Conforme apresentado, quanto maior a elasticidade preço da demanda das exportações e importações, maior a probabilidade de que um aumento na taxa de câmbio, terá um efeito positivo no balanço comercial, assim como nas viagens internacionais, já que o preço relativo

desta viagem será menor. O modelo para detectar o impacto de uma desvalorização da taxa de câmbio no balanço comercial é dado pela condição de Marshall-Lerner, representada a seguir nesta equação:

$$\eta^* + \eta > 1 \quad (32)$$

Conforme RINCON & NELSON (2003)

“The basic result of the elasticities approach is that a devaluation improves the trade balance if the absolute values of the sum of the demand elasticities for exports and imports exceed unit. If this (Marshall- Lerner) condition holds, there is excess supply of foreign exchange when the exchange rate is above the equilibrium level and excess demand when it is below.” (RINCON & NELSON, 2003, p,4)

Portanto, para que uma desvalorização da taxa de câmbio tenha um efeito positivo no saldo líquido das viagens internacionais, é necessário que seja respeitada a condição de Marshall-Lerner, ou seja, a soma das elasticidades-preço da demanda por viagens internacionais, de estrangeiros para o país de referência e de residentes para o exterior, seja maior do que 1, conforme determina a equação (32).

Porém, devido ao fato de que o turismo é caracterizado pela locomoção do consumidor e não do produto, outros fatores que não o preço tornam-se determinantes na tomada de decisão do visitante quanto ao local a ser visitado. Esta consideração torna-se importante devido ao fato que quanto maior a influência destes outros determinantes que não o preço na escolha do visitante, tanto menor será sua elasticidade preço relacionada ao câmbio.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que há uma proporção do fluxo de turismo internacional e doméstico que tende a ser bastante inelástica com relação ao preço. Por exemplo, o visitante a negócios, dos quais nenhuma outra localidade lhe oferece a mesma oportunidade, o visitante por problemas de saúde que não disponha de nenhuma outra opção de tratamento oferecida num determinado local, o visitante religioso, cujo o local a ser visitado possui valor relevante para sua formação religiosa. Enfim, trata-se de uma parcela deste fluxo à qual não há substitutos próximos, em alguns casos mais específicos como no caso dos viajantes a negócio, não há possibilidade de substituição quanto à localidade da viagem, tampouco trata-se de uma decisão atemporal²¹.

Porém, ao se referir ao preço como um determinante das viagens

²¹ para obter maiores informações a respeito de determinantes da elasticidade preço da procura, ver FRANK (1997)

internacionais, a utilização da taxa de câmbio pode gerar problemas, principalmente quanto à identificação do nível de preços da cesta turística no destino. De acordo com WITT & WITT (1995, p.454) alguns autores utilizam-se da taxa de câmbio de forma exclusiva como uma *proxy* do preço, enquanto outros utilizam-se do índices de preço na localidade formado por uma cesta representativa consumida pelo turista. Neste caso se ambas as variáveis forem aplicadas ao modelo, corre-se o risco de multicolinearidade. Uma solução plausível apresentada por alguns estudos empíricos, trata-se da utilização da taxa de câmbio ajustada pelo índice de preços, fortalecendo a necessidade de se utilizar a taxa de câmbio real, preferencialmente medida pelo poder de paridade de compra.

Além da questão geográfica e da variável preço, um determinante relevante ao turismo, pouco considerado em outros tipos de comercialização de bens e serviços internacional ou doméstico, trata-se da questão da segurança, tanto no transporte, quanto da localidade a ser visitada, cabendo ao consumidor e não à mercadoria.

2.3.2 Segurança

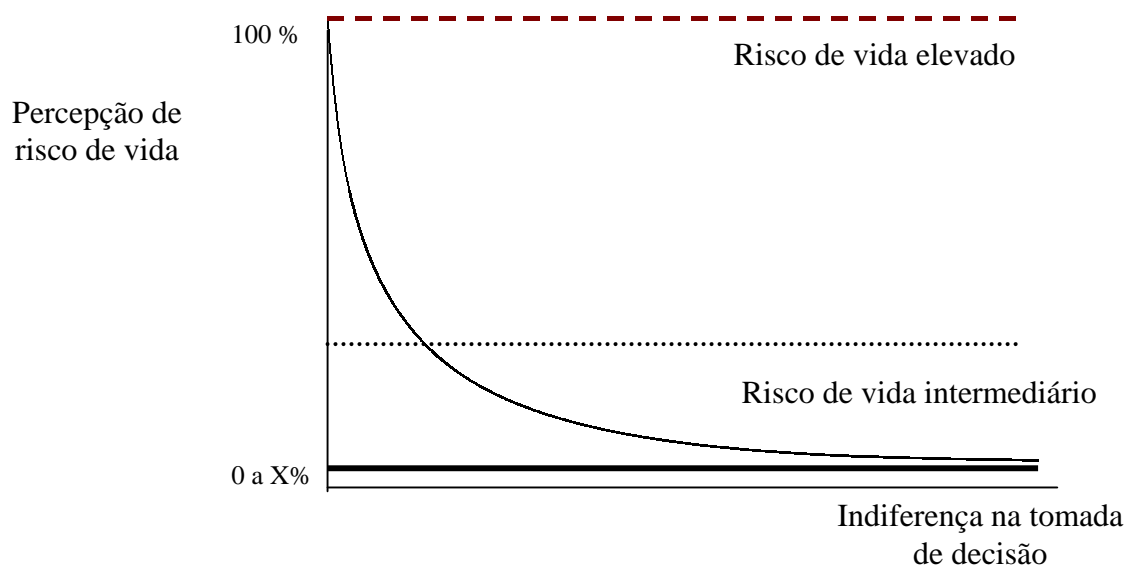
Com relação à segurança ou ao risco relacionado às viagens internacionais, uma dificuldade existente na decisão dos indivíduos ao definirem seus destinos turísticos, está relacionada à mensuração do risco. Neste sentido, este trabalho tem como pressuposto o fato de que todos indivíduos possuem total aversão ao risco de vida, relacionado à falta de segurança²².

Portanto, não se trata em primeira análise da aversão ao risco enfrentada pelos indivíduos em participar de determinada atividade, como por exemplo, escalar montanhas ou algo deste tipo, pois sabe-se que estas atividades também são motivadoras do fenômeno turístico. Mas sim, da aversão ao risco do agente turista em ser vítima de violência no destino ao qual se propõe. Vale dizer que esta aversão ao risco de vida está presente em todas as decisões do indivíduo, permanecendo no momento da decisão por um destino turístico. Partindo deste pressuposto, será a percepção de risco com a qual o indivíduo se depara, que irá determinar o efeito da segurança na escolha de um destino turístico.

O gráfico 3 busca apresentar esta relação de segurança na tomada de decisão do indivíduo ao decidir por uma localidade turística, independente do motivo de origem da viagem. Portanto, quanto maior a percepção de risco relacionado a uma localidade,

maior será a relevância da questão da segurança na tomada de decisão do indivíduo. Ou seja, caso um indivíduo tenha a percepção de que uma determinada localidade oferece 100% de risco de vida a ele, isto terá uma relevância de 100% em sua tomada de decisão, fazendo com que o indivíduo decida em não ir até esta localidade.

Gráfico 3 – Relação de aversão ao risco



Fonte: elaborado pelo autor

Por outro lado, abaixo de um nível de percepção X de risco onde $0 < \text{PERCEPÇÃO} < X$, o indivíduo será indiferente com relação a aversão ao risco, ao tomar a decisão por algum destino turístico. Vale dizer que esta percepção ao risco, com relação às localidades, são constituídas de acordo com as informações, as quais não são perfeitas, e com base nas experiências prévias deste indivíduo. Além disso, estas percepções podem ser alteradas ao longo do tempo.

De acordo com o BANCO MUNDIAL (2001) nos países em desenvolvimento concentraram-se a maior parte das guerras e conflitos ocorridos na primeira metade da década de 1990. Havendo uma maior proporção na região da África Subsaariana, a qual se apresenta como uma região com elevada proporção da população abaixo da linha de pobreza. Porém, é necessário considerar que os países de alta renda são poucos, quando comparados à quantidade de países em desenvolvimento. Para melhor avaliar falta de segurança nos países, as tabelas 14 e 15 apresentam dados relevantes, utilizando-se como

²² o conceito de segurança aqui utilizado, trata-se do conceito relacionado ao risco social idiossincrático apresentado pelo BANCO MUNDIAL (2001, p.140), o qual está relacionado à violência.

proxy a quantidade de homicídios por 100.000 habitantes. Neste caso, não se quer dizer que os indivíduos consultem estes índices para escolher por um destino turístico, mas, parte-se do pressuposto de que quanto maior a criminalidade, maior a probabilidade de que esta seja promovida através de informações com as quais o indivíduo tem um contato maior.

Tabela 15 – Índice de criminalidade nos 10 países com principais fluxos financeiros relacionados à atividade turística

Cassif.	País	Ano	Homicídios voluntários		
			Número de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100,000 hab,
1	EUA	2001	15.980	62,4	5,61
2	Alemanha	2001	2.641	94,1	3,21
3	Reino Unido	2001	850	90	1,63
4	França	2001	2.289	77,2	3,91
5	Itália	2001	2.162	69,14	3,75
6	China	1997*	26.076	80,19	2,16
7	Hong Kong (China)	2001	69	73,9	1,03
8	Canadá	2001	1.275	71	4,10
9	Áustria	2001	158	91,6	1,96
10	Suíça	2001	175	-	2,41

Fonte: INTERPOL (2003)

* último ano com dados disponíveis

Tabela 16 – Índice de criminalidade de países em desenvolvimento

Cassif.	País	Ano	Homicídios voluntários		
			Número de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100,000 hab,
1	Argentina	2001	3,048	43,10	8,24
2	Brasil	2001	39,618	-	22,98
3	Bolívia	2000*	2,558	53,52	31,98
4	Chile	2000*	744	84,95	4,89
5	Colômbia	2000*	29,555	-	69,98
6	Rep Dominicana	1998*	1,121	-	15,82
7	Uruguai	2000*	211	93,2	6,67
8	Venezuela	2000*	8,022	58,91	33,20
9	África da Sul	2001	51,174	64,99	114,84
10	Etiópia	2001	4,114	10,33	6,33
11	Índia	1997*	37,543	63,7	3,93
12	Rússia	2001	33,583	77,2	23,19

Fonte: INTERPOL (2003)

* último ano com dados disponíveis

De acordo com as tabelas 15 e 16 é possível analisar que a média de homicídios nos 10 principais países com fluxo turístico é de 2,97 por 100.000 habitantes. Nenhum dos países em desenvolvimento observado através da tabela 16 possui um dado inferior a esta média. Contudo, alguns países tal qual a Índia, Chile, Uruguai e Etiópia, apresentam índices muito próximos aos dos mais elevados, apresentados na tabela 14. Destaque para Chile e Índia, que mantém índices inferiores aos dos EUA e próximos (inferior no caso da Índia) ao do Canadá.

Já os países em desenvolvimento que constam na tabela 16, apresentam uma média de 28,5 homicídios por 100,000 habitantes. Ou seja, um índice expressivamente maior do que o dos dez países com maior fluxo turístico. Portanto, a aversão ao risco de vida na tomada de decisão relacionada ao destino turístico tende a ter maior efeito nos países em desenvolvimento, devido a uma maior probabilidade de aumentar a percepção de risco com relação a estes países. Pois, dada a maior incidência de criminalidade, maior tende a ser a propagação destas informações, aumentando assim, a relevância da insegurança na tomada de decisão quanto ao destino turístico.

Uma vez identificados os principais fatores que atuam na emissão e recepção do turismo internacional, o próximo capítulo busca constatar a significância estatística dos determinantes possíveis de serem incorporados a um modelo de dados em painel, através do instrumental econométrico.

CAPÍTULO 3 - A ABORDAGEM ECONOMETRICA PARA EXPLICAÇÃO DOS DETERMINANTES DO FLUXO TURÍSTICO

Os capítulos anteriores discutiram a respeito de quais variáveis atuam como determinantes no fluxo de viagens internacionais. Iniciou-se fazendo um levantamento sobre alguns trabalhos empíricos na área, dos quais adotou-se uma divisão analítica proposta por FRECHTLING (1996, p.135) dividindo os determinantes do fluxo em fatores de emissão, atração e resistência. Porém, na composição destes fatores, foram adotadas algumas das variáveis sugeridas por FRECHTLING (1996), sendo acrescidas ou adaptadas a outras utilizadas por EILAT & EINAV (2003), havendo respaldo nas revisões dos trabalhos empíricos realizadas por WITT & WITT (1995) e CROUCH (1996). O quadro 16 apresenta um resumo das variáveis especificadas para compor cada um dos fatores, de acordo com a origem da referência bibliográfica.

Quadro 16 – Variáveis consideradas no Fluxo de Viagens Internacionais

	FRECHTLING (1996)	WITT & WITT (1995)	CROUCH (1996)	EILAT & EINAV (2003)
Variáveis explicadas				
1 - Emissão de turistas	X	X	X	X
2 - Recepção de turistas	X	X	X	X
Fatores de Emissão		X	X	-
1 - Renda	X	-		X
2 - Distribuição de renda	X	-		-
3 - Tamanho país	-	-		-
4 - Tamanho da População	X	-	X	-
5 - Distribuição da idade	X	-		-
6 - % Pop dependente	-	-		-
Fatores de Atração				
1 - IDH	-	-		-
2 - Institucionais	X	-		X
3 - Tecnologia Turística	-	X	X	-
4 - Relações Comerciais	X	-	X	X
5 - Eventos Especiais	X	X	X	X
6 - Destinos Complementares	X	X	X	-
Fatores de Resistência				
1 - Distância dos centros emissores	X	X	X	X
2 - Preço	X	X	X	X
3 - Segurança	X		X	X

Fonte: FRECHTLING (1996), WITT & WITT (1995), CROUCH (1996), EILAT & EINAV (2003)

Com base nestas variáveis, torna-se relevante uma comprovação empírica dos efeitos das mesmas como determinantes do fluxo de turismo internacional, sendo o instrumental econométrico, o mais adequado para este objetivo. Neste caso, este capítulo pretende complementar a discussão apresentada no capítulo 2. Cabe ressaltar que serão

tratados dois problemas. Em primeiro lugar, especificar quais os determinantes da emissão de turistas e conseqüentemente dos gastos com turismo internacional. Posteriormente, o que determina a atração e a receita com esta atividade.

A abordagem econométrica que se demonstrou mais adequada às necessidades deste trabalho foi o modelo de dados em painel. Isto, porque ao se referir aos determinantes do turismo internacional torna-se relevante considerar o comportamento das unidades *cross-section* (os países) ao longo do tempo e neste caso tornar-se-ia necessário a utilização de um processo em *pooling*, considerando a heterogeneidade individual.

“Uma das vantagens da estimação com dados em painel é a relevância da heterogeneidade individual. Assim, os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadoras dos indivíduos, entendidos como “unidade estatística de base”. Essas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo, de tal forma que estudos temporais ou seccionais que não tenham em conta tal heterogeneidade produzirão, quase sempre, resultados fortemente enviesados.” MARQUES (2000, p.1)

Além disso, a utilização de dados em painel permite conjugar a diversidade de comportamentos individuais, com a existência de dinâmicas de ajustamento e permite identificar e medir efeitos que não serão detectáveis em estudos exclusivamente seccionais ou temporais. Neste caso, caberia escolher entre efeitos fixos ou aleatórios. De acordo com VERBEEK (2000, p. 318) *“This interpretation is probably most appropriate when i denotes countries, (large) companies or industries, and predictions we want to make are for a particular country, company or industry”*, referindo-se aos modelos de efeitos fixos.

Contudo, é reconhecida pelo autor, as restrições em modelar uma discussão que se apresentou ampla, sendo impossibilitada a utilização de *proxy* para diversas das variáveis consideradas relevantes. Isto, porque a análise em painel exige a utilização de indicadores que variem no tempo, sendo esta uma restrição para parte da discussão estabelecida.

VERBEEK (2000) aponta que caso se pretenda estudar o comportamento de uma unidade individual em concreto, então o efeito fixo é a escolha óbvia na medida em que é indiferente considerar a amostra como aleatória ou não. Em particular, no caso de estudos que consideram um grupo de N países, toda a inferência terá que ser condicional em ordem ao grupo específico na observação. Portanto, na generalidade dos estudos macroeconômicos, por ser impossível ver uma amostra de N países como uma seleção aleatória de uma população com dimensão tendencialmente infinita, torna-se evidente que a escolha acertada é

a especificação com efeitos fixos, como é defendido em Judson e Owen (1996).

Neste caso, optou-se em utilizar o modelo com efeitos fixos, por se considerar o problema aqui tratado mais próximo destas características, uma vez que estarão sendo analisados os desempenhos de aproximadamente 100 países ao longo do tempo. Uma vez que buscar-se-a identificar os principais determinantes do turismo internacional o número de países e período de tempo utilizado foram estendidos ao máximo, frente à restrição da não disponibilidade de dados dos países que não estiverem presentes.

Visto que já foram discutidos os principais fatores de emissão, atração e resistência, resta especificar o modelo, inserindo os fatores de resistência à emissão e atração, para explicar a quantidade de turistas emitidos e recebidos por um país. Deve-se considerar que, apenas parte dos fatores discutidos ao longo do capítulo 2 será possível de ser utilizado no modelo através de proxys representativas, sendo os demais, captados através dos efeitos fixos.

3.1 Especificação do modelo de emissão

A emissão de turistas per capita por um determinado país pode ser compreendida como o percentual da população do país que consome viagens internacionais²³, apresentado pela equação (33).

$$(33) \quad qte = \frac{QTe}{Pop}$$

O desempenho de cada país emissor de turistas num determinado ano está em função de diversos fatores já discutidos ao longo do capítulo 2. Contudo ao tentar simplificar esta relação através de um modelo, buscando a significância destes fatores de forma empírica, tem-se a restrição quanto à utilização de algumas variáveis, as quais não apresentam alterações ao longo do tempo. Neste caso, estas variáveis “não observadas” pelo modelo (ex. extensão territorial, divisão de renda), estarão sendo consideradas como efeitos fixos e serão representadas pelos interceptos para cada país.

A quantidade de turistas per capita que um país emite é explicada pela equação (34). Onde X_{it} demonstra as diferentes características entre os países de origem do

²³ Uma vez que o período destas viagens é inferior a um ano, existe a possibilidade de que esta razão seja maior do que 1, como acontece com alguns países. Além disto, este índice não representa a proporção da população que de fato viajou, mas sim, a razão entre a quantidade de turistas emitidos e a população. Portanto, ainda o índice qte pode ser elevado em função de uma pequena parcela da população que viaja muito.

turista, as quais podem ser fixas (ex: extensão territorial, com raras exceções) ou apresentarem variação ao longo do tempo (ex: renda per capita). Por sua vez, α_{it} refere-se aos determinantes de emissão não observados econometricamente e ε_{it} é um termo residual individual, referindo-se a cada país ao longo do tempo.

$$(34) \quad qte_{it} = X_{it} \beta^0 + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Portanto, inserindo as variáveis explicativas ao modelo, tem-se que:

$$(35) \quad qte_{it} = gnp_{it} \beta^1 + P_{it} \beta^2 + PPP_{it} \beta^3 + \alpha_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{para } t=1, \dots, T \text{ e } i=1, \dots, N$$

Onde:

qte_{it} : razão entre a quantidade de turistas emitidos pelo país i no tempo t e população do país i no tempo t ;

gnp_{it} : renda per capita do país i no tempo t

P_{it} : proporção da população acima de 65 anos no país i no tempo t

PPP_{it} : fator de conversão da paridade do poder de compra do país i no tempo t

α_{it} : intercepto individual de cada indivíduo *cross-section*

ε_{it} : termo de resíduo aleatório.

Neste caso, a razão entre a quantidade de turistas emitidos pelo país i em função da população do país i (qte_{it}) no período t , demonstrada pela equação (34), é explicada pela equação (35). Os parâmetros β 's serão os mesmos para todos os países, sendo diferenciados apenas os efeitos fixos, representados no intercepto individual de cada indivíduo *cross-section*.

Além de favorecer o instrumental analítico demonstrando as elasticidades, a transformação destas variáveis em log favorece a análise econométrica ao amenizar o problema de dispersão entre as unidades *cross section*, já sinalizada pelos gráficos comparativos ao longo do capítulo 2. Portanto, a especificação do modelo de emissão de turismo per capita, é dada pela equação (36).

$$(36) \quad \log(qte_{it}) = \beta^1 * \log(gnp_{it}) + \beta^2 * \log(P_{it}) + \beta^3 * \log(PPP_{it}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Com relação às despesas com viagens internacionais, espera-se que haja uma correlação com a quantidade de turistas que o país emite, por este motivo serão analisadas as mesmas variáveis explicativas para o modelo relacionado aos gastos per capita com viagens internacionais, alterando apenas a variável explicada. Neste caso, considera-se o gasto per capita com turismo internacional, como a razão entre o gasto com turismo emissivo (GTE) pelo país i no tempo t e a população (pop) do país i no tempo t , representados pela equação (37).

$$(37) \quad gte = \frac{GTE}{pop}$$

Portanto, a especificação do modelo para gastos com turismo emissivo (gte), é representada pela equação (38), a qual tem referência as variáveis explicativas e as hipóteses do modelo de emissão, especificadas na equação (36).

$$(38) \quad \log(gte_{it}) = \beta^1 * \log(gnp_{it}) + \beta^2 * \log(P_{it}) + \beta^3 * \log(PPP_{it}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Para facilitar a identificação das variáveis e a origem das *proxys* adotadas, o quadro 17 demonstra o significado das denotações adotadas nas equações acima e a fonte das mesmas.

Quadro 17 – Especificação das variáveis, proxys e denotações utilizadas nos modelos de emissão

Variável	Variável / Proxy	Denotação	Sinais esperados	Fonte
Variável explicada				
1 - Emissão de turistas	Quantidade de turistas que saíram do país <i>i</i> no tempo <i>t</i> dividido pela população do país <i>i</i> no tempo <i>t</i>	qte_{it}		OMT (2003) / WDI (2003)
2 – Gastos com turismo	Gastos com viagens internacionais do país <i>i</i> no tempo <i>t</i> dividido pela população do país <i>i</i> no tempo <i>t</i>	gte_{it}		OMT (2003) / WDI (2003)
Fatores de Emissão				
1 - Renda	PNB per capita, sob a paridade do poder de compra	gnp_{it}	> 0	WDI (2003)
2 - Distribuição etária	Percentual da população acima de 65 anos	p_{it}	> 0	WDI (2001)
Fatores de Resistência				
3 – Paridade do poder de compra	Fator de conversão	ppp_{it}	> 0	WDI (2003)

3.1.1 Resultados do modelo de emissão

Primeiramente foi realizada a análise de regressão para explicar a quantidade de turistas emitidos pelo país em proporção à população do país de origem, com base na equação (36). Apesar de apresentarem coeficientes significativos, foi diagnosticada a presença de autocorrelação, através do teste de Durbin-Watson²⁴, o que torna os estimadores ineficientes e viesados.

Para corrigir o problema, foi adotado o procedimento apresentado por GREENE (1997, p. 639), aplicando uma diferenciação parcial (quase-diferença). A aplicação deste processo ocorreu sobre a seguinte forma:

- a)- O modelo foi novamente especificado, sendo agregado como explicativa a variável dependente com um período defasado.

$$(39) \log(qte_{it}) = \beta^1 * \log(gnp_{it}) + \beta^2 * \log(P_{it}) + \beta^2 * \log(PPP_{it}) + \rho * \log(qte_{it(-1)}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

- b)- O resultado obtido como coeficiente da variável defasada, identificado como ρ , foi utilizado para a transformação das demais variáveis em quase-

²⁴ De acordo com VERBEEK (2000, p.324), para detectar autocorrelação nos modelos de efeitos fixos, é possível a aplicação do teste de Durbin-Watson.

diferença. Desta forma, retorna-se à equação original, transformando-a em quase-diferença, de acordo com o procedimento apresentado na equação (40)

$$(40) \quad \log(qte_{it}) - \rho * \log(qte_{it(-1)}) = \beta^1 * (\log(gnp_{it}) - \rho * \log(gnp_{it(-1)})) \\ + \beta^2 * (\log(P_{it}) + \rho * \log(P_{it(-1)})) + \beta^3 * (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)})) + \alpha_{it}(1 - \rho) + \varepsilon_{it}$$

Considerando a quase-diferenciação das variáveis, tem-se:

$$(41) \quad dqte_{it} = \beta^1 * dgnp_{it} + \beta^2 * dP_{it} + \beta^3 * dPPP_{it} + \alpha'_{it} + \varepsilon_{it}$$

Tal que:

$$\begin{aligned} dQTE &= \log(qte_{it}) - \rho * \log(qte_{it(-1)}) \\ dgnp &= \beta^1 * (\log(gnp_{it}) - \rho * \log(gnp_{it(-1)})) \\ dP &= \beta^2 * (\log(p_{it}) + \rho * \log(p_{it(-1)})) \\ dPPP &= \beta^3 * (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)})) \\ \alpha' &= \alpha_{it}(1 - \rho) \end{aligned}$$

Portanto, com base na equação (41), tem-se o modelo utilizado para a regressão, buscando determinar a quantidade de turismo emissivo per capita, o qual apresentou todas as variáveis significativas, passando pelos testes t e F, com nível de significância elevado. O poder de explicação do modelo é de 87,16% e o teste de Durbin-Watson aponta para a não existência de autocorrelação residual. Desta forma, o procedimento adotado para corrigir o problema identificado a princípio, foi satisfatório. Quanto à heterocedasticidade, foi utilizado o processo de correção de White Heteroskedasticity - Consistent Standard Errors & Covariance, disponível no aplicativo E-views.

Os coeficientes obtidos apresentaram os sinais esperados, destacando-se a elasticidade encontrada com relação à população acima de 65 anos, a qual demonstra-se expressiva, frente aos demais coeficientes.

Quadro 18 – Resultados do modelo de emissão

Variável dependente: qte					
Período 1981- 1999					
Número de unidades cross-section: 95					
Painel total (não balanceado) observações: 1390					
White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance					
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.	
gnp?	0,564372	0,091222	6,18678	0,0000	
P?	1,543412	0,307103	5,025711	0,0000	
PPP?	0,128051	0,053249	2,404745	0,0163	
Fixed Effects					
_DZA--C	-3,444	_DEU--C	-3,792	_NER--C	-4,329
_ARG--C	-4,086	_GRC--C	-4,218	_NGA--C	-4,681
_AUS--C	-4,264	_GTM--C	-3,643	_NOR--C	-4,161
_AUT--C	-3,742	_HND--C	-3,499	_PAN--C	-3,719
_BHR--C	-2,912	_HKG--C	-3,696	_PNG--C	-3,770
_BGD--C	-4,134	_HUN--C	-3,415	_PRY--C	-3,459
_BEL--C	-3,920	_ISL--C	-3,703	_PER--C	-4,113
_BOL--C	-3,611	_IND--C	-4,535	_PHL--C	-3,862
_BWA--C	-3,023	_IDN--C	-4,413	_POL--C	-3,216
_BRA--C	-4,392	_IRN--C	-4,137	_PRT--C	-4,139
_BGR--C	-3,815	_IRL--C	-3,595	_ROM--C	-3,686
_BFA--C	-4,347	_ISR--C	-3,796	_RUS--C	-4,180
_BDI--C	-4,001	_ITA--C	-4,198	_SGP--C	-3,177
_CAN--C	-3,707	_JPN--C	-4,553	_SVK--C	-4,317
_TCD--C	-4,221	_JOR--C	-2,801	_ZAF--C	-4,010
_CHL--C	-3,897	_KEN--C	-3,748	_ESP--C	-4,153
_COL--C	-4,016	_KOR--C	-4,118	_LKA--C	-4,012
_CRI--C	-3,631	_KWT--C	-3,007	_SWE--C	-3,806
_CIV--C	-5,209	_LTU--C	-3,377	_CHE--C	-3,560
_CYP--C	-3,745	_MAC--C	-3,944	_SYR--C	-3,158
_CZE--C	-2,844	_MDG--C	-4,240	_TZA--C	-3,719
_DNK--C	-3,769	_MYS--C	-2,728	_THA--C	-4,093
_DOM--C	-3,859	_MLT--C	-3,712	_TTO--C	-3,475
_ECU--C	-3,931	_MUS--C	-3,668	_TUN--C	-3,319
_EGY--C	-3,638	_MEX--C	-3,610	_TUR--C	-3,796
_SLV--C	-3,419	_MDA--C	-4,757	_TKM--C	-3,657
_ETH--C	-4,228	_MAR--C	-3,655	_GBR--C	-3,856
_FJI--C	-3,437	_NPL--C	-4,144	_USA--C	-4,262
_FIN--C	-3,879	_NLD--C	-3,721	_VUT--C	-3,491
_FRA--C	-4,127	_NCL--C	-3,503	_VEN--C	-4,041
_PYF--C	-3,412	_NZL--C	-4,018	_ZWE--C	-3,602
_GAB--C	-3,346	_NIC--C	-3,165		
R ²		0,87167	Mean dependent var	-0,94311	
R ² ajustado		0,86203	S.D. dependent var	0,73324	
S.E. of regression		0,27235	Sum squared resid	95,8359	
F-statistic		4,38791	Durbin-Watson stat	2,04629	
Prob(F-statistic)		0,00000			

Com relação aos gastos com viagens internacionais, ao se constatar os resultados da equação (38), verificou-se os mesmos problemas, sendo adotados os mesmos procedimentos para a corrigir a autocorrelação.

- a)- O modelo foi novamente especificado, sendo agregado como variável explicativa a variável dependente com um período defasado

$$\log(gte_{it}) = \beta^1 * \log(gnp_{it}) + \beta^2 * \log(P_{it}) + \beta^3 * \log(PPP_{it}) + \rho * \log(gte_{it(-1)}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

b)- O resultado obtido como coeficiente da variável defasada, identificado como ρ , foi utilizado para a transformação das demais variáveis em quase-diferença. Desta forma, retornou-se à equação original, transformando-a em quase-diferença de acordo com o procedimento apresentado na equação (42)

$$(43) \quad \begin{aligned} \log(gte_{it}) - \rho * \log(gte_{it(-1)}) &= \beta^1 * (\log(gnp_{it}) - \rho * \log(gnp_{it(-1)})) \\ &+ \beta^2 * (\log(P_{it}) + \rho * \log(P_{it(-1)})) + \beta^3 * (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)})) + \alpha_{it}(1 - \rho) + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

Considerando a quase-diferenciação das variáveis, tem-se:

$$(44) \quad dqte_{it} = \beta^1 * dgnp_{it} + \beta^2 * dP_{it} + \beta^3 * dPPP_{it} + \alpha'_{it} + \varepsilon_{it}$$

Tal que:

$$dQTE = \log(gte_{it}) - \rho * \log(gte_{it(-1)})$$

$$dgnp = (\log(gnp_{it}) - \rho * \log(gnp_{it(-1)}))$$

$$dP = (\log(P_{it}) + \rho * \log(P_{it(-1)}))$$

$$dPPP = (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)}))$$

$$\alpha' = \alpha_{it}(1 - \rho)$$

Portanto, com base na equação (44), tem-se o modelo utilizado para a regressão, buscando determinar a quantidade de gasto per capita com viagens internacionais. Os resultados demonstram que todas as variáveis são significativas, passando pelos testes t e F, com elevado nível de significância. Também foi utilizado o processo de correção de White Heteroskedasticity para correção de heterocedasticidade.

Com relação aos coeficientes, constata-se a elevada elasticidade renda, demonstrando que os bens e serviços turísticos são essencialmente superiores, conforme identificado através de outros autores. Quanto ao fator de conversão da paridade do poder de compra, observa-se que este é menos elástico com relação aos gastos, do que quanto à quantidade de turistas emitidos. Por outro lado, a proporção da população acima de 65 anos, demonstra ser menos sensível aos gastos, se comparada à quantidade de turistas. Desta forma, de acordo com a discussão apresentada ao longo do capítulo 2, observa-se através dos resultados econométricos indícios de que a proximidade geográfica de um país com elevada renda per capita é um fator relevante para explicar a inserção no turismo internacional.

Quadro 19 – Resultados do modelo de gastos com turismo emissor

Variável dependente: gte					
Período: 1981 1999					
Número de cross-sections: 91					
Painel total (não balanceado - observações: 1572)					
White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance					
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.	
gnp?	1,443033	0,091985	15,68777	0,0000	
P?	0,999469	0,299232	3,340113	0,0009	
PPP?	0,420938	0,088	4,783399	0,0000	
Fixed Effects					
_DZA--C	-3,131	_DEU--C	-3,119	_NOR--C	-3,028
_ARG--C	-3,208	_GRC--C	-3,278	_PAN--C	-2,778
_AUS--C	-3,202	_GTM--C	-2,830	_PNG--C	-2,578
_AUT--C	-2,922	_HND--C	-2,712	_PRY--C	-2,801
_BHR--C	-2,536	_HUN--C	-3,273	_PER--C	-2,987
_BGD--C	-3,080	_ISL--C	-2,853	_PHL--C	-3,185
_BEL--C	-3,085	_IND--C	-3,344	_POL--C	-3,173
_BOL--C	-2,686	_IDN--C	-2,879	_PRT--C	-3,258
_BWA--C	-2,549	_IRN--C	-3,323	_ROM--C	-3,238
_BRA--C	-3,195	_IRL--C	-2,947	_RUS--C	-3,045
_BGR--C	-3,169	_ISR--C	-2,924	_SGP--C	-2,544
_BFA--C	-2,600	_ITA--C	-3,363	_SVK--C	-3,168
_BDI--C	-2,566	_JPN--C	-3,438	_ZAF--C	-2,966
_CAN--C	-3,162	_JOR--C	-2,291	_ESP--C	-3,407
_TCD--C	-2,435	_KEN--C	-2,835	_LKA--C	-3,010
_CHL--C	-2,964	_KOR--C	-3,091	_SWE--C	-3,071
_COL--C	-2,926	_KWT--C	-2,043	_CHE--C	-3,085
_CRI--C	-2,731	_LTU--C	-2,773	_SYR--C	-2,653
_CIV--C	-2,439	_MDG--C	-2,547	_TZA--C	-2,083
_CYP--C	-3,050	_MYS--C	-2,566	_THA--C	-2,931
_CZE--C	-2,965	_MLT--C	-2,782	_TTO--C	-2,782
_DNK--C	-3,066	_MUS--C	-2,733	_TUN--C	-2,901
_DOM--C	-2,796	_MEX--C	-2,899	_TUR--C	-3,184
_ECU--C	-2,750	_MDA--C	-2,848	_TKM--C	-2,133
_EGY--C	-3,066	_MAR--C	-2,954	_GBR--C	-3,180
_SLV--C	-2,847	_NPL--C	-2,720	_USA--C	-3,464
_ETH--C	-3,050	_NLD--C	-3,017	_VUT--C	-2,529
_FJI--C	-2,568	_NZL--C	-3,067	_VEN--C	-2,703
_FIN--C	-3,138	_NIC--C	-2,704	_ZWE--C	-2,784
_FRA--C	-3,327	_NER--C	-2,537		
_GAB--C	-2,590	_NGA--C	-2,521		
R-squared		0,825	Mean dependent var	1,065	
Adjusted R-squared		0,814	S.D. dependent var	0,619	
S.E. of regression		0,267	Sum squared resid	105,20	
F-statistic		3,491	Durbin-Watson stat	1,863	
Prob(F-statistic)		0,000			

3.2 Especificação do modelo de atração

A recepção de turistas per capita por um determinado país pode ser compreendida como a quantidade de turistas recebida (QTR) pelo país em proporção à

população local (Pop)²⁵, representados pela equação (42).

$$(45) \quad qtr = \frac{QTR}{Pop}$$

Os determinantes da quantidade de turistas per capita que um país atrai são apresentados em sua forma geral pela equação (46). O modelo é explicado por diversos fatores discutidos ao longo do capítulo 2, representados em X_{dt} . Contudo, assim como no caso dos principais determinantes do fluxo emissivo, os fatores que determinam a recepção de turistas por um país, podem ser fixos (ex. língua, monumentos, atrativos naturais) ou apresentarem variação ao longo do tempo (ex: IDH). Por sua vez, α_{dt} refere-se à determinantes do fluxo receptivo não observados pelo modelo (fatores fixos) e ε_{dt} é um termo residual individual, referindo-se a cada país ao longo do tempo.

$$(46) \quad qtr = X_{dt}\beta^0 + \alpha_{dt} + \varepsilon_{dt}$$

É importante considerar que existem fatores que variam ao longo do tempo e devem ser considerados relevantes para explicar a inserção de um país no fluxo de turistas receptivo, mas não possuem boas *proxys* disponíveis que possibilitem suas inserções como variáveis explicativas, num modelo de painel. Por exemplo, a promoção de um destino no exterior, através de propagandas e aplicação de instrumentos de *marketing*. Ainda que esta variável seja relevante, não há uma boa *proxy* disponível para a maioria dos países utilizados nesta amostra.

Inserindo as variáveis explicativas na equação (46) tem-se que:

$$(47) \quad qtr_{it} = idh_{it}\beta^1 + r_{it}\beta^2 + room_{it}\beta^3 + \alpha_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{para } t=1,\dots,T \text{ e } i=1,\dots,N$$

Onde:

qtr_{it} : razão entre a quantidade de turistas recebidos pelo país i no tempo t e população do país i no tempo t ;

idh_{it} : IDH do país i no tempo t

r_{it} : risco oferecido pelo país i no tempo t

$room_{it}$: oferta de meios de hospedagem pelo país i no tempo t

²⁵ Neste caso, uma vez que o numerador é dado por uma população estrangeira, existe a possibilidade de que esta razão seja maior do que 1, como acontece com alguns países. Além disso, o fato da viagem turística ter um período inferior a um ano, isto pode acarretar num mesmo turista viajando diversas vezes para o mesmo destino.

α_{it} : intercepto individual de cada indivíduo *cross-section*

ε_{it} : termo de resíduo aleatório.

Neste caso, tal qual no modelo de emissão, adotou-se as variáveis em log, por conta das mesmas questões apresentadas naquele caso. Portanto, a especificação do modelo é dada pela equação (48):

$$(48) \log(qtr_{it}) = \beta^1 * \log(idh_{it}) + \beta^2 * \log(r_{it}) + \beta^3 * \log(room_{it}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Assim como na análise de emissão, com relação às receitas obtidas através de viagens internacionais ao país, espera-se que haja uma correlação com a quantidade de turistas que o país recebe, bem como uma diferenciação quanto às elasticidades. Contudo, será agregado o fator de conversão da paridade do poder de compra, como uma *proxy* dos preços relativos, desconsiderando as variáveis relacionadas a risco e oferta de hospedagem, buscando analisar a elasticidade-preço e desenvolvimento, conforme demonstra a equação

$$(49) \log(rt_{it}) = \beta^1 * \log(idh_{it}) + \beta^2 * \log(r_{it}) + \beta^3 * \log(room_{it}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Para facilitar a identificação das variáveis e a origem das *proxys* adotadas, o quadro 20 demonstra o significado das denotações adotadas apresentadas nas equações (48) e (49) e a fonte.

Quadro 20 – Especificação das variáveis, proxys e denotações utilizadas no modelo de atração

Variável	Variável / Proxy	Denotação	Sinais esperados	Fonte
Variáveis explicadas				
1 - Emissão de turistas	Quantidade de turistas que entraram no país i no tempo t dividido pela população do país i no tempo t	qte _{it}		OMT (2003) / WDI (2003)
2 – Receita com turismo	Receita com Turismo Internacional obtida pelo país i no tempo t dividido pela população do país i no tempo t	rt		OMT (2003) / WDI (2003)
Fatores de Atração				
1 - IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH	> 0	ONU (2003)
2 – Diversificação de oferta	Oferta de Apartamentos	room	> 0	OMT (2003)
Fatores de Resistência				
3 - Segurança	Índice de risco ²⁶	r	> 0	EILAT & EINAV (2003)
2 – Paridade do poder de compra	Fator de conversão	PPP _{it}	> 0	WDI (2003)

A análise de regressão visando explicar a quantidade de turistas recebidos per capita, com base na equação (48), constatou a presença de autocorrelação, através do teste de Durbin-Watson. Assim como nos modelos de emissão e gastos, foi adotado o procedimento apresentado por GREENE (1997, p. 639), aplicando uma diferenciação parcial (quase-diferença) para a correção. A aplicação deste processo seguiu os mesmos procedimentos utilizados para as equações (42) a (44), desta forma, chegou-se às equações (50), (51) e (52).

(50)

$$\log(qtr_{it}) = \beta^1 * \log(idh_{it}) + \beta^2 * \log(r_{it}) + \beta^3 * \log(room_{it}) + \rho * \log(qtr_{it(-1)}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Através da obtenção do ρ , foi aplicada a quase-diferença, demonstrada pela equação (51):

$$(51) \quad \log(qtr_{it}) - \rho * \log(qtr_{it(-1)}) = \beta^1 * (\log(idh_{it}) - \rho * \log(idh_{it(-1)})) + \beta^2 * (\log(r_{it}) - \rho * \log(r_{it(-1)})) + \beta^3 * (\log(room_{it}) - \rho * \log(room_{it(-1)})) + \alpha_{it}(1 - \rho) + \varepsilon_{it}$$

$$(52) \quad dqtr_{it} = \beta^1 * didh_{it} + \beta^2 * dr_{it} + droom_{it} + \alpha'_{it} + \varepsilon_{it}$$

Tal que:

$$dqtr = \log(qtr_{it}) - \rho * \log(qtr_{it(-1)})$$

²⁶ O índice de risco foi capturado através de um levantamento de risco da PRS GROUP (2002), *apud* EILAT & EINAV (2003). O sinal positivo esperado quanto ao índice de risco se dá em função de que quanto maior o valor do índice, menor o risco. O intervalo se dá entre 1 e 12, sendo 12 o cenário mais seguro. Os valores utilizados foram construídos com base na média geométrica de três índices (risco de conflito étnico, interno e externo).

$$\begin{aligned} \text{dgnp} &= (\log(idh_{it}) - \rho * \log(idh_{it(-1)})) \\ \text{dr} &= (\log(r_{it}) + \rho * \log(r_{it(-1)})) \\ \text{droom} &= (\log(room_{it}) + \rho * \log(room_{it(-1)})) \\ \alpha' &= \alpha_{it}(1 - \rho) \end{aligned}$$

Através da equação (52), chegou-se aos resultados apresentados pelo quadro 21. Observa-se que as variáveis IDH e R (risco) são estatisticamente significantes a um nível menor do que 1% de probabilidades de erro. Contudo, a variável roompop (leitos por km²) não demonstra significância estatística.

Quadro 21 – Resultados do modelo de atração

Variável dependente: qtr					
Período: 1986 1999					
Número de cross-sections: 76					
Painel total (não balanceado) - observações: 894					
White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance					
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.	
IDH?	3,555921	0,760347	4,676709	0,0000	
R?	0,218148	0,052477	4,157061	0,0000	
ROOMPOP?	0,047604	0,060484	0,787049	0,4315	
Fixed Effects					
_BWA--C	0,068	_ZWE--C	-0,199	_NOR--C	-0,256
_BRA--C	-1,075	_IND--C	-1,227	_PAK--C	-0,974
_BGR--C	-0,287	_IDN--C	-0,829	_PAN--C	-0,482
_CMR--C	-0,814	_IRL--C	-0,011	_PNG--C	-0,721
_CAN--C	-0,229	_ISR--C	-0,339	_PRY--C	-0,552
_CHL--C	-0,582	_ITA--C	-0,262	_PER--C	-1,009
_CHN--C	-0,918	_JAM--C	-0,092	_PHL--C	-0,907
_COL--C	-0,897	_JPN--C	-1,121	_POL--C	-0,046
_CRI--C	-0,389	_JOR--C	-0,214	_PRT--C	-0,025
_CYP--C	0,258	_KEN--C	-0,449	_ROM--C	-0,493
_CZE--C	0,170	_KWT--C	-0,865	_SEN--C	-0,176
_DNK--C	-0,357	_LBN--C	-0,383	_SGP--C	0,138
_DOM--C	-0,213	_MDG--C	-0,773	_ZAF--C	-0,526
_ECU--C	-0,725	_MLI--C	-0,540	_ESP--C	-0,050
_SLV--C	-0,553	_MEX--C	-0,361	_LKA--C	-0,974
_ETH--C	-0,751	_MNG--C	-0,636	_SDN--C	-0,764
_FIN--C	-0,361	_ALB--C	-1,154	_SWE--C	-0,495
_FRA--C	-0,068	_DZA--C	-0,708	_THA--C	-0,470
_DEU--C	-0,571	_ARG--C	-0,718	_TGO--C	-0,551
_GHA--C	-0,681	_AUS--C	-0,522	_TUN--C	-0,015
_GTM--C	-0,432	_AUT--C	-0,394	_TUR--C	-0,409
_GUY--C	-0,406	_NAM--C	0,091	_UGA--C	-0,599
_HTI--C	-0,494	_NLD--C	-0,313	_URY--C	-0,117
_HND--C	-0,524	_NZL--C	-0,349	_ZMB--C	-0,386
_HUN--C	0,207	_NIC--C	-0,478		
_ISL--C	-0,192	_NGA--C	-0,919		
R-squared		0,915	Mean dependent var		-0,679
Adjusted R-squared		0,906	S.D. dependent var		0,535
S.E. of regression		0,164	Sum squared resid		21,80
F-statistic		4,658	Durbin-Watson stat		1,932
Prob(F-statistic)		0,000			

A opção por manter a variável “roompop”, ocorreu em função de que o modelo especificado, após o tratamento através da quase diferença apontou para a resolução

do problema de autocorrelação residual, conforme demonstra a estatística de Durbin-Watson, no quadro 21. Ao retirar a variável, os resultados para correção não foram satisfatórios, sendo possível a ocorrência de problemas de má especificação. Neste caso, optou-se por manter a variável, ainda que exista o risco de multicolinearidade.

Por fim, com relação à receita com viagens internacionais, verificou-se os mesmos problemas anteriores, sendo adotados os mesmos procedimentos para a corrigir a autocorrelação, conforme demonstra a equação 53, utilizada para extrair ρ .

$$(53) \log(qr_{it}) = \beta^1 * \log(idh_{it}) + \beta^2 * \log(PPP_{it}) + \rho * \log(qr_{it(-1)}) + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

A equação (54) apresenta o processo para a correção no modelo que explica a quantidade de receita obtida com viagens internacionais.

$$(54) \log(qr_{it}) - \rho * \log(qr_{it(-1)}) = \beta^1 * (\log(idh_{it}) - \rho * \log(idh_{it(-1)})) \\ + \beta^2 * (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)})) + \alpha_{it}(1 - \rho) + \varepsilon_{it}$$

$$(55) dqr_{it} = \beta^1 * didh_{it} + \beta^2 * dPPP_{it} + \alpha'_{it} + \varepsilon_{it}$$

Tal que:

$$dQR = \log(qr_{it}) - \rho * \log(qr_{it(-1)})$$

$$dgnp = (\log(idh_{it}) - \rho * \log(idh_{it(-1)}))$$

$$dPPP = (\log(PPP_{it}) + \rho * \log(PPP_{it(-1)}))$$

$$\alpha' = \alpha_{it}(1 - \rho)$$

O quadro 22 demonstra os resultados do modelo de receita turística. Observa-se que ambas as variáveis utilizadas são estatisticamente significantes a um índice de probabilidade elevado, sendo a receita com turismo internacional bastante elástica com relação ao desenvolvimento. O poder de explicação do modelo é de 91% e assim como nos demais testes, a utilização das variáveis em quase diferença foi eficiente na correção dos problemas de autocorrelação residual.

Quadro 22 – Resultados do modelo de receita com turismo receptivo

Variável dependente: qtr					
Período: 1991 - 2001					
Número de cross-sections: 89					
Painel Total (não balanceado) - observações: 838					
White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance					
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.	
IDH?	5,604638	0,969471	5,78113	0,0000	
PPP?	0,310317	0,141534	2,192526	0,0286	
Fixed Effects					
_BWA--C	2,926	_IND--C	1,838	_NGA--C	1,637
_BRA--C	1,756	_IDN--C	2,224	_NOR--C	2,474
_BGR--C	2,316	_IRL--C	2,749	_OMN--C	2,126
_CMR--C	1,998	_ISR--C	2,572	_PAK--C	1,605
_CAN--C	2,324	_ITA--C	2,577	_PAN--C	2,543
_CHL--C	2,048	_JAM--C	3,007	_PNG--C	2,554
_CHN--C	1,775	_JPN--C	1,376	_PRY--C	2,211
_COL--C	1,938	_JOR--C	2,709	_PER--C	1,935
_CRI--C	2,641	_KEN--C	2,501	_PHL--C	2,069
_HRV--C	2,984	_KWT--C	2,089	_POL--C	2,542
_CYP--C	3,286	_LVA--C	2,095	_PRT--C	2,693
_CZE--C	2,684	_LBN--C	2,635	_ROM--C	1,785
_DNK--C	2,638	_MDG--C	2,411	_SEN--C	3,100
_DOM--C	2,940	_MWI--C	2,080	_SGP--C	3,188
_ECU--C	2,017	_MYS--C	2,534	_SVN--C	2,744
_SLV--C	2,000	_MLI--C	2,806	_ZAF--C	2,427
_EST--C	2,769	_MLT--C	3,166	_ESP--C	2,731
_ETH--C	2,297	_MEX--C	2,220	_LKA--C	1,770
_FIN--C	2,322	_MNG--C	2,079	_SDN--C	1,570
_FRA--C	2,517	_ALB--C	2,211	_SWE--C	2,414
_GAB--C	1,346	_DZA--C	1,228	_THA--C	2,496
_DEU--C	2,203	_ARG--C	2,019	_TGO--C	2,041
_GHA--C	2,623	_ARM--C	1,402	_TUN--C	2,771
_GTM--C	2,458	_AUS--C	2,443	_TUR--C	2,505
_GIN--C	2,737	_AUT--C	2,934	_UGA--C	2,671
_GUY--C	2,577	_BLR--C	0,925	_UKR--C	2,365
_HTI--C	2,531	_NAM--C	3,163	_URY--C	2,452
_HND--C	2,280	_NLD--C	2,453	_ZMB--C	2,595
_HUN--C	2,662	_NZL--C	2,552	_ZWE--C	2,445
_ISL--C	2,686	_NIC--C	2,216		
R-squared		0,917	Mean dependent var	1,563	
Adjusted R-squared		0,907	S.D. dependent var	0,828	
S.E. of regression		0,252	Sum squared resid	47,63	
F-statistic		8,458	Durbin-Watson stat	1,867	
Prob(F-statistic)		0,000			

Uma questão interessante em torno destes resultados se refere ao sinal positivo obtido para a paridade do poder de compra, o que não se esperaria, caso esta fosse elástica. Porém, a menor sensibilidade com relação ao preço, pode fazer com que um aumento dos preços relativos, tenha como consequência uma maior receita turística e neste caso, este resultado é compreensível.

A partir da identificação dos principais determinantes do turismo internacional, discutida ao longo dos capítulos 2 e 3, o próximo capítulo traz uma análise das regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia. Com base nos capítulos anteriores, estas áreas serão analisadas, buscando identificar se a realidade das mesmas é consistente aos

resultados obtidos no levantamento dos determinantes e quais as características homogêneas, destas que conjuntamente mantêm uma participação pouco expressiva no fluxo de turismo internacional.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS REGIÕES DA AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA E SUL DA ÁSIA FRENTE AS RESTRIÇÕES À INSERÇÃO NO FLUXO DE TURISMO INTERNACIONAL

Com base na discussão apresentada no capítulo 2 sobre os determinantes do fluxo de turismo internacional, é possível diagnosticar através dos modelos econométricos que a renda per capita é um determinante fundamental para a emissão de turistas internacionais, sendo este um resultado esperado. Primeiramente, por uma lógica de que sendo as viagens internacionais compostas na maioria das vezes por bens e serviços superiores, é de se esperar elevada sensibilidade deste mercado frente à variação da renda, ou seja, uma alta elasticidade-renda, conforme constatou-se através dos resultados econométricos apresentados no capítulo 3. Além disso, outras referências já citadas no capítulo anterior chegam a este mesmo resultado.

Por outro lado, o desenvolvimento e conseqüentemente a renda do país, servem de determinantes para a atração de turistas internacionais. Isto, porque na construção das variáveis que especificam os determinantes de atração, o desenvolvimento econômico apresenta uma relação direta com o grau de atratividade e as condições de oferta necessárias à atração de turistas internacionais. Não se pretende afirmar que países em desenvolvimento não tenham acesso ao mercado de turistas internacionais, mas sim, que estes terão de apresentar um grau de atratividade superior a outros destinos substitutos que apresentem melhores condições de oferta.

Neste caso, enfocando os países em desenvolvimento, tem-se que, uma parte substancial deles está situada distante dos principais centros emissivos e ainda que apresentem atrativos naturais que os diferencie de outros países, problemas relacionados à acessibilidade, diversificação, complementaridade destes atrativos e insegurança, podem tornar parte destes recursos naturais sub-utilizados.

O fato é que os países em desenvolvimento, ou menos desenvolvidos, de acordo com a ONU, ou de renda média e baixa, de acordo com o Banco Mundial estão concentrados na região da América Latina, Caribe, Oriente Médio, África, Leste Europeu e Ásia. Paralelamente, os países desenvolvidos e de renda alta estão concentrados basicamente na América Anglo-Saxônica, Europa Ocidental, Europa Meridional e Oceania.

Porém, conforme discutido nos capítulos anteriores, alguns dos principais determinantes do fluxo de turismo internacional conduzem a uma concentração da atividade nos países desenvolvidos. Junto a isso, com relação aos demais países é possível separar um

grupo formado por quatro regiões que representam aproximadamente um terço do território mundial: América do Sul, África, Sul da Ásia e Oceania que conjuntamente recebem menos que 10% do turismo internacional, conforme apresenta a tabela 17. Cabe, portanto, a seguinte indagação: por que isto ocorre? O que de fato favorece a concentração do fluxo de turismo em países desenvolvidos e o que restringe uma maior inserção dos países em desenvolvimento, em especial destas regiões?

Tabela 17 – Chegadas de turistas internacionais por (sub) região

	Chegada de Turistas Internacionais (milhões)			Participação no mercado (%)	
	1990	1995	1999	1995	1999
Mundo	457,3	550,3	650,4	100	100
África	15	20,1	26,5	3,65	4,07
Norte da África	8,4	7,3	9,4	1,33	1,45
Oeste da África	1,4	1,9	2,6	0,35	0,40
África Central	0,4	0,4	0,5	0,07	0,08
Leste da África	2,9	4,5	5,9	0,82	0,91
Sul da África	2,0	6,0	8	1,09	1,23
Américas	92,9	108,9	122,2	19,79	18,79
América do Norte	71,7	80,5	87	14,63	13,38
Caribe	11,4	14	16,1	2,54	2,48
América Central	1,8	2,6	4	0,47	0,62
América do Sul	7,9	11,8	15,1	2,14	2,32
Leste da Ásia e Pacífico	54,6	81,4	97,6	14,79	15,01
Nordeste da Ásia	28	44,1	55,2	8,01	8,49
Sudeste da Ásia	21,5	29,2	33,5	5,31	5,15
Oceania	5,2	8,1	8,9	1,47	1,37
Europa	282,7	323,4	380,2	58,77	58,46
Norte da Europa	29,1	37,6	43,6	6,83	6,70
Europa Ocidental	113,8	116,7	135,8	21,21	20,88
Centro e Leste Europeu	43,8	65,8	72,8	11,96	11,19
Sul da Europa	88,6	91,8	116,4	16,68	17,90
Leste Mediterrâneo Europeu	7,4	11,4	11,6	2,07	1,78
Oriente Médio	9	12,4	18,2	2,25	2,80
Sul da Ásia	3,2	4,2	5,8	0,76	0,89

Fonte: OMT, 2002

Em primeiro lugar, cabe ressaltar através de uma análise histórica indutiva que o turismo internacional tem se caracterizado como uma atividade que ocorre substancialmente a nível regional. Ou seja, parte significativa do fluxo de viagens internacionais ocorre dentro das fronteiras continentais, conforme diagnosticado pelas informações contidas na tabela 10, do capítulo 2.

Uma explicação que há de ser considerada para este fenômeno, já discutida no capítulo 2, trata-se da relevância do custo de transporte na composição de uma cesta turística, fazendo com que a prática de viagens intercontinentais sejam menos viáveis. Porém,

não se trata de um determinante único, nem mesmo rígido, uma vez que há uma dinâmica tecnológica neste processo que pode tornar a questão da distância, menos relevante via queda dos custos e maior rapidez na locomoção. Além disso, fatores institucionais como língua e cultura de forma geral, podem favorecer aspectos que caracterizam a proximidade.

Desta forma, com base na discussão elaborada até então, tem-se um avanço significativo quanto aos problemas a que este trabalho se propõe responder. Retornando a uma questão fundamental levantada inicialmente, os capítulos 2 e 3 fornecem um instrumental analítico importante para analisar o que leva as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, receberem aproximadamente 7% dos turistas internacionais, apenas. Além disso, quais seriam as causas de uma participação ainda menor destes países na receita gerada pelo turismo internacional, ficando entre 5% e 6% com base nos dados da OMT, durante a década de 1990.

Uma vez identificado os determinantes do fluxo de turismo internacional, através dos capítulos 2 e 3 e demonstrado através da tabela 10 o caráter intra-regional da atividade turística, tem-se fundamentos importantes para a construção destas respostas. Dado sua expressiva participação regional, o primeiro diagnóstico a ser realizado diz respeito à capacidade de emissão dos países que compõe a região. Ou seja, os países que fazem fronteira ou estão próximos geograficamente do Brasil, da África do Sul, da Índia ou de qualquer outro, possuem as condições favoráveis à emissão de turistas internacionais, identificadas como fatores relevantes? Além disso, qual o grau de regionalização destas economias pertencentes a um mesmo território?

Uma vez identificados estes aspectos por parte da demanda regional cabe uma análise relacionada à oferta, ou seja, ao destino turístico. Neste caso, cabe observar as condições de um determinado país frente aos fatores levantados como relevantes à atração de turistas internacionais, através dos capítulos 2 e 3. Com base nisto, é possível diagnosticar se o país possui uma atratividade tal, capaz de ultrapassar as restrições do mercado regional, inserindo-se no mercado inter-continental.

Observando um país da África, por exemplo, a Nigéria. Caso seja identificado que a região ao redor deste país não apresenta condições favoráveis à emissão de turistas internacionais, resta saber se este destino terá condições de oferta suficiente para atrair um turista inter-continental ou, ao menos, de regiões mais distantes. Entretanto, além de representar uma parcela menor no fluxo de turismo internacional, os turistas de grande distância aumentam em muito as opções para destinos substitutos. Por isso, é necessário analisar este país, além de ser uma opção atrativa por suas peculiaridades, terá uma condição

de oferta favorável aos fatores relevantes de atração identificados nos capítulos 2 e 3. Caso contrário, a inserção deste país no fluxo de turismo internacional será pouco representativa mesmo numa análise relativa. O que não quer dizer que este pequeno fluxo não seja importante, pois, caso se trate de um país de baixíssima renda per capita o impacto econômico da receita turística pode ser bastante significativo.

Portanto, para poder se aprofundar na resposta à questão relacionada às três regiões é necessário analisar a realidade dos países que as compõe, com base nos determinantes identificados nos capítulos 2 e 3. O mapa 3, na página a seguir, demonstra a composição geográfica da América do Sul, África e Sul da Ásia no planisfério político.

4.1 América do Sul

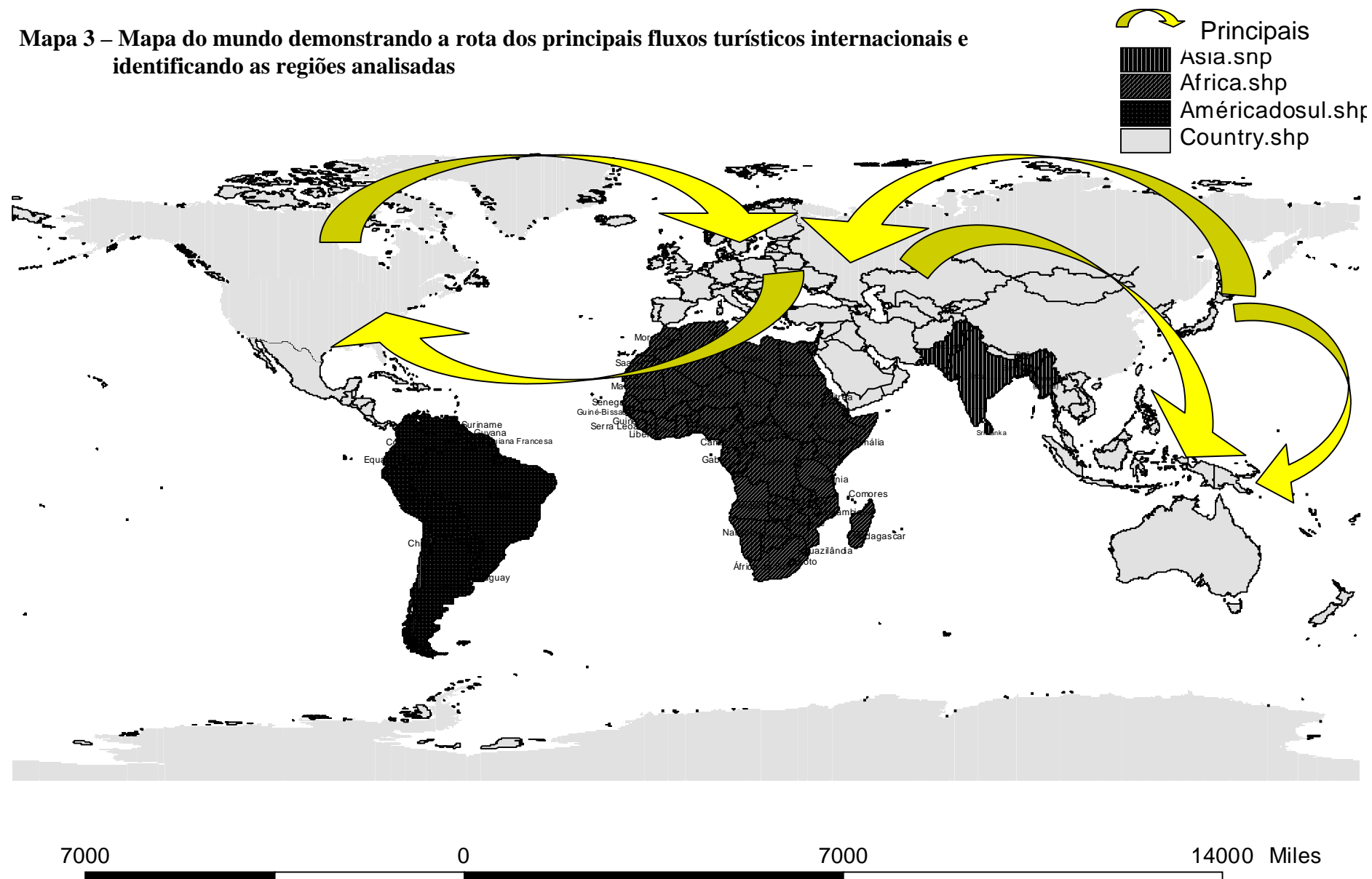
A América do Sul é composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. De modo geral, estes países são classificados como de renda média baixa e renda média alta, de acordo com a classificação do BANCO MUNDIAL (2001). Dentre estes, Argentina, Chile e Uruguai fazem parte do grupo de países considerados como de elevado Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com a classificação da ONU (2003).

Conforme apresentado pela tabela 18, aproximadamente 77% dos turistas internacionais que chegam na América do Sul tem como origem o próprio continente americano. Porém, numa análise mais aprofundada é possível observar que grande parte deste fluxo é sul-americana, havendo pouca incidência das Américas Central e do Norte, destacando-se apenas a participação dos Estados Unidos.

A tabela 18 demonstra a participação da América do Sul na chegada de turistas internacionais aos países que compõe esta região e quais os quatro principais emissores, identificando também o percentual de participação destes²⁷.

²⁷A tabela 18 apresenta os dados referentes ao ano disponível mais recente. Segue em anexo as tabelas com informações de todos os países das regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, com a origem do fluxo constando os quatro principais emissores e da região em que o país se insere. O levantamento foi realizado com base nos anuários estatísticos da OMT (1997, 2002), constando as informações disponíveis entre os anos de 1991 e 2000.

Mapa 3 – Mapa do mundo demonstrando a rota dos principais fluxos turísticos internacionais e identificando as regiões analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando o aplicativo ARCVIEW, com base em OMT (2001).

* O aplicativo não havia incorporado a alteração dos nomes dos países. Por isso está mantido o nome Zaire, em lugar de República do Congo.

** Onde a legenda aponta como Ásia, refere-se especificamente ao Sul da Ásia, no mapa.

Tabela 18 – Participação sul-americana e dos principais emissores no fluxo turístico receptivo dos países da América do Sul

País	Ano	Turistas	Origem dos Turistas*										
			AMÉRICA DO SUL	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	Top 4
Argentina	2000	2.949.139	2.519.898	85,45	Chile	19,06	Paraguai	16,95	Uruguai	16,55	Brasil	15,80	68,56
Bolívia	2000	381.077	158.862	41,69	Peru	13,24	EUA	11,59	Argentina	11,50	Brasil	6,37	42,70
Brasil	2000	5.313.463	3.036.169	57,14	Argentina	32,82	EUA	12,20	Uruguai	7,60	Paraguai	7,00	59,62
Chile	2000	1.742.407	1.456.648	83,60	Argentina	49,28	Peru	8,72	EUA	7,70	Bolívia	7,70	73,39
Colômbia	2000	557.280	210.558	37,78	EUA	29,52	Venezuel.	13,50	Equador	12,51	Peru	4,04	59,56
Equador	2000	615.493	287.900	46,78	Colômbia	27,44	EUA	24,06	Peru	10,27	Aleman.	3,54	65,31
Guiana	1995	105.536	20.835	19,74	EUA	36,40	Canadá	15,86	-	-	-	-	52,27
Paraguai	2000	323.041	248.872	77,04	Argentina	47,61	Brasil	15,72	Chile	4,11	EUA	3,83	71,27
Peru	1998	723.668	275.993	38,14	EUA	22,39	Chile	18,90	Argentina	4,98	UK	4,09	50,36
Suriname	1998	54.585	4.136	7,58	Holanda	82,95	Guiana	5,94	China	2,57	Brasil	1,39	92,85
Uruguai	2000	2.235.887	1.706.397	76,32	Argentina	67,55	Brasil	6,30	EUA	1,44	Chile	0,99	76,28
Venezuela	2000	469.047	36.945	7,88	Alemanha	17,12	EUA	15,80	Holanda	15,20	França	4,35	52,48

Fonte: OMT, 2002

* a tabela apresenta a quantidade de turistas procedentes da América do Sul e sua participação (%) no total de turistas recebidos pelos países citados. Em seguida, são identificados os quatro principais emissores para cada país, seguido por suas respectivas participações (%) no total. A última coluna, refere-se à participação (%) dos quatro principais emissores para cada país.

Em primeiro lugar, algumas questões relevantes a serem consideradas, quanto à capacidade de demanda da região são: qual a relevância da América do Sul para o turismo internacional nos países que a compõem? Qual o potencial de emissão de turistas por parte dos mesmos?

Através da tabela 18 é possível observar que há uma heterogeneidade na proporção de turistas da região, entre os diversos países. Um destaque maior para Argentina e Chile, deve-se por conta destes manterem um fluxo receptivo intra-regional superior a 83%. Porém, sete dos doze países apresentam uma proporção menor do que 50%. São eles: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, sendo estes últimos os casos mais expressivos.

Porém, estes países com menor fluxo intra-regional são também os que apresentam menor participação na quantidade de turistas recebidos. Além disso, boa parte deles tem os EUA como principal emissor, o que é compreensível por estarem mais próximos deste país, se comparado ao resto do continente e terem como fronteira países de baixa renda. Para entender melhor este fenômeno, torna-se fundamental analisar a potencialidade de demanda dos países da região. Neste caso, cabe retomar a discussão do capítulo 2, a respeito das variáveis que determinam o fluxo emissivo e analisar o caso da América do Sul.

Tabela 19 – Dados para análise da capacidade de emissão de turistas internacionais dos países da América do Sul

América do Sul	1999 qte	1999 gnp	1999 id	1999 p	1999 q	1999 pop	1999 a	Índice de Gini
Argentina	0,1309	11.940	0,60	9,58	-	36.571.000	2.736.690	-
Bolívia	0,0311	2.300	0,78	3,92	118	8.134.700	1.084.380	44,70
Brasil	0,0159	6.840	0,53	4,89	-	168.070.000	8.456.510	60,70
Chile	0,1043	8.410	0,55	6,99	105	15.018.000	748.800	57,50
Colômbia	0,0264	5.580	0,60	4,44	103	41.539.000	1.038.700	57,10
Equador	0,0311	2.820	0,63	4,41	80	12.409.000	276.840	43,70
Guiana	-	3.330	0,53	4,20	104	855.790	196.850	44,60
Paraguai	0,0524	4.380	0,76	3,38	98	5.358.800	397.300	57,70
Peru	0,0270	4.480	0,64	4,53	-	25.230.000	1.280.000	46,20
Suriname	-	3.780	0,56	5,22	-	413.300	156.000	-
Uruguai	0,2349	8.750	0,60	12,56	112	3.312.000	174.810	44,80

Fonte: WDI (2001), WDI (2003) e ONU (2003)

Com base na tabela 19 é possível analisar de maneira mais detalhada o potencial de emissão de turistas internacionais dos países da América do Sul. Primeiramente, é possível constatar que com exceção da Argentina, que mantém a segunda maior proporção de emissão de turistas no ano em referência, todos os demais países apresentam uma renda per capita abaixo de US\$ (PPP) 10.000. Além disso, países que poderiam apresentar um maior potencial de emissão absoluta em virtude de uma renda média e/ou do tamanho da população demonstram um índice de concentração de renda elevadíssimo, caso do Brasil, do Chile e da Colômbia.

Com relação ao grau de dependência da população (id), observa-se que os índices são bastante elevados, estando todos eles acima de 50%. Porém, esta variável é contrabalançada com a população acima de 65 anos (p), a qual tende a possuir um maior tempo e renda disponível para o consumo de lazer do que outras faixas etárias. Neste caso, apenas Argentina e Uruguai apresentam índices significativos, sendo importante considerar que todos os países apresentaram índices crescentes ao longo das duas últimas décadas, de acordo com WDI (2001).

Um ponto importante a ser ressaltado com relação ao Uruguai, refere-se ao fato de ser o país que apresenta a segunda melhor renda per capita da região, uma das menores concentrações de renda, a maior proporção da população acima de 65 anos e a menor área territorial do continente. O resultado destas combinações é que este é o país com maior quantidade de turistas emitidos relativo à sua população, da América do Sul, reafirmando as hipóteses tratadas ao longo do capítulo 2, com relação aos determinantes de emissão. Porém, conforme uma consideração feita no mesmo capítulo, ao apresentar uma das

menores populações da região, é de se esperar que em termos absolutos, a emissão de turistas do Uruguai seja menos significativa. Isto é, os efeitos econômicos relativos ao volume de turistas internacionais emitidos por este país é relativamente pequeno para os demais países, mas tem um peso considerável para sua própria economia.

De forma geral, a capacidade de emissão de turistas internacionais dos países da América do Sul é bastante limitada no curto prazo. O Brasil que poderia ser considerado como o maior mercado potencial em virtude do tamanho de sua população e por fazer fronteira com quase todos os demais países, além de possuir uma concentração de renda em todas as suas regiões, possui uma concentração da renda de forma geográfica. Ou seja, a renda está concentrada nas regiões sudeste e sul do país, de acordo com IPEADATA (2004). Junta-se à extensão territorial brasileira que oferece maiores opções ao turismo interno e um aspecto cultural e institucional que mantém certa distância dos países da região, tal qual o fato de ser o único a ter o português como língua oficial, resulta que a participação do Brasil como fluxo emissor é pouco representativa na América do Sul.

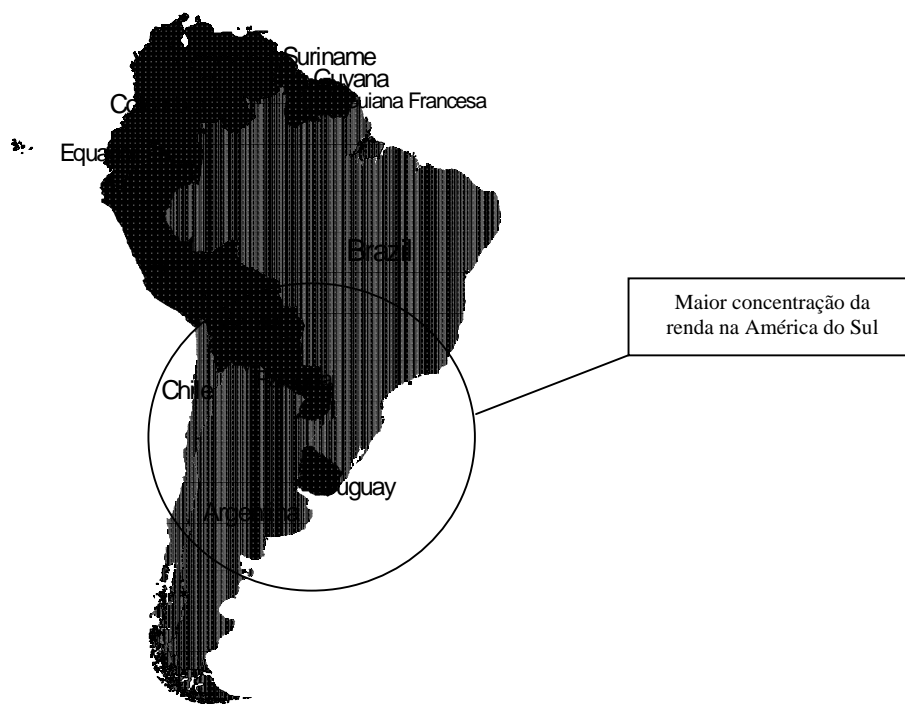
A tabela 19 demonstra que o principal centro emissor de turistas para a América do Sul é a Argentina. Este país destaca-se como sendo o maior emissor de turistas para quatro dos doze países que compõe a região, sendo três destes os maiores receptores, com exceção da própria Argentina.

Através do mapa 4, é possível perceber porque a participação dos países da América do Sul, quanto à emissão de turistas internacionais é proporcionalmente pequena para Venezuela, Guiana, Suriname, Colômbia, Equador e Peru. Existe uma distância muito grande destes países para a região de maior concentração de renda. Por exemplo, a distância entre Caracas e São Paulo é aproximadamente a mesma que entre Caracas e Nova Iorque. Se comparado a Miami, tem-se quase a metade do percurso.

O fato é que em todos estes países, com exceção da Venezuela - que nos quatro anos anteriores a 2000 teve os EUA como principal emissor - e do Suriname - que mantém fortes vínculos institucionais com a Holanda - os dois maiores emissores dividem-se entre os Estados Unidos e algum outro país que faça fronteira com eles próprios.

Portanto, a área demonstrada como sendo a de maior concentração de renda da América do Sul, no mapa 4, apresenta um potencial de emissão maior do que as demais. De qualquer forma, o crescimento econômico destes países certamente pode propiciar um aumento significativo do fluxo de turismo internacional na região.

Mapa 4 – Área com maior potencial de emissão da América do Sul



Fonte: elaborado pelo autor com base em WDI (2003)

4.1.1 Os Fatores de Atração da América do Sul

Os países da América do Sul representam uma parcela pequena do fluxo de viagens internacionais. O Brasil foi o país que apresentou o maior crescimento na quantidade de turistas recebidos ao longo da década de 1990, principalmente a partir da segunda metade, conforme é possível observar através da tabela 20. Em termos relativo, o Uruguai permaneceu como o principal país receptor, seguido do Suriname e da Guiana. Neste caso, estes últimos países foram os que receberam a menor quantidade de turistas, respectivamente em termos absolutos. Porém, dada a pequena proporção de suas populações, o índice relativo apresentou-se elevado.

Tabela 20 – Atração de turistas internacionais na América do Sul

América do Sul	QTR* 1990	QTR 1995	QTR 2000	qtr** 1990	qtr 1995	qtr 2000
Argentina	1.930.000	2.289.000	2.909.000	0,059	0,066	0,079
Bolívia	254.000	284.000	306.000	0,039	0,038	0,037
Brasil	1.091.000	1.991.000	5.313.000	0,007	0,012	0,031
Chile	943.000	1.540.000	1.742.000	0,072	0,108	0,115
Colômbia	813.000	1.399.000	557.280	0,023	0,036	0,013
Equador	362.000	439.520	627.000	0,035	0,038	0,050
Guiana	64.000	106.000	105.000	0,081	0,128	0,138
Paraguai	280.000	437.650	323.040	0,066	0,091	0,061
Peru	317.000	541.000	1.027.000	0,015	0,023	0,040
Suriname	46.000	43.000	58.000	0,114	0,105	0,139
Uruguai	1.267.040	2.022.000	1.968.000	0,408	0,628	0,590

Fonte: WDI, 2003

* Quantidade de Turistas Recebidos (QTR)

** Quantidade de Turistas Recebidos per capita - proporcionalmente à população do destino - (qtr)

O fato é que há um comportamento heterogêneo por parte destes países com relação à atração de turistas, o qual o texto a seguir buscará analisar esta causa tendo em vista as especificidades de cada país frente aos determinantes do fluxo de turismo internacional, discutido no capítulo 2.

4.1.1.1 Desenvolvimento econômico e humano

Conforme discutido no capítulo 2 e demonstrado através da análise econométrica, o desenvolvimento humano resulta numa *proxy* importante quanto a atratividade relacionada à percepção e imagem de um destino. O fato é que há diversos pontos correlacionados ao desenvolvimento que favorecem as condições de receptividade do turista, tal como a própria estrutura sócio-econômica de um país desenvolvido.

No caso da América do Sul, apenas Argentina, Chile e Uruguai são considerados como de elevado grau de desenvolvimento de acordo com a classificação da ONU (2003). Com base na tabela 21, é possível observar que o índice de renda é, com exceção do Brasil, o menor dentre os demais índices que compõem o IDH. O fato de haver um índice de expectativa de vida próximo de 0,7 e 0,8 na maioria dos países apresenta-se como um resultado importante se comparado à África, uma vez que não há num primeiro momento indícios de graves problemas epidêmicos ou riscos elevados relacionados à doenças contagiosas.

Tabela 21 – Índices e classificações de renda e IDH dos países da América do Sul

Países	PIB per capita (ppp)	Expectativa de Vida	Educação	Índice de renda	IDH (2001)
Argentina	11.320	0,81	0,94	0,79	0,849
Bolívia	2.300	0,64	0,85	0,52	0,672
Brasil	7.360	0,71	0,90	0,72	0,777
Chile	9.190	0,85	0,89	0,75	0,831
Colômbia	7.040	0,78	0,85	0,71	0,779
Equador	3.280	0,76	0,85	0,58	0,731
Guiana	4.690	0,64	0,94	0,64	0,740
Paraguai	5.210	0,76	0,84	0,66	0,751
Peru	4.570	0,74	0,88	0,64	0,752
Suriname	4.599	0,76	0,88	0,64	0,762
Uruguai	8.400	0,83	0,93	0,74	0,834
Venezuela	5.670	0,81	0,84	0,67	0,775

Fonte: ONU, 2003

4.1.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística

Ao discutir a oferta turística cabe um maior aprofundamento quanto às especificidades dos destinos turísticos que compõe a América do Sul. Primeiramente, conforme demonstrado no capítulo 2, as condições de oferta relacionadas a tecnologia turística podem ser analisada através de três dimensões.

Com relação ao grau de atratividade natural e construída, os países da América do Sul são de modo geral bem dotados de atrativos naturais se comparados aos países que se destacam como principais receptores de turistas internacionais. Por outro lado, se esta mesma análise for realizada para os atrativos construídos, os resultados dos países da América do Sul serão menos expressivos.

a)- Os Atrativos Turísticos Naturais e Construídos da América do Sul (ATNC's)

A maior parte do território sul-americano situa-se entre os Trópicos de Capricórnio e Câncer, o que lhes garante o clima tropical ficando as maiores exceções por conta da Argentina, do Chile e do Uruguai. Neste sentido há uma discussão interessante, quanto o impacto do clima na atração de turistas, uma vez que estes países sub-tropicais são os que recebem a maior quantidade de turistas proporcionalmente às suas populações na América do Sul.

Este tipo de observação também ocorre em termos mundiais, visto que os principais destinos turísticos situam-se acima dos trópicos, ou abaixo deles. Portanto, utilizar

o pressuposto de que as pessoas preferem o clima quente e tropical ao frio, torna-se de difícil sustentação, pela dificuldade em se isolar o componente climático das demais variáveis de atração. De qualquer forma, é interessante ressaltar a diversidade climática existente na América do Sul, composta por destinos turísticos com climas quentes, tal como Nordeste do Brasil e litoral venezuelano, junto a opções extremamente frias tal como a Patagônia, no Chile e na Argentina.

Analisando o caso dos destinos onde o clima tropical tem um papel importante, observa-se uma correlação com a costa litorânea. No continente americano, a América do Sul tem a maior extensão territorial de costa litorânea entre os trópicos, banhada pelos Oceanos Atlântico e Pacífico. Neste sentido, o Brasil se destaca como sendo o único país que mantém a costa litorânea ao longo de toda faixa correspondente à linha do Equador e um dos Trópicos, neste caso o de Capricórnio. Comparando aos demais continentes, a África destaca-se como tendo basicamente toda sua costa litorânea entre os trópicos.

Esta característica geográfica permite a estes países o aproveitamento de grande parte de sua costa litorânea para o desenvolvimento de produtos turísticos que tenham na praia e no calor, condições básicas para sua diferenciação. Aliás, existe claramente uma vantagem comparativa à América do Sul, África, Sul da Ásia (especialmente Índia) e Oceania com relação à extensão da costa litorânea destas regiões com condições climáticas apropriadas para a prática do lazer nas praias.

Quanto à riqueza da Fauna e da Flora dos países da América do Sul há diversas áreas que proporcionam um maior destaque a esta região. A Floresta Amazônica e o Pantanal estão entre as principais áreas de preservação ambiental do mundo, sendo a maior parte delas situadas no Brasil, estendendo fronteiras à Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela

De acordo com os dados disponibilizados pelo World Resource Institute (2002), o Brasil se destaca internacionalmente com relação aos recursos naturais relacionados às áreas florestais. A tabela 22 demonstra que o país é responsável por parte significativa das áreas florestais da América do Sul, que por sua vez tem uma participação relevante no contexto internacional.

Tabela 22 – Florestas, Savanas e Desertos/Semi-Áridos

Países	Área Florestal			Desertos / Semi-Áridos		Savanas		
	Total Florestas	Natural Florestas	Plantações	Média	(%)	Shrub-lands	Savannas	Herbaceous
	(1000 ha) 2000	(1000 ha) 2000	(1000 ha) 2000	(1000 ha) 1950-81	Área	(1000 km2) 1992-93	(1000 km2) 1992-93	(1000 km2) 1992-93
América do Sul	885,618	875,163	10,455	444	..	1,674	3,168	1,101
Argentina	34,648	33,722	926	147	53	746	324	541
Bolívia	53,068	53,022	46	219	279	66
Brasil	543,905	538,924	4,982	131	15	251	1,751	116
Chile	15,536	13,519	2,017	16	21	105	23	87
Colômbia	49,601	49,46	141	20	17	47	182	45
Equador	10,557	10,39	167	16	63	43	29	17
Guiana	16,879	16,867	12	0	0	2	13	2
Paraguai	23,372	23,345	27	22	55	0	247	11
Peru	65,215	64,575	640	48	37	240	44	134
Suriname	14,113	14,1	13	0	0	0	2	0
Uruguai	1,292	670	622	0	0	0	4	66
Venezuela	49,506	48,643	863	45	49	21	267	18

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Forest Stewardship Council (FSC), United Nations Environment Program — Global Resource Information Database, Global Land Cover Characteristics Database (GLCCD) *apud* World Resource Institute, 2002.

O resultado da manutenção de parte do território inexplorado, junto a algumas especificidades da região mantém o conjunto de belezas naturais da América do Sul como um referencial positivo no processo de atratividade turística, tendo de maneira geral condições de concorrência e até mesmo superação frente aos demais mercados. O fato de possuir um extensa área florestal não quer dizer que este país estará explorando esta como uma fonte de atração turística. Porém, ao retratar estes dados, parte-se da hipótese de que quanto maior a área florestal, maior tenderá a ser a representatividade dos atrativos naturais. Ainda que possa haver problemas neste tipo de abordagem, por não considerar questões qualitativas a respeito destes atrativos há dificuldades operacionais em utilizar métodos alternativos que contemplem esta questão.

Os atrativos turísticos construídos tendem a ser menos representativos numa análise comparativa diante dos demais mercados internacionais, principalmente das economias desenvolvidas. Com relação aos monumentos e edificações é difícil uma análise mais aprofundada, sendo apenas possível considerar que este tipo de atrativo está geralmente concentrado em grandes centros, neste caso a capital de cada país, acrescido das regiões metropolitanas e cidades históricas mais relevantes. De qualquer forma, são poucas as cidades da América do Sul que demonstram ter um capital relacionado a monumentos e edificações que tenham grande peso na atração de turistas inter-continentais. Além de participarem da história num período recente, se comparados aos da Europa, por exemplo, os países da região não tiveram um papel de grande relevância na história mundial contemporânea, tampouco são referências no desenvolvimento urbano.

Uma *proxy* interessante relacionada à atratividade de um país refere-se à quantidade de Patrimônios da Humanidade, considerados pela UNESCO (2003). Trata-se de uma informação importante de conteúdo qualitativo. Sobretudo pelo fato de que os locais assim definidos são compostos por características aqui relacionadas como atrativos naturais e/ou construídos. A tabela 23 demonstra a quantidade existente em cada país.

Tabela 23 – Quantidade de Patrimônios Públicos da Humanidade estabelecidos pela UNESCO

América do Sul	Total
Argentina	7
Bolívia	6
Brasil	16
Chile	3
Colômbia	5
Equador	4
Paraguai	1
Peru	10
Suriname	2
Uruguai	1
Venezuela	3

Fonte: UNESCO (2003)

Seguindo a análise de atrativos construídos, referindo-se aos parques temáticos, apesar de existirem investimento neste setor, com destaque para o Brasil ao longo da década de 1990, estes possuem uma atratividade local e micro regional, servindo como bens complementares mas com pouco apelo internacional. Isto, porque para outras regiões incluindo os países ao norte da América do Sul, as opções oferecidas pelo estado da Flórida (EUA) neste segmento, tendem a ser consideradas como bens substitutos uma vez que o custo da viagem torna bastante próximo os preços das cestas que compõem o consumo destes bens e serviços. Neste caso, a tecnologia neste segmento existente naquele país torna a competitividade um tanto restrita em termos internacionais.

Com relação aos hotéis *resort's*, houve um crescimento significativo deste setor como atrativo ao longo da década de 1990, capaz de inseri-los no mercado internacional. Ainda assim, grande parte destes investimentos tiveram como foco o mercado nacional e regional, tendo aos turistas inter-continentais um papel mais significativo de complemento da oferta, do que como principal atrativo. Ou seja, não há por parte dos *resort's* da América do Sul um apelo inter-continental, tal qual o existente no complexo hoteleiro de Las Vegas (EUA) ou no complexo de Sun City Hotels, na África do Sul, considerado um dos complexos

hoteleiros mais luxuosos do mundo, de acordo com a Revista Turismo (2004).

Com relação aos museus, centros de compra e de gastronomia da América do Sul, estes tem um papel de complementaridade e relevância no conjunto dos atrativos principalmente das grandes cidades da região. Não há, no entanto, uma referência internacional com relação a estes aspectos que por si só, seja atrativo à uma quantidade significativa de turistas.

b)- Diversificação da oferta turística

Com relação à diversificação da oferta turística, um estudo mais aprofundado teria de ser referente às cidades, pois é aí que está instalada a estrutura ofertada, bem como é onde ocorre de fato o fluxo turístico. Isto faz com que uma análise relacionada a países possa apresentar distorções, uma vez que é possível a existência de algumas cidades que tenham a diversificação de oferta, mas esta seja pouco representativa para o país.

Neste caso, há também uma dificuldade com relação à disponibilidade de dados referentes a este tema, num contexto internacional, sendo na maioria das vezes mais eficaz este tipo de análise num contexto local (cidade) ou micro-regional. De qualquer forma, acredita-se que a quantidade ofertada de apartamentos e leitos de forma absoluta e de forma relativa à extensão territorial do país são indicadores interessantes para apontar a diversificação de oferta agregada, dada a restrição deste tipo de dado. Partindo-se do pressuposto de que exista uma correlação entre estes fatores é possível afirmar que quanto maior a oferta de hospedagem, maior a probabilidade de que haja diversificação neste setor.

Tabela 24 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por país

América do Sul	1985	1988	1990	1993	1995	1998
Argentina	107.182	111.176	108.812	99.980	112.172	183.823
Brasil	116.702	132.323	137.079	139.098	139.550	212.580*
Chile	20.624	22.354	23.457	33.361	38.740	44.720
Colômbia	27.455	39.770	42.494	43.541	49.107	53.346
Equador	23.291	24.451	27.113	31.913	38.600	44.706
Guiana	537	538	538	538	639	730
Paraguai	3.420	4.383	4.778	4.855	5.214	5.129
Peru	43.021	50.100	52.867	63.817	-	-
Suriname	600	605	605	927	1.024	1.276
Uruguai	9.166	12.788	15.808	11.348	13.090	15.535

Fonte: OMT, 2003

* dado referente à 1997

De acordo com a tabela 24, observa-se que em termos absoluto o Brasil e a Argentina lideram a oferta de meios de hospedagem, seguidos por Peru, Colômbia, Chile e Equador. Neste caso, supõe-se que a diversificação da oferta relacionada aos serviços turísticos seja mais significativa naqueles primeiros países. Chama atenção a expansão significativa da oferta na Argentina e no Brasil a partir de 1995, ocorrendo também com outros países, mas sendo estes os mais destacados.

Contudo, observar os dados apenas de forma absoluta acaba por não considerar a capacidade de oferta de forma relativa. Por exemplo, a extensão territorial do Brasil equivale a 48 vezes a do Uruguai. Portanto, torna-se necessário considerar também esta diversificação de forma proporcional ao tamanho do país, de modo a ponderar esta informação frente à oferta absoluta.

Tabela 25 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por Km² no país

América do Sul	1985	1988	1990	1993	1995	1998
Argentina	0,0392	0,0406	0,0398	0,0365	0,0410	0,0672
Brasil	0,0138	0,0156	0,0162	0,0164	0,0165	0,0251*
Chile	0,0275	0,0299	0,0313	0,0446	0,0517	0,0597
Colômbia	0,0264	0,0383	0,0409	0,0419	0,0473	0,0514
Equador	0,0841	0,0883	0,0979	0,1153	0,1394	0,1615
Guiana	0,0027	0,0027	0,0027	0,0027	0,0032	0,0037
Paraguai	0,0086	0,0110	0,0120	0,0122	0,0131	0,0129
Peru	0,0336	0,0391	0,0413	0,0499	-	-
Suriname	0,0038	0,0039	0,0039	0,0059	0,0066	0,0082
Uruguai	0,0524	0,0732	0,0904	0,0649	0,0749	0,0889

Fonte: OMT, 2003

* dado referente à 1997

Relativamente à extensão territorial a oferta dos meios de hospedagem apresenta-se com índices mais expressivos no Equador, Uruguai e Argentina, respectivamente, conforme mostra a tabela 25. Neste caso, destaca-se a Argentina que tanto em termos absolutos, quanto relativo apresenta bons índices quanto a oferta de meios de hospedagem.

c)- Acessibilidade ao destino

Outra questão relevante com relação à oferta, refere-se à acessibilidade. Neste caso, relacionando todo o processo de contato com o país, desde a informação com relação ao destino até a chegada no local. Porém, conseguir mensurar este tipo de informação é um tanto quanto difícil. Neste caso, conforme discutido no capítulo 2 a *proxy* proposta é a

quantidade de aeroportos em termos absolutos e em termos relativo²⁸, captando apenas as condições de acesso físico ao destino.

Tabela 26 – Quantidade de aeroportos a cada 1.000 Km²

Países	Total de aeroportos	aeroportos / 1.000 Km ²
Argentina	97	0,0354
Brasil	250	0,0296
Chile	41	0,0548
Colômbia	165	0,1589
Equador	25	0,0903
Guiana Francesa	6	-
Paraguai	7	0,0176
Peru	36	0,0281
Suriname	13	0,0833
Uruguai	13	0,0744
Venezuela	62	0,0702

Fonte: www.hotelstravel.com (2003)²⁹ e WDI (2002)

Conforme a tabela 26 se observa que o Brasil novamente lidera a oferta de aeroportos em termos absolutos, mas se considerado o espaço territorial o país fica aquém da maior parte dos países da América do Sul. Chama-se a atenção para o caso da Colômbia, que apresenta uma oferta tanto em termos absoluta quanto relativa, entre as melhores dos países da América do Sul. Certamente, apenas uma pequena parte destes aeroportos mantém um fluxo internacional. Porém, os aeroportos domésticos também têm um peso relevante, mesmo no fluxo internacional, quanto à distribuição deste no destino.

4.1.1.3 Proximidade cultural

Conforme discutido no capítulo 2, na análise empírica realizada com países pares, EILAT & EINA V (2003) encontraram uma elevada significância estatística para a língua comum no fluxo de viagens internacionais, principalmente para os países menos desenvolvidos. De modo geral os países da América do Sul apresentam predominância das línguas espanhola e portuguesa (em virtude da representatividade geográfica do Brasil),

²⁸ Não foi possível identificar os aeroportos internacionais com base na fonte de dados consultadas. Uma vez que se tratava de uma informação relevante, foram feitas tentativas para este fim, as quais não tiveram os resultados esperados. Assim como grande parte dos dados utilizados nesta dissertação, estas informações eram comercializadas por órgãos internacionais. Porém, neste caso, não foi possível obtê-las.

²⁹ Optou-se pela construção de uma base de dados fornecida por uma página da internet especializada em turismo. Outra opção seriam as informações fornecidas pela Central Intelligence Agency (CIA), através do World Factbook. Contudo, esta não considera apenas os aeroportos com atuação com fluxo de passageiros, mas sim de utilização militar.

havendo uma pequena participação do inglês e francês, como línguas oficiais da Guiana e da Guiana Francesa, respectivamente. A tabela 27 apresenta a relação das línguas oficiais e sua representatividade na América do Sul.

Tabela 27 – Relação de línguas oficiais e tamanho da população dos países da América do Sul

América do Sul	1º Língua	1999p	(%) do Total da população que tem esta como a primeira língua*
Argentina	Espanhol	36.571.000	9,97
Bolívia	Espanhol	8.134.700	2,22
Chile	Espanhol	15.018.000	4,09
Colômbia	Espanhol	41.539.000	11,32
Equador	Espanhol	12.409.000	3,38
Paraguai	Espanhol	5.358.800	1,46
Peru	Espanhol	25.230.000	6,88
Uruguai	Espanhol	3.312.000	0,90
Brasil	Português	168.070.000	81,19
Guiana	Inglês	855.790	0,12
Suriname	Holandês	413.300 -	
Guiana Francesa	Francês	186.917	0,09

Fonte: WDI (2001) e CIA (2003)

* estimativa com base nas fontes citadas

As línguas inglesa, espanhola, francesa e portuguesa são respectivamente a 3ª, 4ª, 5ª e 6ª mais faladas no mundo, ficando atrás apenas do chinês e do hindi, faladas basicamente na China e Índia. No caso destas línguas, além de estarem entre as mais faladas, são também bastante disseminadas no mundo, com destaque para as três primeiras.

No caso da América do Sul, o maior destaque refere-se à língua espanhola, presente em 8 dos 12 países. Entretanto, nenhum destes países detém uma proporção maior do que 12% do total da população residente onde se tem o espanhol como língua oficial. Além disso, somando-se todos os países do continente sul americano há aproximadamente 40% do total da população no mundo que vive em países de língua espanhola. Este é um ponto bastante favorável a estes países tanto ao fluxo de turismo intra-regional, quanto ao fluxo externo. Já no caso do Brasil, o país representa aproximadamente 80% das pessoas que tem o português como primeira língua oficial. Portanto, trata-se de uma variável que tende a contribuir de modo pouco significativo para o mercado brasileiro.

4.1.2 Fatores de resistência

4.1.2.1 Segurança

A questão da segurança, conforme apresentada no capítulo 2, é de suma importância ao desenvolvimento da atividade turística. Utilizando-se como axioma o fato de que o ser humano é totalmente avesso ao risco de vida em função da violência, este tende a ser um forte fator de resistência para grande parte dos países da América do Sul.

De acordo com a tabela 28, dentre os riscos considerados na formulação do índice composto, o risco de conflito interno é o que apresenta os piores resultados na região. Com relação ao risco étnico, uma vez que o valor máximo encontrado dos demais países apresentados pela pesquisa é 6, com exceção de Bolívia, Guiana, Peru e Suriname a maioria dos países não apresentam grandes problemas com a questão da etnia numa comparação internacional. Porém, o risco de conflito interno apresenta-se como uma questão vulnerável ao desenvolvimento do turismo nestes países. Neste caso, as exceções são os países que não apresentam uma maior vulnerabilidade neste aspecto, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Tabela 28 – Análise de risco dos países da América Latina

América do Sul	1985 ex*	1985 i**	1985 e***	1990 ex	1990 i	1990 e	1995 ex	1995 i	1995 e	1999 ex	1999 i	1999 e
Argentina	9	8	6	10	10	6	12	12	6	11	10	6
Bolívia	9	4	3	9	5	3	12	7	3	11	8	3
Brasil	12	9	5	12	9	5	12	8	5	11	9	4
Chile	10	4	5	10	7	5	12	12	6	9	9	5
Colômbia	9	6	6	10	5	6	12	8	5	9	4	5
Equador	7	11	4	7	10	4	9	9	4	11	7	4
Guiana	4	5	1	7	7	2	10	12	3	10	7	3
Paraguai	10	10	5	10	9	5	12	11	5	12	7	5
Peru	8	3	2	9	3	2	9	9	3	10	6	3
Suriname	-	-	-	10	5	2	12	10	4	11	6	4
Uruguai	10	8	6	10	8	6	12	8	6	12	9	6
Venezuela	9	11	5	8	11	5	12	11	5	11	7	5

Fonte: PRS group (2000)

* risco externo – quanto mais próximo de 12, menor o risco

** risco interno – quanto mais próximo de 12, menor o risco

*** risco étnico – quanto mais próximo de 12, menor o risco

Outros dados relacionados à segurança mais específicos ao crime, são bastante representativos neste contexto. O fato é que existe uma maior probabilidade de aumentar a percepção de risco nos países onde a violência é mais acentuada. Pois, dada a maior incidência de criminalidade, maior tende a ser a propagação destas informações, aumentando assim a relevância da insegurança na tomada de decisão quanto ao destino

turístico, conforme demonstra o gráfico 15, no capítulo 2. A tabela 29 apresenta alguns dados da INTERPOL sobre a criminalidade nos países da América do Sul.

Tabela 29 – Índice de criminalidade dos países da América do Sul

América do Sul	Ano*	Homicídios voluntários			Roubos (todas categorias)		
		Nº de casos conhecidos da polícia	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.	Nº de casos conhecidos da polícia	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.
1 Argentina	2001	3.048	43,10	8,24	222.811	49,10	602,19
2 Bolívia	2000	2.558	53,52	31,98	8.762	52,17	109,53
3 Brasil	2001	39.618	-	22,98	-	-	-
4 Chile	2000	744	84,95	4,89	107.559	22,94	704,10
5 Colômbia	2000	29.555	-	69,98	20.032	-	47,43
6 Equador	1999	3217	46,68	25,92	58.044	52,48	467,67
7 Guiana	2001	125	78,00	16,09	6.803	7,00	880,99
8 Paraguai	2001	890	54,00	15,56	4.415	58,00	77,19
9 Peru	2001	1298	59,30	4,97	93.849	74,70	359,60
10 Uruguai	2000	211	93,20	6,67	62.679	59,00	1981,15
11 Venezuela	2000	8.022	58,91	33,20	68.309	26,41	282,74

Fonte: INTERPOL (2003)

* último ano com dados disponíveis

De acordo com a tabela 29 é possível observar que Argentina, Chile, Peru e Uruguai são os países que apresentam os menores índices de homicídios voluntários na América do Sul, com dados que se aproximam dos países da OCDE. Por outro lado, estes países apresentam elevado índice de roubos, chamando-se a atenção para o caso do Uruguai. De qualquer forma, sendo estes os casos conhecidos pela polícia, existe a possibilidade de que os dados relativos a homicídios sejam mais próximos da realidade dada uma maior dificuldade em ocultá-los. No caso da Colômbia, por exemplo, provavelmente são informados apenas uma pequena parte dos roubos efetuados, pois não é de se esperar do país com maior índice de homicídios voluntários o menor índice de roubos a cada cem mil habitantes.

4.1.2.2 Preço do destino

A discussão a respeito da variável preço no turismo internacional é respaldada por certa complexidade uma vez que existem dois custos fundamentais cujos preços sofrem impactos de forma distinta. No caso do custo da viagem, estes são basicamente compostos por preços dados no mercado internacional, tal como combustível e bens utilizados como meios de transportes. Já o custo do destino, é composto basicamente pelo nível de preços local. A taxa de câmbio, por sua vez, tem um papel importante na análise de índices de preços relativos. Porém, não capta as distorções existentes nos preços locais em mercados

onde a demanda turística ocasiona uma elevação dos preços relativos de bens e serviços básicos que compõem uma cesta de produtos turísticos.

EILAT & EINA V (2003) apontam para este problema dos preços afirmando que a necessidade de incluir variáveis que representam os preços turísticos impõem um grande desafio para o pesquisador empírico.

“The problem mainly from the fact that indices for tourism prices are not generally available. Instead, researchers have used exchange rate variables to proxy for tourism prices. One popular version is the use of relative nominal exchange rate, measured as an index relative to a base year. The motivation behind using this variable is that people are aware of changes in exchange rates but do not have information on nominal price changes in destination countries. However, this argument is weak if some of the costs of tourism are paid in advance, as is often the case with hotels, car rental, etc.” (EILAT & EINA V, 2003, p. 4)

Portanto, a variável mais interessante relativa à discussão de índices de preço torna-se a taxa de câmbio real efetiva do país. A tabela 30 apresenta este índice para alguns países da América do Sul. Um problema com relação a este índice, refere-se ao fato da falta destes dados para muitos dos países analisados.

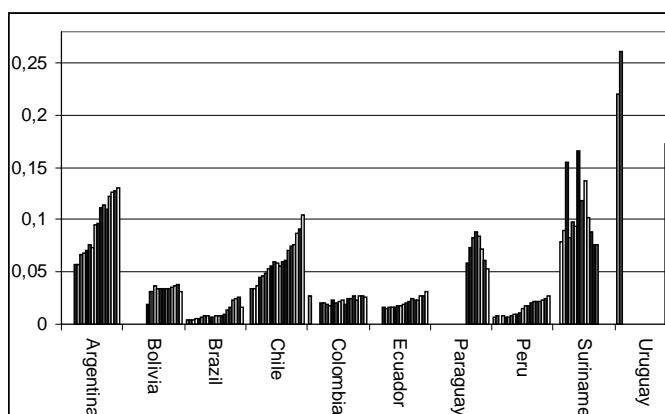
Tabela 30 – Índice da taxa de câmbio real efetiva (1995 = 100)

América do Sul	1980	1985	1990	1995	2000	2001
Argentina
Bolívia	174	495	106	100	118	118
Brasil
Chile	165	114	82	100	106	97
Colômbia	147	136	74	100	96	96
Equador	175	157	76	100	73	102
Guiana	524	798	97	100	109	110
Paraguai	171	133	85	100	97	93
Peru
Suriname
Uruguai	103	71	61	100	113	112

Fonte: WDI, 2003

De acordo com a tabela 30, observa-se que no início da década de 1990 a maioria dos países apresentavam um câmbio real valorizado. Neste caso, seria de se esperar uma tendência ao aumento da emissão de turistas. Isto é confirmado através do gráfico 17. De acordo com o gráfico é possível observar que a maioria dos países aumentaram de forma significativa a emissão de turistas ao longo da década de 1990.

Gráfico 4 – Emissão de turistas em proporção à população dos países da América do Sul (1980-2000)*



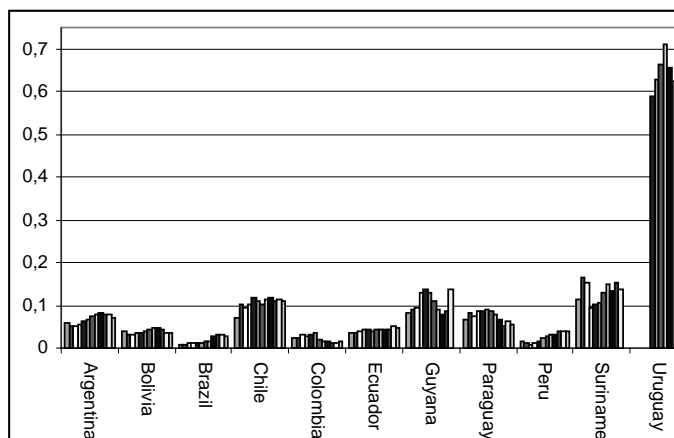
Fonte: WDI (2003)

* Os dados referentes ao Uruguai apresentam uma interrupção na série histórica

Contudo, com relação à recepção de turistas, este comportamento apresenta-se mais tênue e menos homogêneo entre estes países. Porém, os dados referem-se apenas à década de 1990, impossibilitando uma análise comparativa com o período anterior, no qual o câmbio manteve-se menos valorizado.

O gráfico 5 apresenta a recepção de turistas em proporção da população do país destino. Observa-se que Argentina, Brasil, Equador e Peru apresentaram melhoras ao longo da década, com leve queda ao final do período, com exceção dos dois últimos países citados.

Gráfico 5 – Recepção de turistas em proporção à população dos países da América do Sul (1990-2000)



Fonte: WDI (2003)

4.1.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países da América do Sul

Os resultados financeiros em torno das viagens internacionais apresentaram-se negativos no saldo dos países da América do Sul, conforme é possível constatar através da tabela 31. Em parte, liderado pela Argentina, que se destaca como a principal emissora de turistas na região e pelo Brasil³⁰. Observa-se que no ano de 1990 o saldo negativo ocorreu de forma generalizada nos países da região, havendo uma melhora gradual destes resultados no ano 2000.

Frente a desvalorização do câmbio ocorrida na Argentina em meados de 2001, houve um ajuste nesta conta que tende a se equilibrar, principalmente através da queda na despesa com viagens internacionais por conta daquele país, estimulada pela diminuição da renda. Pode-se constatar também, através da tabela 31, que proporcionalmente ao tamanho da economia, os resultados mais significativos foram obtidos pelo Uruguai.

Tabela 31 - Despesas e Receitas com turismo internacional* (US\$ milhões)

América do Sul	Receitas			Despesas			Saldo		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Argentina	1.131	2.144	2.817	1.505	3.190	4.338	-374	-1.046	-1.521
Bolívia	91	139	160	130	112	101	-39	27	59
Brasil	1.444	2.097	4.228	1.559	3.412	3.893	-115	-1.315	335
Chile	540	900	827	426	774	752	114	126	75
Colômbia	406	657	1.028	454	878	1.057	-48	-221	-29
Equador	188	255	402	175	235	299	13	20	103
Guiana	27	78	-	-	21	-	-	57	-
Paraguai	128	137	101	103	133	97	25	4	4
Peru	217	428	911	295	296	530	-78	132	381
Suriname	1	21	16	12	3	23	-11	18	-7
Uruguai	238	611	652	111	236	281	127	375	371
Total	4.411	7.467	11.142	4.770	9.290	11.371	-386	-1.823	-229

Fonte: OMT (2003b) e OMT (2003c)

* Os dados disponibilizados pela OMT, não corresponde necessariamente à conta Viagens Internacionais que consta no Balanço de Pagamentos dos respectivos países, podendo haver diferenças metodológicas. No caso brasileiro, as divergências de valores são significativas, uma vez que o Banco Central contabiliza basicamente as relações declaradas pelas empresas de cartão de crédito e casas de câmbio, enquanto a OMT trabalha com projeções, através de pesquisa de demanda.

Aliás, com exceção do ano 2000, no qual o Peru alcançou o melhor saldo, o Uruguai obteve ao longo da década de 1990 os melhores resultados líquidos referentes às viagens internacionais. Neste sentido, é relevante considerar a relação existente entre este

³⁰ O saldo positivo da conta viagens internacionais obtido pelo Brasil em 2000, de acordo com a OMT, não converge com os resultados do Banco Central (2004), os quais apontam para um déficit naquele mesmo período, sendo este um resultado da diferença de metodologias utilizadas.

país e a Argentina. Conforme observa-se na tabela 18 (pg. 95), a Argentina é responsável por aproximadamente 65% do total de emissão de turistas para o Uruguai. Além de um relacionamento intenso, tanto cultural, quanto econômico entre ambos os países, é fundamental considerar o fato da proximidade geográfica entre o principal reduto emissor de turistas da Argentina, concentrado na capital Buenos Aires e o litoral uruguaio. O principal balneário do Uruguai, de acordo com o Ministério de Turismo daquele país, Punta del Este, absorve um fluxo bastante significativo de turistas argentinos durante a temporada de verão.

A tabela 32 demonstra que o primeiro trimestre é o principal período em termos de geração de receita turística para o Uruguai. É possível observar que além de ser o principal país emissor, a receita gerada através da atividade turística pelos visitantes argentinos é significativamente concentrada no primeiro trimestre, correspondente ao verão naquela região. O maior fluxo turístico ocorre no balneário de Punta del Este, que recebe 28,83% dos visitantes que ingressam o país.

Tabela 32 - Receita Bruta por turismo receptivo, por trimestre, segundo a nacionalidade dos visitantes (2000)

Nacionalidade	TRIMESTRES				Total	Participação (%)
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto		
Argentinos	259,3	43,8	40,4	64,9	408,4	62,65
Brasil	16,5	8,4	7,6	10	42,5	6,52
Chile	6,4	1,6	1	1,8	10,8	1,66
Paraguai	3,4	2,7	2,2	3,2	11,5	1,76
Resto da América	9,3	4,3	3,7	4,5	21,8	3,34
Europa	20,8	8	5,9	7,6	42,3	6,49
Outros	18,9	1,1	0,6	4,2	24,8	3,80
Uruguaios*	42,8	15,1	14,3	17,6	89,8	13,78
TOTAL	377,4	85	75,7	113,8	651,9	100,00

Fonte: Ministério de Turismo do Uruguai (2004)

* Uruguaios que não residem no país e o visitam na qualidade de turistas

Contudo, é importante ressaltar que sendo um país de pequena extensão territorial, grande parte destes destinos são complementares. Basta considerar o fato de que Montevideu situa-se à aproximadamente 100Km de distância do balneário de Punta del Este.

Portanto, ao longo da década de 1990, a conta Viagens Internacionais foi deficitária para a região da América do Sul, destacando-se o caso da Argentina e Brasil. No final da década, o fluxo receptivo do Brasil apresentou melhoras importantes. Entretanto, de acordo com os dados oficiais do Banco Central do Brasil (2004) houve um saldo deficitário ao longo de toda a década de 1990 e somente no ano de 2003, o saldo desta conta resultou em superávit. Entre 1990 e 2002 o Brasil acumulou um saldo negativo da ordem de US\$ 22,5

milhões apenas nesta conta.

Este sub capítulo demonstra que a América do Sul é um caso bastante claro de que os atrativos naturais não garantem uma vantagem relevante de inserção no turismo internacional. A distância dos principais centros emissores é certamente um entrave, mas não apenas. A maior parte dos países não apresenta condições favoráveis com relação aos fatores de atração aqui identificados. Além disso, o mercado regional apresenta uma baixa capacidade de demanda em virtude das restrições de renda, sendo esta além de baixa, com um elevado índice de concentração, possibilitando aos poucos que a possuem decidir por destinos mais distantes.

A seguir, ao analisar os casos da África e do Sul da Ásia, será possível obter conclusões interessantes sobre se estas características são específicas à América do Sul ou homogêneas entre estas regiões que também apresentam restrições no mercado de emissão, principalmente em virtude da baixa renda e distância geográfica dos países desenvolvidos, com algumas exceções.

4.2 África

De acordo com a classificação da OMT (2002)³¹, a região da África é composta pelos seguintes países: Argélia, Marrocos, Sudão, Tunísia (Norte da África), Benin, Burkina Faso, Cape Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guinéa, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo (África Ocidental), Angola, Camarões, Rep. da África Central, Chad, Congo, Rep. Dem. Congo, Gabão, São Tomé e Príncipe (África Central), Burundi, Comoros, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Reunion, Ruanda, Seicheles, Somália, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue (Leste Asiático), Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Suazilândia (Sul da África).

De modo geral, os países africanos são classificados como sendo de baixa renda, havendo apenas cinco classificados como de renda média baixa e seis como de renda média alta. Com relação ao desenvolvimento humano, a maior parte deles é considerado como “menos desenvolvido”, com IDH abaixo de 0,5. O único IDH acima de 0,8 é o de Seicheles, formado por pequenas ilhas no Oceano Índico.

³¹ A classificação da OMT considera a Líbia e o Egito como pertencentes a região do Oriente Médio. Por este motivo, estes países não estarão sendo considerados na análise dos dados, ainda que permaneçam presentes nos mapas políticos relacionados a África.

Assim como a América do Sul, a África mantém espaços representativos caracterizados por atrativos naturais. Basta observar as revistas especializadas em turismo (ex: Viagens e Turismo), ou mesmo em páginas oficiais da web sobre países da região (ex: www.sothafrica.net, www.go2africa.com) para constatar que os principais recursos de atração este continente é formado por belezas naturais. Porém, os problemas de insegurança tanto física quanto de saúde, apresentam índices mais alarmantes do que a América do Sul, conforme será demonstrado a seguir. Além disso, os conflitos civis permanecem em diversos países.

O fato é que um continente representativo em extensão territorial, como é a África, apresentando a maior costa litorânea em clima tropical tem recebido somente ao redor de 4% do fluxo internacional de turistas. Ainda assim, 2,5% concentrado nas regiões Sul e Norte do continente. Apenas três países, pertencentes a esta região (Tunísia, Marrocos e África do Sul) recebem aproximadamente 50% do total de turistas recebidos pela África.

A seguir, buscar-se-a identificar se as causas do baixo desempenho desta atividade neste continente são idênticas às da América do Sul. Inicia-se com a tabela 32, a qual apresenta a origem dos turistas que visitam os países da continente africano.

Tabela 33 – Participação da região e dos principais emissores no fluxo turístico receptivo dos países da África

País	Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	top 4
Argélia	2000	865.984	55.508	6,41	RNE	79,73	França	7,49	Tunísia	3,75	Mali	1,02	-
Benin	1995	579.829	528.842	91,21	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00
Botswana	1999	843.314	720.310	85,41	Áfr.doSul	46,66	Zimbabwe	34,10	Namibia	5,55	Zambia	4,01	90,32
Burkina Faso	1998	160.284	62.673	39,10	França	28,16	Cote Ivoire	8,05	Mali	3,60	Niger	3,51	43,33
Burundi	1998	15.404	7.394	48,00	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00
Camarões	1997	239.379	77.673	32,45	França	27,67	EUA	7,92	Alemanha	5,40	UK	2,76	43,75
Cape Verde	1998	52.000	-	-	Portugal	31,00	Itália	31,00	Alemanha	12,40	França	11,00	85,40
RC Africana	1998	7.478	3.439	45,99	França	28,26	Camarões	7,52	Chad	7,27	Congo	6,69	49,73
Chad	2000	43.034	12.542	29,14	França	31,85	EUA	12,36	Canadá	5,74	Alemanha	3,16	53,12
Comoros	2000	23.893	15.812	66,18	Áfr. do Sul	38,28	França	24,43	Reunion	5,87	-	-	68,58
Congo	2000	75.761	32.090	42,36	França	29,97	Congo	8,65	Itália	6,68	Angola	5,95	51,25
Cote d'Ivoire	1998	301.039	158.808	52,75	França	24,30	EUA	6,23	Burk. Faso	5,67	Senegal	5,51	41,72
Eritrea	2000	70.355	4.023	5,72	RNE*	75,23	-	-	-	-	-	-	75,23
Etiópia	2000	135.954	48.796	35,89	Djibouti	10,67	EUA	8,32	UK	5,20	França	4,31	28,51
Gabão	2000	155.432	37.712	24,26	EUROPA	72,06	-	-	-	-	-	-	72,06
Gâmbia	1999	96.126	928	0,97	UK	42,22	Alemanha	26,42	Holanda	10,01	Suécia	5,78	84,43
Gana	1999	372.651	126.788	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
Guinea	2000	32.598	12.308	37,76	França	22,50	Serra Leoa	9,04	Senegal	8,13	EUA	7,77	47,44
Kenya	2000	1.036.628	282.458	27,25	Alemanha	15,74	UK	15,30	Tanzania	11,25	EUA	6,56	48,84
Lesotho	1998	289.819	285.734	98,59	Áfr. do Sul	97,27	Zimbabwe	0,37	Botswana	0,31	Suazilândia	0,22	98,17
Madagascar	2000	160.071	54.534	34,07	França	55,00	Reunion	9,00	Itália	5,00	Alemanha	4,00	73,00
Malawi	2000	228.106	179.000	78,47	Zâmbia	14,99	Zimbabwe	8,20	Moçambiq.	8,02	UK/Irl	7,54	38,75
Mali	2000	86.469	18.962	21,93	França	21,98	Benelux	9,09	EUA	7,91	Alemanha	3,21	42,19
Maurício	2000	656.453	163.763	24,95	França	30,23	Reunion	13,24	Áfr. do Sul	7,42	UK	11,35	62,23
Marrocos	2000	4.113.037	88.689	2,16	França	21,33	Espanha	6,22	Alemanha	5,39	Itália	3,57	36,51
Namíbia	1998	599.674	429.543	71,63	Áfr. do Sul	34,91	Angola	29,57	Alemanha	9,94	Botswana	3,27	77,68
Niger	2000	50.263	28.181	56,07	França	24,33	RNE	10,94	-	-	-	-	-
Nigéria	2000	1.491.767	1.050.993	70,45	Niger	20,79	Benin	13,17	Gana	6,91	Libéria	3,60	44,46
Reunion	1999	394.000	53.000	13,45	Europa	85,79	-	-	-	-	-	-	85,79
S T e Príncipe	1997	4.924	1.109	22,52	Portugal	34,65	França	20,23	Angola	6,82	Espanha	4,83	66,53
Senegal	2000	389.433	96.834	24,87	França	49,59	Benelux	3,91	Itália	3,58	Alemanha	2,11	59,19
Serra Leoa	1995	13.765	5.087	36,96	UK	12,97	França	5,57	RNE	29,12	-	-	47,66
Seichela	2000	136.046	13.746	10,10	França	20,79	Itália	14,66	Alemanha	13,03	UK	11,85	60,33
África do Sul	2000	6.000.538	4.309.893	71,83	Lesotho	25,99	Suazilândia	12,54	Moçambiq	8,19	Zimbabwe	7,96	54,68
Suazilândia	2000	280.870	177.216	63,10	Áfr. do Sul	44,97	Moçambiq	8,42	UK	9,46	Austrália	2,24	65,09
Sudão	1995	63.040	5.715	9,07	China	5,61	Egito	5,21	Canadá	5,13	Etiópia	5,10	21,05
Togo	2000	59.541	29.546	49,62	França	16,27	Burk. Faso	10,21	Benin	8,34	Nigéria	5,34	40,16
Tunísia	1998	4.646.670	267.256	5,75	França	23,79	Alemanha	23,68	Itália	9,22	UK	6,68	63,37
Uganda	2000	191.276	131.687	68,85	Quênia	31,84	Ruanda	18,84	Tanzânia	7,52	EUA	5,02	63,21
Zâmbia	2000	457.419	394.479	86,24	Zimbabwe	25,46	Áfr. do Sul	15,50	UK	11,25	Tanzânia	5,97	58,18
Zimbabwe	2000	1.868.412	1.403.774	75,13	Zâmbia	19,57	Moçambiq	5,99	UK	7,26	Alemanha	1,76	34,59

Fonte: OMT, 2002

De acordo com a tabela 33, uma primeira diferença a ser destacada com relação à América do Sul, refere-se ao fato de que os principais emissores para os países africanos não são de origem do próprio continente. Dos quarenta e um países que constam na tabela, há informações sobre o principal emissor para trinta e sete. Destes, vinte e quatro, ou

seja, aproximadamente 65% tem como principal emissor, países da Europa e a China, no caso do Sudão. Se considerado os segundos, terceiros e quartos principais emissores, ainda assim a participação de países externos à região permanece bastante elevada e não apenas para algumas regiões, tal como o Norte da África que está próximo à Europa, mas para o continente de forma geral. Se constatado o comportamento da origem deste fluxo ao longo da década de 1990 é possível observar que houveram poucas alterações, mantendo esta forte participação de emissores inter-continentais para os países da África³².

Não se trata apenas de um comportamento distinto da América do Sul, mas sim do fluxo turístico internacional, que de acordo com a tabela 17 possui um componente intra-regional bastante significativo. Além da África, conforme a mesma tabela, a região do Oriente Médio e do Sul da Ásia demonstram este tipo de comportamento, que será analisado posteriormente no intuito de identificar se isto realmente ocorre na maioria dos países, de forma desagregada.

Este fenômeno chama a atenção pelo fato que os países próximos, no caso africano, não são os principais emissores de turistas, uma vez que a distância é menor para estes, provavelmente há problemas por parte da capacidade de demanda destes países. Ou seja, há restrições à emissão de turistas na região, sendo este um componente importante para explicar a fraca inserção de grande parte dos países neste mercado, bem como o comportamento heterogêneo dos mesmos. Por outro lado, há problemas com relação à oferta turística por parte dos destinos, as quais serão discutidas posteriormente.

Analisando a capacidade de emissão de turistas internacionais dos países africanos, é possível observar através da tabela 34 que em sua grande maioria, estes apresentam rendas baixas, restringindo a emissão de turistas internacionais. As exceções ficam por conta de Botswana, Gabão, Ilhas Maurício, Seichela, África do Sul e Tunísia, considerados como de renda média alta pela classificação do BANCO MUNDIAL (2001).

³²A tabela 32 apresenta os dados referentes ao ano disponível mais recente. Segue em anexo as tabelas com informações de todos os países da região, com a origem do fluxo constando os quatro principais emissores e da região em que o país se insere. O levantamento foi realizado com base nos anuários estatísticos da OMT (1997, 2002), constando as informações disponíveis entre os anos de 1991 e 2000.

Tabela 34 – Dados para análise da capacidade de emissão de turistas internacionais dos países da África

África	ano	qte	gnp	id	p	q	ppp	pop	a	Índice de Gini
África do Sul	1998	0,0812	8.710	0,60	4,72	85	0,30	42.106.000	1.221.040	59,30
Argélia	1997	0,0302	4.840	0,68	3,92	110	0,27	29.950.000	2.381.740	35,30
Angola	1996	0,0003	1.100	1,02	2,87	-	0,23	12.353.000	1.246.700	-
Benin	1994	0,0785	920	0,96	2,84	-	0,44	6.114.100	110.620	-
Botswana	1994	0,2589	6.540	0,81	2,22	-	0,46	1.588.100	566.730	63,00
Burkina Faso	1999	0,0012	960	0,99	2,70	-	0,22	10.996.000	273.600	48,20
Burundi	1998	0,0024	570	0,93	2,47	94	0,16	6.678.000	25.680	33,30
Camarões	1980	0,0016	1.490	0,91	3,46	107	0,41	14.691.000	465.400	47,70
Cape Verde	-	-	4.450	0,81	4,47	-	0,27	428.560	4.030	-
Chad	1994	0,0023	840	1,16	3,08	-	0,21	7.485.600	1.259.200	-
Comoros	1983	0,0305	1.430	0,89	2,57	-	0,22	544.280	2.230	-
Djibouti	-	-	-	0,77	3,30	-	0,37	647.750	23.180	-
Eritreia	-	-	1.040	0,92	2,63	-	-	3.991.000	101.000	-
Etiópia	1996	0,0023	620	0,97	2,58	-	0,14	62.782.000	1.000.000	48,60
Gabon	1990	0,1677	5.280	0,82	5,64	96	0,63	1.208.400	257.670	-
Gana	-	-	1.850	0,86	3,13	126	0,20	18.949.000	227.540	39,60
Guinéa	-	-	1.870	0,91	2,63	-	0,26	7.247.300	245.720	40,30
Kenya	1994	0,0094	1.010	0,88	2,79	-	0,37	29.410.000	569.140	44,50
Lesotho	-	-	2.350	0,79	4,09	84	0,21	2.105.000	30.350	56,00
Madagascar	1995	0,0029	790	0,93	2,99	-	0,32	15.051.000	581.540	46,00
Malawi	-	-	570	0,95	2,48	112	0,31	10.788.000	94.080	50,30
Mali	-	-	740	1,01	3,27	-	0,35	10.911.000	1.220.190	50,50
Mauritânia	-	-	1.550	0,88	3,18	-	0,20	2.598.300	1.025.220	37,30
Maurício	1999	0,1316	8.950	0,46	6,16	-	0,40	1.169.900	2.030	-
Marrocos	1999	0,0571	3.320	0,60	4,32	105	0,37	28.238.000	446.300	39,50
Namíbia	-	-	5.580	0,83	3,64	-	0,29	1.701.300	823.290	70,70
Níger	-	0,0010	740	1,05	2,40	-	0,22	10.493.000	1.266.700	50,50
Nigéria	1990	0,0006	770	0,88	2,54	79	0,34	123.900.000	910.770	50,60
Rwanda	-	-	880	0,86	1,85	-	0,21	8.310.000	24.670	28,90
Senegal	-	-	1.400	0,91	2,63	-	0,38	9.285.300	192.530	41,30
Seichela	1999	0,4020	17.030*	0,58	7,21	-	-	79.600	450	-
Sierra Leone	-	-	440	0,92	2,56	116	0,32	4.949.300	71.620	62,90
Sudan	1995	0,0073	-	0,74	3,16	-	0,19	28.993.000	2.376.000	-
Suazilândia	-	-	4.380	0,82	2,72	-	0,32	1.017.800	17.200	60,90
Togo	-	-	1.380	0,95	2,92	105	0,19	4.566.900	54.390	-
Tunísia	1999	0,1565	5.700	0,59	5,74	101	0,39	9.456.700	155.360	41,70
Uganda	-	-	1.160	1,04	2,01	88	0,19	21.479.000	199.650	37,40
Zâmbia	-	-	720	0,92	2,16	112	0,44	9.881.200	743.390	52,60
Zimbábwe	1999	0,0278	2.690	0,78	2,73	-	0,16	11.904.000	386.850	56,80

Fonte: WDI (2001), WDI (2003) & ONU (2003)

* GDP (ppp) per capita, fonte ONU (2003) – o índice gnp não estava à disposição

Com relação à proporção de dependentes sobre a população ativa atuante no mercado de trabalho, tem-se índices bastante elevados e em contrapartida, há uma baixa participação da população acima de 65 anos na composição etária dos países. É possível observar que com exceção dos países de renda média alta somando-se à Argélia, todos os demais apresentam um índice de dependência acima de 74%, chegando a extremidades onde o índice é superior a 100%.

Considerando a emissão de turistas de forma absoluta, a questão da população passa a ser relevante e neste caso, apenas África do Sul, Tunísia, Marrocos e Argélia apresentariam uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes ou superior a isto.

Com relação à distribuição de renda, tem-se uma composição heterogênea.

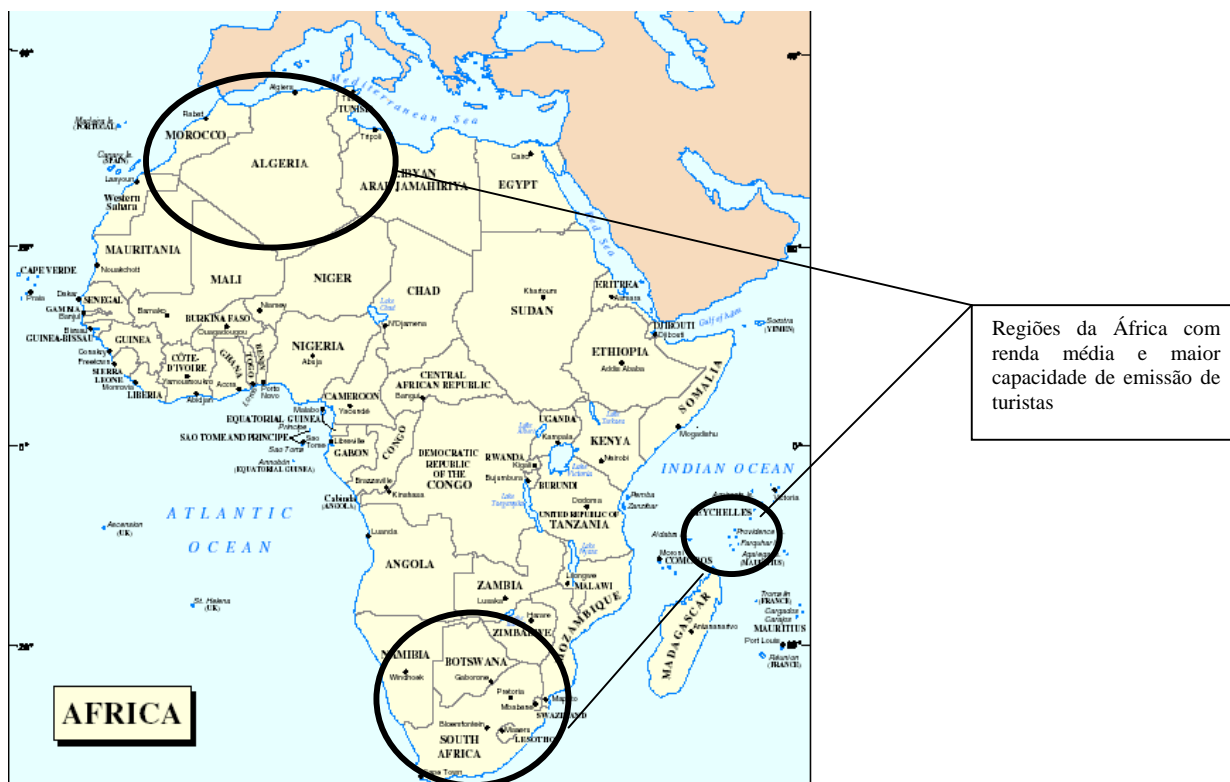
Utilizando como base o índice de Gini, observa-se que com exceção de Tunísia, Marrocos e Argélia, os países que apresentam os melhores índices de renda per capita são acompanhados de uma elevada concentração destas. No caso da Namíbia, Botswana e África do Sul, estes índices são extremamente elevados numa comparação internacional.

Assim como no caso da América do Sul, o país africano que apresenta a maior capacidade de emissão de turistas internacionais, possui todas as características favoráveis à emissão de turistas, discutidas no capítulo 2 e 3. Trata-se das ilhas Seichelas, tal qual o Uruguai no caso da América do Sul, tem a renda per capita dentre as maiores da região, um dos menores índices de dependência, um dos maiores índices de população acima de 65% anos na composição etária e trata-se de um país extremamente pequeno. Porém, em termos absolutos a emissão de turistas por parte de Seichelas é pouco significativa.

Um caso interessante a respeito desta região, trata-se de Botswana, país que não apresenta indicadores favoráveis à emissão de turistas internacionais relacionados à dependência da população sobre os que trabalham, população acima de 65 anos e distribuição de renda. Entretanto, além de possuírem uma renda per capita média alta, este país responde pela maior extensão de fronteira com a África do Sul, o que certamente influencia neste fluxo.

As áreas circuladas no mapa 5 demonstram as regiões com renda mais elevada na África, dentre outros fatores que favorecem um maior potencial de emissão de turistas internacionais. De acordo com a tabela 35 observa-se também que os países destas regiões se destacam como os principais centros receptores de turistas internacionais. A seguir, serão discutidas as condições de atração por parte dos países africanos.

Mapa 5 – Área com maior potencial de emissão de turistas da África



Fonte: ONU (2004)

4.2.1 Os Fatores de Atração da África

A região africana apresenta uma participação pouco representativa no mercado de turismo internacional. Ainda assim, é possível observar através da tabela 35 que alguns países alcançam um resultado expressivo acerca da quantidade de turistas internacionais que recebem, sendo estes basicamente concentrados em dois grupos distintos, localizados ao sul e ao norte da África, já identificados através do mapa 5.

A tabela 35 demonstra que tanto em termos absoluto quanto relativo, as ilhas de Maurício e Seichelas destacam-se na recepção de turistas internacionais. No caso de Seichelas, com um gasto médio por turista que visita o país de US\$ 884,3, tem-se uma renda média gerada com o turismo de US\$ 1.415,7 a.a, por cada habitante da ilha. Portanto, esta atividade é de grande importância àquela economia.

Tabela 35 – Quantidade de turistas que chegaram aos países da África

África	1990	1995	2000	1990qtr*	1995qtr	2000qtr
África do Sul	1.029.000	4.684.000	6.001.000	0,0292	0,1197	0,1402
Argélia	1.137.000	519.580	865.980	0,0454	0,0185	0,0285
Angola	67.000	9.550	50.770	0,0073	0,0009	0,0039
Benin	110.000	138.000	-	0,0232	0,0252	-
Botswana	543.000	521.000	995.000	0,4255	0,3568	0,5940
Burkina Faso	74.000	124.270	125.720	0,0083	0,0124	0,0112
Burundi	109.000	34.000	-	0,0200	0,0055	-
Camarões	89.000	84.000	-	0,0078	0,0064	-
Cape Verde	24.000	27.790	83.260	0,0703	0,0727	0,1915
Chad	9.000	8.000	43.030	0,0016	0,0012	0,0056
Comoros	8.000	22.840	23.890	0,0185	0,0464	0,0428
Djibouti	33.000	21.000	-	0,0638	0,0349	-
Eritreia	-	315.420	70.360	-	0,0883	0,0172
Etiópia	79.000	103.340	135.950	0,0015	0,0018	0,0021
Gabon	109.000	124.690	155.430	0,1135	0,1136	0,1264
Gana	146.000	286.000	399.000	0,0098	0,0167	0,0207
Guinea	-	-	32.600	-	-	0,0044
Kenya	814.000	896.000	899.000	0,0346	0,0333	0,0299
Lesotho	171.000	87.000	231.000	0,0993	0,0452	0,1135
Madagascar	53.000	74.620	160.070	0,0046	0,0056	0,0103
Malawi	130.000	192.170	228.110	0,0153	0,0197	0,0221
Mali	44.000	42.900	86.470	0,0052	0,0045	0,0080
Mauritânia	-	-	30.000	-	-	0,0113
Maurício	292.000	422.460	656.450	0,2763	0,3765	0,5530
Marrocos	4.024.000	2.601.640	4.113.040	0,1674	0,0986	0,1433
Namíbia	-	399.000	758.000	-	0,2586	0,4314
Niger	21.000	35.130	50.260	0,0027	0,0038	0,0046
Nigéria	190.000	656.000	813.000	0,0020	0,0059	0,0064
Rwanda	16.000	-	-	0,0023	-	-
Senegal	246.000	280.000	389.430	0,0336	0,0336	0,0409
Seichela	104.000	120.720	130.050	1,4857	1,6032	1,6010
Sierra Leone	98.000	38.000	15.710	0,0245	0,0084	0,0031
Somália	-	-	-	-	-	-
Sudan	33.000	63.040	37.610	0,0014	0,0024	0,0012
Suazilândia	263.000	299.820	280.870	0,3416	0,3331	0,2688
Tanzânia	-	285.000	459.000	-	0,0096	0,0136
Togo	103.000	53.060	59.540	0,0293	0,0129	0,0132
Tunísia	3.204.000	4.120.000	5.057.000	0,3928	0,4599	0,5288
Uganda	69.000	159.900	191.280	0,0042	0,0083	0,0086
Zâmbia	141.000	159.220	457.420	0,0181	0,0177	0,0453
Zimbábue	605.000	1.363.000	1.868.000	0,0621	0,1238	0,1479

Fonte: WDI (2003), OMT (2003)

* qtr: quantidade de turistas recebidos, dividido pela população do país destino.

Com relação aos países com maior fluxo absoluto, destacam-se: Marrocos, Tunísia e África do Sul. Os dois primeiros estão muito próximos geograficamente dos países europeus. Já a África do Sul, além de possuir algumas especificidades quanto aos atrativos construídos, destaca-se como um importante centro político e econômico no continente e tem nos países que fazem fronteira os principais centros emissores, conforme demonstra a tabela 35. Contudo, é importante adentrar as especificidades de cada um dos países do continente para uma análise mais aprofundada sobre suas condições de atração, com base nos

determinantes identificados nos capítulos 2 e 3.

4.2.1.1 Desenvolvimento econômico e humano

No caso da África, é possível constatar através do IDH alguns problemas graves que podem dificultar em muito a atração de turistas por parte destes países. Através da tabela 36 observa-se que guardadas algumas exceções, a maioria dos países africanos apresentam um baixo IDH, possibilitando a visualização de alguns problemas com relação à oferta do destino. Dos quarenta e dois países citados na tabela 36, apenas seis deles apresentam o índice de expectativa de vida - utilizado como *proxy* para mensurar saúde - acima de 0,7. A grande maioria destes países, apresentam índices inferiores a 0,5, sendo destaques negativos os casos da Zâmbia e do Zimbábue.

Este é um dado bastante relevante no contexto do fluxo de viagens internacionais, uma vez que a baixa expectativa de vida ao nascer pode ser resultado do não controle de doenças epidêmicas com elevado risco de contágio. Ou então, da não acessibilidade da população a condições básicas de saúde, incluindo a falta de estrutura para o tratamento hospitalar. Na realidade, existem diversos fatores que podem e devem ser considerados para explicar este baixo índice, dentre eles os relacionados à própria renda, mas o fato é que as hipóteses relacionadas ao risco de contágio e a falta de estrutura ao atendimento hospitalar tendem a ser consideradas pelos agentes ao decidir por um destino turístico.

Tabela 36 – Índices e classificações de renda e IDH dos países da África

África	GDP per capita (PPP US\$)	Expectativa de vida	Educação	Renda	IDH (2001)
África do Sul	11.290	0.43	0.83	0.79	0.684
Argélia	6.090	0.74	0.69	0.69	0.704
Angola	2.040	0.25	0.38	0.50	0.377
Benin	980	0.43	0.42	0.38	0.411
Botswana	7.820	0.33	0.79	0.73	0.614
Burkina Faso	1.120	0.35	0.24	0.40	0.330
Burundi	690	0.26	0.43	0.32	0.337
Camarões	1.680	0.38	0.64	0.47	0.499
Cape Verde	5.570	0.75	0.77	0.67	0.727
Chad	1.070	0.33	0.41	0.40	0.376
Comoros	1.870	0.59	0.51	0.49	0.528
Congo	970	0.39	0.73	0.38	0.502
Côte d'Ivoire	1.490	0.28	0.46	0.45	0.396
Djibouti	2.370	0.35	0.51	0.53	0.462
Eritrea	1.030	0.46	0.49	0.39	0.446
Ethiopia	810	0.34	0.38	0.35	0.359
Gabon	5.990	0.53	0.75	0.68	0.653
Gâmbia	2.050	0.48	0.41	0.50	0.463
Gana	2.250	0.54	0.64	0.52	0.567
Guine	1.960	0.39	0.39	0.50	0.425
Kenya	980	0.36	0.73	0.38	0.489
Lesotho	2.420	0.23	0.77	0.53	0.510
Madagascar	830	0.47	0.58	0.35	0.468
Malawi	570	0.22	0.65	0.29	0.387
Mali	810	0.39	0.27	0.35	0.337
Mauritânia	1.990	0.45	0.41	0.50	0.454
Maurício	9.860	0.78	0.80	0.77	0.779
Marrocos	3.600	0.72	0.50	0.60	0.606
Namibia	7.120	0.37	0.80	0.71	0.627
Niger	890	0.34	0.17	0.36	0.292
Nigeria	850	0.45	0.59	0.36	0.463
Rwanda	1.250	0.22	0.63	0.42	0.422
Senegal	1.500	0.46	0.38	0.45	0.430
Seichela	17.030	0.80	0.87	0.86	0.840
Sierra Leone	470	0.16	0.41	0.26	0.275
Sudan	1.970	0.51	0.51	0.50	0.503
Suazilândia	4.330	0.22	0.79	0.63	0.547
Togo	1.650	0.42	0.61	0.47	0.501
Tunísia	6.390	0.79	0.73	0.69	0.740
Uganda	1.490	0.33	0.69	0.45	0.489
Zâmbia	780	0.14	0.68	0.34	0.386
Zimbabwe	2.280	0.17	0.79	0.52	0.496

Fonte: OMT, 2003

No caso da África, é interessante observar que mesmo os países com maior renda per capita, possuem baixo índice de expectativa de vida ao nascer, tal como África do Sul, Botswana e Namíbia. Uma vez que existe um problema de informações imperfeitas é difícil aos agentes identificarem quais as diferenças marginais sobre a probabilidade de risco de cada país. Para diminuir este tipo de problema, uma das soluções colocadas em prática pela África do Sul, por exemplo, foi a construção de áreas mais restritas aos turistas. Neste caso, os grandes *resort's* destacam-se como complexos que oferecem toda a estrutura necessária aos turistas, incluindo a segurança num sentido mais amplo.

4.2.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística

Os países da África tem nos recursos naturais os seus principais atrativos turísticos, ainda que haja exceções como o caso da África do Sul, cujos hotéis *resort's* são considerados referências internacionais.

a)- Os Atrativos Turísticos Naturais e Construídos da África (ATNC's)

O continente africano caracteriza-se como o maior território entre os trópicos, sendo basicamente todos os países de clima tropical, com exceção de Marrocos, Tunísia, Suazilândia, Lesotho e grande parte da África do Sul. Ainda que esta característica seja próxima da apresentada pela América do Sul, as extensões sub-tropicais dos países africanos não o permitem oferecer condições climáticas diversificadas tal qual o outro continente.

Junto às Américas, a África oferece uma das maiores costas litorâneas entre os trópicos, ainda que nenhum daqueles países tenha a extensão propiciada pelo Brasil. Porém, um fato relevante a ser considerado é que o maior fluxo de turista concentra-se nos países próximos aos trópicos e não entre eles, sendo esta uma característica também observada no caso da América do Sul e no fluxo internacional de modo geral.

Tal qual o caso da América do Sul, a África possui uma vantagem explícita com relação às condições climáticas para exploração de lazer em regiões litorâneas de clima tropical. Contudo, isto reafirma a hipótese de que estes recursos naturais não são fatores que determinam em si as condições para o desenvolvimento do setor, sobretudo pelo fato de que os países situados no centro do continente apresentam na média um fluxo turístico menor.

Com relação à Fauna e à Flora dos países da África tem-se em diversos deles, territórios preservados que se destacam em termos internacionais.

Tabela 37 – Florestas, Pastos/Savanas e Desertos/Semi-Áridos

Países	Área Florestal		Plantações	Desertos / Semi-Áridos		Savanas	
	Total Florestas	Natural Florestas		Average	Shrub-Lands	Savan nas	Herbaceous
Ano	(1000 ha)	(1000 ha)	(1000 ha)	(1000 ha)	(1000 km2)	(1000 km2)	(1000 km2)
2000	2000	2000	1950-81	1992-93	1992-93	1992-93	
WORLD	3.869,45	3.682,722	186.733	5.06	23.343	16.013	10.542
AFRICA	486.570	478.576	6.21	1.121	2.513	7.749	1.83
África do Sul	8.910	7.363	1.554	81	240	138	290
Angola	69.750	69.615	141	24	43	537	35
Benin	2.650	2.538	112	10	0	109	0
Botswana	12.420	12.426	1	58	127	97	226
Burkina Faso	7.080	7.023	67	27	2	199	31
Burundi	94	21	73	0	1	4	0
Camarões	23.850	23.778	80	6	0	202	2
C. African Rep.	22.900	22.903	4	12	0	473	0
Chad	12.690	12.678	14	87	68	445	120
Congo	22.060	21.977	83	0	0	91	2
Congo, D. Rep	135.200	135.11	97	1	7	493	4
Côte d'Ivoire	7.110	6.933	184	..	0	201	0
Equat. Guinea	1.750	0	0	3	0
Eritrea	1.580	1.563	22	10	25	29	15
Ethiopia	4.590	4.377	216	65	410	347	57
Gabon	21.820	21.79	36	0	1	48	2
Gâmbia	481	479	2	1	0	5	0
Gana	6.330	6.259	76	16	0	154	0
Guinea	6.920	6.904	25	3	0	205	0
Guinea- Bissau	2.180	2.186	2	0	1	24	0
Kenya	17.090	16.865	232	40	221	152	19
Lesotho	14	0	14	0	0	13	9
Liberia	3.480	3.363	119	0	0	24	1
Madagascar	11.720	11.378	350	14	1	333	43
Malawi	2.562	2.45	112	0	1	43	0
Mali	13.180	13.172	15	101	138	304	126
Mauritânia	317	293	25	47	56	10	71
Mozambique	30.600	30.551	50	30	4	283	3
Namibia	8.040	8.04	0	75	356	86	168
Niger	1.320	1.256	73	74	149	42	253
Nigeria	13.510	12.824	693	53	1	662	17
Rwanda	307	46	261	0	4	4	0
Senegal	6.200	5.942	263	19	17	97	31
Sierra Leone	1.050	1.049	6	0	0	27	0
Somalia	7.510	7.512	3	51	504	50	5
Sudan	61.620	60.986	641	168	84	1.029	178
Tanzania,	38.810	38.676	135	..	26	168	65
Togo	510	472	38	2	0	50	0
Uganda	4.190	4.147	43	4	11	92	3
Zambia	31.240	31.171	75	12	3	355	9
Zimbabwe	19.040	18.899	141	26	3	122	41

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Forest Stewardship Council (FSC), United Nations Environment Program — Global Resource Information Database, Global Land Cover Characteristics Database (GLCCD) *apud* World Resource Institute, 2002.

A tabela 37 demonstra que os países da África são de modo geral bem servidos em áreas florestais, com destaque para as Savanas. Contudo, países que se destacam com relação a estes recursos naturais, tal como Sudão, não estão entre os principais destinos turísticos africanos. Por um lado, há o fato de que por não ser uma informação qualitativa, uma área maior pode não oferecer necessariamente melhor condições de atratividade. Porém, trata-se de uma questão mais ampla, pelo fato de que este atrativo de forma isolada não

contribuiu muito para a consolidação de um destino turístico no mercado internacional.

Já os Atrativos Turísticos Construídos (ATC's) tendem a ser menos representativos numa análise comparativa diante das economias desenvolvidas, como no caso da América do Sul. Contudo, com relação aos *resort's*, chama-se a atenção para o caso da África do Sul o complexo *Sun City*, considerado um dos maiores empreendimentos turísticos da África do Sul, o qual oferece dezenas de opções de lazer junto à oferta de diversos hotéis. Dentre eles, destaca-se o *The Palace of The Lost City*, considerado o primeiro hotel seis estrelas do mundo, em virtude de sua arquitetura grandiosa e estrutura luxuosa, que o coloca acima dos demais complexos similares a esta categoria. (<http://www.africatours.com.br/> => retirado em 15 de abril 2004)

Quanto a museus, centros de compra, gastronomia e de convenções, na África tal como na América do Sul, estes tem um peso maior de complementaridade e relevância no conjunto dos atrativos do que como atratividade individual. A tabela 38 apresenta a quantidade de patrimônios da humanidade considerados pela UNESCO (2003), nos países africanos.

Tabela 38 – Patrimônios da Humanidade nos países da África

Países	Total	Países	Total
África do Sul	5	Nigéria	1
Argélia	7	Senegal	4
Marrocos	7	Camarões	1
Sudão	1	Etiópia	7
Tunísia	8	Quênia	3
Benin	1	Madagascar	2
Gâmbia	1	Malawi	1
Gana	2	Seichelas	2
Mali	3	Uganda	3
Mauritânia	2	Zimbabwe	4
Niger	2	Botswana	1

Fonte: UNESCO, 2003

Uma observação interessante refere-se a Tunísia e ao Marrocos, países que estão entre os principais receptores apresentam as maiores quantidades de patrimônios da humanidade. Também a Ilha de Seichelas, destaca-se quanto aos patrimônios em termos relativo ao espaço territorial.

b) - Diversificação de oferta turística

Com relação à diversificação da oferta turística, utilizando como *proxy* o número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares, é possível observar que os maiores destaques ficam por conta de Tunísia, África do Sul, Nigéria e Argélia, conforme demonstra a tabela 39. Dentre os países que apresentam um maior fluxo de turistas não consta apenas o Marrocos, o qual não apresentava dados disponíveis destas variáveis.

No caso da Nigéria, observa-se um comportamento atípico com relação aos dados uma vez que estes permanecem fixos ao longo da segunda metade da primeira década, havendo uma significativa quebra estrutural, aumentando a oferta em 66%, seguida da rigidez dos dados ao longo da década de 1990. Este tipo de comportamento sugere problemas explícitos com relação ao acompanhamento destes dados.

Em termos absoluto, os países africanos apresentam de modo geral uma baixa quantidade de oferta dos meios de hospedagem. O Sudão, por exemplo, um dos países mais extensos do continente, além de possuir uma oferta de apenas 3,5 mil quartos, apresentou um decréscimo neste número ao longo das duas últimas décadas. Certamente, as *proxys* utilizadas não representam a questão da diversificação da oferta turística em sua totalidade, mas tratam-se de referências importantes. O continente africano possui problemas relacionados à diversificação da oferta, estando concentrada em alguns países do norte, próximos da Europa, e alguns países do Sul, referenciados na África do Sul.

Tabela 39 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por país da África

Países	1985	1988	1990	1993	1995	1998
África do Sul	49.296	46.956	45.866	43.368	46.447	-
Argélia	12.899	16.436	26.906	28.642	31.805	32.837
Angola	-	3.242	3.242	4.943	4.943	6.157
Botswana	861	1.095	1.243	1.781	1.746	-
Burkina Faso	2.410	2.773	2.773	2.773	2.590	-
Burundi	347	398	437	551	551	551
Camarões	7.068	7.717	8.565	10.739	10.739	-
Cape Verde	-	-	-	-	1.436	1.800
Chad	155	270	248	313	374	389
Comoros	163	165	317	369	392	-
Eritrea	-	-	-	-	3.287	4.111
Ethiopia	2.797	3.009	3.090	2.706	2.652	2.357
Gabon	2.732	2.961	2.799	2.543	2.450	-
Gana	5.060	7.803	5.622	8.578	8.518	-
Guinea	-	-	-	-	-	2.409
Kenya	12.588	13.523	13.233	18.000	18.000	11.496
Lesotho	899	999	1.038	1.006	1.041	-
Madagascar	1.897	1.763	2.212	3.040	3.040	5.558
Malawi	-	-	-	-	-	-
Mali	849	989	1.164	1.323	1.582	2.324
Mauritânia	692	700	700	700	700	400
Maurício	2.630	3.399	4.603	5.341	5.977	7.267
Namíbia	1.593	1.759	2.196	2.203	2.686	2.779
Niger	979	1.225	1.502	1.276	1.519	1.519
Nigéria	18.000	18.000	18.000	30.000	30.000	30.000
Rwanda	-	-	979	90	389	-
Senegal	5.082	6.091	6.115	7.512	7.744	8.239
Seichela	1.428	1.516	1.747	1.913	2.130	2.346
Sierra Leone	1.091	1.105	1.105	1.130	1.025	312
Somalia	-	-	-	-	-	-
Sudão	4.064	3.668	3.692	3.220	3.404	3.491
Swazilândia	970	1.120	1.210	1.205	1.212	1.212
Tanzania	5.170	5.302	5.295	6.208	6.935	7.500
Togo	2.160	2.082	2.170	2.093	1.562	2.258
Tunísia	46.637	52.427	58.267	72.004	80.749	92.308
Uganda	2.660	1.171	2.428	3.294	3.673	-
Zâmbia	2.649	3.189	3.621	3.905	3.553	4.335
Zimbabwe	3.873	3.552	4.147	4.100	4.378	4.932

Fonte: OMT, 2003

Com relação à oferta dos meios de hospedagem ponderados pela área territorial, é possível observar que, de acordo com a tabela 40, os países que apresentam os melhores índices desta relação são as ilhas de Seichelas e Maurício. Ainda nesta ordem, seguem Cape Verde, Tunísia e Camarões, caracterizados principalmente os dois primeiros, por uma pequena extensão territorial. Além destes, tem-se Eritrea, Gana, África do Sul, Suazilândia e Togo que apresentam uma relação bastante próxima da média dos países da América do Sul.

Tabela 40 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por Km² no país

Países	1985	1988	1990	1993	1995	1998
África do Sul	0,0404	0,0385	0,0376	0,0355	0,0380	
Argélia	0,0054	0,0069	0,0113	0,0120	0,0134	0,0138
Angola	0,0000	0,0026	0,0026	0,0040	0,0040	0,0049
Botswana	0,0015	0,0019	0,0022	0,0031	0,0031	-
Burkina Faso	0,0088	0,0101	0,0101	0,0101	0,0095	-
Burundi	0,0135	0,0155	0,0170	0,0215	0,0215	0,0215
Camarões	0,0152	0,0166	0,0184	0,0231	0,0231	-
Cape Verde	-	-	-	-	0,3563	0,4467
Chad	0,0001	0,0002	0,0002	0,0002	0,0003	0,0003
Comoros	0,0731	0,0740	0,1422	0,1655	0,1758	-
Eritrea	-	-	-	0,0000	0,0325	0,0407
Ethiopia	-	-	-	0,0027	0,0027	0,0024
Gabon	0,0106	0,0115	0,0109	0,0099	0,0095	-
Gana	0,0222	0,0343	0,0247	0,0377	0,0374	-
Guínea	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0098
Kenya	0,0221	0,0238	0,0233	0,0316	0,0316	0,0202
Lesotho	0,0296	0,0329	0,0342	0,0331	0,0343	-
Madagascar	0,0033	0,0030	0,0038	0,0052	0,0052	0,0096
Mali	0,0007	0,0008	0,0010	0,0011	0,0013	0,0019
Mauritânia	0,0007	0,0007	0,0007	0,0007	0,0007	0,0004
Maurício	1,2956	1,6744	2,2675	2,6310	2,9443	3,5798
Namíbia	0,0019	0,0021	0,0027	0,0027	0,0033	0,0034
Niger	0,0008	0,0010	0,0012	0,0010	0,0012	0,0012
Nigéria	0,0198	0,0198	0,0198	0,0329	0,0329	0,0329
Rwanda	-	-	0,0397	0,0036	0,0158	-
Senegal	0,0264	0,0316	0,0318	0,0390	0,0402	0,0428
Seichela	3,1733	3,3689	3,8822	4,2511	4,7333	5,2133
Serra Leoa	0,0152	0,0154	0,0154	0,0158	0,0143	0,0044
Sudão	0,0017	0,0015	0,0016	0,0014	0,0014	0,0015
Suazilândia	0,0564	0,0651	0,0703	0,0701	0,0705	0,0705
Tanzânia	0,0059	0,0060	0,0060	0,0070	0,0078	0,0085
Togo	0,0397	0,0383	0,0399	0,0385	0,0287	0,0415
Tunísia	0,3002	0,3375	0,3750	0,4635	0,5198	0,5942
Uganda	0,0133	0,0059	0,0122	0,0165	0,0184	0,0000
Zâmbia	0,0036	0,0043	0,0049	0,0053	0,0048	0,0058
Zimbábwe	0,0100	0,0092	0,0107	0,0106	0,0113	0,0127

Fonte: OMT, 2003

A Tunísia é o país de maior destaque quanto à oferta dos meios de hospedagem. Além de constar entre os que apresentam a maior quantidade de leitos, superando inclusive a África do Sul, este país também apresenta uma relação de oferta proporcional à extensão territorial bastante significativa.

c)- Acessibilidade ao destino

No que diz respeito à acessibilidade, utilizando como *proxy* o número de aeroportos no país, observa-se através da tabela 41, que nenhum deles se destaca por uma grande quantidade. A África do Sul apresenta-se como a maior referência dentre os demais, seguida de Madagascar. Ainda assim, é importante considerar que estes dados não trazem

informações a respeito das condições de utilização destes aeroportos, sendo esta uma restrição à análise de acessibilidade. No caso da Tunísia, por exemplo, sete dos nove aeroportos citados são internacionais.

Tabela 41 – Quantidade de aeroportos por país

África	Total de aeroportos	África	Total de aeroportos	África	Total de aeroportos
África do Sul	85	Gana	5	Rwanda	5
Angola	35	Guinea	11	Senegal	14
Botswana	15	Kenya	35	Seichela	6
Burkina Faso	27	Lesotho	17	Sierra Leone	11
Burundi	3	Madagascar	59	Somalia	21
Camarões	22	Malawi	9	Sudan	23
Cape Verde	9	Mali	13	Suazilândia	1
Chad	19	Mauritânia	22	Tanzania	28
Comoros	5	Maurício	2	Togo	2
Djibouti	5	Marrocos	22	Tunisia	9
Ethiopia	57	Niger	7	Uganda	12
Gabon	43	Nigeria	19	Zâmbia	21
Gâmbia	1	Reunion	2		

Fonte: www.hotelstravel.com (2003)

Tomando em conta o espaço territorial, observa-se através da tabela 42, que os dados não se distanciam em muito dos da América do Sul ou do Sul da Ásia. Há alguns países que se destacam em virtude de seu pequeno espaço territorial, tal como as ilhas de Seichela e Maurício.

Tabela 42 – Quantidade de aeroportos a cada 1.000 Km²

Países	Total de aeroportos / 1.000 Km ²	Países	Total de aeroportos / 1.000 Km ²	Países	Total de aeroportos / 1.000 Km ²
África do Sul	0,06961	Gana	0,02197	Rwanda	0,20268
Angola	0,02807	Guinea	0,04477	Senegal	0,07272
Botswana	0,02647	Kenya	0,06150	Seichela	13,33333
Burkina Faso	0,09868	Lesotho	0,56013	Sierra Leone	0,15359
Burundi	0,11682	Madagascar	0,10145	Somalia	0,03347
Camarões	0,04727	Malawi	0,09566	Sudan	0,00968
Cape Verde	2,23325	Mali	0,01065	Suazilândia	0,05814
Chad	0,01509	Mauritânia	0,02146	Tanzania	0,03169
Comoros	2,24215	Maurício	0,98522	Togo	0,03677
Djibouti	0,21570	Marrocos	0,04929	Tunisia	0,05793
Ethiopia	0,05700	Niger	0,00553	Uganda	0,06011
Gabon	0,16688	Nigeria	0,02086	Zâmbia	0,02825

Fonte: www.hotelstravel.com (2003) e WDI (2002)

4.2.1.3 Proximidade cultural

As questões institucionais que mantêm algum tipo de influência no fluxo de

viagens internacionais, certamente vão muito além da língua falada. Contudo, tomando-a como *proxy* relevante, no caso da África, grande parte dos países foram colônias inglesas, francesas ou portuguesas. Portanto, estas línguas foram disseminadas ao longo do território.

Tabela 43 – Relação de línguas oficiais e tamanho da população dos países da África

África	1º Língua	1999 p	África	1º Língua	1999 p	África	1º Língua	1999 p
África do Sul	Inglês	42.106.000	Gabon	Francês	1.208.400	Rwanda	Quiníaruanda	8.310.000
Argélia	Árabe	29.950.000	Gana	Inglês	18.949.000	Senegal	Francês	9.285.300
Angola	Português	12.353.000	Guiné	Francês	7.247.300	Seicheles	Inglês	79.600
Benim	Francês	6.114.100	Quênia	Suaíli	29.410.000	Sierra Leão	Inglês	4.949.300
Botsuana	Inglês	1.588.100	Lesoto	Soto	2.105.000	Somália	Árabe	9.388.300
Burkina Faso	Francês	10.996.000	Madagascar	Malgaxe	15.051.000			
Burundi	Rundi	6.678.000	Malawi	Inglês	10.788.000	Sudão	Árabe	28.993.000
Camarões	Inglês	14.691.000	Mali	Francês	10.911.000	Suazilândia	Inglês	1.017.800
Cape Verde	Português	428.560	Mauritânia	Árabe	2.598.300	Tanzânia	Inglês	32.923.000
Chad	Francês	7.485.600	Maurício	Inglês	1.169.900	Togo	Francês	4.566.900
Comoros	Francês	544.280	Marrocos	Árabe	28.238.000	Tunísia	Árabe	9.456.700
Djibouti	Francês	647.750	Namíbia	Inglês	1.701.300	Uganda	Inglês	21.479.000
Eritreia	Árabe	3.991.000	Níger	Francês	10.493.000	Zâmbia	Inglês	9.881.200
Etiópia	Amárico	62.782.000	Nigéria	Inglês	123.900.000	Zimbábue	Inglês	11.904.000

Fonte: WDI (2001) e CIA (2003)

Os países ao redor da África do Sul, tem na grande maioria, o inglês como uma de suas línguas oficiais, conforme demonstra a tabela 43. Contudo, no continente africano os dialetos locais estão esparramados por todo território. É interessante observar que dentre os países que apresentam um maior fluxo receptivo de turistas, destaca-se o idioma inglês e árabe. Porém, há diversos de outros países que falam esta língua, mas ficam longe de apresentarem um fluxo significativo de turistas internacionais.

4.2.2 Fatores de resistência

4.2.2.1 Segurança

A questão da falta de segurança é certamente um dos grandes problemas enfrentados pelos países africanos para alcançarem uma maior inserção nos fluxos de turismo internacional. De acordo com a tabela 44, de modo geral os riscos de conflito interno e étnico apresentam-se elevados, sendo que em 1985 também os riscos relacionados a conflitos externos eram significativos, tendo como base uma comparação internacional.

Tabela 44 – Análise de risco dos países da África

África	1985 ex*	1985 i**	1985 e***	1990 ex	1990 i	1990 e	1995 ex	1995 e	1995 i	1999 ex	1999 i	1999 e
África do Sul	9	5	1	7	5	1	12	4	11	10	8	3
Argélia	9	9	3	10	9	4	10	4	4	9	4	2
Angola	5	2	2	4	3	2	10	2	7	6	1	3
Botswana	5	10	4	6	10	3	12	5	12	10	12	5
Burkina Faso	9	10	4	8	4	4	9	4	6	10	7	4
Camarões	7	5	3	7	5	3	9	2	8	9	8	2
Ethiopia	5	3	3	5	0	1	12	5	10	3	9	3
Gabon	10	10	4	10	9	3	12	4	10	10	8	4
Gana	6	6	4	6	6	4	12	3	10	12	9	2
Guinea	9	6	3	9	7	3	8	3	7	10	7	2
Kenya	8	6	2	7	6	1	12	4	11	10	7	2
Madagascar	9	9	3	9	9	2	12	3	10	12	8	3
Malawi	10	6	3	8	6	2	12	5	11	12	9	5
Mali	7	8	3	6	8	3	9	4	9	11	10	5
Marrocos	6	5	3	8	6	4	12	5	12	10	9	5
Namibia	-	-	-	4	3	1	12	5	12	9	12	5
Niger	9	5	4	9	6	4	12	3	5	11	9	3
Nigeria	10	6	2	10	6	3	10	4	11	10	9	2
Senegal	10	10	4	6	7	3	10	3	8	9	7	3
Sierra Leone	8	9	4	8	8	4	7	3	1	7	6	2
Somalia	7	4	4	4	0	2	10	2	2	6	4	2
Sudan	5	2	1	3	1	0	8	0	1	8	4	0
Tanzania	9	6	2	9	6	2	12	5	11	10	10	4
Togo	7	7	3	7	6	2	9	2	8	9	7	2
Tunisia	5	6	5	10	9	6	10	5	12	11	10	5
Uganda	6	2	1	6	4	3	6	4	7	6	5	4
Zambia	7	8	3	6	7	3	12	5	12	9	11	5
Zimbabwe	5	4	2	4	7	2	12	5	12	7	7	5

Fonte: PRS group (2000)

* risco externo - quanto mais próximo de 12, menor o risco

** risco interno - quanto mais próximo de 12, menor o risco

*** risco étnico - quanto mais próximo de 12, menor o risco

Recorrendo-se aos dados da Interpol como complemento das informações de risco expostas na tabela 45, é possível identificar que o índice de criminalidade nos países do continente africano são bastante elevados. A tabela 45 demonstra que o índice de criminalidade relacionado a homicídios e roubos é, em alguns países, extremamente superior aos índices apresentados pela América do Sul e Sul da Ásia.

Tabela 45 – Índice de criminalidade de países em desenvolvimento

África	Homicídios voluntários				Roubos (todas categorias)			
	Ano	Nº de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.	Nº de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.	
África do Sul	2001	51.174	64,99	114,84	1.588.950	29,03	3.565,81	
Argélia	2002	289	69,90	0,96	66.152	37,60	219,58	
Benin	1998	307	95,31	5,12	4.538	75,31	75,63	
Botswana	1996	207	-	12,87	28.549	-	1.775,23	
Burkina Faso	1998	42	100,00	0,38	366	100,00	3,33	
Burundi	1998	581	-	9,68	1.777	-	24,78	
Camarões	1998	57	-	0,38	4.759	-	31,73	
Djibouti	1998	25	15,00	4,17	567	90,00	94,50	
Eritrea	1999	97	91,80	2,77	3.126	69,00	89,31	
Etiópia	2001	4.114	10,33	6,33	1.327	7,30	2,04	
Gabon	1996	2.526	-	152,18	2.051	-	123,56	
Gana	2001	443	100,00	2,34	65.108	73,20	344,39	
Lesotho	1999	857	13,30	50,41	4.888	28,74	287,53	
Madagascar	1995	210	90,00	1,75	9.851	60,36	82,09	
Mali	1998	78	0,78	0,71	234	2,34	2,13	
Mauritânia	1999	19	90,00	0,76	1.057	95,20	42,28	
Maurício	2002	31	67,74	2,63	13.011	23,79	1.102,46	
Mozambique	1999	818	-	-	22.416	-	-	
Namíbia	1999	386	70,00	26,32	3.157	82,00	215,28	
Níger	1998	83	-	0,92	4.731	-	52,57	
Rwanda	1999	3.606	25,00	45,08	-	-	-	
Senegal	2001	56	94,64	0,63	6.515	34,55	73,20	
Seichela	2002	3	66,66	3,78	55	30,90	69,38	
Suazilândia	2001	203	30,50	18,45	11.220	49,30	1.020,00	
Tanzânia	2000	2.464	1,90	7,95	60.175	20,52	194,11	
Túnia	2002	120	95,83	1,20	25.696	67,81	257,49	
Uganda	2002	2.536	50,70	10,25	15	76,00	59,67	
Zâmbia	1995	923	93,06	10,86	37.713	25,79	443,68	

Fonte: INTERPOL (2003)

* último ano com dados disponíveis

Chama-se a atenção para a África do Sul, cujo índice de roubos é o maior dentre os países analisados nos três continentes e está dentre os maiores índices de homicídios a cada 100.000 habitantes. Também de acordo com a tabela 43, este país apresenta um elevado índice de conflito étnico, o que seria esperado num país que conviveu até recentemente um regime *apartaid*, bem como os conflitos internos que se apresentam no cotidiano. Contudo, trata-se do país com um dos maiores fluxos de turistas do continente, seria esta uma transgressão das análises realizadas até então?

Conforme discutido anteriormente, ao se analisar um país tem-se a possibilidade de uma heterogeneidade de suas características podendo existir regiões completamente distintas tanto em questões econômicas, quanto geográficas, sociais, culturais, etc. Além de possuir espaços cujos riscos são bastante controlados, tal qual os casos dos grandes *resort's*, este país destaca-se como o centro econômico e político de uma ampla

região da África. Esta região, formada principalmente pelos países que fazem fronteira: Lesoto, Zimbabwe, Suazilândia, Moçambique, Namíbia e Botswana, corresponde por grande parte do fluxo turístico receptivo do país e possui uma menor assimetria de informações mantendo maior controle sobre a variável risco.

4.2.2.2 Preço do destino

Com relação à taxa de câmbio real efetiva, como *proxy* do nível de preço relativo dos países da África, a maior parte dos países não possui informações disponibilizadas através das fontes consultadas. Entretanto, dentre os países que a disponibilizam, observa-se um comportamento idêntico ao da América do Sul, com um câmbio mais valorizado e estabilizado ao longo da década de 1990, se comparada ao período anterior, conforme a tabela 46.

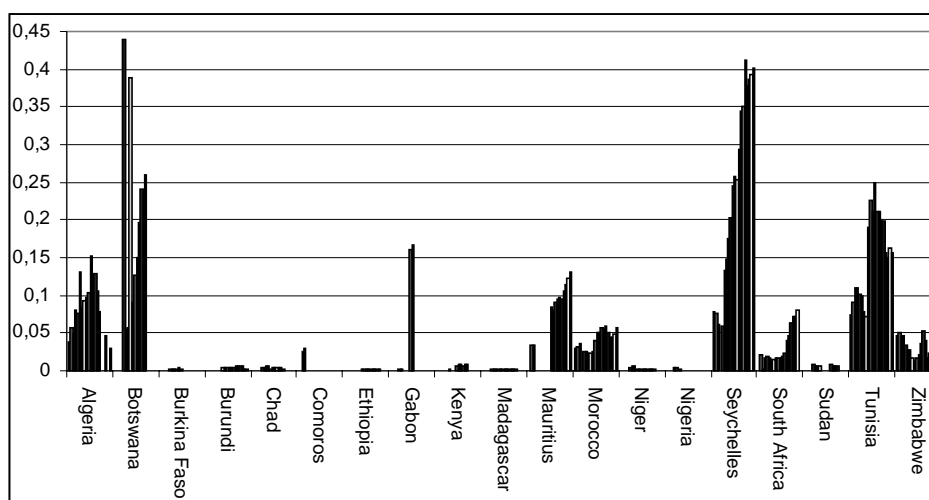
Tabela 46 – Índice da taxa de câmbio real efetiva (1995 = 100)

África	1980q	1985q	1990q	1995q	2000q	2001q
Argélia	266	380	186	100	107	110
Burundi	124	168	97	100	98	93
Camarões	132	131	150	100	96	99
Gabon	205	179	181	100	90	91
Gana	651	343	136	100	81	82
Lesotho	103	99	91	100	80	70
Malawi	183	178	166	100	113	117
Marrocos	139	103	89	100	108	104
Nigéria	288	569	82	100	81	90
África do Sul	136	100	101	100	83	73
Togo	175	142	139	100	99	102
Tunísia	145	139	96	100	100	97
Uganda	1.028	178	112	100	84	82
Zâmbia	144	126	107	100	113	122

Fonte: WDI, 2003

Neste caso, de acordo com o comportamento da taxa de câmbio, esperar-se-ia que houvesse um aumento na emissão de turistas em função da sensibilidade com relação ao preço. Por outro lado, os países que tiveram a valorização do câmbio, teriam no preço um incentivo menor à recepção de turistas. Contudo, em função das questões levantadas sobre esta discussão referente à América do Sul, espera-se uma maior sensibilidade-câmbio efetivo do país com relação à emissão do que frente a recepção. Pois, no segundo caso, parte do custo de transporte dado no mercado internacional amorteceria o impacto da variação do câmbio no país destino, dentre outros fatores relevantes.

Gráfico 6 – Emissão de turistas em proporção à população dos países da África (1980-2000)

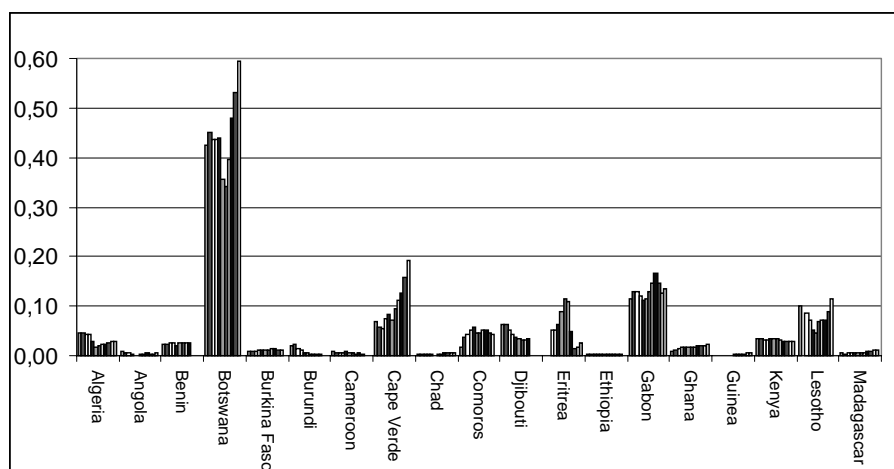


Fonte: WDI (2003)

O gráfico 6 demonstra que no caso das ilhas Maurício, Seicheles, Argélia, África do Sul, Marrocos e Tunísia houve um aumento significativo na emissão de turistas proporcionais ao tamanho da população. Comparando com os dados da tabela 45, observa-se que na maior parte dos países citados acima, consta a valorização da taxa de câmbio ao longo da década de 1990.

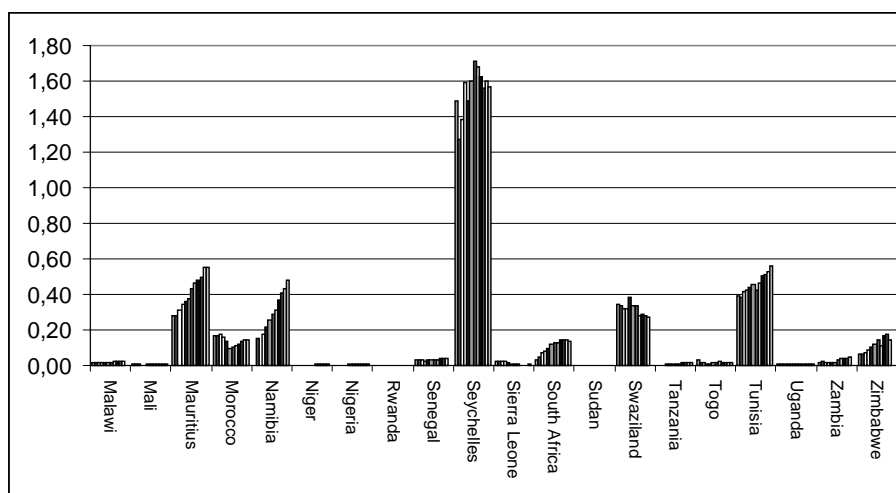
Já com relação à recepção de turistas, o comportamento não demonstra a relação esperada quanto à valorização cambial. Observa-se um comportamento menos homogêneo. Há que se considerar a ampliação da amostra no gráfico 7, em virtude da maior disponibilidade dos dados. Contudo, diversos países representativos apresentaram um aumento da quantidade de turistas recebida proporcional à sua população, tais como: África do Sul, Tunísia, Seichela, Maurício e Namíbia.

Gráfico 7.a – Recepção de turistas em proporção à população dos países da África - A - (1990-2000)



Fonte: WDI (2003)

Gráfico 7.b – Recepção de turistas em proporção à população dos países da África – B - (1990-2000)



Fonte: WDI (2003)

Esta análise vai de encontro às conclusões de EILAT & EINAV (2003) a qual demonstra que os países menos desenvolvidos apresentam uma menor elasticidade-preço com relação à recepção de turistas internacionais.

Por fim, resta analisar o saldo da conta Viagens Internacionais, para identificar os resultados relacionados a esta atividade no Balanço de Pagamentos dos países da África. No caso da América do Sul, conforme foi possível constatar, ao longo da última década obteve-se um saldo deficitário nesta conta.

4.2.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países da África

Ao contrário da América do Sul, o continente africano manteve superávit com relação as viagens internacionais. Contudo, o resultado positivo foi alcançado basicamente em função de cinco países, principalmente Tunísia e Marrocos.

Tabela 47 - Despesas e Receitas com Turismo Internacional* (US\$ milhões)

África	Receita			Despesa			Saldo		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
África do Sul	992	2126	2707	1117	1849	2004	-125	277	703
Argélia	64	32	102	149	186	193	-85	-154	-91
Angola	13	10	18	38	75	-	-25	-65	18
Benin	28	27	-	12	5	-	16	22	-
Botswana	117	162	313	56	145	-	61	17	313
Burkina Faso	11	25	-	32	30	-	-21	-5	-
Burundi	4	1	-	17	25	14	-13	-24	-14
Camarões	53	36	39	279	105	-	-226	-69	39
Cape Verde	6	10	-	5	16	-	1	-6	-
Chad	8	-	-	70	23	-	-62	-23	-
Comoros	2	21	15	6	7	-	-4	14	15
Djibouti	-	4	-	-	4	-	-	0	-
Eritrea	-	58	36	-	-	-	-	58	36
Ethiopia	25	26	68	11	25	74	14	1	-6
Gabon	3	7	7	137	173	174	-134	-166	-167
Gana	81	233	386	13	21	100	68	212	286
Guinéa	30	1	12	30	21	9	0	-20	3
Kenya	443	486	276	38	145	132	405	341	144
Lesotho	17	27	24	12	13	9	5	14	15
Madagascar	40	58	119	40	59	114	0	-1	5
Malawi	16	9	27	16	16	-	0	-7	-
Mali	47	25	71	62	49	41	-15	-24	30
Mauritânia	9	11	-	23	23	-	-14	-12	-
Maurício	244	430	542	94	159	182	150	271	360
Marrocos	1259	1304	2040	184	304	430	1075	1000	1610
Namíbia	85	278	-	63	90	-	22	188	-
Niger	17	15	-	44	21	28	-27	-6	-28
Nigéria	25	54	148	576	906	730	-551	-852	-582
Rwanda	10	2	24	23	10	20	-13	-8	4
Senegal	167	161	140	105	72	-	62	89	140
Seichela	126	98	115	34	39	20	92	59	95
Sierra Leone	19	6	-	4	2	6	15	4	-6
Sudão	21	19	30	51	43	55	-30	-24	-25
Suazilândia	30	48	34	35	43	36	-5	5	-2
Tanzânia	65	259	739	23	360	337	42	-101	402
Togo	58	13	5	40	18	-	18	-5	5
Tunísia	948	1393	1496	179	251	263	769	1142	1233
Uganda	10	78	-	8	80	-	2	-2	-
Zâmbia	41	47	-	54	57	-	-13	-10	-
Zimbábue	60	145	125	66	106	-	-6	39	125
Total	5194	7745	9658	3746	5576	4971	1448	2169	4687

Fonte: WDI (2003)

De acordo com a tabela 47, no ano de 1990, dezoito dos trinta e oito países

citados com dados disponibilizados apresentaram déficit na conta em Viagens Internacionais. Em 1995 foram vinte e um, dentre quarenta e em 2000 houve uma melhora significativa com apenas nove países, dentre trinta citados, que apresentaram déficit.

Os países que mais colaboraram para o saldo positivo foram: Tunísia, Marrocos, Maurício, Quênia e Gana. No ano 2000, soma-se Botswana, Tanzânia e África do Sul, os quais alcançaram resultados expressivos. Tunísia e Marrocos foram bastante citados ao longo da análise, demonstrando condições favoráveis tanto a emissão quanto à recepção, dentre elas o fato de localizarem-se próximas à Europa, um importante centro de emissão de turistas. Contudo, chama a atenção os casos de Gana e Quênia, países que apresentaram algumas das condições não favoráveis, mas que alcançaram bons resultados financeiros com a atividade turística ao longo da década de 1990.

Tanto Gana, quanto o Quênia estão geograficamente distantes de centros emissores importantes, inclusive os da África. O fato é que no caso do Quênia, os principais emissores são o Reino Unido e a Alemanha, seguido da Tanzânia (faz fronteira) e EUA. Gana mantém como principal emissor a Nigéria, seguida pelo Reino Unido, EUA e Alemanha.

Porém, há um fato curioso com relação aos dados de origem de turistas de Gana, quanto a manutenção exata da mesma proporção de participação destes países ao longo dos anos, sugerindo questionamento quanto às informações. Além disso, de acordo com dados da OMT (2001) a maioria destes turistas tiveram o lazer como principal motivo da viagem. Neste caso, pode-se considerar que os atrativos naturais, junto a estrutura instalada destes países superaram as restrições impostas pela distância do mercado emissor ou consumidor.

De modo geral, apesar de apresentar um pior resultado financeiro com relação às viagens internacionais, os países da América do Sul demonstram melhores condições de oferta e quanto aos fatores de atratividade do que os da África. Contudo, ao norte, ao sul e na região das ilhas de Maurício e Seichelas, há países inseridos no fluxo de turismo internacional de forma significativa. Mais do que na América do Sul, as restrições com relação à demanda pelo mercado intra-regional em função da baixa renda é um fator que dificulta, em muito, a obtenção de um melhor resultado neste segmento por parte da maioria dos países. Por último, cabe analisar o caso do Sul da Ásia, de maneira a possibilitar uma comparação entre as três regiões.

4.3 Sul da Ásia

De acordo com a classificação da OMT, a região do Sul da Ásia é composta por: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldives, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Estes países são basicamente classificados como de renda baixa pelo Banco Mundial (2001), sendo exceções os casos de Irã, Maldives e Sri Lanka, os quais são considerados como de renda média baixa. Com relação ao IDH, tratam-se de países de médio e baixo desenvolvimento humano.

Assim como no caso da África, o fluxo intra-regional de turistas nos países do Sul da Ásia tende a ser menos significativo do que o observado na América do Sul e nas demais regiões. De acordo com a tabela 48, com exceção de Bangladesh, todos os demais países apresentam um índice abaixo de 28%, quanto aos turistas recebidos de origem da região.

Tabela 48 – Participação da Ásia e dos principais emissores no fluxo turístico receptivo dos países do Sul da Ásia

País	Ano	Turistas	SUL DA ÁSIA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	top 4
Bangladesh	2000	199.211	93.709	47,04	Índia	37,28	UK	14,61	EUA	5,99	Japão	4,02	61,90
Butão	2000	7.559	50	0,66	EUA	36,43	Japão	11,58	UK	7,87	Holanda	4,75	60,63
Índia	2000	2.641.157	663.581	25,12	Bangladesh	16,70	UK	13,41	EUA	11,71	Sri Lanka	4,86	46,69
Irã	1999	1.320.690	298.954	22,64	Azerbaijan	33,91	Afeganistão	11,08	Paquistão	10,22	Arábia Sdt	1,87	57,07
Maldives	2000	467.154	20.648	7,31	Itália	22,76	Alemanha	16,62	UK	15,29	Japão	10,10	64,77
Nepal	2000	463.646	125.787	27,13	Índia	20,69	Japão	8,86	EUA	8,72	UK	8,15	46,41
Paquistão	2000	556.805	108.960	19,57	UK	32,28	EUA	12,77	Índia	11,86	Afeganistão	5,01	61,93
Sri Lanka	2000	400.414	51.555	12,88	UK	21,18	Alemanha	17,64	França	6,52	Holanda	5,65	51,00

Fonte: OMT, 2002

Nenhum dos países apresenta, em termos absoluto, um fluxo receptivo de turistas maior do que os principais países da América do Sul e da África neste segmento. A Índia recebe um fluxo menor do que o Brasil e África do Sul. Contudo, o fluxo extra-regional da Índia tem maior representatividade que de ambos os países.

A tabela 48 demonstra que o Reino Unido se destaca como um importante emissor de turistas para esta região, estando entre os quatro principais para todos os países. Também os EUA mantém-se presente em grande parte dos países como um dos principais emissores de turistas. Ambos superam a Índia, a qual se destaca como o principal emissor da região, para três dos sete países, com exceção da mesma, na região.

O baixo fluxo turístico intra-regional entre os países do Sul da Ásia, sugere,

assim como no caso da África, que estes países enfrentam fortes restrições com relação aos fatores de emissão, principalmente a renda. A própria classificação deles com relação a renda, através do Banco Mundial, reforça esta hipótese. Contudo, é importante analisar assim como foi feito com a América do Sul e com a África, o potencial de emissão dos países do Sul da Ásia, buscando identificar suas especificidades.

Quanto às condições de emissão de turistas internacionais destes países, conforme a tabela 49, observa-se que com exceção de Maldivas, os demais países do Sul da Ásia emitem em média, uma baixa quantidade de turistas internacionais em proporção às suas populações. O fato de que os países da região apresentam de forma geral uma baixa renda per capita, resulta numa explicação relevante para compreender esta relação.

Tabela 49 – Dados para análise da Capacidade de emissão de turistas internacionais dos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	exc. qte*	1999 qte	1999 gnp	1999 id	1999 p	1999 q	1999 ppp	1999 pop	1999 a	Gini index
Maldivas		0,1513	3.720	0,88	3,83	-	-	277.600	300	-
Sri Lanka		0,0262	3.230	0,5	6,36	-	0,275	18.985.000	64.630	34,40
Índia	1998	0,0039	2.230	0,64	4,79	-	0,174	997.520.000	2.973.190	37,80
Butão			1.260	0,88	4,06	-	-	781.750	47.000	-
Bangladesh		0,0086	1.530	0,73	3,26	-	0,243	127.670.000	130.170	31,80
Nepal	1998	0,0053	1.280	0,81	3,57	-	0,187	23.384.000	143.000	36,70
Paquistão	1980	0,0013	1.860	0,83	3,22	92	0,252	134.790.000	770.880	33,00

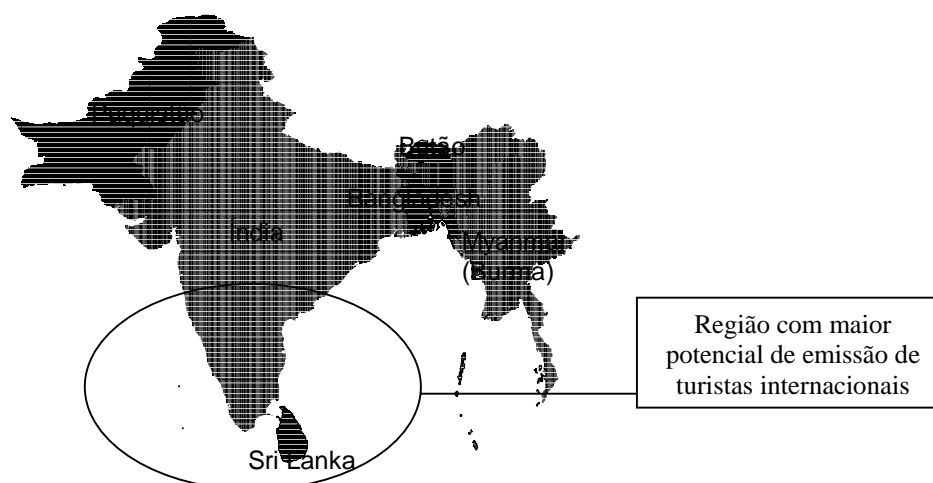
Fonte: WDI (2001), WDI (2003) & ONU (2003)

Após as ilhas Maldivas, Sri Lanka é o país com maior fluxo emissor, em termos relativo, nesta região. Assim como nos demais casos analisados, ambos apresentam as maiores rendas per capita respectivamente, havendo no primeiro caso uma pequena quantidade de habitantes num espaço territorial pequeno. Já no segundo caso, tem-se uma população mais representativa se comparado ao primeiro. De qualquer forma, este país apresenta os índices mais favoráveis à emissão de turistas, tal qual, renda per capita elevada se comparada aos demais, baixo índice de população dependente, o mais elevado índice de população acima de 65 anos na composição etária e uma boa distribuição de renda, de acordo com o índice de Gini.

De modo geral, com exceção dos dois casos citados acima, os países apresentam uma baixa renda per capita, seguido de um elevado índice de dependência sobre a população que trabalha e pequena parcela da população acima dos 65 anos. Estes fatores não são favoráveis à emissão de turistas internacionais. Contudo, com exceção da Índia os países

não apresentam grandes extensões territoriais e de forma geral há uma menor concentração de renda. Entretanto, estes fatores são menos relevantes em função da baixa renda. Ou seja, pouco adianta uma melhor distribuição de renda caso esta permaneça muito baixa para o incremento do fluxo emissivo de turistas. Poderia ser pior, ou seja, uma renda baixa e ainda mais concentrada. Mas, em ambos os casos, o consumo por viagens internacionais encontrará pouco espaço na restrição orçamentária dos indivíduos.

Mapa 6 – Sul da Ásia



Fonte: elaborado pelo autor com base em WDI (2001)

O mapa 6 apresenta qual seria a região com maior capacidade de emissão de turistas para os demais países. Contudo, o Sri Lanka aparece apenas como o quarto principal emissor para a Índia. Portanto, apesar das condições favoráveis e de apresentar um dos maiores índices de emissão proporcional à população, este não se reflete nos demais países do Sul da Ásia.

Identificada as restrições da região à emissão de turistas, cabe discutir os fatores de atração destes países, para analisar a capacidade de inserção no mercado extra-regional.

4.3.1 Os Fatores de Atração do Sul da Ásia

O Sul da Ásia corresponde por uma extensão territorial menor do que as regiões da África e da América do Sul, bem como, recebe um fluxo turístico aquém destas outras regiões. Seja em termos absoluto ou relativo, a quantidade de turistas recebidas pela maioria destes países é pouco representativa no contexto internacional, com exceção da Índia, conforme demonstra a tabela 50.

Tabela 50 – Quantidade de turistas que chegaram aos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	1990	1995	2000	1990qtr	1995qtr	2000qtr
Afganistão	-	-	-	-	-	-
Bangladesh	115.000	156.230	199.210	0,0010	0,0013	0,0015
Butão	2.000	4.770	7.560	0,0033	0,0069	0,0094
Índia	1.707.000	2.124.000	2.649.000	0,0020	0,0023	0,0026
Maldivas	195.000	314.870	467.150	0,9155	1,2958	1,7049
Nepal	255.000	363.000	464.000	0,0136	0,0171	0,0201
Paquistão	424.000	378.400	556.810	0,0039	0,0031	0,0040
Sri Lanka	298.000	403.100	400.410	0,0175	0,0223	0,0217

Fonte: WDI (2003)

4.3.1.1 Desenvolvimento econômico e humano

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, os países desta região apresentam índices baixos, sendo em sua maioria considerados como de médio desenvolvimento humano, com valores próximos ao limite inferior. De acordo com a tabela 51 observa-se que o índice de expectativa de vida apresenta-se em média, melhor do que no caso dos países da África. Porém, a renda e a educação demonstram fortes restrições ao desenvolvimento humano desta região.

No caso da educação, os dois países com melhores índices de renda, estão em um nível bastante superior comparados aos demais. Bangladesh, Butão e Paquistão demonstram uma situação próxima aos dos piores países da África, ainda que se mantenham distante dos casos extremos, tal como Niger (0,17).

Tabela 51 – Índices e classificações de renda e IDH dos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	PIB per capita (PPP US\$)	Longevidade Índice	Educação Índice	PIB Índice	IDH (2001)
Bangladesh	1,610	0.59	0.45	0.46	0.502
Butão	1,833	0.62	0.42	0.49	0.511
Índia	2,840	0.64	0.57	0.56	0.590
Maldivas	4,798	0.70	0.91	0.65	0.751
Nepal	1,310	0.57	0.50	0.43	0.499
Paquistão	1,890	0.59	0.41	0.49	0.499
Sri Lanka	3,180	0.79	0.82	0.58	0.730

Fonte: ONU, 2003

4.3.1.2 As condições de oferta e tecnologia turística

a)- Os Atrativos Turísticos Naturais e Construídos do Sul da Ásia (ATNC's)

O Sul da Ásia caracteriza-se como subtropical, havendo apenas parte da Índia e de Bangladesh localizada entre os trópicos, além de Sri Lanka. Neste sentido, as condições climáticas deste território diferenciam-se da América do Sul e da África de forma significativa. Também a extensão da costa litorânea é mais discreta nesta região, a qual é banhada apenas pelo Oceano Índico.

As vantagens com relação às condições climáticas para exploração em regiões litorâneas são significativamente menores se comparadas à América do Sul e África, ficando restrita apenas à Índia que conta com uma extenso litoral. Neste caso, tem-se características diversificadas destes outros dois continentes, principalmente pelo fato de ser o único dentre as demais regiões analisadas, cujo grande parte de seu território situa-se acima do Trópico de Câncer.

No caso da Índia, como sendo o maior país da região tem-se uma diversificação geográfica que oferece, desde a opção litorânea com o clima tropical ao sul, o deserto de Thar à oeste e um clima ártico ao norte. Os demais países apresentam menos diversificação climática, em virtude de suas extensões e características geográficas, mas garantem uma diversidade ampla à região.

Com relação à fauna e à flora dos países do Sul da Ásia, tem-se uma ampla variedade, sobretudo na Índia, conforme atesta o órgão oficial de turismo do país. Porém, de

modo geral, a região a oeste, envolvendo Irã, Afeganistão³³ e Paquistão, tem se envolvido em conflitos externos com ampla difusão, ao longo das duas últimas décadas, o que pode ter acarretado a destruição de parte de seus atrativos naturais e construídos. A tabela 52 demonstra alguns índices que podem ser utilizados como *proxys* referentes aos atrativos naturais.

Tabela 52 – Florestas, Savanas e Desertos/Semi-Áridos

Países	Área Florestal			Desertos / Semi-Áridos		Savanas	
	Total	Natural	Plantações	Average	Shrub-Lands	Savanas	Herbaceous
	Florestas	Florestas	(1000 ha)	(1000 ha)	1992-93	(1000 km2)	1992-93
ano	(1000 ha)	(1000 ha)	(1000 ha)	(1000 ha)	1992-93	(1000 km2)	1992-93
Sul da Ásia	76,664	750,303	2107,578	261	617	251	61
Bangladesh	1,334	709	625	0	3	0	1
Butão	3,016	2,995	21	0	3	0	4
Índia	64,113	31,535	32,578	185	285	246	26
Nepal	3,9	3,767	133	1	25	4	11
Paquistão	2,361	1,381	980	73	300	1	19
Sri Lanka	1,94	1,625	316	2	1	0	0

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Forest Stewardship Council (FSC), United Nations Environment Program — Global Resource Information Database, Global Land Cover Characteristics Database (GLCCD) *apud* World Resource Institute, 2002.

Já com relação aos Atrativos Turísticos Construídos, o Sul da Ásia possui uma arquitetura diferenciada que certamente pode resultar em atrativo aos demais países. Porém, estes atrativos tendem a ser monumentos e construções de forma isolada, tal como o Taj Mahal, na Índia. (www.tourismofindia.com) / (www.guiageografico.com). Conforme discutido nos demais casos, os patrimônios da humanidade podem refletir numa *proxy* qualitativa importante, tanto com relação aos atrativos naturais, quanto aos construídos.

Tabela 53 – Patrimônios da Humanidade estabelecido nos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	Total
Afeganistão	1
Bangladesh	3
Índia	24
Iran	4
Nepal	4
Paquistão	6
Sri Lanka	7

Fonte: UNESCO, 2003

De acordo com a tabela 53, a Índia se destaca em termos internacionais com relação à quantidade de patrimônios da humanidade considerados pela Unesco (2003). Desta forma, a Índia supera, significativamente, os países da América do Sul e da África, os quais

³³ Recentemente houve a invasão ao Afeganistão liderada pelos EUA, como represália ao ataque de 11 de setembro ao World Trade Center, em Nova Iorque.

tem no Brasil e na Tunísia respectivamente, suas principais referências. A maior parte dos patrimônios da humanidade encontrados na Índia são formados por monumentos e construções, principalmente templos religiosos, ainda que existam parques nacionais.

Com relação aos *resort's*, não há uma referência tal como na África do Sul, nem mesmo quanto aos museus e centros de compras e convenções. Neste caso, pode haver atratividade em termos regionais, mas com pouco apelo internacional extra-região.

b)- Diversificação da oferta turística

Com relação à oferta dos meios de hospedagem, de forma absoluta, é possível constatar que não há por parte de país algum, uma quantidade significativa que leve a se considerar a existência de uma ampla diversificação da oferta turística como uma vantagem significativa. O maior destaque fica por conta da Índia, seguida do Paquistão, conforme demonstra a tabela 54.

Tabela 54 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por país³⁴

Sul da Ásia	1985	1988	1990	1993	1995	1998
Afeganistão	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	-
Butão	-	-	-	-	-	-
Índia	32.609	36.666	44.431	49.068	57.386	66.522
Nepal	3.322	3.966	5.144	6.417	11.124	14.871
Paquistão	28.653	22.271	24.364	27.372	29.844	32.028
Sri Lanka	11.006	10.913	10.636	11.927	13.749	15.412

Fonte: OMT, 2003

Porém, também é necessário observar a estrutura ponderada ao espaço territorial. Neste caso, os países do Sul da Índia mantêm uma relação muito próxima da observada na América do Sul. A tabela 55 mostra que com exceção do Afeganistão, os demais países possuem uma oferta relativa que não compromete a atração pela localidade, neste sentido.

³⁴ Os dados referentes ao Afeganistão são questionáveis, uma vez que estes mantêm-se inalterados ao longo de todo o período abordado na tabela 53.

Tabela 55 – Número de quartos em hotéis e estabelecimentos similares por Km² no país

Sul da Ásia	1985	1988	1990	1993	1995	1998
Afganistão	0,0046	0,0046	0,0046	0,0046	0,0046	-
Índia	0,0110	0,0123	0,0149	0,0165	0,0193	0,0224
Nepal	0,0232	0,0277	0,0360	0,0449	0,0778	0,1040
Paquistão	0,0372	0,0289	0,0316	0,0355	0,0387	0,0415
Sri Lanka	0,1703	0,1689	0,1646	0,1845	0,2127	0,2385

Fonte: OMT, 2003

c)- Acessibilidade ao destino

Os dados referentes à acessibilidade não demonstram grandes problemas aos países do Sul da Ásia. Com base na tabela 56, observa-se que a Índia possui maior número de aeroportos do que a África do Sul, país que apresenta a maior quantidade na África.

Tabela 56 – Quantidade de aeroportos por país

Sul da Ásia	Total de aeroportos	aeroportos / 1.000 Km ²
Afganistão	25	0,03834
Bangladesh	16	0,12292
Butão	1	0,02128
Índia	125	0,04204
Iran	32	0,01972
Maldivas	1	3,33333
Nepal	40	0,27972
Paquistão	54	0,07005
Sri Lanka	8	0,12378

Fonte: www.hotelstravel.com (2003)

4.3.1.3 Proximidade cultural

Utilizando a língua oficial como *proxy*, a proximidade cultural não se apresenta como uma vantagem relevante aos países do Sul da Ásia. Com base nas fontes citadas na tabela 57, observa-se que a primeira língua destes países são faladas apenas neles próprios. Certamente pode haver alguma difusão destas línguas em outros países, inclusive entre eles, mas o fato é que esta é pouco significativa como um fator de atratividade ao fluxo turístico.

Tabela 57 – Relação de línguas oficiais e tamanho da população dos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	1º Língua	1999p	(%) do Total da população que tem esta como a primeira língua*
Afeganistão	Pushtu	25.869.000	100
Bangladesh	Bengali	127.670.000	100
Butão	Dzongka	781.750	100
Índia	Hindi	997.520.000	100
Maldives	Divehi	277.600	100
Nepal	Nepalês	23.384.000	100
Paquistão	Urdu	134.790.000	100
Sri Lanka	Cingalês	18.985.000	100

Fonte: CIA (2003)

Neste caso, a diferença é bastante notória se comparados aos países da América do Sul e da África, os quais, em função de seu processo de colonização têm como oficiais, línguas difundidas em outros países. Por outro lado, esta diferenciação cultural pode se tornar em si um atrativo, ainda que, provavelmente não seja de grande alcance quantitativo ao fluxo turístico. Entretanto, deve-se considerar o fato de que o inglês tem uma difusão significativa nestes países.

4.3.2 Fatores de resistência

4.3.2.1 Segurança

Os índices de risco dos países da Ásia apresentam-se bastante elevados, tanto por conflitos étnicos e internos, quanto aos externos, conforme demonstra a tabela 58. O início da década de 1990 mostrou-se acentuadamente problemático naquela região, que voltou a ter um conflito externo em meados de 2002 com a invasão dos EUA no Afeganistão.

Tabela 58 – Análise de risco dos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	1985 ex	1985 i	1985 e	1990 ex	1990 i	1990 e	1995 ex	1995 i	1995 e	1999 ex	1999 i	1999 e
Bangladesh	8	4	3	8	4	1	12	10	4	10	6	5
Índia	5	3	-	7	2	1	10	11	2	3	8	2
Iran	-	3	2	8	5	2	9	11	6	9	9	5
Paquistão	5	5	1	6	5	1	10	11	4	3	8	5
Sri Lanka	7	1	1	4	-	-	12	7	3	12	3	1

Fonte: PRS group (2000)

* risco externo - quanto mais próximo de 12, menor o risco

** risco interno - quanto mais próximo de 12, menor o risco

*** risco étnico - quanto mais próximo de 12, menor o risco

Contudo, como complemento ao índice de risco, o índice de criminalidade apresentado pela tabela 59 demonstra um baixo volume de homicídios por 100.000 habitantes e de roubos, se comparados aos países da América do Sul e África. Chama a atenção o caso de Maldives, com relação ao volume de roubos que apresenta um índice elevado proporcional à população.

Tabela 59 – Índice de criminalidade nos países do Sul da Ásia

Sul da Ásia	Ano	Homicídios voluntários			Roubos (todas categorias)		
		Nº de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.	Nº de casos conhecidos da política	Casos resolvidos %	Volume de Crime por 100.000 hab.
1 Bangladesh	1998	3.579	72,05	2,78	16.266	71,89	12,77
2 Índia	1997	37.543	63,70	3,93	420.404	71,20	44,01
3 Maldives	1997	3	100,00	1,20	1.792	34,67	716,80
4 Nepal	2000	680	49,26	2,93	590	45,25	2,54
5 Paquistão	2000	8.964	79,00	6,86	25.861	47,00	19,80
6 Sri Lanka	1998	1.919	46,22	10,22	17.270	34,34	91,99

Fonte: INTERPOL (2003)

* último ano com dados disponíveis

Entretanto, neste caso os índices de risco provavelmente atuam de forma mais significativa como um fator de resistência à recepção de turistas internacionais, principalmente nas regiões mais conflituosas tal como Irã, Afeganistão e Paquistão.

4.3.2.2 Preço do destino

Com relação ao índice utilizado como *proxy* para captar as variações de preço no país, apenas o Paquistão tem a série da taxa de câmbio real efetiva disponibilizada pelo Banco Mundial, através do WDI (2003). No caso deste país, de acordo com a tabela 60, observa-se um comportamento contínuo de valorização da taxa de câmbio ao longo das duas últimas décadas, o que não aconteceu com os a maioria dos países das outras regiões. Ainda que se trate de uma base muito restrita para maiores conclusões com relação a região, é possível identificar um comportamento homogêneo das economias aqui analisadas quanto à valorização cambial entre as décadas de 1980 e 1990.

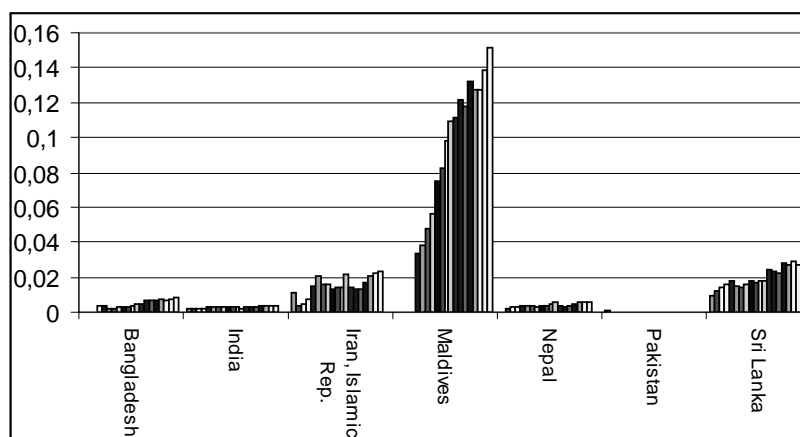
Tabela 60 – Índice da taxa de câmbio real efetiva (1995 = 100)

Sul da Ásia	1980	1985	1990	1995	2000	2001
Paquistão	177	170	107	100	94	87

Fonte: WDI, 2003

Com relação ao provável impacto da taxa de câmbio na emissão de turistas em proporção à população, tem-se o comprometimento da análise em função da não disponibilidade dos dados, uma vez que o único país citado com relação ao câmbio apresenta apenas uma observação com relação à emissão. Entretanto, observa-se através do gráfico 8, um aumento da emissão em proporção à população por parte das Ilhas Maldives, Bangladesh e Sri Lanka. Sendo este, um comportamento idêntico ao observado por alguns países relevantes da América do Sul e da África.

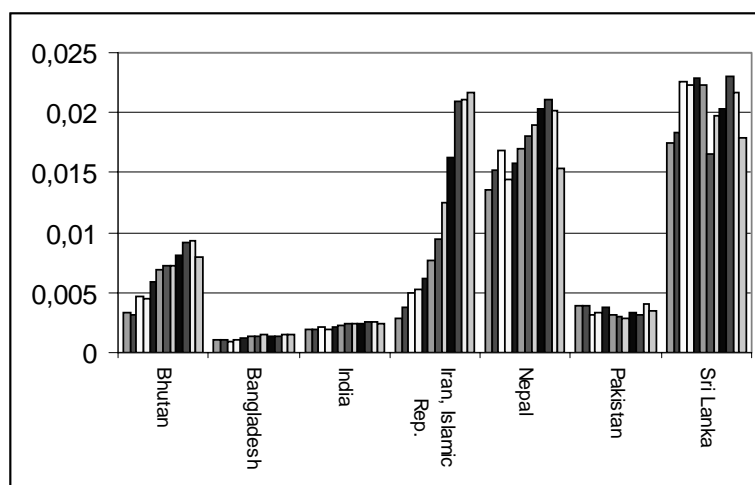
Gráfico 8 – Emissão de turistas em proporção à população dos países do Sul da Ásia (1980-2000)



Fonte: WDI (2003)

Com relação à recepção de turistas em proporção à população, o gráfico 9 demonstra um aumento deste índice em basicamente todos os países. As exceções ficam por conta do Paquistão e do Sri Lanka, os quais não apresentam uma tendência definida. Índia e Bangladesh tiveram um incremento pouco significativo neste índice. Contudo, dado o tamanho da população da Índia, dificilmente este país virá a alcançar um salto representativo a curto prazo.

Gráfico 9 – Recepção de turistas em proporção à população dos países do Sul da Ásia (1990-2000)



Fonte: WDI (2003)

Por fim, resta a análise do resultado destas viagens internacionais no Balanço de Pagamentos destes países. Nos capítulos anteriores, identificou-se distintos resultados obtidos entre a América do Sul e África. Enquanto a primeira região apresentou um saldo deficitário, a segunda gozou de superávit nesta conta ao longo da década de 1990. Entretanto, em ambos os casos, os resultados tiveram um peso significativo de poucos países. No caso da América do Sul, Brasil e Argentina foram em grande parte os responsáveis pelo saldo deficitário. Já na África, Tunísia, Marrocos e África do Sul (a partir de 1995), foram os principais responsáveis pelo saldo positivo.

4.3.3 As Viagens Internacionais no Balanço de Pagamentos dos países do Sul da Ásia

Os países do Sul da Ásia apresentaram um saldo financeiro positivo em Viagens Internacionais ao longo da década de 1990. Os dados representativos, expostos na tabela 60 demonstram que a Índia foi a principal responsável por este resultado. Porém, assim como no caso do África, de modo geral este saldo positivo foi gerado mais em função da baixa despesa da população com esta atividade, do que com a obtenção de receitas expressivas no cenário internacional, conforme demonstra a tabela 61.

Tabela 61 - Despesas e Receitas com turismo internacional* (US\$ milhões)

Sul da Ásia	Receita			Despesa			Saldo		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Afganistão	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Bangladesh	11	23	50	78	229	301	-67	-206	-251
Butão	2	5	10	-	-	-	-	-	-
Índia	1.512	2.583	3.168	393	996	2.567	1.119	1.587	601
Maldivas	89	210	320	15	31	46	74	179	274
Nepal	64	117	167	45	136	73	19	-19	94
Paquistão	156	114	84	440	449	252	-284	-335	-168
Sri Lanka	132	225	253	74	186	244	58	39	9
Total	1966	3277	4052	1046	2028	3483	920	1249	569

Fonte: WDI (2003)

A receita obtida pela própria Índia fica bastante próxima da obtida por Brasil, Argentina, África do Sul e Marrocos. Contudo, por apresentar condições menos favoráveis à emissão, ainda que se observe um aumento importante dos gastos no ano 2000, a Índia obteve melhores saldos e, desta forma, influenciou o resultado obtido pela região.

O capítulo 4 demonstrou que, dentre alguns pontos convergentes entre as regiões, destacam-se:

- a)- Possuem baixa capacidade de emissão
- b)- Estão distantes dos principais centros emissores de turistas
- c)- O baixo IDH aponta para algumas condições de oferta pouco favoráveis ao turismo internacional (baixo IDH-L na África, demonstra a possibilidade de riscos relacionados à saúde ao turista)
- d)- Os atrativos naturais apresentaram-se numerosos nestas regiões. Contudo, as condições de acessibilidade e diversificação não demonstram diferenciais em termos internacionais, salvo poucas exceções.
- e)- Os países que apresentaram os maiores fluxos emissores per capita da região, foram aqueles com maior renda per capita, maior participação da população acima de 65 anos, melhor distribuição de renda e menor extensão territorial. Contudo, a renda per capita apresentou-se como o principal fator. (os resultados convergiram com os obtidos através da análise econométrica)
- f)- Os determinantes de atração também apresentaram-se válidos para estes países. Mesmo as exceções, quanto aos países que receberam maior quantidade de turistas são compreensíveis, através dos determinantes identificados.

Por outro lado, observa-se alguns pontos divergentes, através do

desempenho obtido pelos países destas regiões.

a)- A região da África e do Sul da Ásia apresentaram melhores resultados no saldo da conta Viagens Internacionais ao longo da década de 1990, se comparado à América do Sul;

b)- Os países da África e do Sul da Ásia apresentaram uma maior participação de turistas externos à região. Entretanto, os países que receberam a maior quantidade de turistas, tiveram uma maior participação de visitantes procedentes de locais próximos.

Contudo, mesmo os pontos divergentes identificados entre estas regiões, podem ser explicados através dos determinantes do turismo internacional apresentados nos capítulos 2 e 3. A capacidade de emissão dos países da África e do Sul da Ásia, apresentam-se mais precárias do que às da América do Sul. Desta forma, ainda que obtenham resultados positivos e estes sejam significantes para seus países, o fluxo nestas regiões está concentrado em alguns países que apresentam condições favoráveis à atração e a grande maioria, possui baixa capacidade de emissão, favorecendo o saldo positivo através da restrição ao gasto com esta atividade.

Portanto, as restrições ao desenvolvimento humano, as condições de oferta e tecnologia turística e a localização geográfica em regiões econômicas com pouca capacidade de demanda deste tipo de serviço, tendem a restringir uma maior inserção por parte da maioria dos países que compõem estas regiões. Isto exige dos atrativos naturais destes países um peso muito elevado para a inserção dos mesmos no fluxo internacional, o que na maioria das vezes não tem ocorrido.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar a importância econômica do turismo no comércio internacional, identificando quais os principais determinantes desta atividade e as restrições à inserção dos países em desenvolvimento. Constatou-se que o crescimento setorial a partir da década de 1950, garantiu-lhe uma participação relevante na geração de renda e emprego na atualidade.

O bom desempenho deste setor chama a atenção principalmente quanto ao mercado de trabalho, pois, sendo intensivo em capital humano, tem-se dado grande relevância para sua capacidade de absorção. Entretanto, os benefícios advindos do incremento da atividade turística nos últimos anos, estiveram concentrados nos países desenvolvidos.

O deslocamento do consumidor e não do produto, em função da característica desta atividade, composta, sobretudo pela prestação de serviços, garante ao turismo algumas peculiaridades que o diferencia da comercialização de bens tradicionais. As especificidades da demanda por turismo tendem a favorecer o fluxo intra-regional e servem como base para a compreensão dos fatores que determinam este fluxo. Ainda que o impacto econômico ocorra da mesma forma que os demais setores do comércio internacional, o processamento deste setor deve ser analisado de forma diferenciada. Isto, porque alguns fatores de oferta que não seriam considerados na comercialização internacional de bens tornam-se fundamentais no momento em que há o contato direto entre o consumidor e o destino turístico.

Com base neste diagnóstico, envolvendo as particularidades deste comércio entre países, foi possível analisar os determinantes do turismo internacional e as principais restrições à inserção dos países em desenvolvimento, especificamente da América do Sul, África e Sul da Ásia, validando as hipóteses iniciais às quais este trabalho se propôs a investigar.

O estudo sobre os determinantes, apresentado ao longo do capítulo 2, complementado pelo capítulo 3, aponta para o fato de que a renda é um determinante fundamental para explicar a emissão de turistas, o que de fato, se traduz numa constatação esperada. Além da análise dos quadros com gráficos que apresentam os graus de dispersão, demonstrando as relações diretas e inversas, através dos resultados econométricos há indícios de uma elasticidade-renda elevada, com relação aos gastos, o que caracteriza a atividade como basicamente composta de bens e serviços superiores.

Também a distribuição de renda, apesar de não ter sido incluída no modelo econométrico, por restrições de dados com variações ao longo do tempo, demonstra-se um componente importante. Com base em dados de 1999, todos os países que apresentaram uma emissão de turistas em proporção à população superior a 35%, mantiveram um índice de Gini abaixo de 0,4. Ainda que o quadro apresente países com boa distribuição de renda e pouca emissão de turistas, são raros os casos dentre os principais emissores de turistas com uma má distribuição de renda frente aos parâmetros internacionais. Portanto, apesar de não garantir o fluxo emissivo, a distribuição de renda é uma condição que deve ser considerada.

Ainda com relação à emissão, demonstrou-se a relevância da variável compreendendo a proporção da população acima 65 anos no país. Neste caso, mesmo que o quadro 8 tenha apresentado significativa dispersão das observações, principalmente quanto aos países com menor proporção da população acima desta faixa etária, a variável demonstra-se estatisticamente significativa, com elevada sensibilidade à quantidade de turistas emitidos, em proporção à população residente.

Com relação aos determinantes de atração, observou-se através da discussão do capítulo 2, somada aos resultados econométricos que o desenvolvimento tem um papel fundamental na explicação da quantidade de turistas recebidos per capita. Identificou-se uma relação bastante sensível entre o fluxo receptivo e o IDH.

Outra questão fundamental, relacionada à atração, refere-se às condições de oferta, através da proposta de um índice de tecnologia turística. A necessidade de um equilíbrio entre variáveis relacionadas à atratividade, diversificação da oferta e acessibilidade ao destino são fundamentais para compreender a possibilidade de subutilização dos atrativos naturais, por parte de países em desenvolvimento. O índice de tecnologia turística, envolvendo estes fatores, demonstrou uma relação direta com a quantidade de turistas recebidos per capita e resultados estatisticamente significantes. Contudo, não foi possível utilizá-lo na análise econométrica em painel, em virtude das restrições de dados para todos os países e da variação ao longo do tempo.

As relações comerciais, apesar de serem constatadas como significativas em outros trabalhos nesta área, não tiveram resultados significativos. Mesmo na análise com graus de dispersão, além de demonstrarem uma variância muito grande, não apresentaram uma relação direta de forma muito clara.

Quanto à articulação do setor, apesar de sua importância, não coube a este trabalho aprofundar-se nesta questão, uma vez que não foram encontradas referências consolidadas, sendo este um ponto que por si só, demandaria uma dedicação expressiva.

Com relação aos fatores de resistência, a questão do custo demonstrou-se relevante e estatisticamente significativa. Utilizando-se do fator de conversão da paridade do poder de compra como *proxy*, os resultados econométricos demonstram a importância desta variável para a emissão de turistas. Entretanto, a mesma demonstrou menor elasticidade do que a renda. Com relação ao custo, vale reforçar a identificação da existência de dois custos relevantes na atividade turística, relacionados ao transporte e ao destino. Somados à questão da proximidade cultural, estes fatores contribuem bastante para explicar a forte presença do componente regional no fluxo de turismo internacional.

Referindo-se à atração, destaca-se o papel da variável risco relacionado à segurança, a qual apresentou-se como estatisticamente significativa nos testes econométricos e demonstrou uma relação bastante clara entre os países que mais recebem turistas e os índices de criminalidade, apresentados ao longo do capítulo 2.

Com base nestes determinantes identificados, foi realizado um levantamento das condições apresentadas pelos países em desenvolvimento pertencentes às regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia, considerando suas especificidades.

Os resultados da análise destes países demonstram consistência com os determinantes gerais. Ou seja, os países que apresentavam condições mais favoráveis de emissão, de acordo com os determinantes identificados nos capítulos 2 e 3, foram de fato os que mais emitiram turistas, ao longo das duas últimas décadas. Por outro lado, os principais receptores de turistas, foram aqueles que demonstravam características favoráveis à recepção de turistas, de acordo com os determinantes gerais.

Ainda que alguns dos países analisados destacam-se quanto ao bom desempenho frente ao fluxo de turismo internacional, de maneira geral os países demonstram diversas restrições ao aumento do fluxo de maneira significativa. Além disso, alguns dos resultados positivos são explicados por especificidades locais, que na maioria das vezes, não garante uma exceção à regra por parte destes países.

A África do Sul, por exemplo, apesar de ter um fluxo significativo de turistas internacionais, mantém aproximadamente 60% representados por quatro países que fazem fronteira. Destes, 25% são procedentes do Lesotho, um país que está literalmente dentro do espaço geográfico da própria África do Sul.

Ou então, referindo-se aos resultados financeiros obtidos pela região da África ou do Sul da Ásia, observa-se que estes estão basicamente concentrados em alguns países e que na maioria dos casos é explicado muito mais pela restrição de emissão do que pela atração expressiva de turistas.

Portanto, dado as características da atividade turística, às quais tendem a fortalecer a participação do fluxo intra-regional, as condições não favoráveis de emissão por parte destes países, lideradas principalmente pela baixa renda per capita, restringem um aumento do fluxo internacional intra-regional.

Esta restrição leva a estes países terem a necessidade de apresentar condições de atratividade que compensem a distância dos principais centros emissores. Parte delas é favorecida pelos atrativos naturais presentes nestes países. Contudo, isto não é o bastante. O fato de não estarem acompanhadas por outros determinantes de atração identificados através do Índice de Desenvolvimento Humano, diversificação da oferta turística, acessibilidade, segurança e questões institucionais, em alguns dos casos, apresentados no capítulo 4, fazem com que estes países tenham barreiras difíceis de serem transpostas no turismo internacional.

Contudo, deve-se considerar o fato de que, assim como no mercado de bens, o surgimento de novos produtos diferenciados pode gerar um deslocamento da demanda para o mesmo. No caso da atividade turística, a busca por novos destinos, poderá favorecer o incremento dos países em desenvolvimento no fluxo internacional. Contudo, isto não dependerá apenas desta condição de demanda, que tem se demonstrado verídica, mas também do quanto estes países em desenvolvimento, especificamente os das regiões aqui analisadas, irão avançar na melhoria de suas condições endógenas de atratividade.

Somente desta forma surgirão de fato estes novos produtos turísticos e assim, terão condições de concorrerem a uma inserção que extrapole as restrições dadas pela região. Contudo, não se deve desconsiderar as barreiras a serem enfrentadas, pois, caso contrário, isto poderá ser revertido em expectativas superestimadas quanto ao potencial turístico de um país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Roberto. **Abordagem econômica da demanda por turismo doméstico no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas.** In: V Encontro de Economistas da Língua Portuguesa, nov. 2003.
- ARBARCHE, Jorge. **O mercado de trabalho do turismo no Brasil.** Brasília, 2001
- ARCHER, Brian. **Economic Impact Analysis.** Annals of Tourism Research, 23(3), p.704-707, 1996
- ATHYAMAN, Miguel. **Promoção turística: um enfoque metodológico.** São Paulo: Pioneira, 1991.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza.** Washington: OXFORD, 2001.
- BAPTISTA, Mário. **Turismo na Economia: Uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural.** Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística, ed. 1, 1990.
- CARIO & PEREIRA. **Revisão da análise schumpeteriana.** In: Encontro Nacional de Economia Política. Curitiba, jun, 2002.
- CHOY, Dexter J. L. **The quality of tourism employment.** Tourism Manegement, vol. 16, n.2, p. 129-137, 1995.
- CIA. **The World Fact Book.** [on line]. Capturado via internet em www.cia.gov, em 5 de julho, 2003.
- CROMPTON, John L; ANKOMAH, Paul K. **Choice set propositions in destination decisions.** Annals of Tourism Research, v. 20, p. 221-228m 1997.
- CROUCH, Geoffrey I. **Demand Elasticities in International Marketing: a Meta-Analytical Application to Tourism.** Journal of Business Research, n.36, p.117-136, 1996.
- CRUZ, Marcio J. V. & CAMARA, Marcia Gabardo. **The dynamic of the tourism in Brazil.** In: THE BUSINESS ASSOCIATION OF LATIN AMERICAN STUDIES ANNUAL CONFERENCE, Tampa, 21 mar, 2002. Anais, BALAS, 2002
- DIVESEKERA, Sarath. **A model of demanda for international tourism.** Annals of tourism research, vol. 30, n.1, p 31-49, 2003.
- EILAT, Yair; EINAV, Liran. **The Determinants of International Tourism: A Three-Dimensional Panel Data Analysis.** JEL: C13, C23, F14, L83, fev, 2003.
- FLETCHER, John E. **Input-output analysis and tourism impact studies.** Annals of tourism research, n.18, p. 514-529, 1989.
- FRECHTLING, Douglas C. **Practice Tourism Forecasting.** Butterworth: Heinemann, 1996

- FMI. **Committee on Balance of Payment Statistics**. Anual report, 2001 [on line]. Capturado via internet em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2001/index.htm>, em 5 de julho, 2003a.
- FMI. **Sequencial List of Code** [on line]. Capturado via internet em <http://www.imf.org/external/np/sta/bopcode/seq.htm>, em 5 de julho, 2003b.
- FMI. **Topical List of Code** [on line]. Capturado via internet em <http://www.imf.org/external/np/sta/bopcode/topical.htm>, em 5 de julho, 2003b.
- FABRE, Pierre. **Tourisme International et Projets Touristiques dans le Pays en Development**. Paris: Ministère de la Cooperation de France, 1979.
- FRANK, Robert H. **Microeconomia e Comportamento**. 3 ed, Alfragide: McGraw Hill, 1997, ISBN 972-8298-72-2
- GERSHUNY, Jonathan I., MILES, Ian D. **La Nueva Economía de Servicios**. Madrid: Ministério do Trabalho e Seguridad Social da Espanha, 1988. ISBN 84-7434-480-8
- GREENE, William H. **Econometric Analysis**. Prentice-Hall: New Jersey, 1997
- HILTON. **Tarifas de hospedagem** [on line]. Disponível na internet via: <http://www.hilton.com> capturado em 25 de maio de 2003.
- HODGSON, Geoffrey M. **Economics and Institutions: a Manifesto for a Modern Institutional Economics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.
- HOTELSBRAZIL. **Tarifas de hospedagem** [on line]. Disponível na internet via: <http://www.hotelsbrazil.com.br>, capturado em 25 de maio de 2003.
- INTERPOL. **International Statistical Crime**. Disponível via on-line. em www.interpol.int, capturado em 03/06/2003.
- IPEADATA. Renda per capita nas regiões do Brasil. Disponível via on-line. em www.ipeadata.gov.br, capturado em 03/03/2004.
- JUDSON, R. A. & OWEN, A. **Estimating Dynamic Panel Data Models: A Guide for Macroeconomists**. *Economics Letters*, vol. 65 (October 1999), pp. 9-15
- KRUGMAN. Paul. **Geography and Trade**. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts. London. England 1991. ISBN 0-262-11159-4
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1996.
- LANCASTER, Kelvin J. A New Approach to Consumer Theory. *The Journal of Political Economy*, v. 74, n.2, 1966.

- LEIPER, Neil. **A conceptual analysis of tourism-supported employment which reduces the incidence of exaggerated, misleading statistics about job.** *Tourism Management*, n.20, p. 605-613, 1999.
- LICKORISH, Leonard J. & JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo.** Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LOEB, P. D. **International Travel to the United States: an economic evaluation.** *Annals of Tourism Research*, 9, 7-20.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia.** Rio de Janeiro: LTC, 1998, 3 ed.
- MARQUES, L. D. **Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura.** Porto: Centro de Estudos Macroeconômicos e de Previsão, 2000.
- MASLOW, ^{ah}. a Theory of Human Motivation. In: LYNE, C. (Ed.). **Leisure Travel and Tourism.** Massachusetts: Institute of Certified Travel Agents, 1989.
- MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G; SABATTO A.; DWECK, R. **O Setor Serviços no Brasil: uma visão global 1985/95.** Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão, n. 549, mar. 1998.
- MINISTÉRIO DE TURISMO DO URUGUAI. **Dados estatísticos do fluxo de turistas, 2004.**
- NEALE, Walter C. **Institutions.** *Journal of Economic Issues*, 21 (3): 1177-1206, 1987.
- North, D.C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.
- OMC. **International Trade Statistics.** Disponível na internet via: www.wto.org, capturado em 20 de abril de 2003c.
- OMT. **Yearbook of Tourism Statistics.** Madrid, 1996.
- _____. **Tendências de los mercados turísticos: panoramas mundial y temas de actualidad.** Madrid: Organizacion Mundial de Turismo, 2001. ISBN 92-844-0440-1
- _____. **Tourism and Poverty Alleviation.** Relatório da Organização Mundial do Turismo, 2002a.
- _____. **Yearbook of Tourism Statistics.** Madrid, 2002b.
- _____. **Tourism Highlights 2002.** Relatório da Organização Mundial do Turismo, 2002b. Disponível na internet via: <http://www.world-tourism.org>. Recuperado em 15 de março de 2003a.
- _____. **International Tourist Arrivals - by country [on line].** Disponível na internet via: www.world-tourism.org, capturado em 20 de abril de 2003b.

_____. **International Tourist Expenditure - by country** [*on line*]. Disponível na internet via: www.world-tourism.org, capturado em 20 de abril de 2003c.

_____. **International Tourist Receipts - by country** [*on line*]. Disponível na internet via: www.world-tourism.org, capturado em 20 de abril de 2003d.

_____. **System of Tourism Statistic** [*on line*]. Disponível na internet via: http://www.world-tourism.org/statistics/tsa_project/basic_references/index-en.htm, capturado em 25 de julho de 2003e.

ONU. **Human Development Report**. Nova Iorque: Oxford, 1990.

_____. **Human Development Report: Deepening democracy in a fragmented world**. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. **Human Development Report**. New York: Oxford University Press, 2003.

_____. **Mapas e documentos** [*on line*]. Disponível na internet via: www.un.org, capturado em 20 de fevereiro de 2004.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. São Paulo: Atlas, 2000.

PETIT, Pascal. **El Crecimiento y la Economía de los Servicios**. Madrid: Ministério do Trabalho e Seguridad Social da Espanha, 1987. ISBN 84-7434-435-2

PORTUGAL, Marcelo S., AZEVEDO, André Felipe Z. & NETO, Paulo C. F. Barcelos. **Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas: Uma aplicação do modelo gravitacional** [*on line*]. Porto Alegre: UFRGS. Texto para discussão, n.9, 2002.

PRS GROUP. **Country Risk Guide**, CD, 2000.

PINDYCK, R. e RUBINFELD, D. **Econometric Models and Economic Forecasts**. New York: McGraw-Hill.

RABAHY, Wilson. **Turismo e Desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003

RINCON, Hernan & NELSON, Gerald C. **Does a Devaluation Improve the Trade Balance: Evaluating Competing Theories with New Evidence from Small Semi-Open Economies**. Illinois Agricultural and Consumer Economics Staff Paper AE- 4740, Fev, 2001. Capturado via internet em www.ace.uiuc.edu/faculty/GNelson/papers/ACEwpAE-4740.pdf em 20 de julho de 2003

RIVERA-BATIZ, Francisco L. & RIVERA-BATIZ, Luiz A. **International Finance and Open Economy Macroeconomics**. 2ed, New York: Paperback, 1994

SIMON, Hebert A. **A racionalidade do processo decisório em empresas**. Edições Multiplic, 1(1): 25-60, 1980.

- SIMONSEN, Mario H., CYSNE, Rubens P. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1995, 2 ed. ISBN 85-224-1306-1
- STARALLIANCE, **Pesquisa e compra de passagens aérea** [on line]. Disponível na internet via: http://www.staralliance.com/star_alliance/star/frame/main.html, capturado em 20 de maio de 2003
- TEO, Peggy & LI, Lim Hiong. **Global and Local Interactions in Tourism**. Annals of Tourism Research, vol. 30, n.2, 2003, p.287-306.
- TRIBE, John. **Economia do Lazer e Turismo**. Tradução (da 2 ed. original revisada) de Maria Cláudia Pires Lopes. São Paulo: Manole, 2003. ISBN 85-204-1280-7
- TOOMAN. Alex L. **Multipliers and Lyfe Cycles: A Comparison of Methods for Evaluating Tourism and Its Impacts**. Journal of Economic Issues, 21, dec. 1997, p. 917-932
- UNESCO. **World Heritage List, 2003** [on line]. Disponível na internet via: www.unesco.org, capturado em 10 de março de 2004.
- VALLS, Josep Francesc. **Las Claves del Mercado Turístico**. Bilbao: Ediciones Deusto, 1996. ISBN 84-234-144-2
- VANHOVE, N. **Tourism and employment**. In: World Congress of Social Economics. Cidade do México, 7-9 ago, 1980.
- VARIG. **Pesquisa e compra de passagens aérea** [on line]. Disponível na internet via: <http://www.varigbrasil.com/english>, capturado em 20 de maio de 2003.
- VERBEEK, Marno. **A guide to modern econometrics**. Londres: John Wiley and Sons, 2000.
- VICKERS, Douglas (1989). **The illusion of the economic margin**. Journal of Post Keynesian Economics, 12 (1): 88-97.
- WITT, Stephen F. & WITT, Christine A. **Forecasting tourism demand: a review of empirical research**. In: International Journal of Forecasting, n.111, 1995, p.447-475.
- World Development Indicators. **Banco Mundial**, CD, 2001.
- World Development Indicators. **Banco Mundial**, CD, 2003.
- World Resource Institute. **Global Resource Information Database**, 2002.
- WTTC. **The 2003 Travel & Tourism Economic Research**. Vilamoura, mai, 2003. Capturado em 20 out. em www.wttc.org.

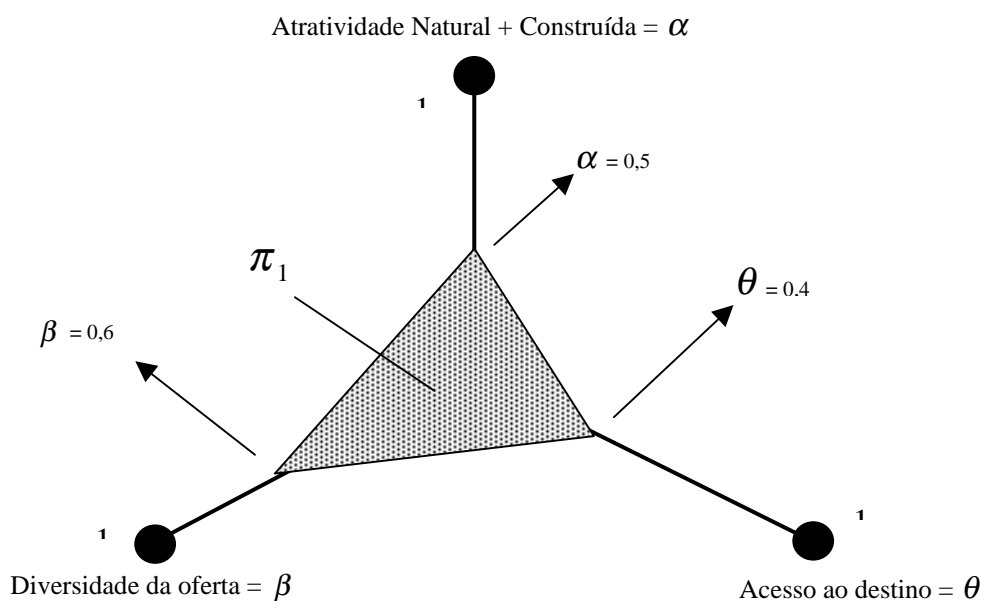
ANEXO 1 – Condição de maximização do potencial turístico

Partindo-se da figura 5 (p.53), tem-se um plano cartesiano, com eixos X e Y, e vetores α , β e θ . Todos estes parâmetros estão sujeitos as restrições dadas por: $0 \leq \alpha \leq 1$, $0 \leq \beta \leq 1$ e $0 \leq \theta \leq 1$. Ou seja, tratam-se de números positivos, restritos a um valor máximo, sendo esta uma característica própria à um índice sob limites.

Onde: α : Atratividade Natural e Construída, β : diversidade da oferta e θ : acessibilidade ao destino. Neste caso, parte-se da hipótese de que para maximizar a utilização do potencial de atratividade de um destino, é necessário que haja um equilíbrio entre estes três vetores, possibilitando a maior área possível, dada uma restrição destes fatores de oferta no curto prazo.

Primeiramente, dentro de uma discussão intuitiva, a título de simplificar esta idéia, partindo de um exemplo fictício, onde em um dado país tem-se que $\alpha = 0,5$, $\beta = 0,6$ e $\theta = 0,4$. Neste caso, a restrição K é dada pela soma dos valores destes vetores. Portanto, tem-se que $\alpha + \beta + \theta = 1,5$.

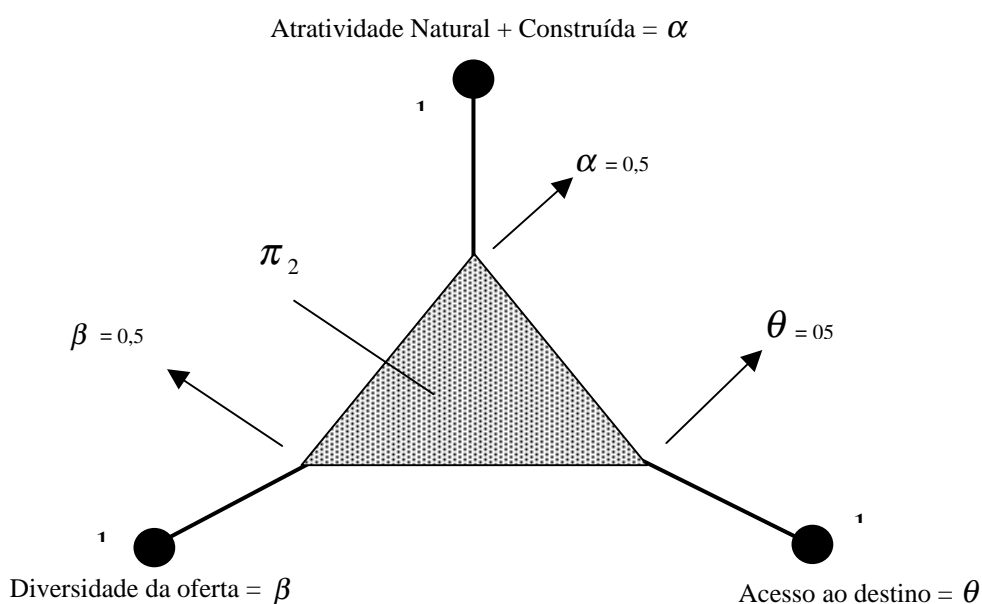
Exemplo1.a – Tecnologia Turística (π)



Portanto, com base no exemplo 1.a, o grau de tecnologia turística seria demonstrado pela área π . Sendo a restrição à ampliação da área, dada pelos valores dos

vetores α , β e θ . Neste caso, se houvesse total flexibilidade dos fatores, para maximizar a potencialidade turística deste destino seria necessário realocar parte dos recursos destinados à diversidade turística para melhorias relacionadas à acessibilidade. Tal que, a condição necessária para o melhor aproveitamento destes recursos, seria $\alpha + \beta + \theta = K$, sendo $\alpha = \beta = \theta$. Uma vez que a condição de máximo é dada pela igualdade dos parâmetros, substituindo todos em função de uma única variável, tem-se que: se $K = 1,5$, então $\alpha = \beta = \theta = 0,5$. Neste caso, não haveria uma sub-utilização dos recursos destinados à ampliação da diversidade da oferta. O resultado da nova área é apresentada no exemplo 1.b, por π^2 .

Exemplo1.b – Tecnologia Turística (π)



Para apresentar de forma mais formal, como se dá a construção desta análise, a figura 5.a apresenta um plano cartesiano, com os eixos X e Y e os vetores α , β e θ . Para calcular a área no plano, tem-se que:

$$\begin{cases} X_1 = 0 \\ Y_1 = \alpha \end{cases}$$

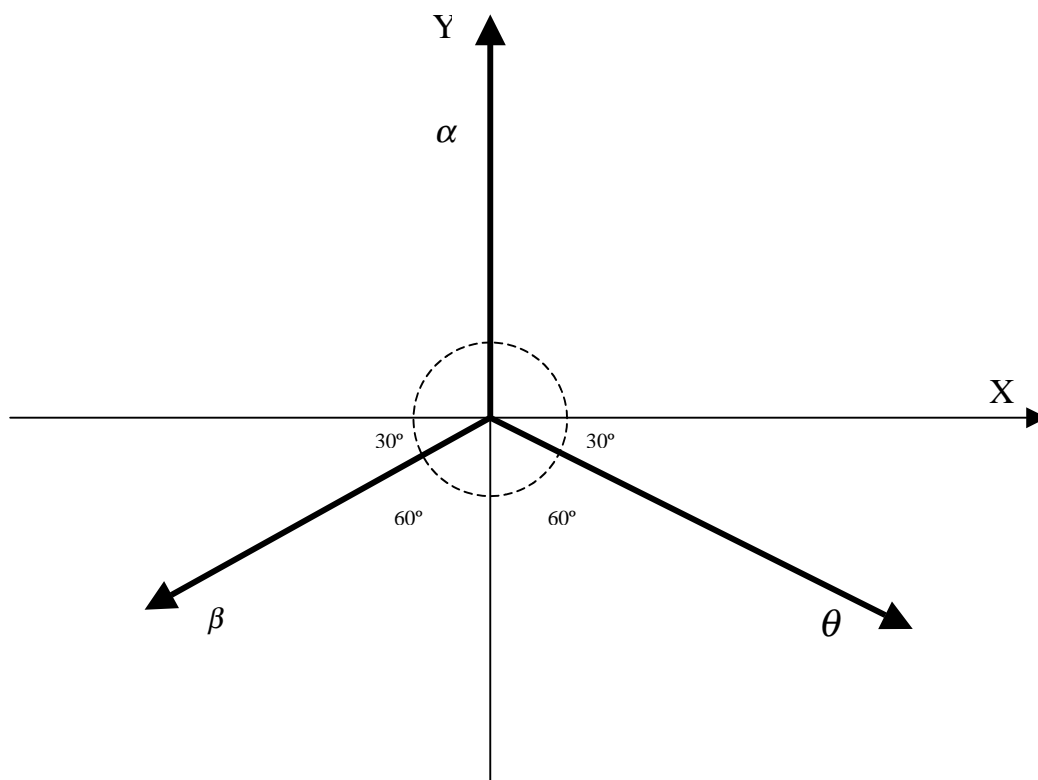
$$\begin{cases} X_2 = \beta \cos 30^\circ = \frac{\sqrt{3}}{2} \beta \Rightarrow \beta = \frac{X}{\cos 30^\circ} \\ Y_2 = -\beta \sin 30^\circ \Rightarrow \beta = -\frac{Y}{\sin 30^\circ} \end{cases}$$

$$\text{Portanto, } \beta = -\frac{Y}{\text{sen } 30^\circ} = \frac{X}{\text{cos } 30^\circ} \Rightarrow Y = -\text{tg } 30^\circ \cdot X \Rightarrow Y = -\frac{\sqrt{3}}{3} X_2$$

$$\left\{ \begin{array}{l} X_3 = -\theta \text{ cos } 30^\circ = \frac{\sqrt{3}}{2} \theta \Rightarrow \theta = -\frac{X}{\text{cos } 30^\circ} \Rightarrow \\ Y_3 = -\theta \text{ sen } 30^\circ \Rightarrow \theta = -\frac{Y}{\text{sen } 30^\circ} \Rightarrow \end{array} \right.$$

$$\text{Portanto, } \theta = -\frac{Y}{\text{sen } 30^\circ} = -\frac{X}{\text{cos } 30^\circ} \Rightarrow Y = \text{tg } 30^\circ \cdot X \Rightarrow Y = \frac{\sqrt{3}}{3} X$$

Figura 5.a – Cálculo da área π no plano cartesiano



Neste caso, os vetores α , β e θ , seriam determinados da seguinte forma, através dos eixos X e Y, no plano cartesiano:

$$\alpha (X_1, Y_1) \Rightarrow (0, Y_1) \Rightarrow \alpha = Y_1$$

$$\beta (X_2, Y_2) \Rightarrow (X_2, -\frac{\sqrt{3}}{3} X_2)$$

$$\theta (X_3, Y_3) \Rightarrow (X_3, \frac{\sqrt{3}}{3} X_3)$$

Resolvendo o determinante dos vetores para encontrar a área do triângulo, tem-se que $S = \pi$. Onde:

$$S = \frac{1}{2} \begin{vmatrix} 0 & Y_1 & 1 \\ X_2 & -\sqrt{3}/3 \cdot X_2 & 1 \\ X_3 & \sqrt{3}/3 \cdot X_3 & 1 \end{vmatrix}$$

$$S = \frac{1}{2} |X_3 Y_1 + X_2 X_3 \sqrt{3}/3 + X_2 X_3 \sqrt{3}/3 - Y_1 X_2|$$

$$S = \frac{1}{2} \left| -\theta \frac{\sqrt{3}}{2} \alpha - \beta \theta \frac{3}{4} \cdot \frac{\sqrt{3}}{3} - \beta \theta \frac{3}{4} \cdot \frac{\sqrt{3}}{3} - \alpha \beta \frac{\sqrt{3}}{2} \right|$$

$$S = \frac{1}{2} \left| -\alpha \theta \frac{\sqrt{3}}{2} - \beta \theta \frac{\sqrt{3}}{2} - \alpha \beta \frac{\sqrt{3}}{2} \right|$$

$$S = \left(\alpha \theta \frac{\sqrt{3}}{4} + \beta \theta \frac{\sqrt{3}}{4} + \alpha \beta \frac{\sqrt{3}}{4} \right)$$

$$S = \frac{\sqrt{3}}{4} (\alpha \theta + \beta \theta + \alpha \beta)$$

Portanto, está é a área formada pelos vetores α , β e θ . Uma vez que existe uma restrição dada por $\alpha + \beta + \theta = K$, então para calcular os valores dos parâmetros, afim de maximizar esta função, aplicando o método de lagrange para relaxar a restrição, tem-se que:

$$\max S(\alpha, \beta, \theta) = \frac{\sqrt{3}}{4} (\alpha \theta + \beta \theta + \alpha \beta)$$

$$L(\alpha, \beta, \theta, \lambda) = \frac{\sqrt{3}}{4} (\alpha \theta + \beta \theta + \alpha \beta) - \lambda \cdot (\alpha + \beta + \theta - K)$$

Derivando S em função de cada um dos parâmetros, tem-se que:

$$\frac{\partial S}{\partial \alpha} = \frac{\sqrt{3}}{4} (\theta + \beta) - \lambda = 0$$

$$\frac{\partial S}{\partial \beta} = \frac{\sqrt{3}}{4} (\alpha + \theta) - \lambda = 0$$

$$\frac{\partial S}{\partial \beta} = \frac{\sqrt{3}}{4}(\alpha + \theta) - \lambda = 0$$

$$\alpha + \beta + \theta = \mathbf{K}$$

Igualando as derivadas, tem-se que:

$$\frac{\sqrt{3}}{4}(\theta + \beta) = \frac{\sqrt{3}}{4}(\alpha + \theta) = \alpha = \beta$$

$$\frac{\sqrt{3}}{4}(\theta + \beta) = \frac{\sqrt{3}}{4}(\alpha + \beta) = \alpha = \theta$$

Portanto, a condição de máximo é dada em

$$\alpha = \beta = \theta$$

ANEXO 2 – Tratamento econométrico

Uma vez que se tem como objetivo discutir os determinantes do fluxo de viagens internacionais, há que se considerar o comportamento das variáveis analisadas em diversos países ao longo do tempo. Isto porque, se considerado apenas um único país, não haveria a possibilidade de generalização do modelo, por isso a necessidade de trabalhar com dados em *cross-section*. Por outro lado, trabalhar com um único corte no tempo neste caso, não traria a possibilidade de considerar o impacto da variável explicativa ao longo do tempo.

Portanto, o modelo de dados em painéis mostrou-se uma metodologia adequada para a obtenção dos resultados pretendidos, sendo necessária uma discussão prévia a respeito deste modelo. No entanto, esta discussão não procura um maior aprofundamento do tema, mas sim um levantamento de algumas características específicas que justifique a utilização desta metodologia, bem como uma compreensão básica ao leitor não familiarizado com este instrumental.

Neste caso, a base teórica utilizada a apresentação deste modelo consta em PINDYCK (1998), MARQUES (2000) VERBEEK (2000) e GREENE (1997), sendo este último uma das principais referências citadas em trabalhos de economia aplicada que utilizam esta metodologia. O modelo de dados em painéis é caracterizado pela junção de repetidas observações em dados de corte de uma mesma unidade (indivíduos, famílias, firmas, países), coletados ao longo de um período. Portanto, trata-se da utilização conjunta das metodologias de *cross section* e séries temporais através de um processo que detém diversas particularidades, denominado *pooling*.

PINDYCK (1998) destaca como vantagens deste método, o aumento do número de observações, gerando graus de liberdade adicionais ao modelo, bem como a diminuição dos problemas relacionados às variáveis omitidas. Por outro lado, o autor cita que os problemas com dados de painéis geralmente estão relacionados distúrbios referentes a séries temporais e *cross section*, somados aos advindos de ambos, sendo esta uma especificidade do modelo.

VERBEEK (2000) afirma que se comparados a tamanhos de amostras idênticos, a utilização de dados em painel é geralmente mais eficiente do que séries temporais ou *cross section*. De acordo com MARQUES (2000) uma das vantagens da estimação com dados em painel é a consideração da heterogeneidade individual. Desta forma, os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadas dos indivíduos. Estas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo, de forma que estudos

temporais ou seccionais que não tenham em conta esta heterogeneidade, produzirão na maioria das vezes, resultados enviesados.

Portanto, tipicamente em modelos de dados de painéis, a inclinação dos parâmetros relacionados às variáveis explicativas são os mesmas para todas as *cross-sections*, mas os interceptos são diferentes, representando a heterogeneidade não observada entre as unidades. Uma vez que o modelo não contemple esta diferença, utilizando um intercepto comum a todas as unidades, não se caracteriza um método de estimação em painel, ainda que se trate de um *pooling*.

GREENE (1997, p. 615) demonstra que em termos gerais, uma abordagem básica para esta discussão trata-se de um modelo de regressão linear na forma::

$$y_{it} = \alpha_i + \beta' x_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Tal que:

y_{it} é a variável dependente do *i-ésimo* indivíduo *cross-section* no tempo *t*.

α_i é o intercepto individual de cada indivíduo *cross-section*.

β' é o vetor de coeficientes das variáveis independentes.

x_{it} é um vetor com *k* variáveis independentes para o *i-ésimo* indivíduo *cross-section* no tempo *t*.

ε_{it} é um termo de erro aleatório.

A especificação de dados em painel apresenta duas hipóteses alternativas para se modelar o comportamento heterogêneo dos que pertencem à unidade, sendo eles: o Modelo de Efeitos Fixos e o Modelo de Efeitos Aleatórios.

i Modelo de Efeitos Fixos

O Modelo de Efeitos Fixos admite que os coeficientes β são idênticos para todos os indivíduos, com exceção do intercepto α_i , diferente para cada indivíduo *cross-section*. No entanto, não distingue especificidades individuais relacionadas a outros efeitos que estão agindo no tempo.

A distinção entre os interceptos neste modelo é alcançada através da inclusão de variáveis *dummies* para cada unidade *cross section*, formando assim um conjunto com *N* variáveis *dummies* no modelo. Os parâmetros α_i e β podem ser estimados por

M.Q.O.³⁵

Essencialmente, o modelo de efeitos fixos concentra-se nas diferenças intra-individuais. Isto é, ele explica porque y_{it} difere de \bar{y}_i e não porque \bar{y}_i é diferente de \bar{y}_j . Por outro lado, a rigidez do parâmetro β impõe que uma mudança em x , tem o mesmo efeito (*ceteris paribus*), caso se trate de período ou indivíduos distintos. Contudo, quando da interpretação dos resultados, é importante considerar que os parâmetros serão identificados somente através das dimensões dos dados de dentro do modelo.

ii Modelo de Efeitos Aleatórios

O Modelo de Efeitos Aleatórios assume que o termo α_i é a soma de uma constante α , que captura o efeitos no tempo, e uma variável aleatória u_i , a qual representa termos constantes distribuídos aleatoriamente entre as unidades *cross-section*, o qual não está correlacionada com o resíduo ε_{it} .

Portanto, o modelo de efeitos aleatórios pode ser descrito da seguinte forma:

$$y_{it} = \mu_t + \beta' x_{it} + \alpha_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

μ_t : é um distúrbio aleatório, caracterizando as i th observações, sendo constante ao longo do tempo.

Neste caso, $\alpha_i + \varepsilon_{it}$ são tratados como um termo residual que consiste em dois componentes: um específico individual, que é uma constante e um componente de nota (*reminder*), que é assumido como não correlacionado ao longo do tempo.

iii A escolha pelo modelo

A abordagem mais adequada depende da natureza dos dados analisados. A interpretação apropriada é que os efeitos fixos são condicionais aos valores assumidos por α_i . Assim, a abordagem de Efeitos Fixos é adequada quando se centra a análise em um grupo específico de unidades individuais. Neste caso, a inferência estatística é condicional ao grupo específico de indivíduos observados. VERBEEK (2000) cita que este tipo de abordagem,

³⁵ Mínimos Quadrados Ordinários (M.Q.O) consiste num método de regressão que se tem como objetivo

geralmente é mais apropriada quando i se refere a países, grandes indústrias e predições referidas aos indivíduos de forma específica.

Já a abordagem de Efeitos Aleatórios é preferível a estudos em que se procura inferir o comportamento da população a partir de um painel constituído por uma amostra de indivíduos representativos.

A especificação no Modelo de Efeitos Fixos assume a existência de um intercepto α_i constante e diferenciado para cada indivíduo *cross-section*. A adoção deste pressuposto apresenta uma vantagem (do ponto de vista de estimação) de dispensar a necessidade de se assumir a hipótese de que características específicas a cada indivíduo que não sejam correlacionadas com as variáveis independentes.

Dessa forma, a especificação do Modelo de Efeitos Fixos é implementada com o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários com variáveis *Dummy* (LSDV)³⁶. A especificação no Modelo de Efeitos Aleatórios pressupõe uma distribuição aleatória dos efeitos individuais “em torno” do intercepto comum a todos os indivíduos. Esta hipótese requer que os efeitos individuais sejam não correlacionados às variáveis independentes, mas apresenta a vantagem de possibilitar a inclusão de características específicas dos indivíduos invariantes no tempo (ou no período considerado) para o modelo a ser estimado.

Por isso, a especificação do Modelo de Efeitos Aleatórios requer o uso de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS)³⁷, porque efeitos individuais “aleatórios” u_i , diferenciados entre os indivíduos, mas constantes ao longo do tempo, provocam correlação serial nos choques estocásticos destas unidades.

Embora ambos os estimadores convirjam para os verdadeiros valores dos parâmetros com o aumento do número de observações (ambos são consistentes), o estimador GLS tem a vantagem de ser mais eficiente (apresenta menor dispersão).

Para discernir sobre qual o estimador é mais adequado para uma dada amostra, Hausman (1978) propõe um teste para verificar estatisticamente a plausibilidade da hipótese de correlação zero (ortogonalidade) entre o componente individual u_i do choque estocástico e as variáveis independentes x_{it} . Caso a hipótese de ortogonalidade não seja rejeitada, o modelo de Efeitos Aleatórios é aceito e o estimador GLS pode ser utilizado. A rejeição da hipótese de ortogonalidade leva à utilização do estimador LSDV com o pressuposto do Modelo de Efeitos Fixos.

alcançar o valor mínimos do somatório dos resíduos.

³⁶ “Least Squares Dummy Variables”

³⁷ Generalized Least Squares

iv Os gráficos organizados em *polling*

Uma observação num conjunto de *polling* pode ser indexada mediante três dimensões: a variável, o período do tempo do tempo e a *cross-section*. Trabalhar com os dados em três dimensões é difícil, portanto tipicamente são adotadas formas para se trabalhar com os dados em duas dimensões. Neste caso, os dados podem ser organizados em formas empilhadas ou não. Caso sejam colocados sobre a forma empilhada (*stacked data*) isto quer dizer que haverá uma coluna para identificação, outra para o período, e outras que se referem às variáveis adotadas no modelo. Desta forma, elas podem ser empilhadas seguindo a ordem *cross-section* ou do período. No caso da organização dos dados de forma não empilhada (*unstacked data*), então haverá uma coluna para o período e as demais colunas condizentes a cada variável específica de cada *cross-section*.

Esta consideração torna-se relevante neste trabalho uma vez que diversos gráficos foram construídos através da metodologia de empilhamento dos dados, sob a ordem de período. O gráfico 3, por exemplo, apresenta a relação entre emissão de turistas internacionais e o PIB de 79 países, com amostras entre 1980 e 1999. Assim como nos demais gráficos, foram utilizados o máximo de *cross section* possíveis frente ao período de disponibilidade dos dados, uma vez que a falta de dados para qualquer uma das variáveis inviabiliza a participação de amostras relacionadas ao país.

Neste caso, as variáveis foram empilhadas, conforme demonstra a tabela 1

Tabela 1 – Exemplo de empilhamento por período dos dados utilizados no quadro 1

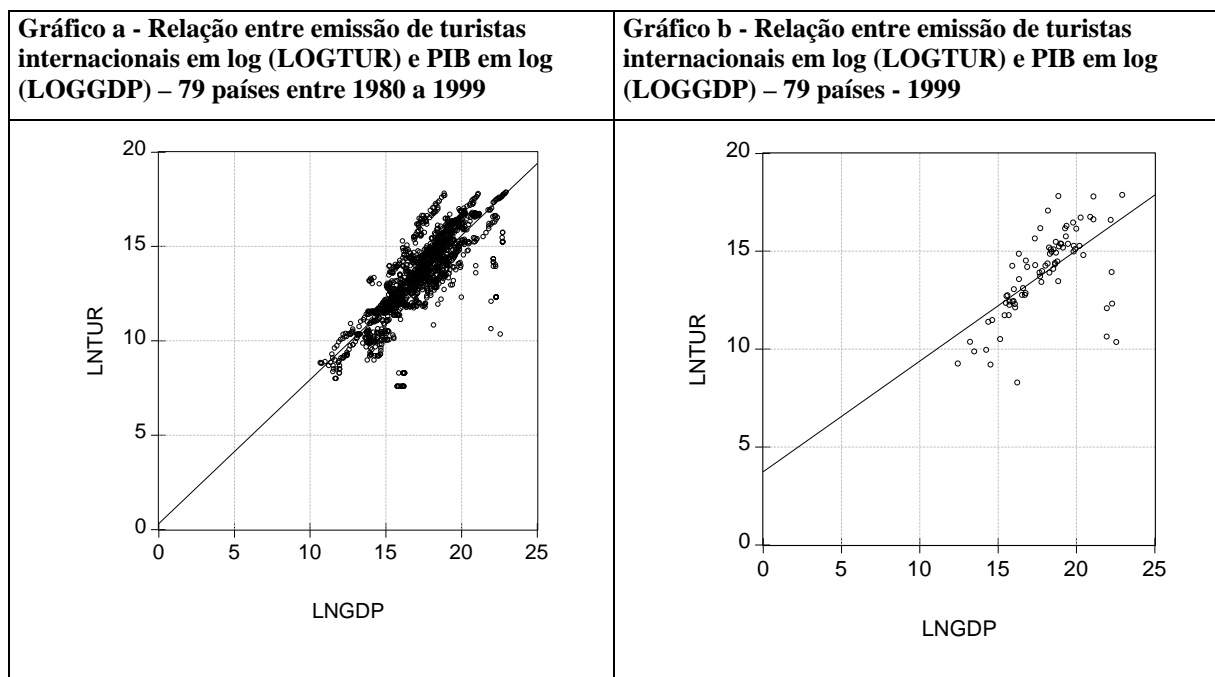
Período	País	ID	TUR	PIB
1980	Algeria	DZA	698000	42345275
1980	Argentina	ARG	1786025	76961923
1980	Australia	AUS	1252333	165746590
1980	Austria	AUT	3525000	79912452
1980	Bangladesh	BGD	337630	17589803
.
.
1999	Turkey	TUR	4758000	185691128
1999	United Kingdom	GBR	53881000	1441786626
1999	United States	USA	58386000	9152098206
1999	Vanuatu	VUT	10593	246746
1999	Zimbabwe	ZWE	331000	5607642

Fonte: Wold Development Indicators, 2001

Com base nesta organização dos dados, é possível obter o gráfico 1, o qual

apresenta a dispersão dos dados, cruzando a emissão de turistas (eixo y), em função do PIB dos países (eixo x). Neste caso, ao empilhar os dados de 79 países ao longo de 20 anos, tem-se 1580 observações possibilitando uma melhor visibilidade quanto a relação destas variáveis ao longo do tempo. Abaixo é possível observar a diferença entre os gráficos 2 e 2.a. Neste caso, o segundo refere-se a uma *cross section* para o ano de 1999.

Quadro 2: Relação entre emissão de turistas internacionais e renda per capita



Fonte: World Development Indicators (2001)

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
Camarões												
1991	83.826	24.539	29,27	França	32,46	Alemanha	6,86	EUA	5,25	UK	3,35	47,92
1992	62.057	14.851	23,93	França	43,90	EUA	4,96	Alemanha	4,60	UK	4,11	57,56
1993	81.350	21.654	26,62	França	35,70	Alemanha	6,23	EUA	4,99	UK	3,81	50,72
1994	97.619	25.984	26,62	França	35,70	Alemanha	6,23	EUA	4,99	UK	3,81	50,72
1995	99.749	26.551	26,62	França	35,70	Alemanha	6,23	EUA	4,99	UK	3,81	50,72
1996	226.583	59.369	26,20	França	35,99	Alemanha	6,41	EUA	5,94	UK	4,28	52,62
1997	239.379	77.673	32,45	França	27,67	EUA	7,92	Alemanha	5,40	UK	2,76	43,75
Cape Verde												
1991	19.909	614	3,08	Portugal	38,52	França	12,01	Alemanha	6,93	EUA	4,53	61,99
1992	18.911	770	4,07	Portugal	42,53	França	11,62	Alemanha	6,54	EUA	5,01	65,69
1993	26.454	902	3,41	Portugal	40,47	França	15,17	Alemanha	4,20	EUA	5,12	64,95
1994	30.808	1.193	3,87	Portugal	35,71	França	12,96	Alemanha	7,74	EUA	5,72	62,12
1995	27.785	981	3,53	Portugal	32,15	França	12,09	Alemanha	10,82	EUA	6,55	61,60
1996	37.000	-		Portugal	32,19	Itália	28,95	França	11,50	Alemanha	11,44	84,08
1997	45.000	-		Portugal	30,58	Itália	30,56	Alemanha	12,36	França	10,58	84,08
1998	52.000	-		Portugal	31,00	Itália	31,00	Alemanha	12,40	França	11,00	85,40
1999	67.042	-			0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
2000	83.259	-			0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
Central African Republic												
1998	7.478	3.439	45,99	França	28,26	Cameroon	7,52	Chad	7,27	Congo	6,69	49,73
Chad												
1991	4.411	1.229	27,86	França	34,80	EUA	8,39	Alemanha	3,40	Bélgica	2,34	48,92
1992	6.166	1.695	27,49	França	43,40	EUA	7,80	Alemanha	4,22	Canadá	2,71	58,13
1993	9.256	2.544	27,48	França	43,37	EUA	7,80	Alemanha	4,21	Canadá	2,71	58,09
1994	18.933	6.586	34,79	França	32,36	EUA	7,23	Canadá	3,94	Alemanha	2,57	46,09
1995	7.382	2.137	28,95	França	38,76	EUA	8,05	Itália	1,82	Alemanha	2,52	51,14
1996	19.962	2.400	12,02	França	19,47	EUA	3,44	Canadá	1,18	Alemanha	1,84	25,92
1997	26.980	3.700	13,71	França	9,90	EUA	1,56	Canadá	0,66	Alemanha	3,12	15,24
1998	41.244	12.160	29,48	França	47,19	EUA	7,52	Canadá	1,85	Alemanha	0,58	57,14
1999	46.603	13.649	29,29	França	47,80	EUA	7,59	Canadá	1,88	Alemanha	0,58	57,86
2000	43.034	12.542	29,14	França	31,85	EUA	12,36	Canadá	5,74	Alemanha	3,16	53,12
Comoros												
1991	16.942	6.641	39,20	França	45,50	Afr. do Sul	33,08	Reino Unido	5,41	Alemanha	1,72	85,72
1992	18.921	7.656	40,46	França	44,79	Afr. do Sul	35,16	Reino Unido	5,37	Bélgica	1,46	86,78
1993	23.671	9.545	40,32	França	45,43	Afr. do Sul	34,48	Reino Unido	4,04	Bélgica	1,80	85,75
1994	27.061	7.958	29,41	França	50,71	Afr. do Sul	23,84	Reino Unido	3,20	Alemanha	8,96	86,70
1995	22.838	7.949	34,81	França	41,40	Afr. do Sul	28,58	Reino Unido	5,39	Alemanha	8,78	84,15
1996	23.775	11.355	47,76	África do Sul	33,64	França	33,56	Reunion	5,56		0,00	72,77
1997	26.219	14.202	54,17	África do Sul	36,05	França	30,02	Reunion	6,59		0,00	72,66
1998	27.474	11.155	40,60	África do Sul	24,85	França	29,67	Reunion	4,05		0,00	58,58
1999	24.479	14.420	58,91	África do Sul	33,02	França	18,63	Reunion	4,96		0,00	56,61
2000	23.893	15.812	66,18	África do Sul	38,28	França	24,43	Reunion	5,87		0,00	68,58

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	top 4
Congo												
1991	33.316	21.896	65,72	Congo	46,19	França	7,19	Bélgica	7,19	Alemanha	2,33	62,90
1992	21.774	9.145	42,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
1993	8.496	6.780	79,80	Congo	63,62	França	4,77	Bélgica	3,43	EUA	1,61	73,42
1994	18.429	17.237	93,53	Congo	82,92	França	1,73	Bélgica	0,65	EUA	0,87	86,16
1995	35.700	20.000	56,02	Congo	42,02	Bélgica	14,01	França	11,20	Alemanha	1,40	68,63
1996	119.172	44.842	37,63	França	32,79	Congo	7,63	EUA	5,65	Itália	4,12	50,18
1997	93.251	38.968	41,79	França	30,82	Congo	12,48	EUA	5,24	Itália	3,85	52,39
1998	54.700	16.669	30,47	França	37,30	Congo	4,44	Itália	7,24	Angola	4,45	53,43
1999	62.523	21.010	33,60	França	35,49	Congo	5,92	Itália	6,86	Angola	4,67	52,94
2000	75.761	32.090	42,36	França	29,97	Congo	8,65	Itália	6,68	Angola	5,95	51,25
Cote d'Ivoire (1)-(1)												
1991	200.000	100.587	50,29	França	14,71	Nigéria	9,47	Benin	6,26	Mali	5,02	35,46
1992	217.000	118.982	54,83	França	20,83	Nigéria	6,51	Mali	5,57	Benin	4,99	37,91
1993	159.262	88.441	55,53	França	21,17	Mali	5,58	Senegal	4,77	Nigéria	4,69	36,21
1994	156.632	85.659	54,69	França	21,77	Burk. Faso	6,28	Nigéria	5,83	Senegal	5,37	39,25
1995	187.911	104.739	55,74	França	22,96	Burk. Faso	6,11	Senegal	5,68	Mali	5,68	40,43
1996	236.913	113.324	47,83	França	28,17	EUA	6,47	Senegal	5,50	Benin	5,27	45,40
1997	274.094	137.886	50,31	França	25,19	EUA	6,19	Senegal	4,40	Burk. Faso	4,35	40,13
1998	301.039	158.808	52,75	França	24,30	EUA	6,23	Burkina Faso	5,67	Senegal	5,51	41,72
Eritrea												
1999	56.699	3.729	6,58	RNE*	78,68		0,00		0,00		0,00	78,68
2000	70.355	4.023	5,72	RNE*	75,23		0,00		0,00		0,00	75,23
Etiópia												
1991	81.581	24.777	30,37	EUA	5,39	Itália	4,76	Reino Unido	3,87	Alemanha	3,15	17,18
1992	82.213	25.390	30,88	EUA	5,46	Itália	4,84	Reino Unido	3,98	Alemanha	3,17	17,45
1993	93.072	28.386	30,50	EUA	5,30	Itália	5,09	Reino Unido	4,00	Alemanha	3,20	17,59
1994	97.577	27.809	28,50	EUA	6,00	Itália	5,90	Reino Unido	4,60	Alemanha	4,30	20,80
1995	102.300	30.179	29,50	EUA	7,40	Itália	6,60	Reino Unido	5,80	Alemanha	4,60	24,40
1996	108.885	27.658	25,40	EUA	8,10	Itália	7,00	Reino Unido	5,90	Alemanha	5,10	26,10
1997	114.732	29.255	25,50	EUA	8,51	Itália	6,50	Reino Unido	5,90	Kenia	5,90	26,81
1998	90.847	25.368	27,92	EUA	13,12	Arábia Sdt	8,72	Reino Unido	5,94	Itália	5,30	33,07
1999	91.859	28.496	31,02	EUA	14,85	Kênia	5,45	Reino Unido	4,70	Itália	4,38	29,38
2000	135.954	48.796	35,89	Djibouti	10,67	EUA	8,32	Reino Unido	5,20	França	4,31	28,51
Gabão												
1996	144.509	28.338	19,61	EUROPA	56,62		0,00		0,00		0,00	56,62
1997	167.197	33.341	19,94	EUROPA	56,04		0,00		0,00		0,00	56,04
1998	195.323	47.819	24,48	EUROPA	52,88		0,00		0,00		0,00	52,88
1999	177.834	37.995	21,37	EUROPA	58,39		0,00		0,00		0,00	58,39
2000	155.432	37.712	24,26	EUROPA	72,06		0,00		0,00		0,00	72,06

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	top 4
Gambia												
1991	65.881	677	1,03	Reino Unido	48,95	Alemanha	12,24	Suécia	12,00	França	5,03	78,21
1992	63.940	968	1,51	Reino Unido	56,77	Alemanha	11,16	Suécia	9,10	Dinamarca	5,33	82,36
1993	76.494	1.470	1,92	Reino Unido	64,33	Alemanha	8,51	Suécia	7,00	Dinamarca	4,21	84,05
1994	78.070	1.887	2,42	Reino Unido	66,90	Alemanha	8,08	Suécia	6,89	Dinamarca	3,59	85,46
1995	45.401	1.205	2,65	Reino Unido	31,21	Holanda	27,03	Alemanha	13,26	Suécia	5,82	77,32
1996	76.814	319	0,42	Reino Unido	48,55	Holanda	17,19	Bélgica	8,29	Suécia	8,22	82,26
1997	84.751	549	0,65	Reino Unido	45,28	Alemanha	21,78	Holanda	12,23	Suécia	6,46	85,76
1998	91.106	986	1,08	Reino Unido	41,09	Alemanha	24,36	Holanda	11,81	Suécia	6,12	83,38
1999	96.126	928	0,97	Reino Unido	42,22	Alemanha	26,42	Holanda	10,01	Suécia	5,78	84,43
Ghana												
1991	172.464	69.048	40,04	Nigéria	9,72	UK	9,72	EUA	6,66	Alemanha	5,81	31,92
1992	213.316	48.579	22,77	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1993	256.680	87.333	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1994	271.310	92.311	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1995	286.001	97.309	34,02	Nigéria	13,73	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	33,80
1996	304.860	103.726	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1997	325.433	110.725	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1998	347.949	118.384	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
1999	372.651	126.788	34,02	Nigéria	8,66	UK	8,66	EUA	6,60	Alemanha	4,82	28,74
Guinea												
1997	17.000	2.886	16,98	França	17,70		0,00		0,00		0,00	17,70
1998	23.000	4.400	19,13	França	19,78		0,00		0,00		0,00	19,78
1999	27.345	9.098	33,27	França	18,22	Serra Leoa	6,19	EUA	5,20	Senegal	5,94	35,56
2000	32.598	12.308	37,76	França	22,50	Serra Leoa	9,04	Senegal	8,13	EUA	7,77	47,44
Kenya												
1991	817.550	228.020	27,89	UK	17,30	Alemanha	15,50	Tanzania	11,51	Uganda	7,19	51,50
1992	782.000	213.000	27,24	UK	15,02	Alemanha	14,06	Tanzania	10,13	Uganda	6,33	45,54
1993	826.000	227.000	27,48	UK	16,83	Alemanha	15,74	Tanzania	11,38	Uganda	6,66	50,61
1994	863.400	246.700	28,57	Alemanha	15,32	UK	15,00	Tanzania	11,83	Uganda	7,78	49,93
1995	690.510	188.170	27,25	Alemanha	15,74	UK	15,30	EUA	6,56	França	4,81	42,41
1996	1.003.000	216.353	21,57	Alemanha	10,76	UK	10,57	Tanzania	8,39	EUA	4,88	34,60
1997	1.000.600	272.674	27,25	Alemanha	15,74	UK	15,30	Tanzania	11,25	EUA	6,56	48,85
1998	894.300	251.243	28,09	Alemanha	15,28	UK	14,85	Tanzania	12,11	EUA	6,93	49,17
1999	969.419	264.145	27,25	Alemanha	15,74	UK	14,68	Tanzania	11,25	EUA	6,56	48,22
2000	1.036.628	282.458	27,25	Alemanha	15,74	UK	15,30	Tanzania	11,25	EUA	6,56	48,84
Lesotho (2)-												
1991	357.458	349.437	97,76	África do Sul	95,59	Botswana	0,63	Suazilândia	0,60	UK	0,52	97,35
1992	416.882	408.569	98,01	África do Sul	96,20	Botswana	0,50	Reino Unido	0,49	Suazilând.	0,45	97,63
1993	348.943	341.480	97,86	África do Sul	96,11	UK	0,55	Suazilândia	0,44	Botswana	0,41	97,52
1994	253.310	247.279	97,62	África do Sul	95,51	UK	0,67	Botswana	0,54	Suazilând.	0,52	97,24
1995	208.573	201.674	96,69	África do Sul	94,14	UK	0,93	Botswana	0,60	Suazilând.	0,55	96,22
1996	311.802	304.368	97,62	África do Sul	94,91	Zimbabwe	0,89	Botswana	0,57	Suazilând.	0,52	96,89
1997	323.868	313.323	96,74	África do Sul	93,21	Zimbabwe	0,92	Botswana	0,88	Suazilând.	0,86	95,87
1998	289.819	285.734	98,59	África do Sul	97,27	Zimbabwe	0,37	Botswana	0,31	Suazilând.	0,22	98,17

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
Madagascar												
1991	34.891	7.151	20,50	França	26,73	Alemanha	20,58	Reunion	11,61	Suiça	8,07	66,99
1992	53.654	5.923	11,04	França	35,60	Alemanha	21,80	Suiça	8,10	Itália	7,40	72,90
1993	55.102	7.197	13,06	França	28,57	Alemanha	20,76	Itália	8,94	Suiça	7,05	65,33
1994	66.136	7.345	11,11	França	30,56	Alemanha	20,21	Itália	8,86	Suiça	8,56	68,19
1995	74.619	8.331	11,16	França	31,65	Alemanha	20,59	Itália	8,04	Suiça	7,77	68,05
1996	82.681	9.303	11,25	França	34,42	Alemanha	17,83	Itália	8,43	Suiça	7,10	67,77
1997	100.762	5.844	5,80	França	51,00	Itália	6,00	Itália	6,00	Reunion	4,00	67,00
1998	121.207	15.515	12,80	França	51,00	Reunion	10,00	Itália	6,00	Alemanha	4,00	71,00
1999	138.253	20.461	14,80	França	54,00	Reunion	8,00	Itália	6,00	Alemanha	4,00	72,00
2000	160.071	54.534	34,07	França	55,00	Reunion	9,00	Itália	5,00	Alemanha	4,00	73,00
Malawi												
1996	193.628	142.840	73,77	Zambia	25,46	Moçambique	13,95	Zimbabwe	13,56	UK/Irland	7,37	60,33
1997	207.259	152.876	73,76	Zambia	25,21	Moçambique	13,81	Zimbabwe	13,43	UK/Irland	8,80	61,25
1998	219.570	161.955	73,76	Zambia	20,46	Moçambique	11,21	Zimbabwe	10,90	UK/Irland	8,80	51,38
1999	254.352	187.610	73,76	Zambia	15,02	Moçambique	8,23	UK/Irland	8,80	Zimbabwe	8,00	40,04
2000	228.106	179.000	78,47	Zambia	14,99	Zimbabwe	8,20	Moçambique	8,02	UK/Irland	7,54	38,75
Mali *(3)-(3)												
1991	37.962	16.589	43,70	França	25,35	Benelux	5,93	EUA	4,69	Itália	2,92	38,89
1992	37.843	17.907	47,32	França	17,32	EUA	4,99	Alemanha	4,30	Benelux	4,04	30,65
1993	30.877	8.660	28,05	França	19,51	Benelux	13,07	EUA	8,01	Alemanha	7,60	48,19
1994	27.661	10.121	36,59	França	15,50	Canadá	12,51	Alemanha	6,76	EUA	6,61	41,37
1995	42.897	12.026	28,03	França	18,80	Suiça	16,82	EUA	8,25	Alemanha	4,27	48,14
1996	53.893	11.541	21,41	França	27,56	Benelux	7,69	EUA	7,11	Alemanha	6,29	48,65
1997	65.649	14.321	21,81	França	26,68	Benelux	6,40	EUA	7,57	Alemanha	6,27	46,93
1998	83.000	18.000	21,69	França	26,51	Benelux	6,02	EUA	6,02	Alemanha	6,02	44,58
1999	82.159	15.852	19,29	França	27,04	Benelux	9,63	EUA	7,33	Alemanha	4,44	48,45
2000	86.469	18.962	21,93	França	21,98	Benelux	9,09	EUA	7,91	Alemanha	3,21	42,19
Maurício												
1991	300.670	139.460	46,38	Reunion	25,89	França	19,41	África do Sul	14,31	Alemanha	8,03	67,64
1992	335.400	141.710	42,25	Reunion	24,23	França	22,16	África do Sul	11,86	Alemanha	8,88	67,14
1993	374.630	149.750	39,97	França	22,72	Reunion	22,68	África do Sul	11,30	Alemanha	10,28	66,98
1994	400.526	138.498	34,58	França	26,53	Reunion	19,23	Alemanha	10,44	Áfr. do Sul	9,93	66,14
1995	422.463	143.586	33,99	França	27,62	Reunion	18,57	África do Sul	10,10	Áfr. do Sul	9,86	66,14
1996	488.867	163.435	33,43	França	26,65	Reunion	16,83	África do Sul	10,30	UK	7,21	61,00
1997	536.125	164.082	30,61	França	27,08	Reunion	15,41	África do Sul	9,56	UK	8,58	60,63
1998	588.195	163.024	27,72	França	27,67	Reunion	14,28	África do Sul	8,45	UK	8,89	59,29
1999	578.085	156.228	27,03	França	30,35	Reunion	14,49	África do Sul	8,06	UK	10,15	63,04
2000	656.453	163.763	24,95	França	30,23	Reunion	13,24	África do Sul	7,42	UK	11,35	62,23

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
São Tomé e Príncipe												
1996	6.436	1.742	27,07	Portugal	30,98	França	17,70	Angola	8,03	Espanha	4,65	61,36
1997	4.924	1.109	22,52	Portugal	34,65	França	20,23	Angola	6,82	Espanha	4,83	66,53
Senegal												
1991	233.512	38.031	16,29	França	56,64	Itália	6,97	Alemanha	5,61	EUA	2,66	71,88
1992	245.581	48.110	19,59	França	52,39	Itália	7,22	Alemanha	5,87	EUA	3,65	69,13
1993	167.770	39.633	23,62	França	43,17	Itália	7,39	Alemanha	6,79	EUA	5,39	62,75
1994	239.269	47.352	19,79	França	52,07	Itália	6,30	Alemanha	5,28	EUA	3,49	67,14
1995	280.000	56.651	20,23	França	52,40	Itália	5,31	Alemanha	4,98	EUA	3,17	65,86
1996	282.169	67.267	23,84	França	48,52	Alemanha	5,18	Itália	4,95	Benelux	3,88	62,52
1997	313.642	70.224	22,39	França	50,67	Itália	5,23	Alemanha	5,18	Benelux	3,71	64,79
1998	352.389	84.244	23,91	França	48,86	Alemanha	4,88	Itália	3,68	Benelux	3,37	60,78
1999	369.116	81.101	21,97	França	50,52	Alemanha	4,68	Itália	3,54	Benelux	3,16	61,89
2000	389.433	96.834	24,87	França	49,59	Benelux	3,91	Itália	3,58	Alemanha	2,11	59,19
Serra Leoa												
1991	25.989	6.817	26,23	França	22,01	UK	10,20	RNE	28,45		0,00	60,66
1992	19.334	5.030	26,02	França	22,11	UK	10,31	RNE	28,41		0,00	60,83
1993	21.223	7.068	33,30	França	14,87	UK	11,61	RNE	27,56		0,00	54,05
1994	23.600	6.900	29,24	França	19,92	UK	11,86	RNE	25,42		0,00	57,20
1995	13.765	5.087	36,96	UK	12,97	França	5,57	RNE	29,12		0,00	47,66
Seychelles (1)-(1)												
1991	90.050	18.759	20,83	Itália	16,92	França	16,87	Reino Unido	16,23	Áfr. do Sul	13,07	63,10
1992	98.577	12.072	12,25	França	21,67	Itália	21,18	Reino Unido	14,23	Áfr. do Sul	6,15	63,23
1993	116.180	13.510	11,63	França	22,91	UK	15,97	Itália	12,36	Áfr. do Sul	4,34	55,57
1994	109.901	10.967	9,98	França	20,28	UK	17,26	Itália	11,03	Áfr. do Sul	4,29	52,86
1995	120.716	14.202	11,76	França	20,63	UK	14,36	Itália	9,51	Áfr. do Sul	5,41	49,90
1996	130.955	13.330	10,18	França	19,51	Alemanha	15,73	Itália	12,37	UK	11,44	59,05
1997	130.070	13.966	10,74	França	19,27	Alemanha	16,49	Itália	14,48	UK	12,02	62,26
1998	128.258	12.675	9,88	França	19,67	Itália	16,20	Alemanha	14,81	UK	12,43	63,10
1999	124.865	14.188	11,36	França	19,45	Itália	15,63	Alemanha	15,08	UK	12,26	62,42
2000	136.046	13.746	10,10	França	20,79	Itália	14,66	Alemanha	13,03	UK	11,85	60,33
África do Sul (1)-(2)												
1991	1.709.554	1.193.446	69,81	Zimbabwe	21,18	Lesotho	14,26	Suazilândia	10,69	Namíbia	8,22	54,35
1992	2.703.191	2.149.257	79,51	Lesotho	28,95	Zimbabwe	14,46	Suazilândia	15,26	Namíbia	6,68	65,36
1993	3.093.183	2.468.796	79,81	Lesotho	29,57	Zimbabwe	15,16	Suazilândia	14,35	Namíbia	5,16	64,25
1994	3.666.956	2.933.871	80,01	Lesotho	29,95	Zimbabwe	14,35	Suazilândia	14,41	Namíbia	5,11	63,83
1995	4.488.272	3.299.617	73,52	Lesotho	23,48	Zimbabwe	16,12	Suazilândia	14,43	Namíbia	4,73	58,76
1996	5.186.211	3.790.167	73,08	Lesotho	22,93	Zimbabwe	14,31	Suazilândia	13,29	Moçambique	5,70	56,23
1997	5.170.096	3.676.810	71,12	Lesotho	23,03	Suazilândia	13,78	Zimbabwe	10,78	Moçambique	6,56	54,16
1998	5.898.236	4.304.878	72,99	Lesotho	27,97	Suazilândia	12,99	Zimbabwe	8,93	Moçambique	6,83	56,71
1999	6.026.086	4.362.677	72,40	Lesotho	26,36	Suazilândia	13,03	Zimbabwe	8,21	Moçambique	7,86	55,46
2000	6.000.538	4.309.893	71,83	Lesotho	25,99	Suazilândia	12,54	Moçambique	8,19	Zimbabwe	7,96	54,68

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
Suazilândia (1)-(3)												
1991	264.376	222.654	84,22	Áfr. do Sul	65,70	Moçambique	10,06	UK	6,68	Austrália	0,95	83,40
1992	263.477	223.489	84,82	Áfr. do Sul	67,44	Moçambique	13,09	UK	5,45	Austrália	1,22	87,20
1993	271.680	229.624	84,52	Áfr. do Sul	66,57	Moçambique	11,57	UK	6,07	Austrália	1,09	85,29
1994	335.933	283.931	84,52	Áfr. do Sul	66,57	Moçambique	11,57	UK	6,07	Austrália	1,09	85,29
1995	299.822	253.409	84,52	Áfr. do Sul	66,57	Moçambique	11,57	UK	6,07	Austrália	1,08	85,29
1996	314.921	264.037	83,84	Áfr. do Sul	65,66	Moçambique	12,35	UK	5,87	Austrália	1,00	84,88
1997	269.113	131.440	48,84	Áfr. do Sul	32,23	Moçambique	5,54	UK	14,60	Austrália	4,53	56,90
1998	284.116	201.288	70,85	Áfr. do Sul	51,30	Moçambique	10,06	UK	5,58	Austrália	0,42	67,36
1999	289.383	198.921	68,74	Áfr. do Sul	50,60	Moçambique	9,49	UK	8,48	Austrália	1,77	70,33
2000	280.870	177.216	63,10	Áfr. do Sul	44,97	Moçambique	8,42	UK	9,46	Austrália	2,24	65,09
Sudão (1)												
1991	15.649	1.423	9,09	Reino Unido	8,07	Egito	7,64	EUA	3,35	Alemanha	3,28	22,33
1992	47.789	4.684	9,80	EUA	7,95	Egito	6,98	Canadá	5,42	Austrália	4,08	24,44
1993	37.098	4.087	11,02	Egito	6,99	EUA	6,67	Austrália	4,75	Canadá	4,73	23,13
1994	38.406	5.299	13,80	EUA	8,45	Egito	6,41	Canadá	5,85	Etiópia	5,69	26,39
1995	63.040	5.715	9,07	China	5,61	Egito	5,21		5,13	Etiópia	5,10	21,05
Togo (1)-(3)												
1991	65.098	37.582	57,73	França	16,69	Burkina Faso	11,11	Cote Ivoire	7,15	Benelux	5,91	40,85
1992	48.559	28.533	58,76	França	16,56	Burkina Faso	10,70	Benin	7,95	Benelux	7,13	42,33
1993	24.244	13.710	56,55	Burk. Faso	16,12	França	13,77	Cote Ivoire	8,03	Benin	7,86	45,77
1994	43.767	22.423	51,23	França	13,79	Burkina Faso	13,06	Benin	7,69	Nigéria	6,53	41,07
1995	54.851	28.016	51,08	França	17,34	Burkina Faso	11,24	Cote Ivoire	7,76	Benin	6,74	43,09
1996	58.049	30.650	52,80	França	17,93	Burkina Faso	11,62	Benin	7,00	Cote Ivoire	7,98	44,54
1997	92.081	52.275	56,77	França	18,12	Burkina Faso	13,29	Benin	9,63	Nigéria	6,95	48,00
1998	69.461	39.026	56,18	França	17,63	Burkina Faso	12,64	Benin	9,77	Cote Ivoire	6,86	46,90
1999	69.818	41.268	59,11	França	14,09	Burkina Faso	14,06	Benin	11,09	Nigéria	7,45	46,68
2000	59.541	29.546	49,62	França	16,27	Burkina Faso	10,21	Benin	8,34	Nigéria	5,34	40,16
Tunísia (3)												
1991	3.224.015	911.836	28,28	Líbia	35,80	Algeria	23,08	Alemanha	12,20	França	6,54	77,63
1992	3.539.950	973.650	27,50	Algeria	22,80	Líbia	18,47	Alemanha	18,34	França	10,09	69,70
1993	3.655.698	845.529	23,13	Alemanha	19,47	Algeria	18,60	Líbia	14,73	França	12,25	65,05
1994	3.855.546	793.069	20,57	Alemanha	22,11	Algeria	17,44	Líbia	14,11	França	12,58	66,24
1995	4.119.847	1.034.479	25,11	Algeria	24,00	Alemanha	20,32	Líbia	15,02	França	11,29	70,62
1996	3.767.222	255.297	6,78	Alemanha	27,79	França	20,63	Itália	10,03	Reino Unido	6,22	64,67
1997	4.330.087	261.162	6,03	Alemanha	25,67	França	21,59	Itália	9,92	Reino Unido	6,40	63,58
1998	4.646.670	267.256	5,75	França	23,79	Alemanha	23,68	Itália	9,22	Reino Unido	6,68	63,37
Uganda												
1996	173.623	102.755	59,18	Quênia	35,29	Tanzania	8,13	Rwanda	5,29	EUA	5,27	53,98
1997	171.438	99.609	58,10	Quênia	34,46	Tanzania	8,11	EUA	5,89	Rwanda	5,02	53,48
1998	192.012	115.847	60,33	Quênia	34,11	Tanzania	11,62	EUA	5,87	Rwanda	5,51	57,11
1999	186.937	116.207	62,16	Quênia	36,47	Tanzania	11,12	EUA	5,24	Rwanda	3,90	56,73
2000	191.276	131.687	68,85	Quênia	31,84	Rwanda	18,84	Tanzania	7,52	EUA	5,02	63,21

País / Ano	Turistas	ÁFRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
Zâmbia (2)												
1991	171.509	141.327	82,40	R D Congo	23,96	Zimbabwe	21,58	Malawi	11,49	Tanzania	11,12	68,15
1992	158.759	98.656	62,14	Zimbabwe	21,57	R D Congo	16,47	Tanzania	11,93	Malawi	7,52	57,49
1993	157.254	116.141	73,86	Zimbabwe	24,27	R D Congo	17,91	UK	8,54	Tanzania	7,32	58,04
1994	140.901	107.130	76,03	Zimbabwe	33,64	UK	7,81	R D Congo	7,46	Tanzania	6,99	55,89
1995	159.217	120.092	75,43	Zimbabwe	30,37	UK	7,54	R D Congo	6,73	Tanzania	6,31	50,94
1996	270.747	192.293	71,02	Zimbabwe	36,88	África do Sul	11,30	UK	8,27	Botswana	6,22	62,68
1997	340.897	203.777	59,78	Zimbabwe	24,30	África do Sul	17,34	UK	10,14	Botswana	5,05	56,82
1998	362.025	260.162	71,86	Zimbabwe	31,27	África do Sul	19,73	UK	9,32	Tanzania	4,69	65,02
1999	404.247	301.942	74,69	Zimbabwe	29,46	África do Sul	18,34	UK	8,44	Tanzania	4,75	61,00
2000	457.419	394.479	86,24	Zimbabwe	25,46	África do Sul	15,50	UK	11,25	Tanzania	5,97	58,18
Zimbabwe												
1991	644.000	513.580	79,75	Áfr. do Sul	40,13	Zambia	29,77	Moçambique	6,02	Reino Unido	5,10	81,03
1992	737.885	641.004	86,87	Áfr. do Sul	48,80	Zambia	26,42	Moçambique	5,70	Reino Unido	4,34	85,27
1993	942.723	787.539	83,54	Áfr. do Sul	48,65	Zambia	26,97	Reino Unido	5,34	Moçambique	4,30	85,26
1994	1.099.332	949.283	86,35	Áfr. do Sul	45,33	Zambia	31,96	Moçambique	5,53	Reino Unido	4,16	86,98
1995	1.362.995	1.122.698	82,37	Zambia	38,06	Áfr. do Sul	34,97	Moçambique	5,96	Reino Unido	4,87	83,86
1996	1.577.005	1.241.827	78,75	Zambia	28,15	Moçambique	9,96	Reino Unido	5,33	Alemanha	3,43	46,87
1997	1.281.205	935.089	72,99	Zambia	27,21	Moçambique	10,07	Reino Unido	8,44	Alemanha	3,49	49,20
1998	1.986.474	1.485.774	74,79	Zambia	25,77	Moçambique	10,62	Reino Unido	6,48	Alemanha	3,27	46,14
1999	2.100.520	1.508.326	71,81	Zambia	28,51	Moçambique	9,83	Reino Unido	9,02	Alemanha	3,11	50,47
2000	1.868.412	1.403.774	75,13	Zambia	19,57	Moçambique	5,99	Reino Unido	7,26	Alemanha	1,76	34,59

Fonte: OMT, 1996, 2002b.

2 – América do Sul

País / ano	Turistas	AMÉRICA DO SUL	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	(top 4)
Argentina (1)-(1)												
1991	2.870.346	2.181.814	76,01	Uruguai	34,11	Chile	19,90	Brasil	10,57	Paraguai	8,96	73,55
1992	3.030.913	2.203.479	72,70	Uruguai	31,66	Chile	18,72	Brasil	11,08	Paraguai	8,66	70,11
1993	3.030.913	2.557.559	84,38	Uruguai	37,28	Chile	17,83	Brasil	15,21	Paraguai	10,25	80,57
1994	3.866.474	2.785.808	72,05	Uruguai	32,59	Chile	15,00	Brasil	13,25	Paraguai	8,18	69,02
1995	4.100.956	2.897.644	70,66	Uruguai	31,61	Chile	14,60	Brasil	13,10	Paraguai	8,08	67,39
1996	2.613.909	2.252.082	86,16	Paraguai	19,38	Chile	18,46	Brasil	15,77	Uruguai	15,19	68,80
1997	2.764.226	2.378.327	86,04	Uruguai	18,25	Chile	17,42	Brasil	16,11	Paraguai	16,00	67,79
1998	3.012.472	2.595.379	86,15	Chile	18,25	Uruguai	17,54	Brasil	15,00	Paraguai	16,24	67,02
1999	2.898.241	2.490.667	85,94	Chile	18,67	Paraguai	17,80	Uruguai	17,73	Brasil	15,59	69,79
2000	2.949.139	2.519.898	85,45	Chile	19,26	Paraguai	16,95	Uruguai	16,55	Brasil	15,80	68,56
Bolívia (3)-(3)												
1991	220.902	95.357	43,17	Peru	16,43	EUA	11,62	Argentina	10,61	Chile	6,21	44,87
1992	244.583	109.504	44,77	Peru	18,52	EUA	12,01	Argentina	9,66	Chile	7,33	47,51
1993	268.968	122.978	45,72	Peru	18,26	EUA	10,73	Argentina	9,73	Chile	6,84	45,57
1994	319.578	145.890	45,65	Peru	17,20	EUA	11,04	Argentina	10,35	Brasil	7,88	46,48
1995	350.198	162.447	46,39	Peru	16,17	EUA	10,13	Argentina	10,04	Brasil	9,29	45,62
1996	376.855	170.758	45,31	Peru	14,93	Argentina	10,87	EUA	10,52	Brasil	9,24	45,55
1997	397.517	197.964	49,80	Peru	15,72	Argentina	12,86	EUA	10,17	Brasil	9,25	47,99
1998	420.491	204.505	48,63	Peru	15,75	Argentina	12,77	EUA	10,68	Brasil	8,59	47,79
1999	409.142	175.759	42,96	Peru	13,70	Argentina	11,77	EUA	11,59	Brasil	6,55	43,60
2000	381.077	158.862	41,69	Peru	13,24	EUA	11,59	Argentina	11,50	Brasil	6,37	42,70
Brasil (1)-(1)												
1991	1.228.178	700.339	57,02	Argentina	33,83	EUA	9,90	Uruguai	9,18	Paraguai	5,69	58,60
1992	1.692.078	1.100.722	65,05	Argentina	44,72	Uruguai	9,22	EUA	8,18	Paraguai	4,80	66,92
1993	1.571.940	1.111.084	70,68	Argentina	50,56	Uruguai	9,55	EUA	5,82	Paraguai	4,96	70,89
1994	1.853.301	1.158.830	62,53	Argentina	42,47	EUA	8,86	Uruguai	8,49	Paraguai	5,06	64,88
1995	1.991.146	1.106.062	55,55	Argentina	33,04	EUA	11,28	Uruguai	10,07	Alemanha	5,13	59,52
1996	2.665.508	1.405.583	52,73	Argentina	32,20	EUA	13,36	Uruguai	7,85	Alemanha	5,31	58,72
1997	2.849.750	1.520.367	53,35	Argentina	32,95	EUA	14,11	Uruguai	7,25	Paraguai	5,14	59,45
1998	4.818.084	2.810.101	58,32	Argentina	30,47	EUA	10,88	Paraguai	9,37	Uruguai	7,45	58,17
1999	5.107.169	2.961.684	57,99	Argentina	30,32	EUA	10,95	Paraguai	9,82	Uruguai	7,51	58,61
2000	5.313.463	3.036.169	57,14	Argentina	32,82	EUA	12,20	Uruguai	7,60	Paraguai	7,00	59,62
Chile (1)-(1)												
1991	1.349.149	1.118.467	82,90	Argentina	67,00	Peru	7,03	EUA	4,53	Brasil	3,85	82,41
1992	1.283.287	1.045.765	81,49	Argentina	60,67	Peru	8,60	EUA	5,15	Bolívia	5,58	80,00
1993	1.412.495	1.139.796	80,69	Argentina	56,25	Peru	12,20	EUA	4,78	Bolívia	6,11	79,34
1994	1.633.759	1.285.907	78,71	Argentina	54,51	Peru	10,81	EUA	5,69	Bolívia	5,40	76,41
1995	1.539.645	1.208.619	78,50	Argentina	51,19	Peru	11,83	Bolívia	6,51	EUA	5,89	75,42
1996	1.449.528	1.242.865	85,74	Argentina	48,07	Peru	10,71	Bolívia	7,74	EUA	6,72	73,25
1997	1.643.640	1.402.868	85,35	Argentina	45,87	Peru	12,16	Bolívia	7,76	EUA	6,60	72,39
1998	1.759.279	1.429.699	81,27	Argentina	46,36	Peru	10,27	Bolívia	8,58	EUA	7,26	72,46
1999	1.622.252	1.356.414	83,61	Argentina	49,42	Peru	7,58	EUA	7,65	Bolívia	7,32	71,96
2000	1.742.407	1.456.648	83,60	Argentina	49,28	Peru	8,72	EUA	7,70	Bolívia	7,70	73,39

País / ano	Turistas	AMÉRICA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	(top 4)
DO SUL												
Colômbia (1)												
1996	756.606	197.088	26,05	EUA	24,24	Venezuela	14,11	Peru	3,70	Equador	2,92	44,97
1997	639.250	197.343	30,87	EUA	31,38	Venezuela	12,35	Peru	6,27	Equador	5,20	55,21
1998	674.425	243.290	36,07	EUA	28,75	Venezuela	13,99	Equador	10,04	Peru	4,25	57,03
1999	546.035	204.432	37,44	EUA	29,75	Venezuela	13,81	Equador	10,96	Peru	4,89	59,40
2000	557.280	210.558	37,78	EUA	29,52	Venezuela	13,50	Equador	12,51	Peru	4,04	59,56
Equador (1)-(2)												
1991	364.585	209.378	57,43	Colômbia	35,20	EUA	18,84	Peru	12,32	Argentina	3,17	69,54
1992	403.242	224.378	55,64	Colômbia	34,74	EUA	19,51	Peru	11,10	Alemanha	3,30	68,66
1993	471.367	260.873	55,34	Colômbia	33,90	EUA	19,36	Peru	12,50	Alemanha	3,50	69,27
1994	471.961	242.613	51,41	Colômbia	37,74	EUA	20,33	Peru	11,36	Alemanha	4,33	73,76
1995	439.523	209.597	47,69	Colômbia	33,94	EUA	21,64	Alemanha	4,57	Peru	4,13	64,28
1996	439.727	241.606	54,94	Colômbia	36,18	EUA	23,87	Peru	7,91	Alemanha	4,87	72,84
1997	529.492	252.371	47,66	Colômbia	31,14	EUA	23,59	Peru	6,33	Alemanha	3,85	64,91
1998	510.626	245.560	48,09	Colômbia	32,43	EUA	22,16	Peru	5,84	Alemanha	4,25	64,68
1999	517.670	242.143	46,78	Colômbia	27,44	EUA	24,06	Peru	10,27	Alemanha	3,54	65,31
2000	615.493	287.900	46,78	Colômbia	27,44	EUA	24,06	Peru	10,27	Alemanha	3,54	65,31
Guiana (2)												
1992	74.879			EIA	46,16	Canadá	18,67					64,83
1993	107.127	20.553	19,19	EUA/CND	53,46		0,00					53,46
1994	112.751	20.904	18,54	EUA	37,38	Canadá	15,67					53,05
1995	105.536	20.835	19,74	EUA	36,40	Canadá	15,86					52,27
Paraguai (1)-(1)												
1991	361.410	241.133	66,72	Argentina	33,73	Brasil	19,60	Uruguai	8,00	Chile	5,39	66,72
1992	334.497	240.192	71,81	Argentina	32,67	Brasil	22,27	Uruguai	6,32	Chile	4,29	65,55
1993	404.491	289.778	71,64	Argentina	32,99	Brasil	19,84	Uruguai	7,73	Chile	4,78	65,34
1994	406.409	290.705	71,53	Argentina	32,64	Brasil	19,74	Uruguai	7,91	Chile	4,84	65,13
1995	437.653	319.927	73,10	Argentina	31,75	Brasil	21,34	Chile	7,92	Uruguai	6,71	67,72
1996	425.561	323.419	76,00	Argentina	33,97	Brasil	20,52	Chile	12,58	EUA	4,37	71,43
1997	395.058	287.563	72,79	Argentina	31,69	Brasil	21,26	Chile	10,99	EUA	4,46	68,40
1998	349.592	264.630	75,70	Argentina	31,75	Brasil	22,11	Chile	13,16	EUA	4,31	71,33
1999	269.021	200.036	74,36	Argentina	36,57	Brasil	23,30	Chile	6,00	EUA	3,78	69,66
2000	323.041	248.872	77,04	Argentina	47,61	Brasil	15,72	Chile	4,11	EUA	3,83	71,27
Peru (1)-(1)												
1991	232.012	73.339	31,61	EUA	19,80	Chile	6,33	Bolívia	5,62	Argentina	5,34	37,08
1992	216.534	78.275	36,15	EUA	20,07	Chile	10,07	Bolívia	6,36	Argentina	5,20	41,69
1993	271.901	99.984	36,77	EUA	20,54	Chile	10,86	Bolívia	5,56	Argentina	5,22	42,18
1994	386.120	138.791	35,95	EUA	21,05	Chile	11,88	Argentina	5,52	Bolívia	4,60	43,06
1995	479.231	169.827	35,44	EUA	21,47	Chile	13,72	Argentina	5,14	Bolívia	4,70	45,04
1996	584.388	211.683	36,22	EUA	21,49	Chile	15,18	Argentina	4,91	Alemanha	4,75	46,33
1997	649.287	254.428	39,19	EUA	21,80	Chile	18,03	Argentina	5,02	Alemanha	4,33	49,18
1998	723.668	275.993	38,14	EUA	22,39	Chile	18,90	Argentina	4,98	UK	4,09	50,36

País / ano	Turistas	AMÉRICA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	(top 4)
DO SUL												
Suriname (1)												
1996	53.228	7.272	13,66	Holanda	69,66	Guiana	7,60	Brasil	5,68	China	3,78	86,72
1997	61.361	7.805	12,72	Holanda	80,06	Guiana	6,96	Brasil	5,59	China	2,07	94,68
1998	54.585	4.136	7,58	Holanda	82,95	Guiana	5,94	China	2,57	Brasil	1,39	92,85
Uruguai (1)-(2)												
1991	1.509.962	1.180.158	78,16	Argentina	67,80	Brasil	8,49	Chile	1,08	EUA	1,05	78,42
1992	1.801.672	1.463.981	81,26	Argentina	72,81	Brasil	6,76	Chile	1,01	EUA	0,88	81,47
1993	2.003.000	1.606.769	80,22	Argentina	71,96	Brasil	6,23	Chile	0,98	EUA	0,89	80,06
1994	2.175.457	1.739.911	79,98	Argentina	71,27	Brasil	6,60	Chile	1,02	EUA	0,90	79,79
1995	2.176.930	1.677.782	77,07	Argentina	66,41	Brasil	8,05	Chile	1,15	EUA	1,12	76,74
1996	2.258.616	1.731.942	76,68	Argentina	66,05	Brasil	8,59	Chile	1,15	Paraguai	0,89	76,68
1997	2.462.532	1.854.634	75,31	Argentina	65,09	Brasil	8,14	Chile	1,19	Paraguai	0,89	75,31
1998	2.323.993	1.770.605	76,19	Argentina	65,13	Brasil	9,13	Paraguai	1,05	Chile	0,87	76,19
1999	2.273.164	1.729.482	76,08	Argentina	67,43	Brasil	6,76	Chile	0,99	Paraguai	0,90	76,08
2000	2.235.887	1.706.397	76,32	Argentina	67,55	Brasil	6,30	EUA	1,44	Chile	0,99	76,28
Venezuela (1)												
1996	758.503	81.178	10,70	EUA	24,33	Holanda	10,70	Alemanha	6,50	Espanha	4,83	46,36
1997	813.862	144.367	17,74	EUA	18,76	Alemanha	9,47	Holanda	8,72	Espanha	4,58	41,53
1998	685.429	129.192	18,85	EUA	23,09	Alemanha	9,79	Holanda	6,85	França	4,06	43,79
1999	586.900	107.244	18,27	EUA	21,90	Alemanha	8,99	Holanda	8,46	França	4,36	43,72
2000	469.047	36.945	7,88	EUA	15,80	Alemanha	17,12	Holanda	15,20	França	4,35	52,48

Fonte: OMT, 1996, 2002b.

3 – Sul da Ásia

País / ano	Turistas	SUL DA ÁSIA	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	top 4
Bangladesh												
1991	113.242	66.278	58,53	Índia	22,82	Nepal	25,36	Paquistão	12,42	EUA	4,97	65,58
1992	110.475	53.142	48,10	Índia	32,23	Paquistão	12,73	UK	9,24	EUA	7,03	61,23
1993	126.785	59.428	46,87	Índia	33,35	UK	12,33	Paquistão	9,64	EUA	6,47	61,79
1994	140.122	66.345	47,35	Índia	33,79	UK	12,37	Paquistão	10,13	EUA	6,95	63,24
1995	156.231	64.688	41,41	Índia	29,45	UK	20,47	Paquistão	8,26	EUA	6,75	64,93
1996	165.887	66.307	39,97	Índia	31,95	UK	20,17	EUA	6,65	Japão	3,45	62,22
1997	182.420	81.728	44,80	Índia	33,77	UK	15,41	EUA	6,62	Japão	3,55	59,35
1998	171.961	77.692	45,18	Índia	33,69	UK	11,40	EUA	6,60	Japão	4,54	56,24
1999	172.781	78.878	45,65	Índia	36,42	UK	13,03	EUA	5,53	Japão	4,08	59,07
2000	199.211	93.709	47,04	Índia	37,28	UK	14,61	EUA	5,99	Japão	4,02	61,90
Butão												
1991	2.106	33	1,57	Japão	29,96	EUA	24,17	Alemanha	12,77	UK	7,41	74,31
1992	2.763			Japão	23,38	EUA	20,67	Alemanha	10,17	UK	9,74	63,95
1993	2.984	66	2,21	EUA	23,76	Japão	21,55	Alemanha	12,40	UK	8,91	66,62
1994	3.971	16	0,40	Japão	25,91	EUA	17,35	Alemanha	14,25	UK	7,78	65,30
1995	4.765	6	0,13	Japão	25,02	EUA	18,15	Alemanha	10,49	UK	8,77	62,43
1996	5.150	15	0,29	EUA	18,82	Japão	23,55	UK	7,46	Holanda	2,54	52,37
1997	5.362	33	0,62	EUA	16,97	Japão	21,88	UK	11,97	Holanda	4,36	55,18
1998	6.203	24	0,39	EUA	23,71	Japão	16,64	UK	11,06	Holanda	5,96	57,38
1999	7.158	23	0,32	EUA	29,65	Japão	15,40	UK	9,02	Holanda	5,06	59,12
2000	7.559	50	0,66	EUA	36,43	Japão	11,58	UK	7,87	Holanda	4,75	60,63
Índia (1)												
1991	1.677.508	591.210	35,24	Bangladesh	14,98	UK	12,64	Paquistão	11,33	EUA	6,99	45,95
1992	1.867.651	579.079	31,01	Bangladesh	13,20	UK	13,08	Paquistão	9,98	EUA	8,15	44,41
1993	1.764.830	466.399	26,43	Bangladesh	15,73	UK	15,54	EUA	8,96	Alemanha	4,72	44,95
1994	1.886.433	480.986	25,50	UK	15,94	Bangladesh	14,96	EUA	9,36	Sri Lanka	4,72	44,98
1995	2.123.683	541.480	25,50	UK	15,77	Bangladesh	15,00	EUA	9,58	Sri Lanka	5,38	45,71
1996	2.287.860	543.967	23,78	UK	15,77	Bangladesh	14,09	EUA	10,00	Sri Lanka	4,69	44,55
1997	2.374.094	583.706	24,59	UK	15,61	Bangladesh	14,97	EUA	10,29	Sri Lanka	5,14	46,01
1998	2.358.629	558.772	23,69	UK	15,96	Bangladesh	14,40	EUA	10,37	Sri Lanka	5,02	45,76
1999	2.481.928	624.945	25,18	Bangladesh	16,69	UK	13,90	EUA	10,15	Sri Lanka	4,84	45,58
2000	2.641.157	663.581	25,12	Bangladesh	16,70	UK	13,41	EUA	11,71	Sri Lanka	4,86	46,69
IRÃ												
1991	212.096	97.755	46,09	Paquistão	30,95	Afeganistão	10,97	Bahrain	4,92	Kuwait	3,82	50,65
1992	278.553	83.429	29,95	Paquistão	23,71	Afeganistão	3,88	Bahrain	5,60	Kuwait	3,31	36,50
1993	304.069	98.788	32,49	Paquistão	23,55	Afeganistão	6,59	Bahrain	6,09	Kuwait	3,74	39,97
1994	362.032	122.229	33,76	Paquistão	22,73	Azerbaijan	12,30	Afeganistão	7,94	Bahrain	6,43	49,41
1995	443.247	98.564	22,24	Paquistão	14,21	Azerbaijan	9,07	Índia	5,23	Kuwait	3,64	32,14
1996	567.334	208.752	36,80	Paquistão	24,31	Afeganistão	8,29	Índia	3,83	Arábia Sdt	2,86	39,29
1997	739.711	194.409	26,28	Azerbaijan	35,77	Paquistão	15,08	Afeganistão	9,43	Arábia Sdt	2,27	62,54
1998	1.007.597	255.776	25,38	Azerbaijan	39,02	Afeganistão	12,42	Paquistão	11,46	Arábia Sdt	2,09	64,99
1999	1.320.690	298.954	22,64	Azerbaijan	33,91	Afeganistão	11,08	Paquistão	10,22	Arábia Sdt	1,87	57,07

País / ano	Turistas	SUL DA ÁSIA	%	1°	%	2°	%	3°	%	4°	%	top 4
Maldivas												
1991	196.112	19.093	8,37	Alemanha	23,17	Itália	17,56	UK	7,53	Japão	7,45	55,72
1992	235.852	22.750	10,68	Alemanha	22,11	Itália	20,84	Japão	7,79	UK	6,57	57,31
1993	241.020	26.618	11,73	Alemanha	25,18	Itália	19,18	Hong Kong	7,69	Japão	7,64	59,69
1994	279.982	28.441	11,53	Alemanha	23,92	Itália	16,38	UK	9,43	Japão	8,42	58,15
1995	341.869	24.833	13,20	Alemanha	21,16	Itália	15,24	UK	11,02	Japão	8,80	56,22
1996	338.733	19.782	9,14	Alemanha	22,05	Itália	15,91	UK	13,37	Japão	10,27	61,60
1997	365.563	16.443	6,03	Alemanha	20,81	Itália	15,17	UK	14,10	Japão	10,20	60,28
1998	395.725	19.284	7,68	Itália	20,04	Alemanha	19,29	UK	14,08	Japão	10,24	63,65
1999	429.666	19.393	7,34	Itália	20,64	Alemanha	20,13	UK	14,88	Japão	9,36	65,01
2000	467.154	20.648	7,31	Itália	22,76	Alemanha	16,62	UK	15,29	Japão	10,10	64,77
Nepal												
1991	292.995	101.843	34,76	Índia	31,57	Reino Unido	8,52	Alemanha	6,79	EUA	6,53	53,41
1992	334.353	114.059	34,11	Índia	31,87	Reino Unido	7,92	Alemanha	7,14	EUA	6,64	53,58
1993	293.567	91.451	31,15	Índia	28,40	Alemanha	10,90	UK	8,00	EUA	6,94	54,24
1994	326.531	110.750	33,92	Índia	31,40	Alemanha	13,64	UK	6,89	EUA	6,63	58,56
1995	363.395	129.283	35,58	Índia	32,27	Alemanha	9,35	UK	7,37	Japão	6,98	55,96
1996	393.613	138.174	35,10	Índia	31,12	Reino Unido	7,49	Japão	7,35	EUA	6,39	52,35
1997	421.857	148.289	35,15	Índia	31,63	Japão	8,31	EUA	7,12	UK	7,11	54,17
1998	463.684	165.305	35,65	Índia	30,89	Japão	8,06	EUA	7,74	UK	7,66	54,35
1999	491.504	167.843	34,15	Índia	28,62	EUA	8,00	Japão	7,91	UK	7,50	52,03
2000	463.646	125.787	27,13	Índia	20,69	Japão	8,86	EUA	8,72	UK	8,15	46,41
Paquistão (1)												
1991	438.088	200.629	45,80	Índia	39,64	Reino Unido	19,12	EUA	7,92	Afeganistão	2,38	69,06
1992	352.112	111.438	31,65	UK	23,92	Índia	21,78	EUA	8,96	Afeganistão	4,95	59,61
1993	379.165	79.748	21,03	UK	23,80	Índia	9,62	EUA	10,33	Afeganistão	6,28	50,03
1994	454.353	83.954	18,48	UK	34,45	Índia	8,84	EUA	10,59	Afeganistão	5,05	58,92
1995	378.365	83.660	22,11	UK	23,44	Índia	8,35	EUA	13,21	Afeganistão	6,60	51,60
1996	368.662	87.502	23,74	UK	20,07	EUA	12,03	Índia	10,43	Afeganistão	6,39	48,92
1997	347.800	97.000	27,89	UK	24,18	Índia	15,67	EUA	13,17	Afeganistão	6,47	59,49
1998	428.781	107.302	25,02	UK	25,60	Índia	15,64	EUA	11,61	Afeganistão	4,73	57,58
1999	432.217	107.214	24,81	UK	29,28	Índia	14,63	EUA	11,22	Afeganistão	5,92	61,04
2000	556.805	108.960	19,57	UK	32,28	EUA	12,77	Índia	11,86	Afeganistão	5,01	61,93
Sri Lanka (1)-(1)												
1991	317.703	41.122	12,94	Alemanha	20,02	França	11,10	UK	9,94	Itália	7,34	48,41
1992	393.669	46.257	11,75	Alemanha	21,68	UK	10,48	França	10,21	Índia	6,54	48,91
1993	392.250	54.813	13,97	Alemanha	24,36	UK	11,27	França	8,86	Índia	8,26	52,75
1994	407.511	62.850	15,42	Alemanha	23,01	UK	12,35	Índia	10,82	França	7,49	53,66
1995	403.101	67.256	16,68	Alemanha	19,81	UK	16,00	Índia	11,82	França	7,69	55,33
1996	302.265	61.158	20,23	UK	17,59	Alemanha	14,93	França	7,10	Itália	3,96	43,58
1997	366.165	65.880	17,99	UK	18,47	Alemanha	16,30	França	6,94	Holanda	4,36	46,08
1998	381.063	56.643	14,86	UK	17,98	Alemanha	19,42	França	7,07	Holanda	6,06	50,53
1999	463.440	62.988	13,59	UK	17,49	Alemanha	16,69	França	7,44	Holanda	6,40	48,02
2000	400.414	51.555	12,88	UK	21,18	Alemanha	17,64	França	6,52	Holanda	5,65	51,00

Fonte: OMT, 1996, 2002b.